

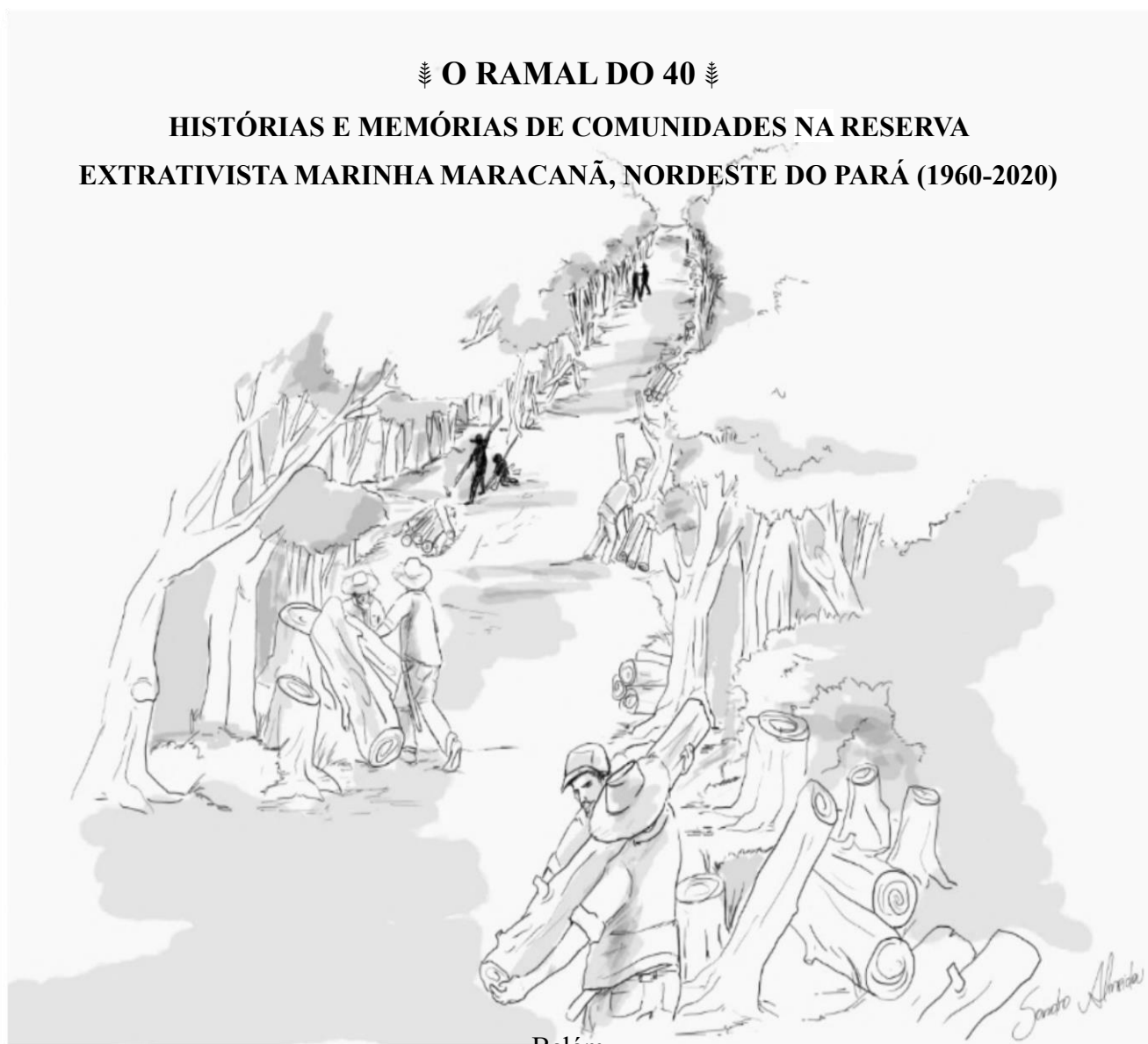


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA
DOUTORADO EM HISTÓRIA

ELIDA MOURA FIGUEIREDO

✦ **O RAMAL DO 40** ✦

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE COMUNIDADES NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA MARACANÃ, NORDESTE DO PARÁ (1960-2020)**



Belém
2022

ELIDA MOURA FIGUEIREDO



**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE COMUNIDADES NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA MARACANÃ, NORDESTE DO PARÁ (1960-2020)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte dos requisitos para obtenção do grau de doutora em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco.

Belém
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

F475r Figueiredo, Elida Moura.
O Ramal do 40 : Histórias e memórias de comunidades na
Reserva Extrativista Marinha Maracanã, Nordeste do Pará
(1960-2020) / Elida Moura Figueiredo. — 2022.
xv, 277 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Agenor Sarraf-pacheco
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História, Belém, 2022.

1. História. 2. Memória. 3. Comunidades da Amazônia. 4.
Estradas. 5. Mudanças e continuidades. I. Título.

CDD 981.15

ELIDA MOURA FIGUEIREDO

**HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE COMUNIDADES NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA MARACANÃ, NORDESTE DO PARÁ (1960-2020)**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutora em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco

Data de avaliação: 28/07/2022

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco
(PPHIST/UFPA – Orientador) - Presidente

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes
(PPHIST/UFPA – Membro interno)

Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda
(PPHIST/UFPA – Membro interno)

Profa. Dra. Lourdes Gonçalves Furtado
(MPEG – Membro externo)

Profa. Dra. Helena Doris de Almeida Barbosa
(ICSA/UFPA – Membro externo)

Para Maria Izabel e Luiz, amados pais (em memória)
Para Silvio, meu companheiro de vida.

AGRADECIMENTOS

Com exceção de uma pequena parte da introdução, este trabalho foi todo escrito na primeira pessoa do plural, pela enorme dificuldade que tive em reconhecê-lo com individual, escrito por mão única. Desde o início, quando apenas era um embrião, recebi ajuda de muitas pessoas, o que torna praticamente impossível nominar uma a uma. Contudo, todas elas se reconhecerão e saberão que estou falando de cada uma delas ao lê-lo. Então, quero demonstrar toda a minha gratidão por todos que de alguma maneira contribuíram com sua elaboração. E mesmo sendo muito difícil lembrar todos, farei um exercício de recordação, numa tentativa de representá-los aqui através de algumas pessoas que facilitaram de alguma maneira, direta ou indiretamente, meu acesso aos lugares, documentos e pessoas que fizeram parte da construção deste estudo, até sua versão final.

Este trabalho é fruto de muitos anos de pesquisas, observações e amizades. Ele é resultado de uma trajetória que remete a minha chegada ao Museu Goeldi no final da década de 1990 para trabalhar com a antropóloga Dra. Lourdes Gonçalves Furtado, minha primeira orientadora de pesquisas. As melhores orientações durante a graduação, especialização e mestrado, foram dela. Por estes e outros motivos, fiz questão de tê-la nesta banca avaliando mais esta etapa da minha caminhada acadêmica com defesa de meu doutoramento.

Na Universidade Federal do Pará, agradeço em primeiro lugar a esta instituição que me acolheu e me deu condições de realizar este trabalho. Minha gratidão também a todos os professores com os quais tive contato e o prazer de receber conhecimentos durante as aulas, eventos, encontros acadêmicos e sociais, desde que entrei na graduação em 1998, passando pela especialização em 2004, mestrado em 2005, e especialmente o doutorado em 2018. Sou grata especialmente ao meu orientador no doutorado, o professor dr. Agenor Sarraf Pacheco, por sua presença constante, sua generosidade, animação contagiante e muito incentivo nos últimos 4 anos. Foi dele que recebi as melhores indicações e direcionamentos dos ventos que empurraram as velas deste trabalho. Agradeço também as secretárias do PPHIST, Lia e Fernanda, sempre muito eficientes e atenciosas.

No vilarejo do 40 do Mocooca, minha gratidão a todas as pessoas que ajudaram na construção deste trabalho. Amigos, interlocutores, colaboradores, informantes,

instituições locais (escola, Igreja, posto de saúde), enfim todos os agentes desta pesquisa. Vocês foram os grandes parceiros e maiores colaboradores nesta empreitada. Mas quero agradecer especialmente à Luzinete Nogueira e Erivelton Balga, que contribuíram com algumas fotografias, além de suas lembranças e afetividades nesta região.

Quero explicitar aqui gratidão especial à professora Graça Santana, amiga querida que me apresentou à toda essa região, e que esteve muitas vezes ao meu lado durante as pesquisas, divagações e análises de alguns relatos. Graça colaborou também com seu acervo de fotografias sobre a região.

Agradeço pela contribuição, ao fotógrafo Sandro Barbosa, com suas belas imagens sobre a região; ao professor de artes visuais, Sandro Almeida, pelas ilustrações perfeitas que enriqueceram o trabalho final; e à Juliana Araújo que fez uma primorosa correção. Obrigada a todos vocês!

Agradeço ainda à Iaci Dandara Santos Brasil e à Jessica Alves, que tiveram olhares precisos na elaboração de alguns mapas presentes no trabalho.

São profissionais que farão parte da minha trajetória acadêmica e de vida para sempre.

Todos são os agentes desta pesquisa que ao final tornaram-se amigos queridos.

Minha gratidão aos colegas do Campus de Ananindeua da UFPA, pela amizade e pela ajuda na solução de questões burocráticas e de documentações necessárias nesse caminho, com agilidades para que não perdêssemos prazos.

Sou grata à companhia e ajuda dos colegas de turma, que se tornaram amigos queridos. Todos foram muito importantes nessa trajetória de aprendizado e apoio mútuo, mas quero agradecer especialmente à Diana, Daniela, Elisângela e Pedro (e sua belíssima esposa Blenda que se tornou grande amiga).

Em algumas instituições que frequentei durante a pesquisa, agradeço a todos os atendentes, bibliotecárias, secretárias, enfim, a todos que facilitaram o meu acesso na realização deste trabalho. Foram eles que diminuíram a solidão em alguns momentos nesse processo.

Em família, agradeço ao meu companheiro de vida, Silvio Teixeira, por ter sido um grande parceiro e incentivador, ocupando funções que foram da cozinha ao volante do carro. Tive sua companhia nas muitas atividades do curso, fosse às muitas viagens pelas trilhas do ramal do 40/PA-430, até o vilarejo do 40 do Mocooca e à Ilha de Maiandeuá, fosse nas várias outras atividades do doutorado em Belém.

Minha eterna gratidão a meus pais, Maria Izabel Moura de Figueiredo e Luiz de Figueiredo (em memória), é para eles que dedico este trabalho. Deixo aqui registrado que foram eles os grandes autores do que sou hoje, com eles aprendi a gostar de histórias e de livros.

E por último, gostaria de eternizar minha gratidão para Aldrin Figueiredo e Ana Claudia Figueiredo, meus irmãos. Obrigada por todo apoio, presença e carinho que sempre me dedicaram.

“Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos [...] Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só cumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa”.

“A formação da Classe operária”

Edward Palmer Thompson (1924-1993)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo compreender, do ponto de vista das experiências históricas, mudanças e continuidades nos modos de vida dos moradores de uma comunidade de pescadores amazônicos, o 40 do Mocooca, a partir do surgimento de novas formas de mobilidades com a construção de uma estrada que provocou a emergência de outras zonas de contato, práticas sociais, trocas culturais, alterando tradições na cotidianidade local. A pesquisa foi realizada na região do 40 do Mocooca, vilarejo do município de Maracanã, Zona do Salgado paraense, entre os anos de 2018 e 2021, cronologicamente definido entre 1960-2020. Teoricamente fundamentou-se na História Social e nos Estudos Culturais e metodologicamente seguiu orientações da crítica documental e da História Oral para dialogar com memórias coletivas e individuais em circuitos da tradição oral como constituinte dos modos de ser, pensar e agir dos habitantes dessa região. No trabalho, defende-se a tese de que mudanças percebidas no estudo do passado frente ao presente, se por um lado alteram teias de relações tecidas por décadas entre moradores e ambiente com o contato de novos agentes históricos, informações, produtos culturais, especialmente, na virada do século XX para o XXI, por outro lado, mesmo em condições desiguais, os agentes sociais do lugar reelaboram os novos aparatos tecnológicos e culturais e seguem em defesa de suas tradições vivas, lutando diariamente por aquilo que acreditam ser o caminho do desenvolvimento local. Para explicar esta tese, a pesquisa se apoia em análises da experiência e das vivências dessas pessoas, assim como no estudo dos pequenos e grandes eventos locais, alguns individuais, outros coletivos, na tentativa de entender a trajetória dessa comunidade que se apresenta numa rede de relacionamentos e decisões de uma vida móvel entre o campo e a cidade, entre o passado e o presente, entre a natureza e a urbanização, entre a pesca e um tipo de turismo, que chamamos de “alternativo” e “informal”, que vem forçando o aparecimento de algumas práticas globalizadas observadas a partir da chegada de novas necessidades e hábitos de consumo local, sobretudo, pelos mais jovens.

Palavras-chave: História. Memória. Comunidades da Amazônia. Estradas. Mudanças e Continuidades.

ABSTRACT

This study aims to understand, from the point of view of historical experiences, changes and continuities in the ways of life of the residents of an Amazonian fishing community, 40 do Mocooca, from the emergence of new forms of mobility with the construction of a road that provoked the emergence of other contact zones, social practices, cultural exchanges, altering traditions in local daily life. The research was carried out in the 40 do Mocooca region, a village in the municipality of Maracanã, in the Salgado Zone of Pará, between 2018 and 2021, chronologically defined between 1960-2020. Theoretically, it was based on Social History and Cultural Studies and methodologically, it followed guidelines from documental criticism and Oral History to dialogue with collective and individual memories in circuits of oral tradition as a constituent of the ways of being, thinking and acting of the inhabitants of this region. In the work, the thesis is defended that changes perceived in the study of the past compared to the present, on the one hand, alter webs of relationships woven for decades between residents and the environment with the contact of new historical agents, information, cultural products, especially, at the turn of the 20th to the 21st century, on the other hand, even in unequal conditions, the social agents of the place re-elaborate the new technological and cultural apparatuses and continue in defense of their living traditions, fighting daily for what they believe to be the path of local development. To explain this thesis, the research is based on analyzes of the experience and experiences of these people, as well as on the study of small and large local events, some individual, others collective, in an attempt to understand the trajectory of this community that presents itself in a network of relationships and decisions of a mobile life between the countryside and the city, between the past and the present, between nature and urbanization, between fishing and a type of tourism, which we call “alternative” and “informal”, which comes forcing the emergence of some globalized practices observed from the arrival of new needs and habits of local consumption, above all, by the younger ones.

Keywords: History. Memory. Communities of the Amazon. Roads. Changes and Continuities.

LISTA DE SIGLAS

AIA - Avaliação de Impactos Ambientais
APA - Área de Preservação Ambiental
AUREMAR - Associação de Usuários da Reserva Extrativista Marinha Maracanã
BAMJAP - Banda da Escola Jarbas Passarinho
CNPT - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
COBRADE - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOE - Diário Oficial do Estado
EIA - Estudos de Impactos Ambientais
EFB - Estrada de Ferro Belém-Bragança
FCP - Fundação Cultural do Pará
FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDEFLOR-BIO - Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
IMAZON - Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOEPA - Imprensa Oficial do Estado do Pará
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas / Intergovernmental Panel on Climate Change
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
ONU - Organização das Nações Unidas
PIN - Programa de Integração Nacional
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PPHIST - Programa de Pós-Graduação em História
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PUC - Pontifícia Universidade Católica
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX - Reserva Extrativista
RESEX-MAR - Reserva Extrativista Marinha Maracanã
RENAS - Projeto Recursos Naturais e Antropologia de Sociedades Pesqueiras da Amazônia
RIMA - Relatórios de Impactos do Meio Ambiente
SEAB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SETRAN - Secretaria de Estado Transporte
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM - Superintendência do desenvolvimento da Amazônia
UC - Unidade de Conservação
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia
UNB - Universidade de Brasília
USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE IMAGENS

- Figura 1:** Fim da PA-430 e início da rua Beira Mar no vilarejo do 40 do Mocooca, num dia de marés altas e já bastante impactada pelas forças das águas marinhas (março de 2019); (p.40)
- Figuras 2 e 3:** Registros feitos durante as grandes marés (alta e baixa) em março de 2016 do pequeno porto do vilarejo do 40 do Mocooca; (p.43)
- Figura 4:** Seu Toninho voltando da pesca com seu filho Fagno de 11 anos; (p.51)
- Figuras 5 e 6:** Os pequenos “rabeteiros” do 40, os irmãos Guilherme e Gustavo Siqueira, de 8 e 10 anos respectivamente, trabalham com o pai, sr. Reinaldo Siqueira (52 anos), atravessando pessoas, indo e vindo da ilha de Maiandeuá para o vilarejo do 40 do Mocooca; (p.51)
- Figura 7:** O Pescador José Batista Rodrigues dos Santos (Zé Macaco), 59 anos, com sua esposa Luzia Nogueira dos Santos, 54 anos, posam para foto no dia da entrevista que foi realizada na sua residência numa manhã de abril de 2019; (p.55)
- Figura 8:** Mapa de localização da área da pesquisa; (p.56)
- Figura 9:** Desenho da PA-430 localizando 36 comunidades que dependem da estrada, contextualizando no mapa da região Nordeste do estado do Pará; (p.61)
- Figura 10 –** Mapa da área do município de Maracanã incluindo a maioria dos seus vilarejos. A região plotada com o círculo é a área objeto desta pesquisa; (p.63)
- Figura 11 e 12:** Vista da rua Beira Mar na comunidade do 40 do Mocooca; (p.69)
- Figuras 13 e 14:** Vistas da chegada ao Vilarejo 40 do Mocooca, pelo alto e pelo Furo do 40; (p.69)
- Figura 15:** Reportagem no jornal A Província do Pará, edição de 21 de agosto de 1960, sobre o turismo nas praias do Nordeste do estado do Pará; (p.77)
- Figura 16:** Casa Silva, de propriedade do Sr. André Silva, único comércio no vilarejo do 40 do Mocooca no período do surgimento da estrada no vilarejo do 40 do Mocooca; (p.80)
- Figura 17:** Abertura da estrada ou ramal do Mocooca, na década de 1960; (capa e p.84)
- Figura 18:** Presidente Juscelino Kubitschek, superintendente da SPVEA, sr. Waldir Bouhid, com os engenheiros Bernardo Sayão e Rui L. de Almeida em visita à obra da rodovia Belém-Brasília; (p.88)
- Figuras 19 e 20:** Reportagens de A Província do Pará, de 4 de setembro de 1960 e a de 18 de setembro de 1960 sobre a competição entre rodovias e ferrovias no País; (p.91)
- Figura 21:** Reportagem de A Província do Pará, de 15 de janeiro de 1961, sobre a conclusão dos trabalhos na rodovia Belém-Mosqueiro; (p.93)
- Figuras 22, 23 e 24:** Imagens da área de desembarque no vilarejo do 40 do Mocooca em períodos diferentes retratando mudanças ambientais no mesmo espaço de circulação e mobilidade; (p.97)
- Figuras 25 e 26:** Mapas dos traçados de rodovias estaduais e federais na Amazônia a partir de 1960; (p.99)
- Figura 27:** Mapa hidroviário da Bacia Amazônica, elaborado pelo Ministério dos Transportes do Brasil em 2014; (p.103)
- Figura 28:** Profa. Graça Santana, na comunidade de Fortalezinha na Ilha de Maiandeuá; (p.110)
- Figura 29:** Dona Felipa Teixeira da Conceição (71 anos) e Seu Alair Pinheiro da Conceição (84 anos); (p.119)
- Figura 30:** Placa identificando a área da Reserva Extrativista Marinha Maracanã na estrada PA430; (p.123)
- Figura 31:** Mapa da Área da Reserva Extrativista de Maracanã-PA; (p.124)

Figura 32: Trapiche do porto do vilarejo do 40 do Mocooca com a maré cheia. Pessoas aguardando a vez para embarque e travessia pelo Furo do 40 para a ilha de Maiandeuá; (p.127)

Imagens 33 e 34: Vista da estrada do 40 (PA-430), na altura do km 08 e 09; (p.129)

Figura 35: Análise visual comparativa da mudança na cobertura vegetal da estrada PA-430 e do vilarejo do 40 do Mocooca, dos últimos 34 anos; (p.136)

Figuras 36 e 37: Pe. Godofredo Marx entre os Anjos da coroação de Nossa Senhora em 1970. (p.137)

Figura 38: Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “Jarbas Passarinho”, do vilarejo do 40 do Mocooca-Maracanã-PA; (p.142)

Figura 39: A pequena Isabela Almeida, Nara Santos, e o/as professor/as Roberto Junior, Jascilene Conceição e Luzinete Nogueira no espaço da Biblioteca Voo dos Guarás da Escola Jarbas Passarinho no vilarejo do 40; (p.148)

Figuras 40 e 41: Primeira formação e apresentação da BANJAP para a comunidade do 40; (p.155)

Figura 42: Ensaio das crianças para as comemorações do 7 de setembro do Centro Social Novo Horizonte; (p.158)

Figuras 43 e 44: A Professora Luzinete, com seus filhos Roberto Júnior (24 anos) e Rômulo Santana (17 anos) integrantes da BAMJAP, e o neto Pietro de 5 anos. Ao lado a foto com o registro da Banda com a corporação completa; (p.161)

Figura 45: Roberto Junior Santana, com a vestimenta da formação da BAMJAP de 2019, onde participava como o Comandante Mor; (p.162)

Figuras 46 e 47: Nadia Machado (34 anos), bordando pacientemente as roupas e os estandartes da quadrilha “Sensação Caipira” para os festejos juninos de 2019; (p.168)

Figura 48 e 49: Seguem os ensaios da quadrilha para as apresentações; (p.168)

Figuras 50, 51 e 52: Pose para as fotos: os brincantes da formação da quadrilha “Sensação Caipira” de 2019. Miss Simpatia Iana Livia Nogueira (18 anos) e Miss Morena Cheirosa Helany Santana (22 anos); (p.169)

Figuras 53 e 54: As mulheres se reúnem para preparar as comidas que serão vendidas durante as noites de festa na comunidade; (p.173)

Figuras 55 e 56: Igrejas de alvenaria na estrada do 40 e no centro do vilarejo do 40 do Mocooca. A primeira construída no início dos anos de 1970, a segunda no início da década de 1990; (p.176)

Figuras 57 e 58: O Círio em 2017 e 2019 de Santa Luzia que acontece todo dia 12 de dezembro na comunidade do 40 do Mocooca, reunindo fieis que rezam e pedem benção a Santa; (p.176)

Figuras 59 e 60: A Guarda de Santa Luzia é formada por jovens da comunidade, e todos eles preparam uma blusa para homenagear a Santa. Da direita para a esquerda, Ramon, Mirla, Danilo, Junior, Mateus, todos na faixa de 16 a 17 anos; (p.177)

Figura 61: A pequena Valentina de 1 ano, levada pelos pais no Círio de Santa Luzia; (p.178)

Figura 62: Promesseiro agradecendo pela saúde da mãe; (p.179)

Figura 63: Distribuindo água para os promesseiros da estrada; (p.180)

Figuras 64, 65, 66 e 67: Artesanato local feito com os cocos secos comuns nos quintais da região e que adornam as residências e bares na região; (p.187)

Figuras 68, 69, 70 e 71: Adornos e pinturas nos bares inspiradas nas belezas do ambiente local são feitas por nativos. Carrancas chama atenção em bares. Adorno corporal com a miniatura do curimbó, instrumento musical utilizado nas rodas de carimbó na região; (p.188-189)

Figuras 72, 73 e 74: Barracos na beira da praia, em Mocooca e Fortalezinha, vilarejos da ilha de Maiandeuá, vizinhos ao 40 do Mocooca; (p.191)

Figuras 75, 76 e 77: Casas de barro na beira da estrada na comunidade do 40 que serão substituídas por casas de tijolos. E a casa já de tijolo que mantém a tradição de secagem do peixe como culturalmente feito desde a origem do vilarejo; (p.191)

Figuras 78 e 79: Construção de parte da ponte derrubada nas grandes marés de 2018 e limpeza da estrada sendo realizada pelos moradores, e filhos da região, na altura do campo das mangabas; (p.194)

Figuras 80, 81, 82, 83 e 84: Logomarca do GAF, palestras sobre a produção e distribuição de lixeiras artesanais nas comunidades, e campanha educativa sobre o lixo com as crianças; (p.195-196)

Figuras 85, 86, 87 e 88: Casas e pequenos comércios nos vilarejos da ilha de Maiandeuá, região onde o GAF foi muito atuante nas suas ações educativas para o meio ambiente; (p.198)

Figura 89: Logomarca da junção dos movimentos SOS Mocooca e Filhos da Terra; (p.199)

Figuras 90, 91 e 92: O avanço do mar e a destruição na orla comunidade; (p.204)

Figuras 93 e 94: cartazes de divulgação feitos pelos membros dos movimentos pedindo ajuda e chamando o povo para participar das manifestações; (p.206)

Figura 95: Moradores e visitantes da região na Carreata do “Dia D” na PA-430. (p.207)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
-------------------	-----------

PARTE I – TEMPORALIDADES: CAMINHOS DA MEMÓRIA

1 NARRADORES, LUGARES E MUDANÇAS CULTURAIS	33
1.2 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA “GENTE DO MAR” NA ZONA DO SALGADO PARAENSE	56
2 TEMPO DE VIDA E TRABALHO: ÁGUA E TERRA EM MEMÓRIAS ENTRELAÇADAS	72
3 TEMPO DE VIDA E TRABALHO: MEMÓRIAS DA ESTRADA	98

PARTE II - MODOS DE VIVER, FESTEJAR E LUTAR

4 GENTES EM MOVIMENTO: AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DEFININDO A VIDA NA REGIÃO	131
4.1 “ESTUDAR PRA QUÊ?” EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO VILAREJO DO 40 DO MOCOCCA	140
4.2 ARTE E EDUCAÇÃO: A BANDA DA ESCOLA JARBAS PASSARINHO (BAMJAP)	152
5 FESTEJAR E REZAR: A RELIGIOSIDADE E FESTAS JUNINAS NO 40 DO MOCOCCA	164
5.1 ANARRIÊ: O RITMO DOS PREPARATIVOS PARA O MÊS DE JUNHO NA COMUNIDADE	167
5.2 O CULTO A SANTA LUZIA NO 40 DO MOCOCCA	169
5.2.1 Promessas e promesseiros da Santa em 2019	177
6 A ARTE COTIDIANA E O ARTESANATO DA PESCA: NA	

NATUREZA, NA SALA E NO CORPO	182
7 “A VIDA AQUI É LUTAR!” - OS MOVIMENTOS SOCIAIS, DA FLORESTA AO MAR	192
7.1 O ASFALTO NO RAMAL: UM SONHO COLETIVO NA MARCHA DO “DIA D”	207
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	210
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	222
ANEXOS	252

INTRODUÇÃO

[...] parti da experiência de humildes moradores das florestas e segui, através de evidências contemporâneas superficiais, as linhas que ligavam-nos ao poder [...]
(E. P. Thompson. *Senhores e caçadores*, 1978⁹, p. 17)

A estrada para mim nunca foi um local inóspito. Sempre a entendia a partir dos rios, como um lugar, ao mesmo tempo, farto e perigoso. Embora, historicamente, não seja essa a realidade¹, para quem viveu em pequenas cidades da Amazônia até as últimas décadas do século XX, os rios eram os caminhos, bem como uma das principais fontes de alimento do ribeirão. Quando pequena, era pelos rios que minha mãe nos levava, meus irmãos e eu, a lugares mais distantes da cidade onde nasci no Baixo Amazonas, Alenquer. Ir ao dentista, fazer exames ou, simplesmente, passear em outra cidade trazia-me lembranças dos rios, que eram as nossas vias de acesso, e dos barcos como meios de transporte. Particularmente, nunca tive, pelo menos até os 25 anos, memórias sobre viagens que durassem várias horas em estradas de terra ou de asfalto, lembranças que me rememorassem caminhos que não pudessem ser substituídos, por serem mais dispendiosos ou demorados. Pelo contrário, viajar era sempre de barco pelos rios, sempre mansamente, apesar do barulho ensurdecido dos motores dessas embarcações que nos transportavam pelos rios do Baixo Amazonas entre os anos de 1970 e 1990.

A noção de viajar por estradas de terra ou de asfalto surgiu, de fato, para mim nos anos 2000, quando fui apresentada por uma amiga à Região do Salgado ou litoral Nordeste do estado do Pará. Nesse período, já morando em Belém é que fui entender como as estradas são quaisquer caminhos que percorremos, sejam eles de água, de terra, ou mesmo, pelo ar. Entendi, a partir dali, como esses caminhos ou estradas se

¹ Vários autores discutem em suas obras os processos históricos que se relacionam com o viver no campo e/ou nas estradas. Alguns desses autores embasaram nossa análise e foram citados na discussão que fazemos sobre o tema. São eles: Robert Darnton (*O grande massacre de gatos*), R. Williams (*O campo e a cidade*), E. P. Thompson (*Senhores e caçadores*), entre vários outros que abordam essa mesma questão com enfoques a partir da geografia e do meio ambiente. Em praticamente todos os casos abordados, a estrada é apresentada como locais de abandono, violência, sofrimento, mas também de comunicação, de busca por alimento, de busca por mobilidade e acesso; em outros casos, como espaços de ocupação temporária e de realização de todas as atividades cotidianas, seja para trabalhar, seja no habitar. Nesse último caso, como indicado por Gomes e Maia (2019) num artigo sobre o viver e transitar de *hippies* pelas estradas.

complementam em pontos comuns: os portos, que são áreas delimitadas em diferentes e múltiplas dimensões presentes nas pequenas ou grandes cidades pelo mundo.

É nesse contexto de viajar e conhecer as estradas de terra e/ou de asfalto e a relação destas com os pequenos vilarejos e as populações que neles vivem que, com este trabalho busco conhecer a relação de dependência entre os múltiplos e variados caminhos, os quais se apresentam, especialmente, na Amazônia, local onde se dá este estudo.

Nos séculos XVIII e XIX, as estradas na Amazônia eram, sobretudo, os rios². O escoamento da produção extrativista e o transporte de pessoas eram feitos em embarcações que percorriam os rios, as enseadas e os canais marinhos da região. A inexistência de outra forma de transporte que não o fluvial era um dos fatores que dificultava a ocupação da região. A imensidão de florestas e rios da Amazônia faz com que tenhamos a dimensão de que, em vários lugares dessa vasta região, a locomoção se dá, principalmente, por água, pelos infindáveis braços de rios que se entrelaçam entre florestas e pequenas e grandes cidades da região. Apenas no século XX, a ação das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia inaugurou, nos anos 1960, uma comunicação terrestre, com o Centro-Sul do País, especialmente, com a Capital Federal, a qual havia sido transferida para Brasília. O impacto gerado pela abertura dessas estradas, nesse período, foi enorme, em especial, para as populações indígenas, o que gerou conflitos variados e um acelerado processo de aculturação e dizimação de alguns desses povos³.

É nesse período e cenário de abertura de estradas que se interliga o País de Norte a Sul, num contexto de ocupação do território, e ocorre, também, o surgimento da comunidade e a relação desta com a estrada, a qual nos propomos estudar, ou seja, o vilarejo do 40 do Mocooca e a estrada do Mocooca (PA-430), no município de Maracanã, Nordeste do estado do Pará.

Minhas primeiras reflexões sobre as experiências dos moradores dessa comunidade do município de Maracanã surgem no início da pesquisa quando ainda estava às voltas com os resultados de estudos realizados em outro município próximo, Curuçá-PA, também Nordeste paraense. Lá desenvolvi, na comunidade do São João do Abade,

² Há uma vasta literatura sobre os rios e sua importância para a locomoção, transporte de pessoas e cargas na Amazônia. Do ponto de vista acadêmico, podemos destacar: Benchimol (1989), Furtado, Leitão e Mello (1993), Loureiro (1995), Gadelha (2002), Marin (2004), Albuquerque (2005), Oliveira (2006), Sarraf-Pacheco (2006), Trindade Jr. e Tavares (2008), Figueiredo (2009), Batista e Miranda (2019), Meira (2017), entre tantos outros autores que vêm analisando a sociabilidade a partir das relações de trabalho, lazer e do transitar em rios e comunidades das regiões de águas doces, estuarinas e salgadas da Amazônia brasileira.

³ Ver: Oliveira (1988).

área da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande, minha pesquisa de mestrado, onde investiguei, numa análise voltada para as questões do imediatismo do tempo presente, os impactos socioambientais e culturais da PA-136 nas comunidades e populações que vivem no entorno dessa estrada, dentro de uma área da referida RESEX, tomando como base as questões levantadas no Vilarejo do Abade, ponto final dessa estrada e importante porto produtor de pescado, que abastece o mercado local e parte da região onde está inserido, inclusive, Belém.

Torna-se importante salientar que os resultados dessas pesquisas para o Mestrado foram realizadas com o apoio e no contexto de atuação do Projeto RENAS⁴, o qual desenvolve pesquisa e extensão em comunidades pesqueiras da Amazônia, dentro da área de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi. Para o Doutorado, as pesquisas iniciaram em 2017, mas meu contato com a região vem se mantendo de forma continuada desde meados do ano de 2001.

Ao longo da construção do projeto para o Doutorado, o viés das relações do imediatismo ambiental, embora tenha permanecido como um dos eixos do trabalho, deixou de ter caráter exclusivo. Nossa pretensão com a pesquisa atual é aprofundar a investigação numa tentativa de aproximá-la dos processos históricos de formação e mobilidades dessas comunidades e estradas localizadas em Unidades de Conservação (UC), assim como analisar os modos de vida e a relação com as mudanças e continuidades no cotidiano da população local, buscando, com isso, contribuir com as pesquisas de comunidades tradicionais⁵ em áreas legalmente protegidas. Aqui já podemos fazer uma

⁴ O Projeto Recursos Naturais e Antropologia de Sociedades Pesqueiras da Amazônia (RENAS) foi concebido pela antropóloga Lourdes Furtado, na década de 1990, a partir de resultados de pesquisas desenvolvidas no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), desde os anos 1960. São mais de 50 anos de pesquisas em comunidades pesqueiras, produzindo dados científicos para subsidiar políticas públicas de proteção, conservação e manutenção da biodiversidade em busca de compreender os processos sociais e ambientais, assim como os sistemas práticos e simbólicos no cotidiano de pescadores na Amazônia.

⁵ O conceito de comunidades tradicionais é definido, do ponto de vista legal, como o indicado no Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2000, ou seja, “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Do ponto de vista antropológico, Diegues et al. (2000), Silva (2007) e Moraes et al. (2015) acrescentam que essas comunidades têm a característica de serem autossustentáveis, mas dependentes dos recursos oriundos da terra, assim suas áreas de moradia não podem ser tocadas ou utilizadas, o que gera uma consequência ambiental positiva à preservação, mas conflitante com interesses econômicos do estado. Os antropólogos Manuela Carneiro da Cunha e *Mauro W. B. Almeida*, em suas contribuições para os estudos de comunidades tradicionais, afirmam que “todos esses grupos possuem em comum o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. E, acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais”.

relação com a historiografia brasileira, a qual já apresentou o tema dos caminhos e estradas como elemento decisivo de interpretação da construção do País, da sociedade e de certa ideia de civilização brasileira, desde Capistrano de Abreu (1989) a Sérgio Buarque de Holanda (1994), a partir de discussões sobre do ponto de vista da História social e econômica do povo brasileiro, aprofundando conhecimentos sobre a alimentação, os processos étnicos e as condições geográficas, sobretudo, ao abordar os caminhos, os povoamentos e os modos de vidas locais, sempre com intuito de valorizar o povo, as lutas, os costumes e as miscigenações historicamente construídas, assim como o clima e a natureza do Brasil.

No que tange a esses autores, eles desbravaram e exploraram o interior profundo do Brasil, dado que, como o tema central de estudos, utilizaram-se das expedições que atravessaram as fronteiras do País, descrevendo experiências de interiorização e, ao mesmo tempo, de expansão ao investigar regiões, chamadas de Sertões por eles, analisando hábitos coletivos e práticas cotidianas, bem como a precariedade da vida dos habitantes dessas regiões longínquas das terras brasileiras.

Na pesquisa apresentada, defendo a tese de que as mudanças e as continuidades no modo de vida, assim como as relações tecidas por décadas entre moradores e o ambiente local, nessas comunidades de pescadores artesanais do litoral do Pará, ainda guardam e transmitem muito da sua tradição do passado aos novos membros, filhos e netos, embora estas sejam bombardeadas, especialmente, nesse início de século XXI, em que novos processos, produtos e informações são baseados em realidades muito diferentes das suas, mas que impactam diretamente em suas tradições no presente. Trabalhamos com a hipótese de que essa transmissão vem se dando com especificidades construídas por pais, avós, lideranças comunitárias e religiosas a partir de instrumentos e estratégias, as quais podemos chamar de tradicionais, mas que são adaptadas para o presente, ou seja, a agência desses sujeitos vem sendo construída com as formas que eles acreditam serem suas próprias vidas sem que deixem prevalecer o poder da dominação. Hall (2018), do ponto de vista dos estudos culturais, explica que mesmo em condições desiguais e assimétricas, estes indivíduos operam conforme suas “sensibilidades de mundo⁶” . Tomo aqui como exemplo a formação da banda escolar e da quadrilha junina da comunidade,

⁶ Termo forjado por Mignolo (2010, 2015, 2017) em seus estudos decoloniais sobre os desafios de habitar a fronteira da colonialidade, impondo-se um processo de desobediência das regras da modernidade com base no sentir e no pensar ‘descolonial’, a partir de um pensamento fronteiro que emerge do ato de ouvir e contar as histórias locais e confronta-las com os projetos globais.

formados por grupos de jovens que se encontram e revezam-se nas atividades durante todo o ano numa tentativa de amenizar problemas que acompanham tais comunidades desde a sua origem.

Alguns desses problemas são percebidos no isolamento da comunidade em virtude das dificuldades de comunicação e acesso à região, na ausência e nas muitas promessas não cumpridas do estado e do município para a região, na presença cada dia mais forte de drogas, lícitas e ilícitas, em toda a região, no aumento do turismo desordenado nos vilarejos praianos da área, mas também na migração cada dia maior dos jovens da comunidade.

Embora esteja em uma área “legalmente protegida”, a região, objeto desta pesquisa, vive num misto de resistência e luta pela sobrevivência, visto que os moradores buscam, nessas estratégias de sociabilidade e afetividade, as bases para preservar e dar seguimento aos seus modos de vida e de luta.

Ao intensificar as visitas à área escolhida para o estudo, a proposta de analisar as estradas de asfalto, as de terra, os rios, as rotas marítimas, as pequenas trilhas e a relação de dependência e sobrevivência dessas comunidades com esses caminhos, em áreas distantes da Amazônia, revelou-nos as experiências de viver, lutar e socializar dessa comunidade de pescadores artesanais, mas também o esforço de construir e manter uma via de acesso por terra que fornecesse opções de ir e vir, assim como de escoamento da produção local, mesmo sendo considerada uma produção pequena.

Além das experiências desses trabalhadores da pesca – com suas memórias –, que se juntaram para abrir uma outra rota de ir e vir (a Estrada do 40/PA-430) e orientaram nossa pesquisa, este estudo discute o movimento de construção da memória sobre o surgimento espontâneo do vilarejo do 40 do Mocooca, o qual, atualmente, tem o importante papel de ligar várias comunidades, por terra e por água, através de seu pequeno porto numa mistura de relações e sentimentos, que abarcam questões sociais, ambientais, religiosas, culturais e políticas no município de Maracanã desde a década 1960 até os dias atuais.

Para além da definição legal de comunidades tradicionais, há vários aspectos que precisam ser levados em consideração em nossa análise. Talvez um dos mais importantes seja a necessidade constante da interferência governamental na delimitação dos usos do ambiente e dos recursos naturais na área. Nesse sentido, conflitos de toda ordem surgiram e continuam surgindo, sendo iminentes, visto que, muitas vezes, tais comunidades são

obrigadas a recuarem em seus espaços e tradições extrativistas e de subsistência, alterando o essencial de suas relações com a natureza (VIEIRA, 2014).

Os espaços de viver, aos quais nos referimos, são permeados por tradições legalmente em algumas situações e, em outras, apenas emocionalmente delimitados. Não são espaços apenas geográficos, na verdade, proporcionam uma ampliação dos valores imateriais das pessoas que ali vivem, coincidindo com práticas e perspectivas que têm relação com o trabalho, a cultura, os hábitos, as crenças, bem como os usos do ambiente. A obrigação de seus usos diferenciados, a partir de determinado acordo legal e determinado momento, estabelece relações de interesses distintos que essas comunidades, muitas vezes, não conseguem entender, tampouco desenvolver, visto que envolvem valores, sentimentos e mudanças nas práticas tradicionais de usos.

Um exemplo disso são os tempos diferenciados apresentados a partir da memória como “tempo de fartura” e “tempo da famitura” descritos por Nascimento (2006, p. 24)⁷ numa redefinição de tempo no modo de vida de pescadores artesanais nessa mesma região da Amazônia. Segundo a autora, o primeiro é caracterizado pela abundância na pesca e o segundo, pela escassez do pescado. Essa delimitação, no tempo, descreve claramente o passado e o presente na narrativa dessas pessoas que trabalham e vivem da pesca artesanal na região do 40 do Mocooca.

Neste estudo, é apresentada a escassez natural por conta do aumento exacerbado da pesca comercial, inclusive, com imposição de proibições nos usos desses espaços e recursos em determinados períodos através de legislação vigente⁸. Enquanto o passado é apresentado como farto e cheio de afetividade, embora com conflitos sempre permeando as relações. Mesmo assim, este é sempre narrado com fartura, em que o pescador ia à beira do rio ou a uma enseada ou braço de mar e rapidamente trazia o almoço da família, seja com a pesca de rede, seja com a pesca de curral. Algumas das alterações no modo de vida dessas comunidades são percebidas a partir de mudanças nos usos desses ambientes. São o passado e o presente sendo apresentados numa rede de relacionamentos e decisões na vida móvel do campo e da cidade, estudados por Raymond Williams e que

⁷ Essa discussão será embasada nos conceitos de “tempo natural” e “tempo do relógio” de E. P. Thompson (1967), também utilizado por Nascimento (1995), articulando passado (tempo dantes) e presente (tempo de hoje), e o trabalho em (tempo de esperar e tempo de procurar), aplicado à realidade da pesca em Maracanã-PA.

⁸ A Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, alterada pela Lei nº 13.134, de 14 de junho de 2015, dispõe e altera a concessão ao pescador profissional artesanal do pagamento de seguro defeso no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal. Esse valor equivale a um seguro-desemprego especial, pago ao pescador em alguns períodos do ano.

abordaremos nesta pesquisa. De acordo com Williams (1989, p. 19), a “movência” trata da “[...] vida do campo e da cidade é móvel e presente: move-se ao longo do tempo, através da história de uma família e de um povo; move-se em sentimentos e ideias, através de uma rede de relacionamentos e decisões”. É exatamente como percebemos o movimento das relações cotidianas na região de estudo desta pesquisa.

Com esse foco, apegamo-nos às três dimensões de cultura percebidas e apresentadas por esse autor, uma vez que nos interessam para a construção deste trabalho: a primeira é a ideal com seus valores absolutos, que remetem a uma condição universal; outra documental, que se apresenta a partir das experiências humanas, as quais têm sido descritas e relatadas nas obras de cunho intelectual e imaginativo e utilizadas na elaboração deste estudo; e, por último, e talvez a mais importante, a social, em que são descritos os modos de vida e a teia de relações dessa população, em que buscamos expressar seus valores e significados através de comportamentos, instituições, manifestações artísticas, religiosas, de aprendizado e de trabalho presentes nessa região (WILLIAMS, 1989; 2003; 2007).

Com relação ao marco cronológico da pesquisa, inicialmente sendo definida no período de 30 anos (1970-2000), com o aprofundamento das pesquisas, no entanto, percebemos a necessidade de recuar 10 anos, visto que, durante o levantamento dos relatos orais, todas as narrativas sobre o surgimento da estrada remetiam para a década anterior ao recorte inicial, ou seja, 1960. No decurso da elaboração deste trabalho, notamos que seria necessário, também, esticar o período previsto inicialmente até os anos de 2020, quando se dá o desfecho apresentado pelos moradores, isto é, descrito como a “vitória do asfalto” na região. Dessa forma, aumentamos em 30 anos o período de abrangência da pesquisa, para que pudéssemos inserir o período real de construção da referida estrada, assim como trazer um pouco da discussão atual acerca da sustentabilidade e dos impactos ambientais⁹ e antrópicos¹⁰, os quais vêm acelerando a erosão na região, igualmente a chegada do asfalto no vilarejo e na estrada do 40 do Mocooca.

⁹ João Filgueira estudou a dinâmica costeira da região próxima ao vilarejo do 40 do Mocooca no trabalho de conclusão de curso intitulado: Geomorfologia costeira e morfologia das praias da ilha de Algodoal (Maracanã-PA) em 2019.

¹⁰ Exemplo desses impactos é a retirada da proteção das praias, a vegetação dos manguezais, pedras e areias que são agentes inibidores da erosão, tema discutido num estudo feito recentemente em nível nacional por Yara Schaeffer-Novelli acerca da situação atual do grupo de ecossistemas: “manguezal, marisma e apicum”, incluindo os principais vetores de pressão e as perspectivas para sua conservação e usos sustentável.

O aumento no recorte temporal se justifica pelo fato de que, em várias narrativas apresentadas no decorrer do trabalho de campo, percebemos que a origem e o processo de construção da estrada do 40 se deram, justamente, no período de expansão das estradas no País e, em especial, na Amazônia brasileira sob o lema “ocupar para não entregar”, o qual foi utilizado pelo governo militar nos anos 1960 e 1970, com o objetivo de ocupar os espaços “vazios” e integrá-los geográfica e economicamente ao restante do Brasil (CASTRO; CAMPOS, 2015). Já numa perspectiva de presente e futuro, a narrativa apresenta o início da chegada do asfalto na região sendo comemorada como a conquista de um sonho coletivo dos moradores e visitantes dos vilarejos da região.

As dificuldades de acesso à região, desde a origem até o presente, são sempre relatadas como uma das situações que mais afetam as famílias que vivem na área, sobretudo, as que moram próximas à faixa de praia no vilarejo. Essa foi uma das principais queixas presentes, praticamente, em todos os relatos, sendo perceptível ao se fazer uma primeira visita à região, justamente por ser um dos principais eixos de turismo de sol e praias marinhas do estado do Pará (Algodual Maiandeuá), da qual fazem parte: ilhas, igarapés, balneários e furos, os quais juntos formam um território de forte influência marinha muito procurada pelo turismo internacional, atividade que se torna mais um incremento à economia local (QUARESMA, 2003). A alegria da chegada do asfalto é a outra ponta desses relatos, sendo colocado, reiteradamente, como a segunda grande conquista da população local. A primeira é a construção da estrada “no braço” pelos moradores.

Definimos, assim, a abrangência cronológica, em especial, entre os anos de 1960 e 2020, precisamente por considerar que alguns episódios do início do século XXI são fundamentais para entender o desfecho deste trabalho, pois contribuíram, de forma decisiva, para as mudanças e continuidades da vida no vilarejo. A primeira década do estudo corresponde ao período em que a estrada foi aberta pelos próprios moradores, ou seja, a última década do século XX, correspondendo ao momento em que se consolidam as discussões para a criação da Reserva Extrativista Marinha Maracanã (RESEX-MAR). Área legal onde o vilarejo e parte da estrada localizam-se, ao passo que as primeiras décadas do século XXI consolidam-se com as manifestações da população local em busca do asfalto e por melhoria nas condições de vida da população local através de ações narradas pelos próprios moradores e imagens feitas no decorrer deste estudo.

Algumas etapas da metodologia de pesquisa foram vencidas, em parte, com o levantamento bibliográfico e em fontes de jornais¹¹, a fim de entender o contexto histórico de ocupação da região e do período estudado. Outra etapa do trabalho trata da coleta de depoimentos¹², observação e conversas informais numa busca incansável por recolher o máximo de informações a partir das memórias dos moradores da área, tomando por base o diálogo com o campo da História Oral, que, a nosso ver, apresentou-se como o mais indicado nesta pesquisa por dois motivos: primeiro, por permitir avaliar reminiscências individuais e memórias coletivas, buscando na percepção dessas pessoas, em suas experiências de vida, no trabalho da pesca, bem como nas relações tecidas, a partir dos usos da estrada, desde os períodos próximos à sua abertura até os mais recentes; e segundo, por nosso acesso às demais fontes serem restritas por conta do acesso difícil ao vilarejo, sobretudo, no período do inverno amazônico quando os moradores estão mais disponíveis. Embora o principal motivo esteja na tradição da oralidade de seus moradores por meio de seus depoimentos, os quais ajudaram a escrever a história de seu local de viver.

Os agentes desta pesquisa documentam seus saberes nas suas narrativas e não na escrita, o que se apresentou como um desafio no levantamento de informações, posto que são dados relativos a períodos importantes da vida na comunidade, os quais precisaram ser identificados em relatos orais que nem sempre eram claros, mas se constituíram da única documentação encontrada sobre o surgimento do vilarejo e a abertura da referida estrada.

Nesse ponto, Alessandro Portelli (1987) tem mostrado que a História Oral, ao se utilizar da memória através de conversas informais ou em entrevistas, fornece, amiúde, a compreensão necessária para eventos importantes e desconhecidos da história de lugares, que têm influenciado os modos de vida nessas regiões. A utilização desse método de coletar informações pode revelar fatos e lançar luz sobre áreas e períodos inexplorados

¹¹ Foi realizado um levantamento no acervo de jornais da Hemeroteca da Fundação Cultural do Pará (FCP), no qual tivemos acesso aos seguintes jornais: A província do Pará (1960-1979), Folha Vespertina (1969-1972), Jornal do Dia (1961-1965), O Liberal (1974-1978), A Vanguarda (1960-1961), O Diário do Pará (1991-2000) e O Estado do Pará (1959-1980). Nestes, buscamos informações sobre a região do Nordeste paraense, especialmente, o município de Maracanã, as quais nos dessem quaisquer dados sobre o surgimento da PA-430. Não tivemos sucesso nesse sentido. Conseguimos, no entanto, um panorama do movimento de abertura de estradas na Amazônia nas publicações desses jornais no período de surgimento do vilarejo e da estrada, focos de estudo desse trabalho.

¹² A maioria dos depoimentos foram coletados na comunidade, nas residências dos moradores no período que estivemos em campo para conhecer um pouco mais do dia a dia dos moradores (Nomes, datas, horários e locais das entrevistas constam nas fontes e referências bibliográficas, página 224 deste trabalho). Nesses períodos, tivemos autorização do ICMBio, órgão gestor da Reserva Extrativista Maracanã. As autorizações constam no anexo 05 desta tese.

da vida diária de classes historicamente invisibilizadas, ou de acordo com um conceito cunhado por Gramsci, subalternizadas¹³. Essa é uma discussão que precisa ser feita no sentido de problematizar o social e tocar em pontos que, por muito tempo, têm se mantido invisíveis ou escondidos na trajetória dessas populações, mas que cada vez mais têm sido utilizados para (re)escrever a trajetória social de homens e mulheres a partir da memória.

Assim, a construção deste trabalho se deu, inicialmente, com base em conversas informais e, a partir destas, em entrevistas organizadas e direcionadas para as pessoas mais antigas da comunidades, depois se estendendo a filhos e netos moradores, que ainda residem na região e a outros que, atualmente, residem em cidades próximas ou na capital do estado, bem como para visitantes ou turistas (pessoas que não residem no vilarejo, mas estão por lá de maneira frequente, seja a passeio, seja por já terem adquirido casas na região). As conversas e as entrevistas eram moldadas, inicialmente, por informações quanto às suas experiências de vida, suas vivências, relações e memórias, ao vilarejo e à estrada do 40 do Mocooca, mormente, pelos impactos que essas memórias lhes causam.

Ao abordar o conceito de memória, buscamos embasamento nos escritos de Jacques Le Goff, quando este nos remete a um fenômeno individual e psicológico, que permite a mulheres e homens a atualização de impressões ou informações passadas. Para esse autor, o uso da memória está relacionado à elaboração/construção e à narrativa da história, relacionando o passado e o presente, coexistindo com a oralidade e a escrita, justamente como temos utilizado as informações reunidas nesta pesquisa. São essas memórias que revelam as diferenças entre sociedades de memória oral, memória escrita e memória em transição da oralidade para a escrita, este último por força da modernidade¹⁴. É nessa condição de transição que se encontra a comunidade a qual nos propomos a estudar. Dessa forma, este estudo buscará compreender o uso político do passado pelo presente e de uma construção do passado baseada nas emoções e vivências das pessoas, que mantêm ou mantiveram algum tipo de relações com esse lugar, mas também entender as necessidades apresentadas no tempo presente desta região.

¹³ É comum encontrar, na literatura contemporânea, ao serem analisados fenômenos sociopolíticos e culturais, os termos: categoria “subalterno” e conceito de “subalternidade”, principalmente, ao se descrever as condições de vida de grupos e camadas de classe em situações de exploração ou destituídos dos meios suficientes para uma vida digna. Em contrapartida, esse termo foi cunhado por Gramsci ao abordar processos de dominação presentes na sociedade, desvendando “as operações político-culturais da hegemonia que escondem, suprimem, cancelam ou marginalizam a história dessas populações” (GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.).

¹⁴ O conceito de modernidade, utilizado neste trabalho, passa pelo sentido de expansão do ponto de vista territorial descrito a partir do “progresso”, discutido por Schwartzman (2004).

Para isso, nosso entendimento dependerá da análise da experiência dessas pessoas e da organização dos diferentes “tempos”, passado e presente. Optamos, então, por dialogar com os escritos de Edward Palmer Thompson, historiador inglês que analisa as ações de mulheres e homens reais, trabalhadores imersos em suas experiências sociais e vivências históricas.

A construção dessas experiências, segundo Thompson, perpassa todos os seguimentos da existência humana, organizando-se conforme suas formações e relações, sejam elas de atitudes, religiosas e/ou profissionais. Esse diálogo forneceu suporte para analisar, particularmente, as experiências coletivas e seu contexto social na região, posto que estudar a experiência dessas pessoas significou estudar o processo social que as envolve, suas tradições, a vida material e suas perspectivas futuras. Para Thompson (1987a; 1987b)¹⁵, há diversas formas e espaços de vivenciar, aprender e dar sentido a essas experiências, mas é no coletivo que as pessoas se reúnem em torno de objetivos comuns, algo que as identifique, permitindo vivências e experiências por vezes emancipadoras. Nesse estudo, tal discussão se revelou fundamental, já que, com a categoria “experiência” de Thompson, recuperou-se, na pesquisa histórica, a mais fina articulação dialética entre liberdade e necessidade (ALVES; ARAÚJO, 2013, p. 56), condições básicas da vida humana em qualquer que seja a região do planeta. Os argumentos de Thompson demonstram ser, exatamente, nas vivências históricas que a classe trabalhadora tem sua trajetória edificada, não se restringindo apenas ao sentido econômico do trabalho, na verdade, em sentido amplo no que tange à experiência de vida construída a partir das relações tecidas cotidianamente em determinado lugar.

No que concerne às nossas dificuldades na construção deste trabalho, a ausência de documentos escritos/oficiais sobre a criação do vilarejo do 40 do Mocooca, bem como acerca do surgimento da estrada, desde a sua origem mostrou-se uma tarefa hercúlea, a qual também foi evidenciada com rara bibliografia sobre o vilarejo e a estrada em questão, onde conseguimos reunir Nascimento (1995 e 2006), Quaresma (2003). Tais dificuldades nos levaram a interpretar nas narrativas, assim como em fontes paralelas, as notícias de jornais do período indicado nas entrevistas com nossos interlocutores, tudo, na verdade, com o objetivo de sustentar os resultados e considerações a que chegamos. Nesse ponto,

¹⁵ Sobre o conceito de experiência em Thompson, buscamos complementar nosso entendimento utilizando as análises feitas no texto “A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho” de autoria de Célia Regina Vendramini, publicado em 2006. Esta bibliografia consta nas referências completas deste trabalho.

nosso exercício de interpretação deu-se com o embasamento teórico em E. P. Thompson, singularmente, na obra “Senhores e caçadores”, editado em 1975, cujo propósito era explicar os mecanismos e as aplicações da Lei Negra¹⁶ na sociedade inglesa do século XVIII, sobretudo, nas populações que viviam nas áreas de parques e florestas de Windsor e de Hampshire. Ao enfrentar a ausência de documentos, Thompson utilizou-se do cruzamento de um amplo conjunto de evidências, que proibiram diversos costumes praticados por moradores dessa região da Inglaterra como documentação comprobatória.

A dificuldade de acesso a uma documentação “direta” impulsionou-nos a ampliar a análise como procedimento historiográfico a partir dos escritos de Natalie Davis (2001), utilizando conjecturas e evidências paralelas, surgidas do cruzamento de informações, bem como de especulações, controladas com amparo na pesquisa. Ao decidir pelo uso das conjecturas, permitimo-nos inserir os indivíduos em seu contexto histórico relatado.

Trata-se de um trabalho que, ao mesmo tempo, descortina o processo histórico de surgimento da comunidade e da estrada de mesmo nome, pautando-se pelas relações do trabalhar na pesca, agricultura e extrativismo florestal, sendo ainda as principais fontes de sustento das populações que vivem próximas a essa estrada, evidenciando uma relação de extrema dependência com o ambiente natural. De modo que é nesse cenário de mudança que a pesquisa busca revelar as alterações, as continuidades e a descontinuidade provocada pelas intervenções desde a construção de novos ramais e do alargamento da Estrada do 40, assim como num cenário de mudança de atividades econômicas, da pesca para o turismo desordenado, que iniciou de forma tímida, mas que tem ganhado força nas últimas décadas, em razão do potencial turístico já identificado na região, e segue ganhando contornos de principal fonte de renda da população local num misto de conformação e resistência.

É nesse lugar de relações entrelaçadas que este estudo foi desenvolvido. Lugar em que os valores materiais se misturam com o patrimônio ambiental, sociocultural e histórico, presentes nos diferentes ambientes, criados e recriados, construídos em diferentes tempos pelo homem da região, ainda que ao mesmo tempo tenha ocorrido um

¹⁶ A Lei Negra inglesa de 1723 foi uma medida jurídica que inaugurou um período de execuções capitais de rigor inédito naquela sociedade, estudada por E. P. Thompson em sua obra “Senhores e caçadores”. Numa profunda análise do *crime* e do *direito*, conformando dimensões históricas centrais, o autor revela que a Lei Negra visava reprimir, particularmente, as ações de caçadores clandestinos que, reivindicando usos costumeiros consolidados em décadas ou séculos de história, transpunham as fronteiras dos parques e florestas da Coroa e de lá retiravam cervos, galhos, lenha, peixes e diversos outros produtos silvestres (CÂNDIDO, 2000).

processo de modificação no ambiente a partir da ocupação do seu território e de uma relação dialética com a natureza e, mais recentemente, com os que visitam com frequência a região.

Nesse sentido, este trabalho se justifica numa realidade posta, que se convencionou para a sociedade amazônica na atualidade caracteriza-se pela busca de formas alternativas de produção e geração de renda. Esta é uma visão baseada na criação de estratégias de gestão e manutenção da qualidade de vida a partir do uso racional e sustentável dos recursos ambientais (NUNES, 2016).

O propósito da nossa análise, diante disso, é entender o ser e o estar dessa população a partir de suas memórias, somando-se a elas os diversos estudos sobre a experiência do homem litorâneo e sua relação com o meio natural, o qual ocupa, milenarmente, a orla costeira dessa parte da Amazônia. Tal reflexão justifica-se pela importância científica, social e econômica da pesquisa, visto que entender os processos nela apresentados, proporcionará entendimentos que podem vir a contribuir com as políticas tradicionais de transporte, agricultura, turismo e infraestrutura, assim como as políticas sociais e ambientais de apoio a essas comunidades. Estas políticas ao serem implementadas, transformam-se em benefícios facilmente identificáveis para estas populações num curto período de tempo promovendo ganhos para toda a sociedade, especialmente às gerações futuras.

De forma objetiva, este trabalho foi organizado em duas partes. Ao todo são sete capítulos, três na primeira parte e quatro na segunda, sendo finalizado com algumas considerações finais.

A primeira parte que chamamos de *Temporalidade: os caminhos da memória*, foi construído com três capítulos, sendo o primeiro nomeado como *Narradores, lugares e mudanças culturais*, onde apresentamos nossas fontes, interlocutores e o lugar escolhido para realizar este estudo, é onde damos um panorama dos caminhos que percorremos durante a pesquisa e por onde conduzimos todo o trabalho nestes quatro anos, especialmente aqueles que nos levaram através das memórias dos moradores locais sobre um passado constantemente ligado ao presente.

No segundo capítulo, identificado como *Tempo de vida e trabalho: água e terra em memórias entrelaçadas*, fazemos um exercício de reescrita de uma história que conta o surgimento e a primeira fase de construção do vilarejo e da estrada do 40 do Mocooca. Aqui trabalhamos no sentido de entrelaçar memórias de episódios que entendemos como

importantes no transcorrer deste percurso, tais como os relatos orais e as fontes de jornais¹⁷ da época.

No terceiro capítulo, *Tempo de vida e trabalho: memórias da estrada*, abordamos o cenário de mudanças na região amazônica, maiormente, em relação à mobilidade, trazendo um pouco dos modos de viver, trabalhar e transportar num emaranhado de lugares em meio a florestas e estradas, de rio, de terra e de asfalto, contando, ainda, brevemente, a experiência das pessoas que contribuíram com suas memórias, além das fontes impressas que conseguimos localizar.

A segunda parte do trabalho, a qual identificamos por *Modos de viver, festejar e luta*, apresentamos em quatro capítulos, a vida cotidiana na região a partir da educação formal e informal, dos festejos, das vocações artísticas para a música, dança e artesanato, assim como as lutas para levar o asfalto até o vilarejo.

Assim, o quarto capítulo foi identificado por “*Estudar pra quê?*” – *educação formal e não formal no vilarejo do 40 do Mocooca*, aborda as maneiras de educar na região, tanto as que envolvem formalmente a escola, quanto aquelas que são desenvolvidas fora dos espaços formais de educação. Nesse capítulo, apresentamos a criação e a trajetória da Banda da escola do vilarejo, identificada por seus membros como de ‘percussão rudimentar’, a qual tem desempenhado o papel de reunir e representar a região promovendo a integração dos vilarejos próximos em eventos fora e dentro da comunidade como uma estratégia de preservar a identidade e a cultural local.

O quinto capítulo, *Festeja e rezar: a religiosidade e a quadra junina na comunidade*, é onde mostramos um pouco da religiosidade, a partir dos festejos e comemorações religiosas aos santos católicos, que tem nos arraiais e quadrilhas a parte profana dessas festas, onde demonstram de forma espontânea um comportamento cultural coletivo dos moradores promovendo aprendizado, difusão e divulgação de processos culturais locais a partir da incorporação de novas tecnologias entre os mais jovens.

O sexto capítulo, *Na natureza, na sala no corpo a arte cotidiana e o artesanato da pesca*, trata das manifestações e vocações artísticas do artesanato local, perpetuadas e identificadas nas experiências de homens e mulheres que pensam, constroem e reproduzem a partir de suas memórias e vivências cotidiana sobre seu ambiente, várias maneiras de enfeitar suas casas, embarcações, comércios e corpos, promovendo um encantamento de turistas e visitantes nessa região.

¹⁷ Todas as informações referentes a essas fontes constam na nota 11 deste trabalho.

O sétimo e último capítulo identificado por “*A vida aqui e lutar! – os movimentos sociais: da floresta ao mar*”, abordamos a trajetória de lutas nessa região a partir dos movimentos organizados de moradores locais, amigos e visitantes em busca de uma bem viver na região, aliando formas de mobilidades mais acessíveis e seguras visando melhorias na qualidade de vida da população, com sustentabilidade para o ambiente local.

Finalizamos este trabalho tecendo algumas *Considerações finais*, apresentando nossas impressões sobre vários acontecimentos, sejam grandes ou pequenos, coletivos ou individuais, que consideramos importantes e que carregam nas suas entrelinhas as histórias das pessoas dessa região. Nosso entendimento é de que concluímos esta etapa do estudo, na qual foi essencial ver e ouvir todos os detalhes dos relatos, e assim compreender suas estratégias e articulações sendo organizadas, de forma planejada ou intuitiva. Tal postura visa defender seus interesses em meio a relações sociais diversas e frente às ações políticas do estado que, segundo essas pessoas, raramente priorizam ou atendem suas necessidades de sobrevivência cotidiana, nem mesmo promovem algum tipo de manutenção social e cultural local, mas estão presentes e entrelaçadas com suas trajetórias de vida nesta parte do município de Maracanã, Zona do Salgado paraense.



PARTE I

Temporalidades:

os caminhos da memória

“Na saída do vilarejo, abriam-se três estradas: uma seguia em direção ao mar, outra, em direção à cidade e a terceira não levava a lugar nenhum”.

Gianni Rodari (1920-1980)

1 NARRADORES, LUGARES E MUDANÇAS CULTURAIS

Narrar uma história nem sempre é uma tarefa fácil, sobretudo, quando essa história envolve outras pessoas, outros lugares, outros contextos, temporalidades diferentes dos personagens e a *veracidade* das fontes¹⁸, posto que todos os detalhes, assim como os cruzamentos de informações, são fundamentais para o bom entendimento de quem conta e de quem irá conhecer essa história, seja lendo ou sendo narrada posteriormente.

Na história que nos propomos a contar ou reescrever, os registros serviram como pistas, vestígios e indícios que apontaram os caminhos que conduziram a pesquisa, através dos quais percorremos as memórias dos moradores sobre um presente que, a todo momento, recorre a um passado distante, envolto em emoções nem sempre boas, embora relatadas com um tom saudosista. Tal contexto remete a Ginzburg (1982), que, ao apontar para as pistas deixadas pelos relatos, leva a criar uma narrativa coerente a partir dos rastros deixados, o que pode proporcionar, muitas vezes, respostas aos estudos do cotidiano, do imaginário, da alimentação, das tradições, da cultura, da saúde, enfim, da vida em outras épocas, de uma maneira geral. Enfim, são esses episódios da história de regiões, comunidades, populações ou pessoas, coletiva ou individualmente, que são estudados e expostos como fatos históricos pelo historiador justamente a partir de uma conjunção entre o presente e o passado, entre os vestígios encontrados no caminho da pesquisa, na qual se dá o entendimento de uma sociedade em determinados períodos do tempo.

É importante salientar que a esse processo junta-se o fato de não ser possível ignorar “que a memória é sempre uma reelaboração, socialmente determinada (HALL, 1992, p.160)” e quando utilizamos as técnicas da história oral, como neste trabalho, “corre-se o risco de fazer usos inocentes dos relatos por ela produzidos, mas sem deixar de levar em conta a contextualização e as mudanças no decorrer do tempo”¹⁹.

Em vista disso, para narrar a história do vilarejo do 40 do Mocooca e a relação dos seus moradores com a estrada PA-430, o levantamento de informações sobre a região ocorreu, intensamente, durante os anos de 2018 a 2021, especialmente, nos três primeiros anos desse período, embora andemos frequentando essa região desde 2001 e tenhamos

¹⁸ Ao abordar a veracidade das fontes de pesquisa na escrita da história, Barros (2012, p. 154) chamou de fontes realistas os textos construídos sobre a ideia de veracidade, que expressam algo verdadeiro e não o que é uma livre criação dos seus autores. Segundo esse autor, toda a historiografia que se fez até o século XVIII tomou por base documental esse tipo de fonte.

¹⁹ Ibidem

passado por uma pandemia²⁰, que atingiu a todos, influenciando diretamente no trabalho de levantamento dos dados a partir de 2020.

Importa dizer que as principais fontes utilizadas na narrativa dessa história são orais. Foram nelas que buscamos rememorar as lembranças de pessoas que vivem no extremo Norte do município de Maracanã, Zona do Salgado paraense. Todos os eventos levantados durante a pesquisa importam, apesar de que terão maior atenção, na análise dos dados, aqueles que, no passado, definiram e, no presente, continuam a definir o modo de vida da população local, igualmente os que foram alvo de mudanças na trajetória dessa população em relação ao cotidiano e aos usos do ambiente local.

Como mencionado anteriormente, toda narrativa é construída a partir da História Oral, tomando, como principal fonte de informação, a memória dos moradores da região, os quais, em muitos casos, por conta da idade avançada, já evidenciam dificuldades de acessar suas lembranças. Entre os de idade mais avançada, a maioria não consegue mais afirmar datas exatas, uma vez que trocam períodos e sequências de acontecimentos específicos que identificamos como importantes para o entendimento de determinados contextos e situações analisadas. Esse tem sido, na verdade, um dos problemas enfrentados na pesquisa, não obstante, buscamos resolvê-los a partir de cruzamentos dos dados de entrevistas com as informações de documentos públicos oficiais²¹, fontes de jornais²², documentos pessoais e as poucas fotografias que conseguimos. Dessa forma, tentamos chegar a uma narrativa final, de modo a ser o mais próximo possível da verdade dos fatos e dos acontecimentos na região.

²⁰ Epidemia que começou na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019, e rapidamente se espalhou pelo mundo. As principais teorias levantadas incluíam o contato entre um ser humano e um animal infectado e um acidente em um laboratório na China. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o surto do novo Coronavírus (2019-nCoV) constituía-se numa Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existiam surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. No Brasil, foi identificado o primeiro caso de infecção pelo novo Coronavírus no final de fevereiro de 2020, mesmo período em que a Europa já registrava centenas de casos. Dois anos se passaram e o mundo ainda apresenta milhares de casos numa quarta onda de contaminações, que ocorre a partir das várias mutações do vírus. A população mundial começou a ser vacinada em 8 de dezembro de 2020 no Reino Unido. No Brasil a vacinação iniciou em 17 de janeiro de 2021, quando o País já tinha alcançado a marca de 210 mil mortos pela doença. As primeiras seis milhões de doses foram da vacina Coronavac, importadas pelo Instituto Butantan em uma colaboração com a empresa chinesa Sinovac Biotech. Conforme Samira Asma, Diretora-geral/assistente da Divisão de Dados e Análises da OMS, estimativas dão conta de que cerca de 6 a 8 milhões de pessoas morreram em razão da Covid-19 no mundo até o final de 2021. Fonte: OPAS; OMS, 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt>.

²¹ Segundo Barros (2012), esses são documentos públicos produzidos, oficialmente, pelo Estado, mas também por uma Associação, pela Igreja, pela escola, pelo posto de saúde etc.

²² Foram utilizadas, como fontes nesta pesquisa, informações de jornais: Folha Vespertina (1953-1960) e A Província do Pará (1960-1965).

Sobre tais questões, nosso diálogo incluiu o historiador Michael M. Hall, um dos autores do campo da História Oral, utilizado para embasar esta pesquisa. HALL (1992) discute a participação do pesquisador na produção final do documento elaborado a partir da história de vida de uma pessoa, de uma família, de uma cidade, dialogando com as questões relacionadas à inocência de lidar com fontes orais como fatos definitivos sem a preocupação de checagem e cruzamento de informações. Essa é uma das preocupações que tivemos durante o processo de levantamento das fontes que sustentam a produção desta tese.

Durante a coleta dos dados orais, no decorrer das entrevistas, tivemos o cuidado de propor um tom de conversas informais nas perguntas, deixando nossos agentes interlocutores à vontade para expor e compartilharem suas memórias, vivências, experiências cotidianas e suas relações sociais com familiares, amigos, vizinhos, mas também com os visitantes sempre presentes na comunidade. Nas conversas, buscamos entender, nos relatos orais de mulheres e homens locais e de pessoas que, mesmo não vivendo mais naquela área, mantêm vínculos muito próximos com o lugar da pesquisa, e esclarecer trajetórias, eventos, contextos e situações que não conseguiríamos realizar sem ouvir e analisar as narrativas dessas pessoas individualmente, mas, na verdade, no interior da coletividade local. Como afirma Alonso (2017, p. 33), não se trata de “dar voz” a grupos marginalizados, mas de lhes “dar ouvidos” e, em caráter democrático, de “dar ouvidos” aos diferentes lados.

Assim o desenvolvimento deste trabalho constituiu-se por intermédio de um universo de 30 entrevistas, nas quais procuramos responder a várias perguntas sobre a trajetória do vilarejo e das pessoas que se relacionam com ele, reforçado com um minucioso levantamento bibliográfico acerca do tema proposto, com o qual observamos autores imprescindíveis e citados nos diálogos no decorrer da escrita, continuamente traçando paralelos com o fazer historiográfico de modo geral.

De fato, este trabalho foi elaborado averiguando as bases e os critérios de confiabilidade da memória oral, que Thompson (1997, p. 52) apresenta envoltos na Psicologia Social e na Antropologia, tentando mostrar as possibilidades de tendências e fantasias dessa memória, além da importância da retrospectiva e da influência do entrevistador no processo de afloramento de lembranças. Seguimos a fazer um exercício de cruzamento de narrativas, buscando apresentar tais memórias como fonte histórica, com o propósito de mostrar como realmente se deram os fatos, tentando, ainda, levar

sempre em consideração as várias camadas da memória individual e a pluralidade de versões sobre o passado, fornecidas por diferentes narradores.

Diante disso, apresentamos alguns episódios rememorados e relatados por alguns dos nossos interlocutores. Começamos com as narrativas do casal de moradores do vilarejo do 40 do Mocooca: Seu Alair Pinheiro da Conceição (84 anos), sua esposa Dona Felipa Teixeira da Conceição (71 anos) e de Seu Sérgio Conceição Teixeira (72 anos), morador do vilarejo de Fortalezinha, na Ilha de Maiandeuá, todos trabalhadores da pesca já aposentados, que contaram como ocorreu a ocupação da área em que hoje está o vilarejo do 40 do Mocooca. Em conformidade com seus relatos, essa comunidade surgiu, principalmente, através da migração de famílias que viviam na Ilha de Maiandeuá, numa comunidade do outro lado do rio Maracanã ou Furo do 40, em frente ao atual vilarejo. As famílias atravessaram o Furo²³ vindas da comunidade do Mocooca na Ilha, onde ocupavam uma faixa de praia de areias brancas e muito finas com vegetação rasteira, cercada por coqueiros e uma área de terra firme e manguezais.

Segundo Quaresma (2003, p. 166), Mocooca está localizada às margens do Furo de mesmo nome, a sudeste da Ilha de Maiandeuá. As casas, que foram destruídas, e parte dos moradores, migrando para o outro lado do rio, ficavam na parte de baixo dessa comunidade, justamente na faixa de praias que cercava a comunidade. Nessa área, residiam, aproximadamente, vinte casas pequenas, construídas no estilo de palafitas, pelo menos, com um metro de altura do chão. Ali moravam as famílias, cujas casas ficavam posicionadas umas em frente às outras, entre muitos pés de coqueiros e ao longo de um caminho estreito de areias finas e brancas, por onde passavam carroças puxadas por burricos ou cavalos, transportando os pertences dos moradores, peixe salgado e os produtos do pequeno comércio local. A posição das casas era disposta de modo que parte delas tinha os manguezais ao fundo e a outra tinha, nos quintais, uma bela faixa de praia salgada, nas quais eram colocadas as armadilhas de pesca, chamadas por eles de currais. Essa era a paisagem que se tinha e tanto encantava os visitantes ou viajantes, que passavam por essa região na década de 1950. Esse é um período aproximado, uma vez que chegamos a ele levando em consideração a memória, os relatos, a idade dos moradores e o período de surgimento do vilarejo do 40 do Mocooca.

²³ Furo é o termo da geografia utilizado para identificar pequenos canais que ligam dois rios entre si ou um rio a um lago (ANDRADE, 1958). No caso do Furo do 40, é como os moradores costumam chamar o braço de mar que separa a Ilha de Maiandeuá do Continente e do vilarejo do 40 do Mocooca.

Percebemos, nas narrativas coletadas, que esse episódio marcou a vida dessas pessoas, visto que foi a primeira vez que estes presenciaram a fúria da natureza naquele lugar, situação que, de acordo com eles, tem se repetido.

Durante nossas conversas com esses velhos pescadores (Seu Alair, Dona Felipa e Seu Sérgio), sem conseguir precisar datas, estes contaram que as famílias, que viviam ali, foram expulsas, uma a uma, na década de 1950 até o início de 1960 do por conta das grandes marés que levavam a faixa de areias em que essas pessoas residiam. Conforme os relatos, as áreas de terra firme, adentrando a ilha, possuíam donos, desse modo, a maioria das famílias, que vivia nessa faixa de praia, foi, pouco a pouco, sendo obrigada a atravessar para o outro lado do Furo de aproximadamente 500 metros (maré cheia), a fim de ocupar uma área de terras firmes próximas ao braço de mar, iniciando-se, dessa forma, a ocupação do vilarejo, hoje denominado 40 do Mocooca.

Seu Alair e Dona Felipa eram moradores do Mocooca e atravessaram-no jovens, ele com 26 anos e ela com 18, época em que tinham acabado de se juntar e tiveram de fugir do alagamento, acabando por se instalar no outro lado do Furo. Ainda conforme os relatos, ambos foram pioneiros ali. Seguidos depois por outros fugitivos dos alagamentos, que se intensificavam nessa parte da Ilha de Maiandeuá.

Em conformidade com os relatos e mesmo presenciando na região, esses grandes alagamentos costumam acontecer em ciclos, nos quais a população ocupa essa área por um determinado período e, em seguida, voltam a ser expulsas de lá pela violência das águas do mar. Esses episódios voltaram a acontecer nessa mesma região a partir de 2015, quando uma nova leva de moradores, que já havia se instalado lá, foi expulsa novamente do mesmo modo. Presenciamos esses últimos, já que frequentamos essa região desde 2001, sendo comprovados nas pesquisas de mestrado feitas em 1998 por Quaresma (2003) da seguinte maneira:

Segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FNS), Mocooca tem uma população de aproximadamente 113 habitante [...] a maioria das casas concentrava-se em uma faixa de terra próxima ao furo de mesmo nome, oriunda de depósito de areias trazidas pelo mar. O processo de depósito e retirada dessa areia e, conseqüentemente, o avanço das águas do mar tem forçado paulatinamente a transferência da população para o interior da vila, para áreas mais altas e para locais não inundados pelas águas (QUARESMA, 2003, p. 166).

Ou seja, as pessoas, que viveram nessa comunidade, no passado e no presente, acabam se instalando na parte de baixo próxima à praia, sendo expulsas de lá em razão

desse processo de mudança no cenário do ambiente local. Ou voltam para áreas mais altas da ilha, ou ainda, transferem-se para o outro lado do Furo, o vilarejo do 40 do Mocooca.

Esse processo de mudança, no ambiente da Ilha de Maiandeuá, foi o que propiciou, a partir da migração das pessoas de lá, o surgimento do novo vilarejo, bem como da estrada do 40 do Mocooca no final da década de 1960.

Nessa época, alguns anos depois de se instalarem no novo vilarejo, as maiores dificuldades dessas pessoas eram apresentadas, quase sempre, como o isolamento e os problemas da mobilidade por terra, uma vez que eles permaneciam dependentes das pequenas embarcações, a maioria a vela, que não tinham uma frequência correta na área, justamente devido aos períodos de marés secas e marés altas. Em virtude disso, eles continuavam a depender unicamente do rio para sair da comunidade. Em consonância com a esposa do Seu Alair Pinheiro (84 anos),

[...] era muito difícil quando alguém caía doente. Ou a gente dava um jeito de se juntar para levar pra cidade num dos barcos de pesca dos pescadores que moravam aqui ou morria aqui mesmo rapidinho. Às vezes, eles estavam todos pescando pra fora, aí a gente tinha que tratar aqui mesmo com remédio caseiro. Quando não era tão grave, a gente dava jeito aqui mesmo, mas, se fosse grave, não tinha jeito de tirar daqui sem um barco. Muita gente morreu assim aqui de umas enfermidade que a gente nem conseguia saber o que era e não tinha como acudir (Relato de Felipa Conceição, 71 anos, pescadora aposentada e uma das primeiras moradoras do vilarejo do 40 do Mocooca).

A dificuldade de sair dos vilarejos dessa área, com um pouco de segurança e de forma mais rápida, começou a promover, entre os moradores, a ideia de abrir uma estrada que facilitasse o trânsito por terra.

Seu Sérgio Teixeira (72 anos), pescador que, ainda hoje, mora na comunidade de Fortalezinha na Ilha de Maiandeuá, relatou que, poucos anos após o início do povoamento do 40, já havia se instalado por lá um “bom” comércio, a Casa Silva, que vivia de portas abertas na principal rua, a Beira mar, e como o nome diz: de frente para o mar. Seu Sérgio trabalhou lá antes de se casar. André Silva, o proprietário, dependia de embarcações para abastecer seu comércio, o que lhe trazia grandes transtornos por conta das dificuldades e irregularidades desses transportes nessa região.

Em seus relatos, Seu Alair (84 anos) e Seu Sérgio (70 anos) afirmaram ter sido por causa dessas dificuldades de ir e vir, de transportes difíceis e irregulares no ir e vir das embarcações para o vilarejo, que surgiu a ideia de os próprios moradores se juntarem para abrir uma rota por terra que viabilizasse a entrada e a saída automóveis do vilarejo.

Todos eles disseram que já havia uma trilha, um caminho estreito de aproximadamente 40 quilômetros que ligava as várias comunidades da região e acabava

saindo na atual PA-220 (estrada que liga os municípios de Igarapé-Açu e Magalhães Barata), contudo era de difícil acesso e muito longe, mesmo assim, muitas pessoas utilizavam essa trilha com pequenas carroças, montadas em cavalos e burricos, bicicletas e até lambretas, embora essa via não tivesse condições de receber um automóvel ou um caminhão, por exemplo.

Esses foram os motivos, que, consoante aos depoimentos dos interlocutores da pesquisa, levaram os moradores a discutir a possibilidade de eles próprios realizarem esse trabalho: construir uma estrada para encurtar e alargar essa trilha, cuja trilha seguisse, pelo menos, até o vilarejo de Martins Pinheiro (atualmente a metade da PA-430) e com isso sair da dependência unicamente da rota marinha, desatrelando-se, finalmente, dos horários das marés e das poucas embarcações que aportavam no vilarejo.

O trabalho na estrada foi feito lentamente, posto que, durante os anos que se seguiram, cada dia saía uma turma para trabalhar na estrada e assim foram construindo, revezando-se e fazendo, dentro das próprias possibilidades, o ramal do 40, este que é atualmente a PA-430, principal acesso a mais de 30 pequenas comunidades existentes naquela região. Mais adiante, tentaremos esclarecer como se deu o trabalho, dado que alguns dos moradores que participaram consideram-no, talvez, um dos trabalhos mais importantes de suas vidas.

Desde esse período, o vilarejo cresceu pouco, ainda assim segue como o principal ponto de mobilidades para as outras comunidades, sobretudo, para as que ficam do outro lado da Ilha de Maiandeuá. Atualmente, o vilarejo do 40 do Mocooca é composto por cinco ruas principais e paralelas ao braço de rio/mar, que passa em frente à comunidade, identificado pelos moradores como “Furo²⁴ do 40”. Dessas ruas, a principal e mais larga é a que dava acesso circulando a comunidade pela frente, chegando até o porto. Sendo desse modo até 2015 quando finalizava a PA-430. Hoje ela encerra logo depois da escola no bar do *Zap Zap*, um dos poucos locais em que se tem acesso ao sinal de *internet* no vilarejo. Essas ruas principais são atravessadas por outras 5 ruas menores, mas sem nome, formando o pequeno vilarejo do 40 do Mocooca.

²⁴ Na região amazônica, Furo é o nome dado a um espaço navegável que corre entre as árvores e serve de comunicação entre dois rios. No caso do Furo do Mocooca, ele é assim chamado pelos moradores locais por ser um braço do rio Maracanã que separa o vilarejo do 40 do Mocooca e a ilha de Maiandeuá.

Figura 1 – Fim da PA-430 e início da rua Beira Mar, no vilarejo do 40 do Mocooca, num dia de marés altas e já bastante impactada pelas forças das águas marinhas (março de 2019)



Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Sandro Barbosa (2019).

No período da pesquisa, verificamos, em dados obtidos no posto de saúde do vilarejo, o qual atende várias comunidades da região, que tão somente no 40 do Mocooca residiam 150 famílias cadastradas. As moradias dessas famílias foram construídas numa área cercada por florestas, manguezais e o mar, na qual podemos encontrar belíssimas praias de areias brancas, cenário que vem transformando a região desde a década de 1990 num polo do turismo regional, impondo um processo de “turistificação”, já analisado por Quaresma (2003) e conforme o ponto de vista da Antropologia por Nascimento (1995).

Acerca dos tempos que são percebidos em regiões pesqueiras com potencial turístico, como é o caso do vilarejo em estudo, levando-se em consideração a análise antropológica feita por Nascimento (1995, p. 15), ao citar Corbain (1989), a autora propõe o “Tempo do veranista”, caracterizado pelos períodos de veraneio, apontado, em seu trabalho, os meses de julho, o qual coincide com as férias escolares, exatamente como foi percebido em nossas idas a campo. Apenas uma diferença foi notada e diz respeito à intensificação desse turismo nos períodos de veraneio proposto pela autora: no presente, esses períodos se estendem por mais épocas do ano e com muito mais veranistas e visitantes, o que foi percebido e descrito também por Quaresma (2003). Notamos, ainda,

que, além do mês julho, os feriados de Natal, Ano-novo, Carnaval, Semana Santa, entre outros, o número de pessoas se multiplica na região. Isso é notado através do aumento de um turismo descontrolado ou desordenado, sem nenhum planejamento, ainda assim sendo considerado importante pelo município e pelos moradores, posto que, mesmo com infraestrutura mínima, as atividades desse setor complementam de várias maneiras a renda das famílias locais.

Muito embora o destino da maioria dos turistas, que frequenta a região, seja a Ilha de Maiandeuá e seus vilarejos, Camboinha, Fortalezinha e Algodoal, a comunidade do 40 do Mocooca recebe, inicialmente, esses visitantes, visto que se trata do ponto final da estrada PA-430, única via por terra até a região, por esse lado da Ilha. A outra rota importante é acessada pelo distrito de Marudá, no município vizinho de Marapanim, sendo este o acesso mais procurado pelos turistas que têm, como destino principal, o vilarejo de Algodoal. Quem segue para os outros vilarejos da Ilha o transporte por terra, seja de ônibus, vans ou carros particulares, faz sua última parada no 40 do Mocooca, ou seja, esse é o local que representa o ponto de mobilidade e travessia para esse lado da Ilha, para outros vilarejos próximos, para a estrada, para quem vai à praia, vai pescar, à floresta, assim como para o mar.

No passado, assim como atualmente, é no pequeno porto (Figura 2 e 3), construído também pelos próprios moradores e revitalizado na primeira década do século XXI de forma improvisada pelo poder público municipal e mantido atualmente pelos barqueiros e atravessadores da comunidade, que chegam e saem as pequenas embarcações para Mocooca, Fortalezinha, Camboinha na Ilha de Maiandeuá, igualmente para Maracanã (sede do município).

Nesse pequeno porto, também acontecem os embarques e desembarques dos ônibus e vans, que fazem o transporte público pela estrada. A partir 1995, quem vai de carro próprio, para seguir viagem até as comunidades da Ilha, tem a opção de deixar seu carro em um dos quintais de moradores do 40, que tem sido, paulatinamente, adaptados para estacionamento. Esse é o caso do quintal da residência de seu Alair Teixeira (84 anos) e de seu Antônio Teixeira (54 anos), ambos alugam seus quintais para guardar os automóveis dos visitantes que irão atravessar com destino à Ilha, o que ajuda a compor, assim, a renda familiar com os valores arrecadados nessa atividade. Essa é mais um dos trabalhos que tem surgido a partir do aumento do turismo nas últimas décadas, tornando-se fonte de renda das famílias que residem no local. Até nossa última estada na comunidade, já observamos cinco residências com seus quintais adaptados para

estacionamentos. Essa atividade já é considerada fundamental para eles, especialmente, nos períodos em que o peixe falha ou “o mar não está para peixe”²⁵.

Em 1998 e 1999, a então servidora do Museu Paraense Emilio Goeldi, e atualmente professora aposentada da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará, Helena Doris de Almeida Barbosa Quaresma, em pesquisas para seu mestrado em Planejamento do Desenvolvimento nesta Universidade, estudou a Área de Proteção Ambiental Algodal Maiandeuá. Na pesquisa, a autora apontou a total inexistência de políticas públicas voltadas para o turismo na região. Em sua dissertação, ela faz um mapeamento dos espaços e modos de viver e trabalhar da população da ilha, apresentando as problemáticas de acesso e do turismo sendo desenvolvido sem infraestruturas, diante do já reconhecido potencial da região. Nos resultados desse trabalho, publicado em 2012, ela apresenta a Vila do Mocooca, local de onde grande parte dos moradores do 40 migraram, como uma Vila que poderia ser, nos dias atuais, uma “vila sem nome”, pois seus moradores desconheciam a origem dessa denominação. Tal desconhecimento persiste até os dias atuais. De acordo com Quaresma (2003, p. 165), a palavra Mocooca deve ser, em parte, de origem indígena, já que “oca” é originária do Tupi, que significa casa, habitação. Essa foi a única referência que conseguimos de tal denominação.

Na pesquisa, Quaresma (2003, p. 167) relata, a partir de um croqui, que, na faixa de praia, havia, pelo menos, 12 unidades habitacionais na Vila do Mocooca, local mais sensível ambientalmente pela proximidade do mar, mas sempre muito procurado para construção dessas habitações. Em 2015, durante nossas visitas como turista, percebíamos maior número de casas nessa mesma área, uma vez que havia, pelo menos, 20 moradias ao lado da praia. Já em agosto de 2019, observamos uma redução drástica nesse número. Eram apenas 5 ou 6 moradias, todas bem próximas à área de desembarque das rabetas²⁶ e protegidas pelas pedras e dunas, em que as águas das grandes marés ainda não conseguiam chegar. Essa mudança, no ambiente local, demonstra o processo contínuo de avanço e recuo do mar em determinados ciclos, forçando a transferência da população para o interior da Vila ou para o outro lado do Furo do 40. Claramente percebemos esse processo nos relatos dos nossos interlocutores, em dados bibliográficos de pesquisas já

²⁵ Período em que o peixe some ou diminui consideravelmente a quantidade que dá nas redes e currais. Quando isso acontece, os moradores buscam outra alternativa para compor a renda da família para não faltar o alimento à mesa.

²⁶ Pequenas embarcações motorizadas muito comuns na Amazônia. São utilizadas em pequenos trajetos, e por isso não costumam ter cobertura.

realizadas anteriormente e nas observações que fazemos, pelo menos, há vinte anos nas visitas a essa região com certa regularidade.

Embora os processos de alagamentos sejam comuns de tempos em tempos, em toda a região litorânea, nos relatos de vários moradores, na última década, têm se mostrado rápido e violento ao derrubar essas moradias e expulsar seus donos da área. Isso tem acontecido, atualmente, no 40 do Mocooca, comunidade que é o foco principal das nossas pesquisas.

As Figura 2 e 3 revelam o processo de erosão pelo qual o vilarejo tem passado. Somente na última década, mais de 10 residências já vieram abaixo, e outra 6 seguem ameaças de desabar a qualquer momento por conta do avanço do mar sobre a comunidade, sem que nada tenha sido feito para tentar contornar o problema na área. Durante os dois últimos períodos em campo, pude perceber uma população preocupada, bastante assustada com os estragos das grandes marés associadas ao período de chuvas, quem em 2019, segundo os moradores, foram muito intensos.

Figuras 2 e 3 – Registros feitos durante as grandes marés (alta e baixa), em março de 2016, do pequeno porto do vilarejo do 40 do Mocooca



Fonte: Acervo pessoal do fotógrafo Sandro Barbosa (2016).

Os últimos alagamentos, registrados nesta pesquisa em 2019, novamente vêm provocando a diminuição da faixa de praia e destruindo as poucas moradias que ainda resistem no local. Muitas delas já foram destruídas pela força das últimas marés ou desmanchadas por seus proprietários e levadas para terras mais firmes no interior da comunidade e mais em direção à estrada ou às áreas de floresta fechada. Trata-se de um novo processo de migração forçado repetindo-se na região por conta da subida do nível do mar. No que tange às casas que não são removidas, as grandes marés se encarregaram de destruir e arrastar. Tais processos foram relatados pelos moradores mais antigos para

explicar a origem do vilarejo do 40 do Mocooca e, posteriormente, o surgimento da PA-430.

Foram esses os primeiros moradores que atravessaram o Furo, fugindo dos alagamentos que ocorreram nos anos finais da década de 1950 e início de 1960 na Ilha de Maiandeua, especialmente, na comunidade de Mocooca, que originaram o vilarejo do 40 do Mocooca. Tal processo de alagamentos se repete novamente no presente, cujo reflexo é a formação de um povo em constante mobilidade, que, periodicamente, muda das faixas de praias para as áreas de terra firme e próximas à floresta, de modo que, quando o mar acalma, alguns voltam a construir suas moradias próximas a ele. Este é um fato interessante que demonstra, sobretudo, a relação cotidiana que essas pessoas têm com o mar, não apenas do ponto de vista da subsistência ligada às práticas da pesca e do extrativismo marinho, mas de uma “identidade praiana”²⁷ profundamente ligada aos espaços marinhos. São pessoas que têm toda a sua tradição, seja no trabalho, no lazer, nas crenças, nas afetividades, na alimentação, na arquitetura, na saúde, enfim, em todos os setores da vida, extremamente, ligadas ao mar. Esta é tão forte, que muitos deles costumam a se adaptar em outros lugares distantes do mar.

Essa dificuldade foi relatada por Silvio Teixeira (40 anos), pescador que nasceu e morou até os 30 anos em Fortalezinha na Ilha de Maiandeua, quando se casou e precisou se mudar para Belém. Ele diz que, no mínimo, uma vez por mês precisa ir à Ilha, senão não aguenta viver em Belém. “Preciso ir lá, tomar um banho de mar, lavar a cabeça com água de coco, andar na praia, pescar, despescar um curral para me fortalecer e voltar pra minha vida em Belém”. Tal fala evidencia que ele já teria voltado a viver lá, se não fossem as responsabilidades familiares em Belém. Na verdade, trata-se de um desejo acalentado para o futuro, para “sua velhice”, como ele mesmo disse.

Erivelton Balga (37 anos), nascido no vilarejo de 4 Bocas, vizinho ao 40, mencionou algo bem parecido sobre sua relação com aquele lugar, uma vez que seus pais eram pescadores e agricultores, moradores daquela região, mas já faleceram. Num relato cheio de afetividade, disse:

Eu nasci lá, e minha irmã ainda mora na mesma casa onde nós nascemos. Só que eu sai de lá faz muitos anos, mas não deixo de ir lá, pelo menos, uma vez

²⁷ “Identidade praiana” é um termo utilizado por Julia O’Donnel ao analisar as culturas urbanas e o estilo de vida que surgiu no Rio de Janeiro no final do século XVIII. A pesquisa, realizada no período de 1890 e 1940, retrata um estilo de vida que se revela para o mundo a partir do morador e frequentador da praia de Copacabana. Em nossa pesquisa, utilizamos o termo relacionado à subsistência, sobretudo, no que concerne à relação de afetividade e liberdade que este carrega.

por mês. Não consigo desfazer os laços afetivos que tenho com aquele lugar, com aquela região. Preciso disso para me manter de pé aqui em Belém.

Essa relação identitária com seu lugar de nascer e crescer fisicamente ecoa com o que Rogério HAESBAERT (2004) explica sobre o território/lugar, já que é constituído a partir da apropriação simbólico-cultural e marcado por relações sociais construídas historicamente pelos indivíduos de uma determinada região. Tanto que vislumbramos tal identidade sociológica representada nos relatos de Silvio e Erivelton, esta que é construída a partir de suas experiências de vida enquanto moradores dessa região, com laços e aprendizados vividos cotidianamente na cultura da pesca, de viver próximo ao mar, numa interação entre o simbólico e o concreto, levando a um certo estado de identificação no qual eles se reconhecem verdadeiramente como indivíduos desse lugar. Percebe-se que é nessa relação que eles atingem sua total identificação, reconhecendo-se de maneira tal que apresentam esse, como seu o “verdadeiro eu” (OUTHWAITE; BOTTOMORE, 1996).

Esse contexto, por um determinado período de suas vidas, transcorreu também através da atividade econômica que desenvolviam enquanto moradores dessa região. São filhos de pescadores que aprenderam a arte da pesca com os pais, os quais também desenvolviam essa atividade na região, representando uma herança cultural, posto que estes também aprenderam com seus pais desde a origem desses vilarejos, em que até os dias atuais tem como principal atividade geradora de alimento baseada nas práticas do trabalho na pesca artesanal, principalmente, as modalidades de curral²⁸ e rede. Contudo, essa atividade sempre foi complementada pela coleta de mariscos e agricultura de subsistência, com pequenas plantações de mandioca e milho.

Essas atividades se complementam na economia doméstica e utilizam-se da construção temporal na organização dos vários “tempos” (THOMPSON, 1987, 2019), passado e presente, bem como os tempos de trabalhar, de lazer, de festejar, de aprender, articulando os conceitos de “tempo natural” e “tempo do relógio”, instituídos no cotidiano da comunidade (NASCIMENTO, 1995, p. 6).

²⁸ Na pesca artesanal, os currais são cercas ou armadilhas fixas construídas pelos pescadores em áreas de marés para pegar os peixes que entram nos canais nos momentos de marés cheias. Essa modalidade de pesca é tradicionalmente realizada no litoral brasileiro e sua técnica leva em conta especialmente a localização, os compartimentos e estruturas construídas que precisam ser cuidadosamente definidas em relação as correntes das águas para alcançar eficiência na produtividade do curral. Autores como Furtado (1987), Maneschy (1993), Von Brandt (1984), Fonteles-Filho; Espindola (2001), entre outros estudaram essa modalidade de pesca, que na região desta pesquisa é comum, especialmente nos vilarejos próximos ao mar.

Nas pesquisas de Nascimento (1995) e Quaresma (2003), assim como no levantamento de dados na comunidade para este estudo, notamos que o “tempo” do trabalho na pesca costuma ocupar todos da casa: crianças e adultos, mormente, pai, mãe e filhos homens e mais velhos. Essa é uma das continuidades percebidas durante a pesquisa no 40 do Mocooca. Embora em menor escala e mesmo pelo fato de que nem todos se ocupam nessa atividade nos grupos familiares, todos sabem pescar, tratar, filetar ou salgar o peixe trazido no dia a dia da pesca na região.

Seu Antônio Teixeira (Seu Toninho, 54 anos), pescador nascido e criado no vilarejo do 40 do Mocooca, é um dos nossos narradores. Casado há 32 anos com Dona Iram Pimentel (47 anos), com quem teve 4 filhos e 4 netos até o momento, orgulha-se em dizer que todos foram criados com recursos oriundos do seu trabalho na pesca artesanal. Seu Toninho mencionou ter trabalhado, e ainda trabalhar, muito na pesca, em cuja atividade contava com a ajuda de seu filho mais velho. “Eu aprendi com meu pai e ensinei pros meus filhos homens”, relato em conversa que tivemos no seu quintal num fim de tarde de abril de 2019.

A pesquisa de campo revelou, também, que os meninos, mesmo que no presente em menor escala, ainda são preparados para seguir os passos do pai na principal atividade desempenhada a vida toda: a pesca. Quem estuda no período matutino ajuda o pai na pesca na parte da tarde e vice-versa, de tal maneira que eles só evitavam de levar os filhos às pescarias na parte da noite. “A noite ele atrapalhava mais do que ajudava. Eu começava a levar quando já estava maiorzinho”, disse seu Toninho sobre levar os filhos para a pesca.

Outra atividade passada de pai para filhos é a travessia no Furo. Quem trabalha nas rabetas atravessando moradores e visitantes, que vão e voltam das comunidades da Ilha de Maiandeuá, estão sempre com os filhos nos horários em que não estão na escola. Em conformidade com a professora Luzinete, essa é uma das maneiras que os pais têm de ocupar e ensinar a atividade para os filhos em horários nos quais eles não estão na escola, apresentando a lida do dia a dia da travessia para eles.

Seu Toninho, pescador e rabeteiro, morador do vilarejo do 40 do Mocooca, disse que ensinou todos os filhos a pescar, embora nenhum deles tenha seguido seus passos no trabalho da pesca. O filho mais novo, Augusto Teixeira (26 anos), era o único que ainda morava e ajudava o pai na pesca, na travessia ou tomando conta do estacionamento no quintal da casa no período em que estivemos por lá levantando informações. Ainda assim, ele estava cursando Pedagogia nos finais de semana no município de vizinho de Magalhães Barata. Para tanto, Augusto seguia pela estrada do 40 de moto todos os

sábados bem cedinho para estar na classe no horário da aula. Seu Toninho mencionou todo orgulhoso que seu filho quer ser professor e já está se preparando para se formar em 2021.

Essa é uma das mudanças perceptíveis nas últimas décadas nessa comunidade e nas outras da redondeza e tem se repetido em várias famílias. Os jovens não querem mais seguir a vida realizando o mesmo trabalho dos pais. Embora eles aprendam o ofício da pesca na infância, querem ter outra profissão, de acordo com seus relatos: um trabalho mais “leve”, evidenciando uma situação diferente no passado. Consoante aos relatos de seu Toninho, Seu Sérgio, Seu Alair, eram obrigados a aprender o ofício do pai desde criança, pois, desse modo, eram aceitos entre os adultos, “considerados” no trabalho de pescador, reconhecidos e reconheciam-se integrantes desse grupo social.

Na década de 1990 em Marudá, município de Marapanim, por exemplo, Furtado (1997), ao analisar a cultura da pesca artesanal na localidade, argumenta que

Os meninos vão se familiarizando com os serviços da esfera masculina, através dos serviços do pai. É bastante comum encontrarem-se garotos de 6 a 10 anos de idade participando do trabalho do pai e que sabem manejar com destreza o leme de uma embarcação, subir ou arriar o pano de uma canoa, que sabem puxar uma rede ou despescar o curral como os adultos experimentados nessa atividade. Consiste nisso [...] a maneira pela qual as crianças vão adquirindo valores, formas de comportamento e aprendem a definir as tarefas pertinentes ao seu sexo (FURTADO 1997, p. 143).

Esse comportamento foi percebido nas famílias de pescadores em Marudá e relatado pela pesquisadora, sendo possível confirmá-los entre as famílias do vilarejo do 40 do Mocooca. Notamos, ainda, que diminuiu a frequência, caracterizando um processo em curso de mudança cultural.

A despeito disso, o exemplo da família de seu Toninho é bem interessante, visto que, segundo ele, “sempre preferiu trabalhar com os filhos, nunca foi muito de trabalhar de compadrio”²⁹. Seu filho de sangue mais velho, Fagno Conceição (31 anos), era quem mais o acompanhava nas pescarias quando pequeno, já que “Ele tinha a obrigação de ir comigo pescar. Por ser o mais velho, ele aguentava o trabalho”, conforme Seu Toninho.

E assim notei vários garotos trabalhando com os pais na comunidade durante a pesquisa, mas também presenciei as brincadeiras. No entanto, o trabalho me pareceu, na atualidade, ser realizado por crianças numa frequência menor do que foi relatado pelos

²⁹ Sistema de parceria baseado na família e no compadrio – os quais regem a vida dos homens embarcados e assumem “a função de relações de produção” (GODELIER, 1978, p. 50); divisão social do trabalho e formas de arranjos socioculturais e econômicas específicas de uma cultura produtiva particular, em que o saber-fazer pesqueiro ancestral é essencial (RAMALHO, 2006; 2011).

entrevistados no passado, período em que os interlocutores eram crianças. As oportunidades que tive de indagar sobre a presença de crianças em meio aos adultos, na pesca ou na travessia com as rabetas no 40 do Mocooca ou nos vilarejos próximos por onde andei durante a pesquisa na região, quase sempre, o pai ou o responsável logo se adiantava em responder que estavam ajudando, aprendendo o trabalho, porque era melhor aprendê-lo do que estar na rua “fazendo coisa errada”.

Seu Toninho foi um dos primeiros a relatar, de forma firme e direta, que os filhos “[...] tinham que aprender o trabalho pra poder sustentar a família deles depois”, de maneira que a expectativa de seu Toninho foi atendida, posto que todos os seus filhos sabem pescar e tratar o peixe, embora nenhum queira mais desenvolver exclusivamente essa atividade para seu sustento. Fagno, por exemplo, hoje com 32 anos, aprendeu o ofício da pesca com seu pai, tanto que afirmou se houver a necessidade sabe pescar, tratar ou salgar o peixe. Sabe tirar caranguejo, coletar mariscos, mas, do ponto de vista do sustento de sua família, seu pai não teve suas expectativas atendidas. Atualmente, Fagno já constituiu família, mora em Belém e trabalha como padeiro desde 2014, ou seja, tudo bem diferente do esperado pelo pai, ainda assim, é motivo de muito orgulho conforme o relato de seu Toninho.

Essa situação reflete o cenário de necessidades e expectativas posto pelos pais aos filhos em sociedades variadas. Mesmo não seguindo seus passos, o pai cumpriu sua obrigação de ensinar seu trabalho ao filho e inseri-lo no grupo social do qual faz parte: de preservar a atividade pesqueira, não apenas como um trabalho, mas como um costume associado à realidade social e material de vida e de reforçar uma ação coletiva enquanto trabalhador da pesca na sua comunidade. Os que não aceitam ou não conseguem desenvolver as atividades são excluídos do trabalho e do grupo social, isso significa que não aguentaram, portanto, não são pescadores, tanto que, em muitos casos, são motivo de piada no grupo. Thompson (1998) apresenta Gerald Sider, autor a quem adjetiva como *sagaz* nos estudos sobre os costumes numa vila de pescadores da Terra Nova, dado que ele evidencia que

Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem as reexpressem. Os costumes podem fornecer os contextos em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo direto [...] eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles coparticipam, servindo como uma fronteira para excluir os forasteiros (SIDER 1986 *apud* THOMPSON, 1998, p. 22).

Quando tive, finalmente, a oportunidade de conversar com Fagno acerca de sua infância na comunidade, a essa altura já havia ouvido duas vezes seu pai, tanto que, ao questioná-lo sobre suas lembranças mais antigas, guardadas nas suas memórias e afetos, da sua relação com seu pai e com a pesca, apresentou um relato saudoso e cheio de carinho. Para tal intuito, fez um relato do seu batismo na pesca.

Eu nunca esqueci o dia do meu batismo. Eu tinha 8 anos e já costumava ir pescar com meu pai. Meu irmão mais velho, filho só da minha mãe, o Fábio, não dava conta. Ele passava muito mal, passava a pescaria toda dando trabalho, mas ia mesmo assim. Nesse dia, ele decidiu que não ia, mas como o papai não podia ir só e, pra se livrar de mais um dia de enjoos e vômitos em alto-mar, ele foi me chamar lá na escola. Eu tava na escola. Ai eu tive que ir. Lembro bem que falei pro professor, o Zé, o Zé Ulisses. Tu sabe quem é, né? Eu disse pra ele que tinha que sair pra ir ajudar meu pai na pesca, porque meu irmão não podia ir nesse dia. Eu lembro disso. O professor até respondeu: tá bom, vai, mas traz um quilo de gó pra mim. E riu! Então, eu fui. Já era umas oito horas quando saímos na canoa a vela. Fomos pra fora. Marzão. Só eu e meu pai. Quanto mais distante da terra, mais eu enjoava e não demorou pra eu começar a vomitar. E nesse dia não parava. Vomitei, vomitei, vomitei tanto que eu achei que ia morrer... ai meu pai resolveu me batizar. Me colocou no meio da canoa só de cueca, pegou uma vasilha, encheu com água do mar e foi jogando na minha cabeça e falando umas palavras baixinho que eu não entendia e nem prestei atenção. Acho que tava orando... Só lembro que eu estava muito mal e que depois disso fui melhorando, melhorando, e nunca mais senti nada depois desse dia. Nem enjoava e nem vomitava. Ia pescar de boa com ele. Fui até pro Marajó com ele uns meses depois disso. Então, eu acho que foi o batismo mesmo que resolveu e me curou daquele mal-estar que eu sentia toda vez que ia pesca mais fora, afastado da beira (Relato de Fagno Conceição, 32 anos, pescador e padeiro).

No relato acima, Fagno narra o episódio de seu batismo na pesca, seu “ritual de passagem” nessa atividade. Esse ritual, portanto, nada tem a ver com os batismos religiosos que criam laços familiares próximos, mesmo os participantes não sendo parentes de sangue. Ainda muito comum na Amazônia, os batismos religiosos costumam ser regidos por princípios e obrigações recíprocas na troca de responsabilidades e deveres, que estruturam o sistema de compadrio, descrição que deve ser dissociada do batismo na pesca.

O episódio do batismo na pesca de Fagno teve grande importância em sua vida enquanto pescador, posto que, de acordo com ele, seu batismo o colocou em outro patamar entre seu grupo social, transformou-o num homem adulto e forte, que poderia aguentar o trabalho pesado da pesca. Evidenciando, com isso, que superou, definitivamente, a partir desse dia o “mal-estar”, tão comum aos que fazem longas viagens embarcados. Depois do rito de passagem, finalmente, ele era considerado pescador e poderia aguentar o trabalho pesado da pesca. Embora de família protestante, Fagno foi

batizado menino no ritual da pesca por seu pai, e conforme sua fala, foi por causa do batismo que seus enjoos e vômitos pararam.

O batismo dos garotos na pesca é um ritual ainda bastante comum na atualidade, de maneira que não o percebemos apenas como o remédio ou magia para uma determinada cura, na verdade, como atravessar a fase do brincar para a do trabalhar, posto que o garoto deixa de ser criança e passa a ser adulto quando passa a ser aceito como tal no seu grupo social. No relato do ritual, percebemos elementos de lembrança, de formação do caráter, de pertencimento, de ser incluído no grupo de pescadores da comunidade. Em visto disso, travamos um diálogo com Arnolda van Gennep (2011)³⁰, o qual, ao abordar o universo das relações entre os indivíduos, seus grupos e suas posições em determinado contexto social, afirma que os ritos de passagem são celebrações que demarcam mudanças de *status* de uma pessoa no seio da sua comunidade. Esses rituais marcam momentos importantes na vida dos indivíduos, podendo ser de caráter social, comunitário ou religioso. Em consonância com esse autor, os rituais de passagem mais comuns são aqueles ligados ao nascimento, morte, casamento e formatura.

Para Fagno e seu pai (figura 4), o ritual de seu batismo proporcionou o nascimento do garoto para a atividade pesqueira, embora sejam integrantes de uma família protestante, o ritual do batismo em seu filho primogênito teve o sentido espiritual da proteção, um tipo de ação da magia, que, naquele momento, afastaria, definitivamente, o mal-estar físico sentido pela criança em alto-mar. Esse batismo permitiria que o garoto atravessasse a linha que divide a criança e o adulto dentro do grupo social. Essa dimensão de magia e do espiritual, ao realizar o batismo, transformando o menino no adulto trabalhador, demonstra “o papel do trabalho enquanto aspecto cultural e elemento importante no processo de socialização das novas gerações, dimensão especialmente importante nas comunidades tradicionais amazônicas (CARDOSO; SOUSA, 2011, p. 166).

³⁰ Gennep estudou os rituais a partir de um vasto conjunto de dados etnográficos, identificando uma classe específica de ritos, que ele denomina ritos de passagem. Segundo o autor, inúmeros aspectos da vida social (nascer, caçar, deslocar-se, envelhecer, casar etc.) estão imersos nos cerimoniais dos rituais mágico-religiosos, marcando a inter-relação entre a religião, caracterizada como campo teórico, e a magia, vista como técnica, na análise dos ritos de passagem.

Figura 4 – Seu Toninho voltando da pesca com seu filho Fagno de 11 anos



Fonte: Acervo da família do pescador Antônio Conceição Teixeira. Pesquisa de Campo, abril de 2019. Créditos da foto: Arildo Teixeira (2001).

Figuras 5 e 6 – Os pequenos “rabeteiros” do 40, os irmãos Guilherme e Gustavo Siqueira, de 8 e 10 anos respectivamente, trabalham com o pai, sr. Reinaldo Siqueira (52 anos), atravessando pessoas, indo e vindo da Ilha de Maiandeuá para o vilarejo do 40 do Mocooca



Fonte: Trabalho de campo em dezembro de 2019.

Com as informações levantadas durante os períodos nos quais estivemos na comunidade, observamos que a maioria dos pescadores do vilarejo do 40 do Mocooca, mormente, os mais antigos, molda suas relações com os filhos de forma muito parecida, de modo específico, as relações do trabalho na pesca, coleta e agricultura, mas também em outras atividades, como a travessia de pessoas para a Ilha de Maiandeuá, como demonstrado nas Figuras 5 e 6 acima. Os meninos seguem ou são levados por seus pais nessas atividades enquanto vivem na comunidade, às vezes mesmo, a contragosto. Na maioria dos casos, só deixam de aprender o trabalho ou ajudar em casa quando saem da casa dos pais e migram para a cidade. Quando constituem família e permanecem na comunidade, quase sempre continuam trabalhando na pesca, adquirindo uma pequena embarcação ou construindo um curral, e prosseguem na atividade que aprenderam com seus pais. A pesca foi, e continua a ser, a principal fonte de recursos para o sustento das famílias naquela região.

Entretanto, há alguns casos que fogem a essa regra. Na família de José Batista Rodrigues dos Santos (Seu Zé Macaco), pescador de 59 anos, por exemplo, quem o acompanhava na despesca do curral era sua filha Luzinete. Em conformidade ao seu relato, com 11 anos, ela já o acompanhava e sabia todas as artimanhas da despesca do curral, assim como limpar e preparar o peixe para o consumo. “Ela era danada!”, ressaltou, de tal maneira que “[...] até hoje ela pesca e sabe limpar um peixe como ninguém. Só não vai mais por causa do trabalho dela de professora que ela é apaixonada”. A presença da menina Luzinete no trabalho da pesca não é uma novidade, embora o trabalho feminino, na pesca, seja uma atividade com condições que limitam a participação e a mobilidade de mulheres, à medida que nos referimos à nossa área de pesquisa.

Na Amazônia, vários estudos demonstram a atuação de mulheres e a importância delas nesse trabalho, seja como atividade principal, seja como complementação das atividades masculinas no trabalho da pesca. Diversos autores³¹ vêm promovendo uma discussão sobre gênero e a atuação feminina na pesca na Amazônia. Trata-se de um tema contemporâneo e fundamental para entender a dinâmica da sociabilidade nessas comunidades, mesmo que não seja o foco principal deste trabalho, passearemos por ele, trazendo alguns episódios importantes na trajetória dos nossos narradores.

³¹ Maneschy (1994 e 1995), Álvares (1994 e 1995), D’Incao (1997), Santos (1997) e Simonian (2005) são algumas das autoras que analisam o trabalho da mulher na pesca, buscando dar visibilidade e equidade a eles.

Da mesma forma que Seu Antônio Conceição Teixeira (Seu Toninho), que levava o filho mais velho para a pescaria, Seu Zé Macaco levava a filha mais velha Luzinete, de 11 anos, para o trabalho. Acerca desse tema, ele ressaltou que, muitas vezes, foi criticado por levar uma menina e tão nova para a despesca do curral. A crítica refere-se ao tratamento diferenciado entre os sexos masculino e feminino, mas também no que tange à divisão sexual do trabalho, muito mais marcante nas narrativas dos mais velhos, se comparada ao que presenciei entre as famílias dessa comunidade durante os períodos em que realizamos as entrevistas no vilarejo.

Ao analisar a atitude e a narrativa de Seu Zé Macaco em relação a sua filha, observamos que ele demonstra muito mais do que uma simples necessidade de sobrevivência. Para ele levar Luzinete para a pesca era a maneira de repassar seus conhecimentos da atividade pesqueira para a próxima geração da sua família. Trata-se de uma demanda cultural, consideravelmente, mais forte nesse período, embora seja uma situação bastante presente na comunidade.

Vislumbramos que as histórias dessas pessoas têm aspectos significativos das categorias nas quais elas se inserem e que são tradicionais ao seu modo de vida, na maneira de se relacionar com o outro e com o ambiente ao redor. Trabalho pesado, pescador artesanal, extrativistas, rabeteiros são termos que expressam seus modos de vida, mas também que o ser social é parte integrante de uma dinâmica ecossocial³² histórica, cujo trabalho assume centralidade, com importância máxima da vida na região.

Seu Toninho, Seu Zé Macaco, Seu Roberto, Seu Alair e Dona Felipa, Seu Sérgio, Luzinete, Fagno, assim como todos os outros entrevistados são os narradores da história que buscamos reescrever. Nos relatos dessas pessoas, estão presentes, de forma muito viva, suas trajetórias de vida, suas dificuldades, suas lutas e esperanças cotidianas, sempre partindo de suas memórias, as quais buscamos, incansavelmente, para tecer e reescrever a trama da vida nessa comunidade. Tal aspecto é notável, claramente, ao dialogar com Pollak (1989, p. 9), cuja afirmativa evidencia que “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história [...] e esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”.

³² O termo ecossocial, criado pelo pesquisador Norberto Ramalho da Universidade Federal de Pernambuco (UFPB), foi utilizado por ele no seu texto “Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais”, no qual analisa os conceitos êmicos (pescados, pescarias e pescadores) para compreender o trabalho pesqueiro como produção e reprodução social da pesca artesanal enquanto categoria constitutiva e constituída das formas de ser e das determinações de existência socioeconômica, culturais e ecológicas no litoral pernambucano.

Com as memórias dessas pessoas reais e dialogando com as narrativas de Thompson (1998), busco aprender um pouco mais sobre suas trajetórias, suas necessidades, expectativas, desejos, sonhos, enfim, nas experiências dessas pessoas, pois são elas que movem e continuarão movendo, homens e mulheres na história da humanidade.

Todas essas pessoas são narradoras e, ao mesmo tempo, personagens ativas da história dessa comunidade e dessa estrada, seja utilizando, ajudando a consolidá-la, seja trabalhando em sua construção no passado ou, mais recentemente, em suas várias recuperações. Percebe-se que estas criaram, ao longo do tempo, um elo entre essa estrada e as suas relações com seu local de viver, mas também com os outros vilarejos e municípios próximos dessa região.

O ir e vir, o transportar por essa estrada, tornou-se parte da vida dessas pessoas. Viver no isolamento geográfico não é mais possível para eles, visto que há neles uma necessidade de contato, de receber visitantes, que, nos períodos em que o turismo fica mais reduzido, reclamam, sentem falta e sentem-se sós. Como disseram seu José Batista (59 anos) e Dona Luzia Nogueira (54 anos), casal que conversou conosco durante a pesquisa, “Não é só a parte financeira que diminui, mas falta aquela sensação de comunidade cheia, de praia cheia, de gente indo e vindo, de muitas visitas. Isso agrada e faz com que a gente não se sinta mais isolados como era antes”. Durante a pandemia recente, o ano de 2020 foi muito complicado para eles, não devido às mortes causadas pela doença. Várias pessoas relataram ter tido os sintomas de Covid-19, mas não houve relatos de mortes por causa da doença no vilarejo. A professora Luzinete, com quem tivemos mais contato, principalmente, por telefone durante a pandemia, manteve-nos informada sobre o que acontecia na comunidade no período de isolamento. O sentimento era o mesmo: de tristeza, de medo, de solidão. Para uma comunidade, como disse Luzinete, que só se sente viva e satisfaz parte das suas necessidades de complementação de renda quando tem muitos visitantes circulando pela região, o sofrimento foi dobrado.

Afora tal desdobramento, observamos que as escalas de isolamento e aglomeração, a que o vilarejo do 40 e os outros vilarejos próximos estão submetidos, seguem padrões definidos por precisão e acessibilidade, igualmente pela cultura, pelas relações tecidas por seus moradores com o meio ambiente local (terra, água, florestas) e por sua dependência dos processos em curso nos seus espaços de sociabilidade. Apesar dos relatos de dificuldades, é notável a riqueza dessa região revelando-se nas diferentes atividades extrativistas e nas relações com o turismo local, que, mesmo sendo

desenvolvido de forma desordenada, tem se mostrado cada vez mais impactante e imprescindível na economia local.

Figura 7 – Pescador José Batista Rodrigues dos Santos (Zé Macaco), 59 anos, e sua esposa Luzia Nogueira dos Santos, 54 anos, posam para foto no dia da entrevista, realizada em sua residência numa manhã de abril de 2019



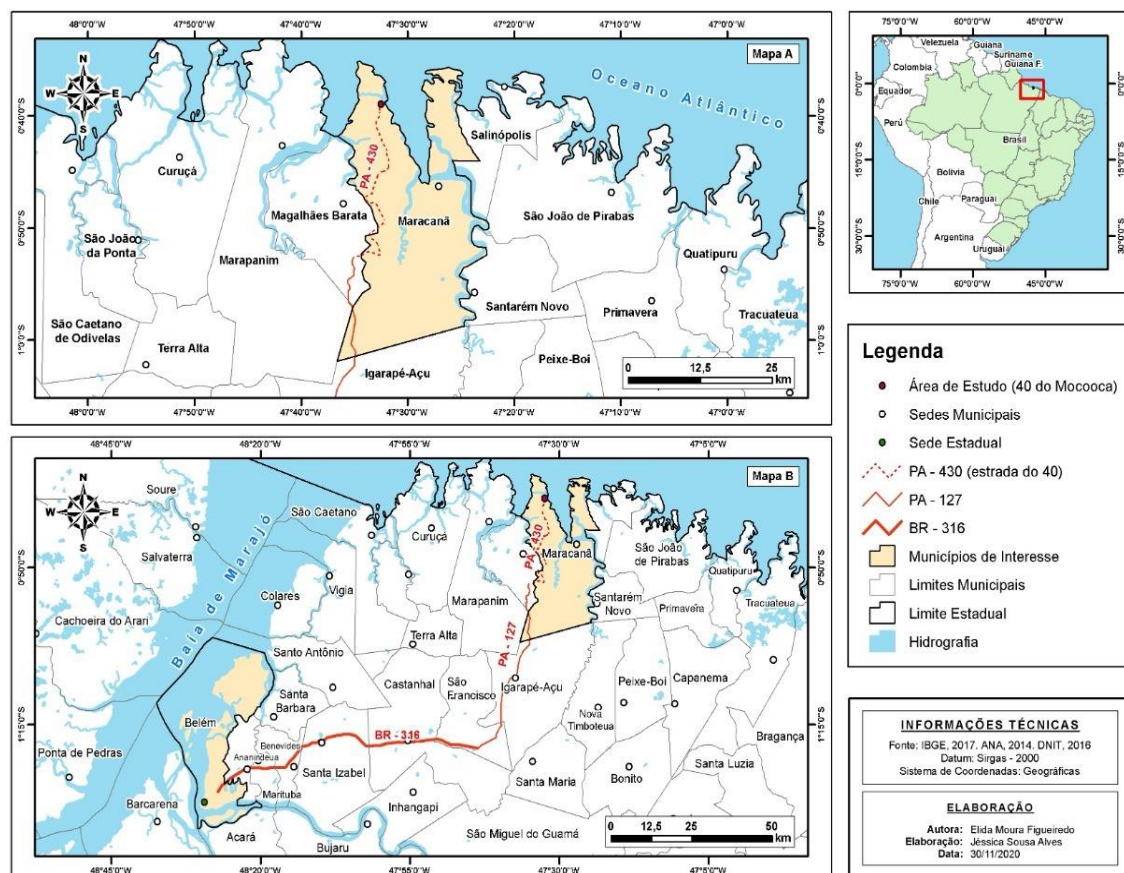
Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Ainda quanto à origem do vilarejo a partir dos relatos dos interlocutores, trazemos a contribuição de Dona Lucimar Teixeira (81 anos), dona de casa aposentada e viúva de pescador, nascido em 1937, veio morar, na comunidade, com os pais ainda mocinha, estes que também trabalhavam na pesca e na roça. Em sua fala, menciona não haver comunidade, uma vez que era uma casa sem vizinhos no meio do mato. Ali ela se casou e criou os filhos, sempre com recursos da pesca e do roçado. Jamais expressou o desejo de sair do vilarejo, na verdade, Dona Lucimar assistiu ao início da construção da estrada do 40 e descreveu a felicidade que foi para a comunidade contemplar, todos os dias, vários homens indo trabalhar nessa empreitada. Concluiu afirmando que “anos depois disso a comunidade ainda sofre com a estrada ruim”. Ela relembra, ainda, que seu sonho era um

dia ver a PA-430 asfaltada. Infelizmente, isso não será possível, dado que o asfalto chegou tão somente no final de 2021, enquanto que um ano antes, no início de 2020, recebemos a notícia do falecimento de dona Lucimar, uma das pioneiras da comunidade do 40 do Mocooca.

1.2 CAMINHOS E DESCAMINHOS DA “GENTE DO MAR” NA ZONA DO SALGADO PARAENSE

Figura 8 – Mapa de localização da área da pesquisa



Fonte: Adaptado do mapa retirado do site do IBGE (2017), ANA (2014), DNIT (2016).

Como mostrado no mapa da Figura 8, comumente, Belém, capital do estado do Pará, é o ponto de partida para se conhecer a microrregião do Salgado por terra. Essa região é composta por onze municípios, dentre eles, Maracanã, onde se localiza a área de pesquisa deste estudo. O vilarejo do 40 do Mocooca fica ao Norte do município, bem próxima ao Oceano Atlântico. Área de grande beleza natural e farta de recursos naturais,

onde foram criadas, desde 2000, quatro Unidades de Conservação (UC)³³. Esta já é por si só uma das justificativas da escolha do vilarejo para o estudo: sua importância para a mobilidade de diversas comunidades numa região dependente da rodovia estadual (PA-430), denominada pelos próprios moradores como a estrada ou ramal do 40. As quatro UCs, a saber, Reserva Extrativista Marinha Maracanã – Decreto Federal s/n, de 13 de dezembro de 2002 (Anexo 01); Reserva de Desenvolvimento Sustentável “Campos das Mangabas” e Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto – Decreto Estadual nº 1567, de 17 de junho de 2016 (Anexo 02); e Área de Proteção Ambiental Algodoal Maiandeuá – Lei Estadual nº 5.621, de 27 de novembro de 1990 (Anexo 03), são atravessadas e impactadas por essa rodovia, da qual dependem mais de 40 comunidades de pescadores e pequenos agricultores.

Tais áreas legalmente protegidas e gerenciadas pelo estado, sendo a Resex gerida pelo ICMBio, e as outras três pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio), além de lugar natural de viver, trabalhar e socializar dessas populações, têm se mostrado territórios institucionalizados construídos a partir dos dramas e das lutas de povos tradicionais em várias regiões do Brasil.

Sob tal aspecto, embasamo-nos numa linha interdisciplinar que discute a história ambiental e a antropologia nessas regiões fronteiriças na busca por problematizar abordagens que revelem em vez de ocultar contextos e sujeitos históricos específicos (LOBATO, 2019) de espaços limítrofes entre terra e água, floresta e cidade, água doce e água salgada ou rural e urbano na Amazônia com a institucionalização, de certa forma planejada, com vistas à preservação desses ambientes e dessas populações, mesmo que, amiúde, essas populações envolvidas, cujas vidas estão atreladas a esses ambientes para fins básicos, como o sustento diário, por exemplo, não tenham participado das decisões de torná-las áreas “protegidas”. Nos seus estudos, Lobato (2019, p. 14) enfatiza que,

Dentro do mesmo do espaço amazônico tem ocorrido, nas últimas décadas, a institucionalização de territórios (terras indígenas e quilombolas, reservas extrativistas, unidades de conservação ambiental) visando à preservação da

³³ Uma Unidade de Conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), refere-se aos espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Especificamente sobre as Reservas Extrativistas, segundo o ICMBio, órgão gestor das RESEXs no Brasil, estas são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, têm como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. Fonte: <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>, Acesso: 21 abr.2022.

natureza e dos chamados povos tradicionais. Trata-se do desdobramento de uma longa história de lutas que foram conformando fronteiras intrarregionais ainda hoje contestadas, ameaçadas e corajosamente defendidas (WANDERLEY, 2018). Amazônias indígena, quilombola, ribeirinha e urbana, entre outras, compõem um mosaico que nega noções generalizantes como inferno verde, espaço vazio, região-problema. Noções que mais ocultam do que elucidam.

Essa também é a realidade do 40 do Mocooca e de outras comunidades próximas da região, uma vez que todas elas fazem parte de UCs e, em dado momento, sentiram-se protegidas pelo estado por essa decisão, todavia, com o passar do tempo e com todos os problemas que surgiram no decorrer dessa transformação de área de livre acesso para área controlada ambientalmente, alguns dos moradores foram se sentindo excluídos e desamparados em um lugar onde viveram, muitas vezes, desde a infância, área em que constituíram família, trabalham numa relação direta com os recursos naturais locais e de onde tiram o sustento de sua família, além de considerarem o lugar de identificação territorial delas.

Diante disso, também é importante que se deixe claro que tais UCs e as estradas são importantes instrumentos ambientais de conservação e acesso para essas comunidades, possuindo uma profunda relação entre si, mas também com os processos históricos vividos por populações locais dessa região. São instrumentos que se constituem por marcadores de mudanças, que, amiúde, acabam por forçar uma adaptação recorrente nos moradores locais, fatos que, no discurso do historiador Marc Bloch, são eminentemente “históricos”, pois são “obras que remodelam uma sociedade, segundo suas necessidades” (BLOCH, 2001, p. 53).

Essa área do município de Maracanã faz parte da Costa Atlântica paraense e possui belas praias oceânicas com regime de marés, como as de Atalaia, Marudá, Ajuruteua e Romana nos municípios de Salinópolis, Marapanim, Bragança e Curuçá, respectivamente. Essa parte da região é cercada por extensos manguezais e uma rica variedade de vegetais e animais, bem como uma rede hidrográfica formada por rios, baías, igarapés, furos e estuários, que banham e entrecortam os municípios, os pequenos povoados e cidades localizadas em suas margens, tornando muitas delas polos turísticos e de pesca (QUARESMA, 2003).

Ao cenário da pesquisa, foram incluídos alguns aspectos da vida na região do Nordeste paraense, buscando entender, em primeiro lugar, a dinâmica e o cotidiano de viver entre a floresta e o rio/mar. Embora, nessa análise, seja preciso incluir um terceiro fator que surge quase que naturalmente por força da necessidade de locomoção e

integração, bem como pela expansão das cidades amazônicas, especialmente, a partir da década de 1950, as estradas. Esse terceiro fator é exposto por Tavares (2008, p. 69) ao afirmar que essas “vias de circulação terrestre são um elemento importante para o entendimento do processo de criação de municípios no século XX”. A autora afirma que “foi a construção dessas vias de comunicação terrestres que iniciaram o processo de alteração espacial da disposição dos municípios, até então dependentes das vias fluviais”, na década de 1950, a partir da Constituição Federal de 1946 com o “Plano de Valorização Econômica da Amazônia (art. 199), cuja finalidade seria o desenvolvimento dos municípios” (TAVARES, 2008, p. 71).

A cidade de Maracanã se insere nesse contexto. Localizada a 165km de Belém por via rodoviária, é a sede do município de mesmo nome no Nordeste do estado do Pará. Sua origem remonta ao século XVIII com a fundação de 62 freguesias na Capitania do Grão-Pará e Maranhão, parte delas criadas a partir de missões e aldeias administrativas. Nesse caso específico, em 1653, era identificada como aldeia de Maracanã missionada pelos jesuítas, ano em que, segundo Furtado (1987, p. 48), a missão catequizadora, responsável por erguer a Igreja na Aldeia³⁴ de São Miguel de Maracanã, foi chefiada pelos religiosos Manuel de Souza e Mateus Delgado. Somente em 1757, passou a ser chamada de Vila Nova Cintra por Mendonça Furtado em consequência da instauração da política pombalina³⁵ na região. Em 1885, foi elevada à categoria de cidade, voltando apenas a denominar-se Maracanã novamente em 1897³⁶. Sobre a origem de Maracanã, Braga (1943, p. 289-290 *apud* FURTADO, 1987, p. 59) apresentou o seguinte relato:

A aldeia de São Miguel de Maracanã, no Salgado ou na Costa-Mar, é uma das que os Jesuítas visitaram em 1653 e nela erigiram uma igreja de palma. Em 1956 o P. João de Souto-Maior levou o seu principal Copaúba (Lopo de Souza) à jornada do Pacajá, com outros índios de Maracanã. Levou-o o Padre um pouco contra a sua vontade, mas como os Pacajás eram parentes de Copaúba, a sua ida seria útil. Estes índios Pacajás dão-se com o núcleo primitivo da Aldeia de Maracanã, aldeados a princípio no rio Marapanim [...] a Aldeia de Maracanã já tinha mudado duas vezes de sítio até ficar onde se acha em tempo presente, 1689.

³⁴ Embora o termo utilizado por Furtado (1987, p. 58), em seu livro, seja “vila” de São Miguel de Maracanã, presumimos que o termo correto seja “Aldeia” de São Miguel de Maracanã, pois, na página seguinte, a autora apresenta um relato citando Teodoro Braga (1943, p. 189), utilizando a terminologia “aldeia”.

³⁵ 1750-1777 período em que Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, exerceu o cargo de primeiro-ministro português, sob nomeação de Dom José I, implementando medidas que visavam aumentar o controle político, econômico e administrativo da metrópole sobre o Brasil.

³⁶ Fonte: Genealogia e Dinâmica Municipal no Pará, elaborada por Tavares (2008, p. 75).

Como afirma a autora, esse relato apresenta pontos embrionários da formação social de Maracanã, ou seja, o Grupo indígena Pacajá, possivelmente, deva ser um dos fios que tecem a rede de mestiçagem da população do município, incluindo-se a população da região da comunidade do 40 do Mocooca. As questões referentes à origem da formação étnico-racial da população dessa região serão apresentadas no segundo capítulo da tese, cujo objetivo é discutir, com base nas pesquisas, as relações de mestiçagem na formação da identidade local.

Maracanã, termo de origem indígena, lembra o nome de um pássaro: *marcanã propynhura maracana*, *Vieill* = pequeno papagaio de voz berrante. Vem daí o nome *maracá*, que quer dizer chocalho, ao passo que *nã* significa nana, com o primeiro “n” falso³⁷. Provavelmente, essas questões se confirmem também na forte influência sonora do ritmo musical muito tocado e ouvido na região, o Carimbó³⁸. Os maracás, ou maracas, como são chamadas pelos maracanaenses, assim como, pela maioria da população do estado, são instrumentos de origem indígena, utilizados para tocar o Carimbó. Tais instrumentos costumam ser produzidos artesanalmente pelos nativos dessa região, onde é possível encontrá-los fartamente numa variedade de tipos, tamanhos, cores e sonoridades. Maracas e Carimbós são também utilizados como adornos nas casas dos moradores da região, que, nas comemorações particulares ou coletivas, são colocados nas rodas de carimbó para animar as festas locais. Em toda a extensão territorial do município, ouve-se e toca-se o Carimbó.

São 781km² de extensão municipal, com 97 localidades divididas em 5 áreas, já os distritos estão distribuídos nas seguintes comunidades: Maracanã (Sede) e nos vilarejos Algodal, Boa Esperança, Bom Jardim, Km 19 (Vila de São Benedito), Km 26 da PA-127, Santa Maria do Caripi, São Roberto e Tatuteua³⁹. Com exceção de Algodal, localizado na Ilha de Maiandeua, as outras comunidades se interligam tanto por rio, como por terra.

No entorno da estrada que vai até a área objeto desta pesquisa, são 36 pequenos vilarejos que se interligam, de alguma maneira, a ela (PA-430), como demonstrado no

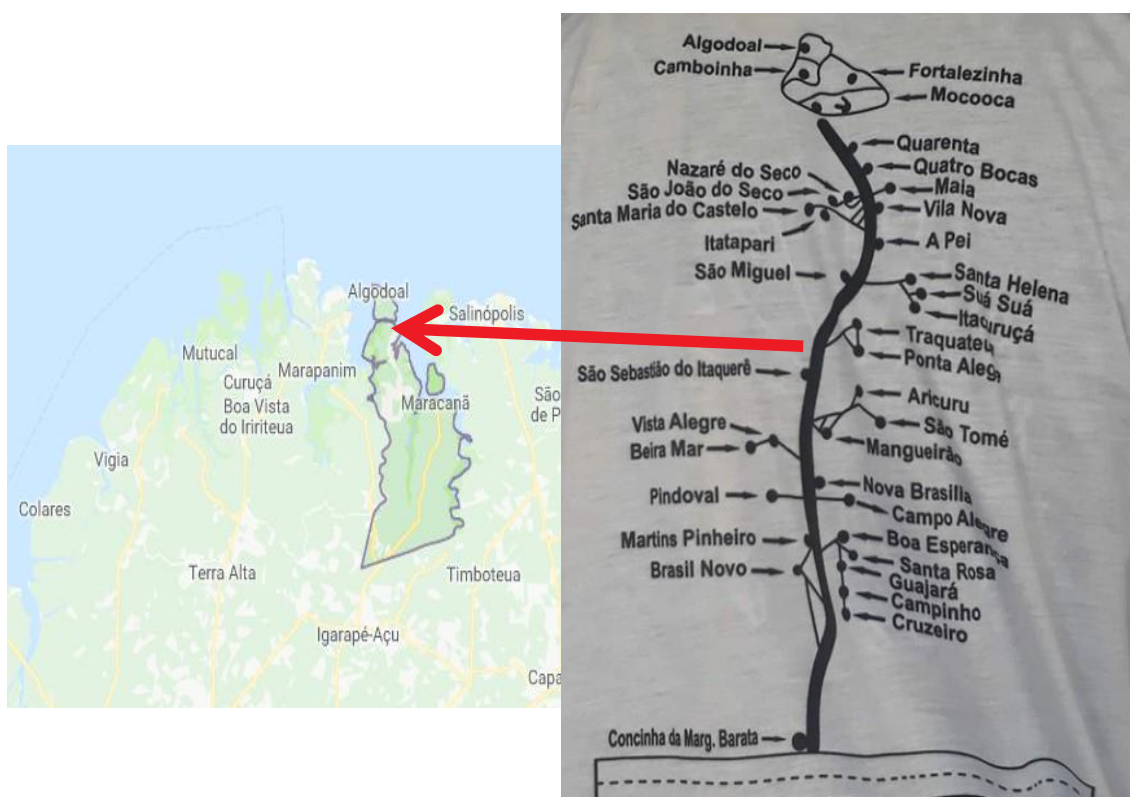
³⁷ Essa informação consta no histórico de Maracanã, município paraense localizado no Nordeste do estado. Fonte: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/maracana.pdf>.

³⁸ O carimbó é uma manifestação artística e cultural do estado do Pará, que expressa uma identidade étnico-cultural híbrida e traz, em si, elementos indígenas, ibéricos e africanos. Segundo alguns estudiosos do tema, tal manifestação predomina na zona atlântica do estado, área onde Maracanã se insere. Para saber mais, veja: O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil. Disponível: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/74966>.

³⁹ Informações retiradas do Inventário de Oferta Turística de Maracanã, elaborado pelo Governo do Estado do Pará em 2006.

traçado da figura 9, a seguir. O desenho foi elaborado a partir de pesquisa realizada em 2019 pelos integrantes de um movimento, que se autodenomina “Filhos da Terra”. Um grupo de 14 pessoas que se juntou e fez seu primeiro encontro em 2015. Tais pessoas têm, em comum, a origem naquela região, embora sejam de comunidades diferentes, os interesses para a região são comuns. Em dezembro de 2019, a partir desse movimento, foi criado um instituto com o mesmo nome e com sede na comunidade de 4 Bocas, comunidade vizinha ao 40 do Mocooca.

Figuras 9 – Desenho da PA-430 em que se localizam as 36 comunidades que dependem da estrada, contextualizando no mapa da região Nordeste do estado do Pará



Fonte: A imagem é uma montagem feita utilizando um mapa do litoral do estado do Pará retirado da *internet*, especificamente, do Google em 2019, em que foi contextualizada a região da pesquisa com um desenho elaborado por Rodão Teixeira, integrantes do Grupo organizado atuante na área, os “Filhos da Terra”. Esse desenho foi elaborado para compor uma das blusas utilizadas pelo movimento na Marcha do “Dia D”. A manifestação aconteceu na manhã do dia 20 de abril de 2019 na região da PA-430 entre as comunidades de 4 Bocas e 40 do Mocooca. O evento foi organizado em conjunto com outro grupo que se denomina “SOS Mocooca”, que também atua na região.

O número de comunidades próximas dessa estrada revela a importância demográfica e econômica dessa região, que busca há mais de 50 anos manter essa via de acesso por terra, uma vez que atende várias comunidades que dependem quase exclusivamente dela.

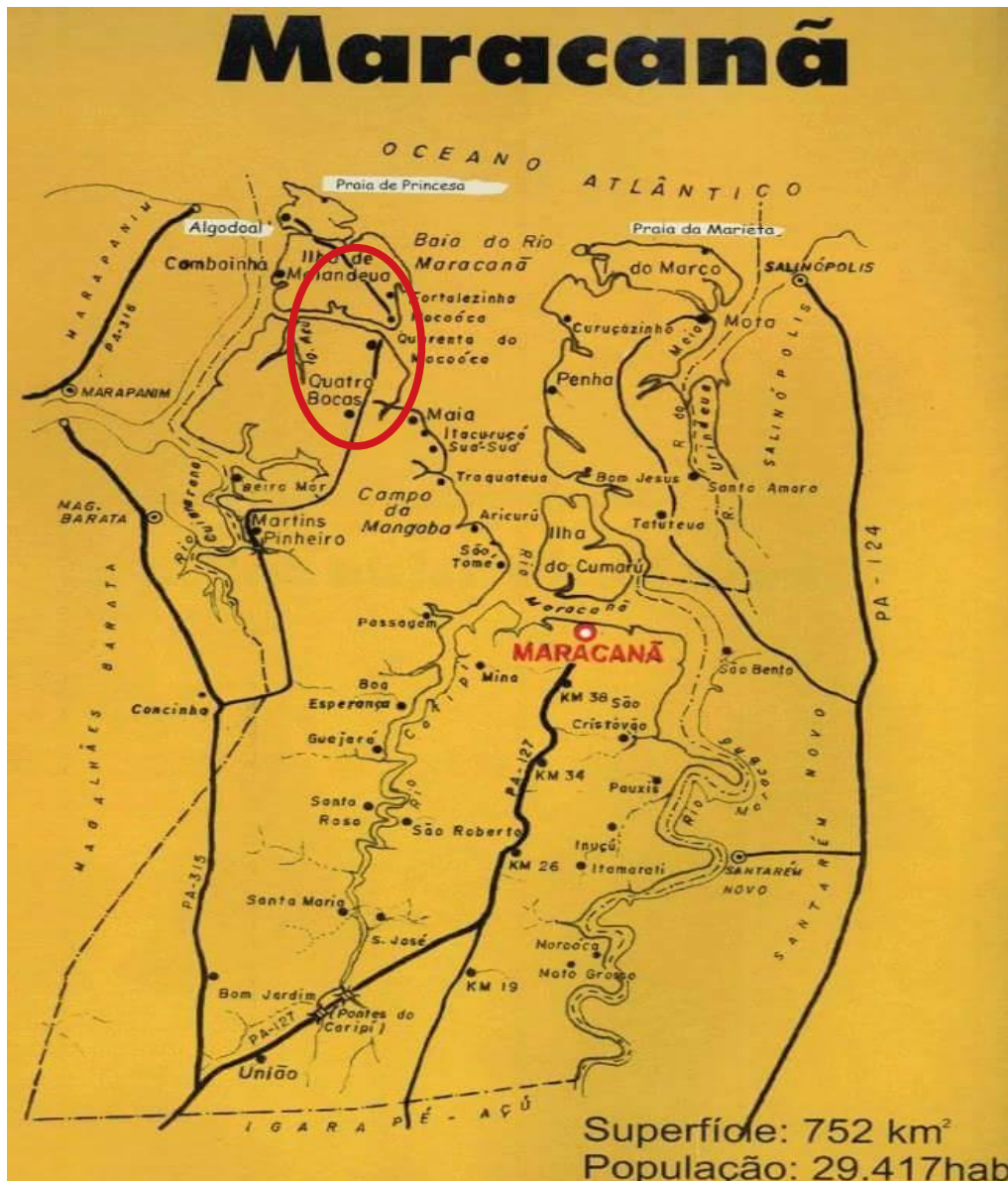
Um dos integrantes do movimento Filhos da Terra é o professor Erivelton Balga (36 anos), nascido no vilarejo vizinho de 4 Bocas, faz parte do referido Instituto, o qual, segundo ele, foi criado sem fins lucrativos, visando às questões sociais da região com a missão de reivindicar melhorias para as comunidades que vivem no entorno da referida estrada.

Acerca dos movimentos sociais organizados, as discussões estão presentes mais adiante no último capítulo deste trabalho. Nesse item, são abordadas várias mudanças e continuidades percebidas nos espaços de viver, de trabalhar e de lazer, analisadas a partir das relações que se entrelaçam com esses grupos organizados, buscando fazer um diálogo embasado na tradição extrativista da população local com a necessidade de práticas sustentáveis do presente, levando-se em consideração a lógica da criação dos instrumentos de controle do estado, ou seja, da criação de áreas legalmente protegidas nessa região.

Como pode ser visualizado na figura 10 do mapa do espaço territorial do município de Maracanã, os vilarejos 40 do Mocooca e 4 Bocas, por exemplo, são duas das comunidades mais importantes da primeira área dessa divisão espacial do município. Elas correspondem a essa análise demonstrando grandes dificuldades e fragilidades da rede urbana da região tendo a maioria dos problemas percebidos sendo relacionados a uma série de impedimentos para os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, destacando-se a distância que se impõe naturalmente pelas dificuldades de acesso à sede do município, o péssimo estado da única estrada capaz de receber um fluxo de carros nas comunidades, a carência de infraestrutura nos setores de transporte e a comunicação em grandes porções. Essas duas comunidades ficam às margens da PA-430, próximas uma da outra, encontrando-se num processo de conurbação⁴⁰ em menor escala, problemas que se refletem no aumento considerável das dificuldades de transporte e locomoção para os moradores de toda a região.

⁴⁰ Termo utilizado na geografia para designar um fenômeno urbano que acontece a partir da união de dois ou mais vilarejos/cidades/municípios, constituindo uma única malha urbana, como se fosse somente uma única cidade.

Figura 10 – Mapa da área do município de Maracanã incluindo a maioria dos seus vilarejos. A região plotada com o círculo é a área objeto desta pesquisa



Fonte: Mapa cedido pelo Movimento Filhos da Terra e SOS Mocooca (S.d.).

Nesse emaranhado de dificuldades e possibilidades, faz-se necessário entender as estratégias dos diferentes agentes locais, obrigados a buscar maneiras de articular necessidades e defender seus interesses diante de relações sociais diversas e políticas de estado, as quais nem sempre priorizam, tampouco atendem às suas necessidades mais básicas sem se atentar para o modo de vida e a cultura local. Esse contexto é discutido por Oliveira (2006), do ponto de vista da geografia, ao afirmar que há, nesses lugares, uma existência natural minimizada pela existência real, surgida a partir das relações sociais construídas ao longo do tempo. Ou seja, os modos de vida nessas cidades, de

acordo com esse autor, são resultado dessas relações criadas, recriadas e reproduzidas, que comportam a paisagem urbana, assim como as coisas da natureza. Por isso, é importante que se deixem de lado as análises simplistas de interpretação das intervenções humanas no espaço dessas cidades para compreender que todos estes espaços, que a compõem, sofreram, certamente, com ela: a terra, a floresta e os rios, assim como a cultura local, que vem sendo modificada, gradualmente, com o passar do tempo pela dinamicidade de sociedades globalmente interligadas ou, a partir de uma estagnação que essa mesma sociedade global impõe em muitos casos. Nesse contexto, o espaço precisa ser entendido como um dos resultados dessas várias relações e inter-relações que perpassam as dimensões local e global.

A compreensão das dinâmicas de surgimento das cidades de modo geral, na análise de Pesavento (2007), enfatiza que o passado deve ser reinventado para pensar a cidade do futuro, mas sempre com base nas questões do presente, pois, antes de se tornar uma cidade, esse mesmo espaço foi um vilarejo e, ainda, antes uma floresta. Trata-se de um percurso evolutivo fundamental, mediante tal compreensão, para recuperar e reescrever a trajetória desses lugares com precisão. A atenção aí se volta para os questionamentos a serem feitos durante a pesquisa e para os documentos com os quais nos deparamos, visto que deles dependerá os limites e os resultados das fontes.

Em Maracanã, a concentração populacional ainda pode ser considerada sociabilidade, isto é, lugar do homem local e do homem que passa, do homem sozinho e do homem coletivo, do “homem do mar”⁴¹, de moradia de famílias com características diferentes na sua formação. Uma simples visita ao porto da cidade, permite-nos perceber as teias de relações sociais e ambientais diversas, já que todos esses detalhes importam para entendê-la enquanto núcleo populacional e de sociabilidades.

A vida em Maracanã possui a noção do habitar, mas também a noção de atravessar, de ponto de encontro, relacionando-se, de forma indissociável, aos sentidos humanos de estar, de encontrar, de atravessar, de ir e de vir. Todos eles estão presentes na cidade, nos vilarejos, nas estradas de água, que também são os rios de onde se tira parte do alimento da população, e nas estradas de terra e/ou de asfalto, como a PA-430/Estrada do 40 do

⁴¹ Luiz Geraldo Silva, ao fazer uma etnografia histórica da gente do mar, afirma que “homem do mar” é uma categoria que, na Antiguidade, abarcava toda a hierarquia de bordo das caravelas e galeões e incluía as funções de mestre, contramestre, piloto, marinheiro e grumete, além dos pescadores. No Brasil Colônia, os pescadores, que vieram de Portugal ou que tenderam a ocupar esse ofício, concentraram-se, inicialmente, no litoral de Pernambuco, buscando viver perto do mar (SILVA, 2001, p. 337-341). Essa região litorânea de Pernambuco é muito parecida com a do litoral do estado do Pará.

Mocooca. Esses mesmos sentidos de sociabilidade e de habitar são percebidos no vilarejo do 40 do Mocooca, embora em menor escala, tanto que buscar decifrá-los foi um dos objetivos desta pesquisa.

A região objeto de estudo desta pesquisa localiza-se na mesorregião do Nordeste paraense, microrregião do Salgado, composta por 11 municípios (Colares, Curuçá, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São Caetano de Odivelas, São João da Ponta, São João de Pirabas, Terra Alta e Vigia), que pertencem às regiões de integração dos rios Caeté, Guamá e Tocantins. Essa área é considerada a “mais antiga fronteira de colonização do estado”⁴². Com a maior parte de sua vegetação original já devastada ou fortemente alterada, a região vem sofrendo, historicamente, um processo de descaracterização ambiental por conta do desmatamento provocado, em grande parte, pelo modo de ocupação e de usos da terra, o que se reflete diretamente nos valores cultural, social, econômico, político e ambiental da população local. Esse cenário é consequência de processos antrópicos que a região vem passando nos ciclos de ocupação da Amazônia, a qual, atualmente, tem 25% da sua área em desflorestamento contínuo. O agravamento desse cenário ocorre a partir da implementação do Programa de Integração Nacional com a construção da rodovia Belém-Brasília, ocasionado devido ao segundo ciclo⁴³ de ocupação da região (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017), justamente o período em que se dá o início da construção do ramal do 40 na área estudada.

O surgimento das estradas, nessa região, deu-se mais fortemente a partir desse segundo ciclo de ocupação da Amazônia, iniciado na década de 1950 até os anos 1980, com a criação das grandes rodovias (BR-010, BR-316, BR-222). Todas elas foram abertas com o discurso de integração da Amazônia ao País, historicamente, representada como um vazio a ser ocupado ou como um espaço de possibilidades para acumular riquezas ou para integração territorial do Brasil. Esse também foi o contexto político em nível nacional, sendo uma das demandas do governo de Juscelino Kubitschek e da mudança da capital para o centro do País. Esse processo antecedeu e permaneceu durante o regime

⁴² Para saber mais, ver: Tavares (2008).

⁴³ A origem dos municípios, localizados na mesorregião do Nordeste paraense, deu-se como na maioria das regiões da Amazônia: eram vinculadas às incursões realizadas pelos portugueses acompanhando a ideia de “constituição do Novo Mundo” num primeiro ciclo; e de integração, ocupação e busca por fortuna num segundo ciclo. Para chegar a essa parte da Amazônia, os europeus utilizavam os cursos dos rios Acará, Guamá e Capim; num segundo momento, a construção das grandes rodovias, ligando o País de Norte a Sul, proporcionaram o cenário dessa origem. Especificamente no Nordeste paraense, esses empreendimentos remontam ao século XVIII e XX, respectivamente. Para saber mais, consulte, por exemplo: Alves Filho, Souza Junior e Bezerra Neto (2001); Fontes (2003); Lacerda (2003); Tavares (2008); Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017), entre outros estudiosos da historiografia da formação e ocupação do Pará.

militar, em 1964, com uma política que visava maior ocupação do Centro-Oeste do País e da Amazônia a partir de um discurso nacionalista e de unificação do País. Com isso, a política de integração, por via rodoviária do Brasil, foi incrementada durante o regime militar com o Programa de Integração Nacional (PIN), ocasionando processos de articulações territoriais (MEDEIROS, 2015), intensificados ao longo do tempo, implicando em grandes fluxos migratórios advindos de outros estados ao longo das rodovias, fazendo com que surgissem pequenas vilas, as quais, posteriormente, originaram os atuais municípios.

No Pará, especificamente no Nordeste paraense, esse fluxo migratório se deu, num segundo ciclo de ocupação da região, a partir da construção da estrada de ferro Belém-Bragança, município próximo a Maracanã e muito semelhante no que diz respeito à paisagem, aos costumes, à economia oriunda da pesca, enfim, às formas de viver da população local. Tal fluxo migratório, nessa área, assim como em outras áreas da Amazônia, ocorreu num contexto de ocupação, que, segundo Lacerda (2006, p. 198), por ser “conhecida pelos muitos negócios da borracha, era alvo constante de variadas percepções, que traziam a público a natureza desse espaço de florestas, rios, chuvas, clima quente e grandes extensões de terras a serem cultivadas”. Embora os noticiários de jornais na imprensa da primeira metade do século XX sobre a Amazônia, retratassem-na como “uma região de clima insalubre, propicia a muitas doenças”⁴⁴, ainda assim era a terra das oportunidades, com terra para todos que viessem, quer em frentes de exploração da floresta e toda a sua biodiversidade, quer em frentes de exploração dos ambientes aquáticos em todas as suas formas diferenciadas. Conforme a autora, viajantes, naturalistas, estudiosos, cientistas que circularam pela Amazônia, apresentavam-na, em seus escritos e palestras, como uma região de riquezas naturais, que encantavam e, ao mesmo tempo, assustava.

Para os migrantes vindos do estado do Ceará, por exemplo, Lacerda (2016, p. 209; 213) relata que, na visão deles, dirigiam-se para um lugar com uma natureza inóspita, mas, ao mesmo tempo, a terra da fartura, na qual o enriquecimento seria possível. Tais argumentos foram utilizados no contexto da efervescência da economia da borracha, bem como num projeto de colonização agrícola do estado do Pará na passagem do século XIX para o XX, em várias representações de um verdadeiro Eldorado propagado sobre a Amazônia.

⁴⁴ Ib.

Na região onde se situa o vilarejo do 40 do Mocooca, algumas famílias relataram ter, na sua formação, um nordestino do estado do Ceará. Um pai ou um avô sempre aparecia que viera do Ceará no início do século XX. Esse é o caso do pescador aposentado Sérgio Conceição Teixeira (72 anos). Ele trabalhou na fase inicial da construção da estrada do 40 (PA-430, mas sempre morou na vila de Fortalezinha, uma das comunidades da Ilha de Maiandeua, na mesma região da pesquisa). Seu Sérgio relatou que seu pai, Cândido Teixeira, veio do Ceará no início do século XX em busca de trabalho, “pra cá conseguiu terras, arranhou mulher, constituiu família e ficou. Morreu aqui”.

Analisando os processos de degradação ambiental pelos quais a região vem passando nas últimas cinco décadas, não é possível deixar de relacioná-los aos processos migratórios nos dois ciclos de ocupação da região. Percebe-se, claramente, no avanço da descaracterização ambiental em virtude da perda da cobertura vegetal, que impacta diretamente na formação dos cursos d’água, igarapés, praias, manguezais, assim como na diversidade da fauna e da flora da região. Algumas dessas áreas já está em processos de assoreamento em curso na região. A frente do vilarejo, por exemplo, tem passado por tal processo de forma mais intensa na última década. Embora as relações tecidas pelos moradores com o clima, a vegetação e os recursos naturais sejam sempre relatadas a partir de um respeito à natureza e à degradação, é facilmente percebida logo na chegada ao vilarejo. Como já citado anteriormente, esse é um processo histórico, consequência do desmatamento decorrente do modo desordenado de ocupação e de uso da terra (CORDEIRO; ARBAGE; SCHWARTZ, 2017, p. 41), que tem impacto direto na produção cada vez menor do pescado. São períodos maiores de escassez a cada ano, forçando os moradores a uma adaptação nos calendários de produção natural dos peixes e frutas na comunidade. Esse calendário foi construído com a ajuda de dois dos nossos entrevistados: Roberto Siqueira Santana Junior (24 anos) e Silvio Teixeira (40 anos).

Ainda assim, nas memórias dos pescadores do 40 (Seu Alair, Seu Roberto, Seu Hélio e Seu Deluca), tal qual as de outras comunidades próximas (Seu Sérgio de Fortalezinha), firmes nos seus relatos, todos afirmaram que, como seus pais e seus avós, no passado, também não desafiam o mar nunca. Essa relação é sempre apresentada com respeito ao tempo das marés altas ou águas grandes. A referência ao mar é sempre feita relacionando-o como o provedor do trabalho e do alimento de cada dia. O mar é cruel quando avança na comunidade derrubando moradias, mas é quem fornece o alimento. E mesmo que aconteçam as “falhas” do peixe com períodos maiores, com considerável diminuição da quantidade e variedade de espécies, eles ainda podem contar com as frutas,

que podem ser extraídas nas florestas da região (manga, mangaba, ajiru, murici, caju e coco), as quais costumam ser adaptadas e intercaladas com a coleta de frutos do mar (caranguejo, camarão, sernambi, etc.) e produtos industrializados, ou enlatados, cada dia mais presentes na mesa dessas famílias.

Com as facilidades e o uso intensificado da estrada, embora sempre em péssimo estado, sobretudo, no inverno, moradores mais antigos, como seu Alair e Dona Felipa, mencionaram o aumento do número de pessoas de fora no vilarejo no decorrer do ano. “Eles vêm passear, gostam e acabam comprando uma casinha ou um terreno, vão construindo. Eles vêm passar os feriados por aqui e vão ficando. Alguns ficam bastante tempo, outros ficam só nos feriados e depois a casa fica quase sempre fechada”, disse dona Felipa. Isso pode ser constatado num passeio pela rua em frente ao vilarejo. Lá pudemos ver casas grandes, quintais espaçosos com piscinas, mas quase sempre fechadas. Trata-se da imagem de muitos vilarejos na região, conquanto, no 40, essa imagem contraste com a grande falésia, definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1999, p. 81) como “escarpas originadas pela erosão marinha ou fluvial e ainda sob a influência destes agentes, implicando necessariamente na existência de porções continentais soerguidas e/ou rebaixamentos eustáticos para sua formação”. Ou seja, ocorre quando “a terra firme se impõe ao mar por meio de escarpas com inclinação acentuada, esculpidas pela ação erosiva das águas marinhas” (ASSAD, 2020, p.6), nesse caso específico, pelas águas do intenso inverno amazônico.

“As áreas onde ocorrem as falésias possuem um atrativo especial para o turista: é o mar visto de cima!”⁴⁵. Uma combinação explosiva de beleza e perigo, visto que, nas áreas com presença de falésias, “o processo erosivo atua em duas frentes: na base, pela ação das ondas e correntes marinhas; e no topo, pela ação das águas da chuva”⁴⁶. A combinação desses fatores provoca o desmoronamento e o recuo dessas áreas em direção ao continente. Essa é exatamente a situação do vilarejo do 40 do Mocooca, onde a população vive, neste tempo, num misto de medo e tristeza (Figuras 12 e 13).

⁴⁵ Ib.

⁴⁶ Ib., (f.7)

Figuras 11 e 12 – Vista da rua Beira Mar na comunidade do 40 do Mocooca



Fonte: Registradas pela autora em pesquisa de campo (junho/2019).

Figuras 13 e 14 – Vistas da frente Vilarejo 40 do Mocooca, pelo alto e pelo Furo do 40.



Fonte: (13) Acervo “SOS Mocooca/Filhos da Terra” (2010) e (14) Acervo pessoal (2021).

Como se percebe nas Figuras 12 e 14, essa situação é comum em vilarejos no litoral do Nordeste paraense, maiormente, por conta da influência e da proximidade do mar. No município de Maracaná, esse cenário de desmoronamentos é igualmente percebido em frente à cidade, tal qual em vários vilarejos como Fortalezinha e Mocooca, na Ilha de Maiandeua e Vila de São Tomé, todas áreas próximas ao 40 do Mocooca. Nesses vilarejos, a população local identifica essas áreas como “barreiras”. Geralmente, são os pontos muito altos e próximos ao mar, com bastante vento e uma bela visão do horizonte marinho, contrastando com a destruição causada pela força da natureza. Tal

cenário chama a atenção dos visitantes e turistas, os quais, a cada ano, estão em maior número na região.

Se por um lado aumentou a chegada de visitantes que se encantam, compram terrenos, constroem casas de veraneio, como consequência também da abertura e alargamento estrada, por outro, essa via terrestre proporcionou facilidade de ir e vir aos moradores nativos, embora de forma limitada por conta de seu contínuo péssimo estado de conservação. Ela vem facilitando a migração e a ocupação desordenada na região. Prova disso é o número de unidades habitacionais, que, na comunidade atualmente, está em torno de 270 casas, das quais 135 são de veraneio, ou seja, de pessoas de fora, que não residem no local. Os números apresentados demonstram a equiparação entre o número de famílias nativas e de turistas, comprovando o crescimento do vilarejo em direção a PA-430, da mesma forma que a ocupação desordenada das áreas habitáveis no vilarejo por moradores temporários ou turistas.

Esse cenário encontrado no 40 do Mocooca, de parte das residências locais pertencerem a pessoas de fora da comunidade, não é unicamente de lá. Vilarejos próximos, como 4 Bocas, Fortalezinha, Algodal e Martins Pinheiro, apresentam uma realidade bem parecida. Na verdade, os próprios moradores se referem a esse processo como um movimento que veio para ajudá-los, já que as casas ficam sob a responsabilidade de moradores da comunidade, gerando renda extra em trabalhos como: caseiros, na limpeza de casas e quintais, cozinhando, na lavagem de roupas, entre outras atividades desenvolvidas pelos locais. Luzinete, por exemplo, a professora já apresentada anteriormente nesta pesquisa, toma conta de uma casa ao lado da sua. Ela limpa e providencia o peixe para as estadas de seus vizinhos na comunidade e recebe um valor mensal para desenvolver esse trabalho, que gera uma renda a mais no seu orçamento. Em vista disso, não ouvi relatos tampouco reclamações sobre os impactos negativos do turismo na comunidade, embora eles existam, não são tão impactantes segundo a ótica dos nativos. Pelo contrário, ter mais pessoas e mais residência na comunidade gera um dinheiro que fará falta, caso esses turistas não estejam por lá.

Seu Toninho, pescador e rabeteiro, que, desde 2013, aluga seu quintal como estacionamento para os visitantes que chegam e atravessam para a Ilha de Maiandeuá, mencionou que, durante esse período da pandemia de Covid-19 (embora desde 2019), especialmente de 2020 em diante, o turismo tenha sido fraco na região. Poucos visitantes nas comunidades, poucas pessoas viajando, de modo que, com isso, sua renda caiu substancialmente. Isso fez com que ele se dedicasse, em especial, à pesca para o sustento

da sua família, já que, sem turistas na região, não há pessoas para atravessar nem carros para serem guardados no seu estacionamento. Tanto que, como consequência, os recursos que advinham dessas atividades reduziram praticamente a zero ao longo do período mencionado.

Estivemos na região no final de 2021, sendo notável uma retomada do turismo. Perceptível entre os barqueiros com maior movimentação de pessoas para atravessar, os donos de estacionamentos com mais carros sendo guardados nos seus espaços, ao passo que a economia, que provem do turismo, vem retomando seu percurso, mesmo que lentamente, e alternando períodos de maior e menor movimento em razão da alta e baixa de casos de Covid-19 no estado.



2 TEMPO DE VIDA E TRABALHO: ÁGUA E TERRA EM MEMÓRIAS ENTRELAÇADAS

A publicação de 7 de setembro de 1981, do Diário Oficial do estado do Pará, traz, nas páginas 3 a 6, algumas informações dando conta da criação do Sistema Rodoviário do Estado do Pará. A Resolução nº 1.686, de 25 de agosto de 1981, do Conselho Rodoviário Estadual homologou e aprovou a criação do referido Sistema Rodoviário através do trabalho elaborado pela Divisão de Estudos e Projetos da Diretoria de Planejamento do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PA)⁴⁷.

Tal Resolução foi homologada pelo Decreto nº 1.812, de 3 de setembro de 1981, assinado pelo então governador Alacid da Silva Nunes. Este documento apresenta anexo a ele uma relação descritiva das rodovias que compunham o referido Sistema Rodoviário Estadual. É a primeira menção oficial que se tem da estrada do Mocooca como PA-430 partindo do governo estadual.

No que concerne à relação, são apresentadas as siglas e os pontos de passagem das 125 rodovias que foram estadualizadas. A estrada do 40, a partir de então chamada de PA-430, está descrita, nessa relação, da seguinte forma: “PA-430 – Entr. PA-395 (Conchinha) – Martins Pinheiro – Quarenta (Furo do Mocooca) – Algodoal (Ilha de Maiandeuá)” (IOEPA, 1981, p. 3-5).

Esse documento revela que a estrada do 40 surge apenas, no cenário oficial rodoviário do estado, vinte anos após o início da sua construção em meados de 1960. É nesse período que, segundo dados levantados a partir da oralidade e da memória dos moradores mais antigos da área, são descritos, tanto que, no decorrer deste trabalho, ficará evidente toda uma movimentação na região no sentido de transformar um caminho por onde trafegavam apenas pessoas a pé, montadas a cavalos ou burricos, em carroças e bicicletas, numa estrada que recebesse mesmo que, de forma precária, os automóveis e os “paus de arara⁴⁸”, que se aventuravam por aquelas bandas. Momento em que a estrada do

⁴⁷ Documento consta no Anexo 04, na página 269 desta tese.

⁴⁸ Num estudo etnográfico sobre os transportes utilizados para se chegar até as romarias no Nordeste brasileiro, Silva, Pereira e Mapurunga (2014) definem “pau de arara” como meios de transportes adaptados em caminhões e caminhonetes utilizados para o transporte irregular de pessoas. É um substituto improvisado para os ônibus em travessias de cargas, mercadorias, animais vivos e passageiros. Em uma associação e complementação ao termo, os autores utilizaram também uma pequena parcela da definição na sua forma mais conhecida, ou como instrumento de tortura contra presos políticos durante o regime

40 foi estadualizada e entrou nos mapas do sistema rodoviário do estado como PA-430, embora sem grandes mudanças e melhorias a partir daí. Pelo que analisamos nos relatos, citados no corpo deste trabalho, essa foi uma época importante de transformações tanto na paisagem como na vida das pessoas naquela região.

Embora o imaginário das águas se revele sempre como dominante nessa área, entrelaçou, com o passar do tempo, as estradas, os rios, as várzeas, os cursos d'água, os igarapés, as baías, as enseadas, os manguezais e o mar, todos sempre muito próximos e, por vezes, adentrando e cobrindo áreas antes de moradias da população.

Historicamente, essa relação humana, cheia de especificidades e intimamente ligada à subsistência, à sabedoria e às crenças, desenvolvidas com as águas, foi por muito tempo o único caminho de acesso para os colonizadores da Amazônia desde o século XVI até meados do XX. De tal forma que, durante o período colonial, teve, no transporte por água, a principal maneira de mobilidade e de trazer funcionários administrativos portugueses para o Brasil (HARIS, 2017), dessa forma, o mar sempre teve importância fundamental na história do Brasil e da Amazônia.

À vista disso, tais áreas molhadas, como são chamadas nas comunidades ribeirinhas, são componentes do cenário amazônico e estão presentes no cotidiano da vida de muitos vilarejos, garantindo a subsistência dos grupos familiares e o lazer da população, que ali vive. Esse é o caso do vilarejo 40 do Mocooca, comunidade na qual toda a movimentação populacional e econômica vive atrelada ao mar, esta que, no passado, tinha sua população totalmente dependente de pequenas embarcações locomovendo-se pelos rios e braços de mar. Com a construção da estrada, que recebeu o nome inicialmente de ramal do 40, passou a movimentar-se muito mais por terra, ainda que mantendo suas relações de transporte e de sobrevivência com águas que circundam a região.

Sobre o trabalho de subsistência advindo das águas entre os ribeirinhos, Sarraf-Pacheco (2018) enumera uma série de instrumentos de pesca utilizados nessas comunidades, embora nem todos sejam de uso frente no vilarejo do 40 e nas redondezas.

No surdo e incessante movimento construtivo dos rios, populações locais perpetuaram técnicas e instrumentos de pesca artesanais extremamente inteligentes. Arcos, flechas, anzóis, zagaias, iscas como minhocas, insetos,

militar, nesse ponto, relacionando ao valor do transporte e à sensação de desconforto e sofrimento nas viagens para os que precisam utilizar esse meio de transporte. Na Amazônia, os sentidos são os mesmos, tanto para os termos que os representam, quanto para o formato dos meios de transportes, que ajudaram na consolidação de eixos de circulação, bem como no surgimento de novos sistemas de transporte responsáveis por acelerar e consolidar novos corredores de circulação.

frutas, assim como parís, cacuris, tapagens de talas de bambus, ramos verdes e troncos, covos, rupichéis, redes e puçás compõem parte do conjunto de artefatos de uma cultura material herdada de povos ancestrais, nativos ou diaspóricos à região, sensivelmente sintonizados a temporalidades das águas (SARRAF-PACHECO, 2018, p. 84).

Vários outros pontos importantes, nos estudos sobre os usos dos rios na Amazônia, surgem quando nos voltamos para questões sobre locomoção de pessoas e o transporte de produtos na região. Dialogando, especificamente, aqui com estudos sobre o transporte e a comunicação realizada pelos rios no estado do Pará, a historiadora Conceição Almeida, em pesquisa de doutorado defendida em 2010, tece uma discussão fundamental para que possamos entender, por exemplo, a relação dos moradores de Belém com as águas da cidade ao longo do século XIX. Almeida (2010, p. 2) demonstra, em sua narrativa, que os moradores de Belém desse período também vivenciaram a cidade através dos usos das águas e fizeram-no diante de uma multiplicidade de experiências construídas cotidianamente. Nos seus escritos, a autora relata as vantagens sempre enfatizando-as em relação às outras regiões do País por ter os rios como vias de locomoção, tendo, inclusive, sido enaltecido num discurso feito em 1838 pelo então presidente da Província do Pará, Soares D’Andrea, em que afirmava as vantagens sobre as outras Províncias do Império ao poder realizar quase todas as suas comunicações por água. Embora defendesse a construção de estradas que encurtassem distâncias “[...] e poupassem os viajantes de enfrentar as contracorrentes e rios tortuosos pelos quais se faziam as comunicações” (ALMEIDA, 2010, p. 42).

Esse entrelaçamento das relações e experiências cotidianas com as áreas molhadas, nas comunidades amazônicas, e aqui trazendo para o vilarejo e recorte temporal da nossa pesquisa, são percebidos em quase todos os relatos⁴⁹ como de extrema importância para a sobrevivência de todos e de várias maneiras. Evidenciando que, nas águas, estão o sustento, o lazer, alguns de seus medos, o respeito à natureza, a religiosidade, as tradições, a cultura, os saberes e muitas de suas representações, que permaneceram com o passar do tempo associadas a uma travessia social e histórica, ainda assim sempre relacionadas às vivências atuais e quase sempre, de forma atrelada, à

⁴⁹ Os relatos dos pescadores Sergio Barriela, Alair Pinheiro, Nazaré Siqueira, professora Luzinete, Dona Felipa, Seu Zé Macaco, entre outros entrevistados, grande parte deles, na faixa etária dos mais idosos, fazem referência à relevância das áreas molhadas no entorno das suas comunidades para manter os costumes e a subsistência das suas famílias. Apesar dos períodos de mar revolto e de destruição de moradias, que provocam migrações internas, eles enfatizam sempre a necessidade de estar perto do mar, individual e coletivamente.

natureza e aos recursos naturais locais, tanto das águas, como do manguezal e das florestas de terra firme.

Toda essa realidade é confirmada pela afirmativa de Pojo, Elias e Vilhena (2014, p. 177), os quais, ao analisarem a relação de sobrevivência dos povos ribeirinhos com o ambiente na Amazônia, reforçam a tese de que estes possuem “um modo de vida atrelado à natureza e aos recursos naturais e conhecem, por experiência, os desafios encontrados e enfrentados na realidade social e cotidiana onde vivem. As intempéries da natureza não os amedrontam, muito pelo contrário, há respeito na relação e não simplesmente o medo.

Essa é uma realidade histórica em comunidades ribeirinhas da Amazônia⁵⁰, a mesma que buscamos retratar aqui a partir do modo de vida e das relações dos moradores com a natureza na região do 40 do Mocooca em Maracanã, um dos municípios da zona do salgado paraense.

A relação de homens e mulheres dessas regiões da Amazônia com as águas se dá a partir do entrelaçamento de relações baseadas em vários fatores e processos, que são milenares e perpassam pelos meandros da ocupação, transformação, simbologias, valores culturais e antropocêntricos, acompanhando essas populações desde o período da colonização dessa região (séculos XVII e XVIII). O ponto central dessa relação baseia-se na busca pela sobrevivência diária, ora alimentar, ora indenitária. E todas essas questões nos remetem ao contexto histórico socioeconômico e ambiental da região. Sobre isso, Furtado (1997) é enfática ao deixar claro que

[...] não tem como abordar as atividades haliêuticas ou da pesca no seio das populações caboclas da Amazônia sem considerar, como fator de análise, o outro lado do rio. Esse “outro lado do rio” metaforicamente falando é exatamente o contexto em que a prática da pesca está inserida (FURTADO, 1997, p. 147).

Mediante tal aspecto, é importante ressaltar que este trabalho foi iniciado a partir de certo envolvimento pessoal com a região e alguns agentes desta pesquisa. Foram muitas travessias pela estrada do 40 e várias outras feitas pelo rio Maracanã, em mais de vinte anos de idas e vindas, nas quais observei e envolvi-me em vivências, saberes, fazeres e muito aprendizado entre os moradores e outros visitantes dessa área. Isso tudo possibilitou ter um pouco da compreensão e interpretação dos sujeitos e de seus “jeitos”

⁵⁰ Alguns autores, que embasaram este trabalho, estudam a Amazônia e seus habitantes numa busca incessante de compreender os processos de ocupação do território amazônico nos vários aspectos, sobretudo, as influências destes na relação de seus habitantes com o meio ambiente e a cultura local, dentre os quais, destacamos: Sarraf-Pacheco (2004); Oliveira (2015); Silva (2008); Souza (1999); Albuquerque (2005); Benchimol (1995); Castro (2009); Furtado (1993; 1994; 1997; 2001), entre outros.

de ser e viver nesse pedacinho da Amazônia paraense, vasculhando esses lugares de confluência de interações entre as águas do mar e dos rios com estradas, florestas e pessoas.

Na região do 40 do Mocooca, como em outras regiões da Amazônia, magia e temporalidades se misturam à natureza biológica e aos modos próprios de habitar integrados aos ecossistemas, ora marinho, ora estuarino, ora de florestas de manguezais, ora de florestas de terra firme, os quais são demarcados e considerados áreas prioritárias para conservação da biodiversidade em toda a região costeira, integrando categorias de área de “extrema importância biológica” (MMA, 2002, p. 14), como apresentado em um dos estudo realizado na região de Abaetetuba por Pojo, Elias e Vilhena (2019), cuja busca centrava-se em “compreender os saberes das águas pelas representações cotidianas dos ribeirinhos, a partir dos modos de viver e estar no espaço-tempo dos rios, furos, igarapés e florestas”. Nesse estudo, as autoras fazem um exercício de entendimento a partir da análise dessas áreas, visando contribuir com as discussões sobre a Educação Básica do campo inserindo-os na dinâmica educacional local.

Para compreensão dos fatos narrados, alicerçamos nosso entendimento em fontes variadas, especialmente, nos relatos dos moradores e nas especificidades da relação da população amazônica com as águas. Além das particularidades de reportagens de jornais contemporâneas ao surgimento da estrada do 40 (PA-430), evidenciando a procura da população por igarapés e praias de rios e marinhas para seu lazer e socialização.

Durante o levantamento de dados em fontes de jornais⁵¹, percebemos uma quantidade significativa de reportagens sobre a procura e as aventuras da população das cidades maiores em busca de praias distantes com trajetos muito ruins. Vários jornais do estado, na década de 1960, noticiavam o surgimento de novos balneários, que começavam a receber visitantes, embora sem a menor estrutura para tal. Dada a importância dos jornais para esse contexto, podemos perceber os atores sociais da memória oficial (POLLAK, 1989), pois a partir deles conseguimos informações de extrema relevância

⁵¹ Uma das etapas da pesquisa, foi o levantamento de dados no acervo de jornais da Hemeroteca da Fundação Cultural do Pará (FCP), no qual tivemos acesso aos seguintes jornais: A província do Pará (1960-1979), Folha Vespertina (1969-1972), Jornal do Dia (1961-1965), O Liberal (1974-1978), A Vanguarda (1960-1961), O Diário do Pará (1991-2000) e O Estado do Pará (1959-1980). Buscamos informações sobre a região do Nordeste paraense, especialmente, o município de Maracanã, as quais nos dessem quaisquer dados sobre o surgimento da PA-430. Não obtivemos sucesso nesse sentido. Conseguimos, no entanto, um panorama do movimento de abertura de estradas na Amazônia em várias notícias publicadas nesses jornais, elencamos algumas delas, justamente do período de surgimento do vilarejo e da estrada, focos de estudo desse trabalho.

sobre as transformações ao longo do tempo na região. Esse é um dos motivos de termos nos utilizado deles nesta pesquisa.

Uma das reportagens relevantes que mostram muito bem o contexto da época, foi publicada no jornal A Província do Pará, de 1961, com o título, *Nasce em lugar errado o novo balneário: Marudá desencanta com estrada ruim e praia suja*. A reportagem sai justamente no mês seguinte às férias de julho e traz as aventuras dos moradores de Belém em passeios em busca das praias de águas salgadas do vilarejo pesqueiro de Marudá, atual distrito de Marapanim. Marudá, nesse período, ainda era uma região praticamente deserta e desconhecida da população da capital do estado. Tratava-se de uma área, no litoral Nordeste do estado, a ser desbravada pelos turistas corajosos de Belém, num processo de *turistificação* dessa região, já citado anteriormente neste trabalho.

Figura 15 – Reportagem no jornal A Província do Pará, edição de 21 de agosto de 1960, sobre o turismo nas praias do Nordeste do estado do Pará



Fonte: A Província do Pará, Ano LXXXIV, nº 19.633, 2º cad., p. 6 – Domingo, 21 de agosto de 1960.

O que saía, na verdade, sobre a região, nessas reportagens, não era o lado bom de conhecer seu estado, de desbravar e aventurar-se em viagens atrás das belas praias de águas salgadas do litoral do estado, uma vez que traziam uma propaganda negativa e muitas críticas da sociedade local da época. As críticas cobravam do poder público a melhoria no acesso ao local e, conseqüentemente, na estrada, que levava até a região. Pela repercussão da reportagem, percebe-se que o sofrimento dos moradores da região não foi o motivo de iniciarem as melhorias nessa estrada. A pressão da reportagem negativa sobre o Governo de Moura Carvalho, recém-empossado com a morte de Magalhães Barata em 1959, parecia ser, também, uma cobrança da sociedade local da época por melhorias na infraestrutura de estradas do estado. A notícia era apresentada como se a população local desejasse para o lazer, além dos banhos de igarapés e rios tão comuns no estado, os banhos de mar, modismos apresentados ao restante do País pela elite que visitava as praias do Rio de Janeiro. Em vez disso, as rotas, para os balneários com praias de mar no estado, passavam por estradas com muitos atoleiros, dificuldades de transporte para o local e nenhuma infraestrutura, como na pequena vila de pescadores de Marudá, mostrada na reportagem.

O banho de mar como lazer⁵², como relatado na reportagem do jornal mencionado há pouco, apresentava-se para a sociedade paraense como recreação, descanso e moda entre as classes sociais mais abastadas, visto que, para se chegar às praias de mar do estado, demandavam-se certo tempo e recursos para a viagem. As praias do estado eram cada dia mais procuradas, ao passo que as viagens eram relatadas em notas semanais nos cadernos sociais com imagens e informações sobre a presença das famílias e de jovens desfrutando desse lazer na região nessa época.

No que tange à relação humana com os ambientes marinhos voltados para o lazer, Corbin (1989, p. 69 *apud* ENKE, 2017, p. 172) afirma que, desde o século XVIII, as sociedades europeias perceberam e difundiram vínculos muito próximos entre os homens e a natureza, sobretudo, aqueles próximos ao mar. Tais vínculos promoviam mudanças em seus deslocamentos durante o período de descanso e lazer, bem como um aumento na frequência e na presença de pessoas à beira-mar. Em vista disso, passaram a buscar, no

⁵² Marcelino (2000), ao relacionar as atividades de lazer ao tempo, indica que são aquelas desenvolvidas no tempo livre ou disponível, fora do trabalho, geralmente dedicadas aos passeios em família, em atividades sociais e religiosas. Essa noção corrobora até certo ponto com o que defende Dumazedier (1973) sobre lazer. Este autor afirma trata-se de ocupações onde os indivíduos participam por livre e espontânea vontade para repouso, divertimento, recreação, além de desenvolver capacidades e aprendizados com participação social voluntária ou para livre criadora, podendo inclusive não ter necessariamente obrigações profissionais, familiares ou sociais envolvidas.

litoral marinho, o alívio para muitas das angústias humanas da vida “moderna”. Entre as sociedades europeias mais abastadas, era comum as orientações médicas com fins terapêuticos, para acalmar novas ansiedades, as receitas dos banhos de água fria do mar. Nesse período, difundiam-se os períodos de descanso fora dos centros urbanos, ou seja, em praias ou balneários marinhos, como refúgios saudáveis. O contato com as ondas do mar era sempre indicado como extremamente vantajoso para a saúde, à medida que as temporadas próximas às praias marinhas já faziam parte desse receituário de bem-estar.

Ainda segundo Enke (2017, p. 170), com o passar dos séculos, a visão sobre a praia e o comportamento dos frequentadores desses espaços passaram por transformações. Para tanto, esse autor apresenta as mudanças na interpretação bíblica dos oceanos, bem como das áreas de praia, passando a ideia de lugares abissais, incompreensíveis, perigosos e de repulsa para os homens frente aos oceanos e às praias antigas, do século XVII e início do XVIII, para o lugar do descanso, da saúde, do lazer e de encontros aprazíveis. Ou seja, o horror das relações humanas com o mar havia ficado no passado.

Machado (2000, p. 204) complementa que os sentimentos de pavor e medo da perda de entes queridos, relacionados ao mar, transformaram-se com o passar do tempo. Entretanto, foi apenas na segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX que as praias transmutaram-se, progressivamente, em lugares de aventura e sedução. Enquanto que somente em meados do século XX tais espaços foram convertidos em lugares de lazer, consumo e de transformação.

No Brasil, a invenção das praias e o hábito social dos banhos de mar são algumas das apropriações e incorporações das práticas marítimas modernas que se deram, sobretudo, no final do século XIX, quando as elites locais se voltaram para o mar em busca dos banhos terapêuticos, o que de fato proporcionou a colonização de um ambiente antes destinado apenas para as “práticas marítimas tradicionais”, ou seja, a pesca, a defesa e a atividade portuária (SANTOS, 2020). Esse autor esclarece que, a partir de estudos sobre a balnearização dos banhos salgados de mar nos espaços praianos de Recife, tais apropriações das praias e dos rios eram hábitos já fortemente cultuados entre as populações originárias, caboclos e negros no Recife. Freyre (2006) alerta que essas populações sempre usufruíram dos corpos d’água da cidade para o trabalho, o transporte e o lazer, mas foi para fugir da cidade e livrar-se das epidemias frequentes, desse período, que as classes abastadas e brancas, acostumadas a seguir e imitar costumes europeus, transformaram os banhos de rio e de mar numa estratégia social terapêutica e de lazer.

Sobre esse contexto, é possível vislumbrar que tal processo ocorre de forma mais direta e contundente na área objeto da nossa pesquisa apenas na década de 1980. Mesmo a transformação da trilha ou ramal do 40 em estrada sendo iniciada na década de 1960, como levam a crer as memórias de nossos agentes da pesquisa, somente a partir de 1980, com a estadualização da rodovia PA-430, a região do vilarejo do 40 do Mocooca e as comunidades do seu entorno passaram por esse processo de transformação de suas áreas de praias para muito além de seus usos como terapêutico, principalmente, em áreas de aventuras, consumo e lazer para visitantes e fonte de renda para moradores locais num claro processo de *balnearização* e *turistificação*, em especial, por conta das belas paisagens praianas de águas salgadas presentes em toda a região.

Desde o início da década de 1960, ou seja, vinte anos antes de certa consolidação desse processo, os relatos coletados nas pesquisas já apontam para essas mudanças, surgidas de fato com as primeiras reuniões na comunidade do 40 do Mocooca para discutir a construção da estrada por terra, que daria acesso menos difícil ao local. As reuniões eram encabeçadas pelo principal comerciante da região, Sr. André Silva, dono do único comércio do vilarejo, a *Casa Silva* (Figura 16).

Figura 16 – Casa Silva, de propriedade do Sr. André Silva, único comércio no vilarejo do 40 do Mocooca no período do surgimento da estrada do Mocooca.



Fonte: Ilustração feita por Sandro Pereira de Almeida, professor de artes visuais, a partir dos relatos (2022).

Os anseios da comunidade eram reforçados pelos interesses particulares do comerciante em melhorar o acesso e, desse modo, abastecer mais facilmente seu comércio. Nos encontros, foram traçados os passos iniciais que culminaram com a abertura das primeiras *picadas*⁵³ na mata, transformando um pequeno caminho/trilha, como muitos se referiram a ele, num ramal mais largo, o qual pudesse receber transportes motorizados até o vilarejo do 40 do Mocooca. A estrada deveria chegar o mais próximo possível do mar, ou braço de mar (Furo do 40).

Quando ouvi os relatos de alguns dos moradores mais antigos, como seu Alair e Dona Felipa, imaginei o trabalho sendo feito, comparei-os, imediatamente, ao que foi realizado pelos desbravadores da Amazônia e relatado pelos naturalistas e viajantes⁵⁴ nos seus escritos, assim como na abertura das grandes rodovias na Amazônia na metade do século XX, quando turmas de homens adentraram a floresta fechada, rios e várzeas, cortando a mata com facões e foices, demarcando o terreno por onde deveriam seguir. Essa comparação que ousamos fazer, guardadas as devidas proporções e temporalidades, não deixa de ter relação com a iniciativa dessas pessoas no vilarejo do 40 do Mocooca, que ousaram desbravar para satisfazer suas necessidades de mobilidade pessoal e coletiva, assim como de se envolver, mesmo que sem grandes noções disso, nas questões de políticas públicas ligadas à infraestrutura e à qualidade de vida nessas regiões. A motivação dessas pessoas era viver melhor e sanar suas dificuldades de acesso e transporte à região. Tanto que o ato promoveu as mudanças na região, tornando o ir e vir um pouco menos difícil e, ao mesmo tempo, impactando a região social, cultural e ambientalmente nos últimos sessenta anos, como mostrado neste trabalho.

Os relatos de moradores, especialmente dos mais idosos, levam a crer que a PA-430 de trilha passou a ser chamada Ramal do 40, ao mesmo tempo em que se deu a expansão das estradas brasileiras em direção à Amazônia, acentuando o processo migratório para a região, o que já estava posto em nível nacional, proporcionando, ainda, um aumento da população regional de 1 para 5 milhões entre 1950-60 e de modo bem mais acelerado a partir de então (BECKER, 2001).

⁵³ Marcações feitas para medir e orientar o caminho de abertura da estrada na mata para se chegar a um destino até então inacessível. Em geral, esse trabalho é feito manualmente ou de forma braçal por uma turma de pessoas que utiliza, como ferramenta, foices e facões.

⁵⁴ Para saber mais, consulte: Bates (1944) sobre sua viagem ao rio Amazonas; Lisboa (1997) acerca da descrição da natureza em viagens pelo Brasil; Cunha (1991) sobre o trabalho de Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia; e Belluzo (1994) acerca do Brasil dos viajantes, entre outros.

A importância de conhecer esses processos, em níveis micro e macro, está no ato de pensar o passado e o presente desses territórios concebidos como *vazios* (BOMFIM, 2010), bem como compreender como se deu o envolvimento das comunidades locais nessas empreitadas em contextos locais, revelando o processo de territorialização e colonização na região relacionado ao restante do País.

Especificamente no caso da PA-430, identificamos, a partir dos relatos dos moradores, a participação direta de aproximadamente 10 homens⁵⁵, que trabalharam na abertura das *picadas* na estrada. O trabalho foi incentivado e parcialmente patrocinado pelo Sr. André Silva, dono do comércio local, que compôs a primeira turma da seguinte maneira: três moradores do vilarejo de 4 Bocas; três moradores do 40 do Mocooca, dois moradores do vilarejo do Mocooca; e dois moradores da vila de Fortalezinha, esses dois últimos (Mocooca e Fortalezinha), localizados na ilha de Maiandeuá. Essa composição demonstra que o interesse nessa empreitada era comum às várias comunidades do entorno, além de apontar possíveis comprovações dos problemas relacionados à mobilidade e à acessibilidade na região desde sua origem. Trata-se de um ponto comum a todas as famílias residentes na área, além de serem elementos centrais nas análises urbanas (SILVA; PEREIRA; MAPURUNGA, 2014).

Embora tivéssemos conseguido informações sobre o número de trabalhadores que participaram diariamente desta, que é considerada pelos moradores a grande e coletiva empreitada no vilarejo até então, tivemos grandes dificuldades de saber quem foram esses homens. Na verdade, percebemos, nos relatos dos interlocutores, um desejo de que esse crédito fosse das comunidades como um todo.

Dalgiza Rodrigues Guimarães, mais conhecida por Dona Ita, de 76 anos, contou que nasceu em Fortalezinha, na Ilha de Maiandeuá, contudo morou no Mocooca e foi uma das que atravessou o Furo, fugindo das grandes marés dos anos de 1950, que expulsaram o povo de lá. Quando perguntada sobre quem eram os homens que trabalharam na abertura da estrada, contou:

⁵⁵ Nas narrativas levantadas durante a pesquisa, reuni a indicação desses 12 homens que trabalharam nessa fase inicial da construção do Ramal. Na maioria das informações, constam apenas apelidos e primeiros nomes. Dois continuam vivos, com idade avançada e já com problemas de saúde, situação que tem dificultado a identificação dos outros trabalhadores que participaram da empreitada. Com a intenção de elaborar de forma mais correta possível a lista com todas as informações sobre esses homens, iniciamos um processo de rastreamento através das indicações nos relatos dos apelidos, possíveis comprovações através de documentos em instituições como cartórios, delegacia e igrejas na comunidade e na sede do município de Maracanã com a finalidade de confirmar tais informações. Sem grande sucesso, apresentaremos, neste trabalho, o que conseguimos destrinchar e montar deste quebra-cabeças.

Eu vim pra cá junto com o pessoal que fugiu das águas grande do Mocooca naquela época. Era igual como tá acontecendo agora de novo. Mas lá era muito lindo nessa época. Tinha duas ruas na praia com as casa em volta. Era muito grande a paia. Descia até avião lá. Tinha uma torre lá em cima, e de vez em quando vinha uns estrangeiro lá, acho que eram americano, uns homem grande, branco que falava estranho. Eles vinham, iam pra lá pra aquela torre pra vê alguma coisa. Depois pegavo o avião e iam embora. Lá na praia morava várias famílias e quando a água lavou aquele praião lá do Mocooca, botou todo mundo pra correr de lá. Uns saíram antes, nas primeira águas grande, mas outros só quando encheu muito mesmo e não dava mais pra ficar lá. Atressamo e viemo morar aqui no 40. Já tinha umas pessoas morando aqui e foi crescendo cada vez mais até resolverem fazer essa estrada. Ela foi feita no braço. Não tive tratô não. Era uns 10, as vez 12, as vez 15 homens trabalhando lá. Mas eu não lembro direito quem eram não. Só sei que era daqui, da Fortalezinha, do 4 Bocas. Eu sei que eles se juntavo aí todo dia e entravo na mata com facão, uma trochinha levando a comida, cada um com uma garrafa de água e voltava lá pras três, quatro da tarde. Uns eu conhecia, outros não. Mas não dá pra dizer que foi um, ou que foi outro. Eu sei porque via eles indo e vindo, cada dia uma turma diferente. Se revezavo aí. Eu não sei lê, mas sei contar, e foi desse jeito que isso aconteceu. Seu André botou na cabeça deles que tinha que fazer essas estrada e eles fizeram mesmo. O tratô só entrou pra arrumar mais depois que já tinha até linha de pau de ara pra cá (Dalgiza Rodrigues Guimarães – D. Ita, 76 anos).

O relato de Dona Ita leva a pensar na estrada como um bem conquistado de forma coletiva e compartilhado por todos a ponto de não conseguirem dar nomes aos trabalhadores que participaram diretamente dessa empreitada. Essa pergunta foi feita inúmeras vezes e a todos os interlocutores mais velhos que participaram da pesquisa. Ainda assim, não tive sucesso nas respostas de modo que conseguisse fazer uma lista de nomes que, concretamente, tivessem participado da empreitada. O que pareceu é que todos os que deram seus relatos quisessem também que o crédito pelo trabalho fosse de todos, ou de toda a comunidade. Presenciamos tal perspectiva novamente em 2019, quando foi realizada a carreata pelo asfalto na região, que abordaremos no último capítulo deste trabalho.

Para essas pessoas, a estrada para estas pessoas tem a mesma importância do rio, que além de caminho, é fonte de alimento. Embora a estrada seja também liberdade de circular, de ir atrás de algo ou de alguém e poder voltar no mesmo dia. É movimento, é novidade, são automóveis e pessoas circulando no lugar, mesmo que não seja um cenário perfeito de mobilidade, ainda assim está presente. É isso que todos esperavam e ainda esperam com a estrada por terra indo até o vilarejo.

Em contrapartida, do ponto de vista da geografia, Meyer *et al.* (2004) apontam para a necessidade de alguns elementos estruturantes de acessibilidade e mobilidade nas funções urbanas: o sistema viário (elemento fixo), os percursos (fluxo) e os veículos (meio de transporte público), tudo o que o vilarejo deseja, mas que até os dias atuais tem

de forma precária. É necessário dizer que esses elementos estão inseridos no processo de construção do ramal do 40, mesmo que, de certa forma, inconsciente. Afinal, os homens, que iniciaram o trabalho de alargamento do pequeno ramal, passaram de um simples desejo de ter para a estruturação de fato da estrada do 40. Com isso, buscavam melhorar e diminuir o percurso, facilitar o acesso, a mobilidade e a circulação de pessoa na região.

Na Figura 18, tentamos demonstrar, a partir dos relatos da memória dos agentes desta pesquisa, uma ideia do que era o cenário e o trabalho pesado e libertador, nas palavras de alguns deles, cujo propósito era reduzir distâncias e facilitar o acesso ao seu lugar de viver.

Figura 17 – Abertura da estrada ou ramal do Mocooca na década de 1960



Fonte: Ilustração feita por Sandro Pereira de Almeida, professor de artes visuais, a partir dos relatos (2022).

É possível dizer que, a partir do que foi relatado, o ato promoveu muitas mudanças na região. Tanto que motivados e incentivados pelo desejo de sair de um isolamento, imposto pela localização do vilarejo, a turma de homens, que se revezava dia a dia, entrava na mata com foices, facões, enxadas e a merenda para fazer o trabalho pesado de

destacar e abrir caminho num desejo de libertar a comunidade do estado de isolamento ao qual se sentiam ligados.

Nas memórias de três dos nossos interlocutores mais antigos e que ainda residem da região, o Seu Sérgio Conceição Teixeira (Sérgio Barriela), de 72 anos, pescador aposentado morador de Fortalezinha, o Seu Delorizano da Conceição Modesto (Deluca), de 71 anos, pescador aposentado, e o Seu Alair Pinheiro da Conceição (84 anos), pescador aposentado, os dois últimos moradores do 40 do Mocooca, as informações eram parecidas: sem precisão de nomes e datas sobre o trabalho desses homens nessa primeira fase da construção do ramal do 40. O primeiro (Sérgio Barriela) contou que ainda foi por alguns dias nesse trabalho, mas não era dos mais frequentes. Isso porque era muito jovem, tendo ido “na empolgação” junto com outros. Relatou, ainda, que a cada dia ia uma turma diferente, em torno de 10 a 15 homens.

No que concerne à tarefa de reunir os dados sobre eles, não tivemos sucesso, visto que as lembranças dos narradores estavam, profundamente entrelaçada com o esquecimento, seja em razão da idade, seja por problema de saúde, que já os acomete por conta da idade avançada da maioria deles. Soma-se a isso a inexistência de fontes ou documentos oficiais que esclarecessem a história desse episódio tão importante na formação do vilarejo assim como da estrada.

Decidimos, então, não nos render às dificuldades de lembranças de nossos interlocutores. Mesmo diante do esquecimento que se apresentou, montamos nosso quebra-cabeças lentamente a partir do entrelaçamento dos relatos das memórias do passado com pontos de esquecimento no presente, os quais juntos deixaram de ser apenas vestígios, transformando-se na história de vida dessas pessoas. Seguimos os rastros dessas informações não apenas em busca de confirmações, mas de detalhes e aproximações aparentemente tidos como secundários, que podem esconder a chave de entendimento, revelando os fatos desse período que tanto influenciaram na origem e na trajetória dessa região (GINZBURG, 1992).

Achamos por bem ouvir o máximo de informações e traçar nossa narrativa levando em conta a vida dessas pessoas e sua relação com os ambientes de circulação por água ou por terra, tentando entender suas trajetórias, seus trabalhos, suas vivências, principalmente, aquelas que envolvessem homens e mulheres coletivamente na região.

Quando procuramos saber acerca da comercialização do pescado na região nesse período, o pescador aposentado Sérgio Barriela (72 anos), descreveu o maior comércio local e seu proprietário, André Silva, contou que se tratava de um homem moreno de porte

médio, falante e muito inteligente, que articulava bem as palavras e convencia qualquer um e sobre qualquer coisa. De acordo com Seu Sérgio, o comércio era o maior da região, um prédio grande, com as prateleiras e armários de vidro enormes e cheias de produtos de todo tipo (Figura 16, p.79). Tudo podia ser encontrado lá. E seu André atendia a todos do mesmo jeito falante, sendo ele que, de certa forma, difundia a ideia de que uma estrada melhor traria grandes vantagens à vida de todos na região. Os jornais impressos, que chegavam até o vilarejo através dele com essas informações, eram rapidamente transmitidos aos frequentadores do seu comércio, especialmente, as notícias que tivessem relação com *as maravilhas* da abertura de estradas que ligassem o Brasil de Norte a Sul, muito comuns nos jornais desse período. Consoante com seu Sérgio, que trabalhou no estabelecimento comercial de seu André nessa época, este lia as notícias que interessavam em voz alta e mostrava as fotos, sobretudo, para os que não sabiam ler.

Percebemos que essa era uma maneira eficiente que ele utilizava para influenciar os moradores da região, maiormente os homens, convencendo-os a trabalhar na abertura da estrada local. Entre uma venda e outra, contava a ideia para as mulheres tentando influenciá-las a dar força aos seus companheiros de se envolverem nesse trabalho voluntariamente, reforçando a tese que de a estrada seria a solução para que saíssem do isolamento e para a chegada do *progresso* ao vilarejo.

Os argumentos de Seu André se juntaram aos anseios e às necessidades de mobilidade da população, que já existiam entre os moradores, proporcionando o início dos trabalhos.

Assim, o plano de transformar uma trilha estreita e longa, por onde as pessoas saíam por terra do vilarejo, numa estrada mais larga, a futura PA-430, começava a ser colocado em prática. Embora estivesse muito mais preocupado em baratear e na comodidade de trazer, em seu próprio automóvel, a mercadoria para sortir seu comércio no vilarejo, Seu André usava toda a sua desenvoltura de comerciante para convencer os moradores a aderirem ao trabalho voluntário, que, segundo ele, traria ganhos coletivos, dentre eles, mais facilidades de sair e chegar à região para todos os moradores e mais contato com os outros municípios, abrindo caminho para facilitar a chegada de visitantes para as belas praias dali. Todo esse movimento estava no discurso como a única maneira de a população local encontrar uma saída para a dependência das embarcações com suas viagens sem uma frequência definida e de forma esporádicas por via marinha e a consequente saída do isolamento em que viviam.

Em contrapartida, em todos os relatos, percebemos que, em nenhum momento, Seu André fazia referência aos possíveis problemas que poderiam estar associados a um acesso facilitado por terra ou a uma pretensa saída do isolamento e chegada de *progresso* naquela região. Analisando o contexto das narrativas, tais situações poderiam ser colocadas como previsíveis, ainda assim, em momento algum, foram externalizadas, nem no passado pelo comerciante, nem no presente nos relatos dos nossos interlocutores durante a pesquisa. Aliás, não percebemos a noção de possíveis impactos negativos que podem estar associados às facilidades de acesso nem mesmo nas reuniões⁵⁶ recentes do movimento dos moradores, filhos de moradores que não residem mais na região, assim como entre os visitantes/turistas mais frequentes na área, revelando um total descontentamento com a estrada ruim, com as dificuldades de acesso e com o desejo de ter asfalto a qualquer preço na área.

A nosso ver, tais questões precisam ser incluídas no debate deste estudo, em especial, do ponto de vista dos impactos ambientais e sociais que esses empreendimentos de infraestrutura representam no contexto das populações amazônidas. Acerca do tema, Hébette e Marin (2004) fazem uma análise dos impactos da rodovia Belém-Brasília em áreas de florestas e das comunidades urbanas, que se formaram ao longo dela. Conforme os autores,

Uma rodovia da importância da Belém-Brasília não se limita a unir dois pontos extremos, ela transforma uma paisagem física e socioeconômica; ela não é puramente obra de engenharia, mas um ato de política, ou seja, ela repercute na vida das populações para integrá-las ou marginalizá-las, para reduzir ou reforçar distâncias sociais inter-regionais ou interestaduais. Na ausência de medidas adequadas, os mecanismos de dominação atuam, inevitavelmente, no sentido da concentração das vantagens e da desigual distribuição dos benefícios e custos, como aconteceu no caso em estudo. Não se trata, obviamente, de negar as contribuições da rodovia, mas, simplesmente, denunciar a má repartição dos seus benefícios (HÉBETTE; MARIN, 2004, p. 106).

Essa análise pode ser aplicada a todos os exemplos levantados nesta pesquisa, inclusive ao caso da PA-430. Tanto que a discussão perpassa as dificuldades de mobilidade e de locomoção devido ao isolamento ao qual essas comunidades estão expostas por décadas, à falta de infraestrutura, à ocupação e à descaracterização das áreas, retratadas nas notícias sobre a construção de estradas na imprensa em todas as épocas.

⁵⁶ Essa questão está melhor explicada no último capítulo da tese quando abordamos a luta dos movimentos sociais locais em busca do asfalto para região.

É preciso lembrar que a década de 1960 foi o período em que o Governo Federal buscou, a qualquer preço, fazer a integração da região Norte por rodovias com o restante do País. Nesse mesmo período, as duas maiores capitais do Norte do Brasil – Belém e Manaus –, ainda não se ligavam a outras regiões por terra. Em 1970, com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), as obras da Belém-Brasília e da Transamazônica são “consolidadas”, finalmente interligando a região Norte do País ao restante do Brasil por estradas (BRASIL, 2019).

Nesse período, muitas notícias eram veiculadas sobre a abertura de estradas por todo o País. Uma das que chamou nossa atenção, durante o levantamento de fontes em jornais, foi a reportagem da *A Província do Pará*, de domingo, dia 24 de abril de 1960 (Figura 18), na qual é mostrado um trecho da rodovia Belém-Brasília em construção, sendo noticiada como *o grande desafio da década* de interligar o País de Norte a Sul. No texto, era narrado como grande heroísmo o trabalho dos homens que estavam em plena floresta amazônica abrindo uma estrada que tiraria toda uma região do País do isolamento.

Figura 18 – Presidente Juscelino Kubitschek, superintendente da SPVEA⁵⁷, sr. Waldir Bouhid, com os engenheiros Bernardo Sayão e Rui L. de Almeida em visita à obra da rodovia Belém-Brasília



Fonte: *A Província do Pará*, Ano LXXXIV, n. 19.535, p. 9 – Domingo, 24 de abril de 1960.

⁵⁷ Segundo Renha (2019), Reis (1961), Brasil (1953), entre outros, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) foi criada por Getúlio Vargas em 1953. Esse órgão era subordinado à Presidência da República e teve como seu primeiro superintendente Arthur César Ferreira Reis. Um dos objetivos do órgão era levar *desenvolvimento* à região amazônica. Sua sede, em Belém, foi oficialmente instalada em 21 de setembro de 1953. Em 1966, foi substituída pela Superintendência do desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

Essa notícia chamou nossa atenção por sua relevância para o contexto da época. A reportagem trazia informações sobre a abertura da rodovia Belém-Brasília, apresentada ao estado do Pará e ao restante do Brasil como a *estrada do progresso*. Uma reportagem de página inteira, com muitas fotos, inclusive, da visita do então presidente Juscelino Kubitschek, autoridade máxima do País à época. Na Figura 18, acima, o traçado reto e ainda inacabado da rodovia Belém-Brasília foi retratado como uma grande conquista para o Brasil e para a região, que, a partir daí, sairia do isolamento e receberia mais *desenvolvimento*.

Neste estudo, o contexto da época do surgimento da PA-430, e sua relação com a população do Vilarejo do 40 do Mocooca, tem sido relatado e construído a partir de algumas dessas notícias dos jornais⁵⁸, que, nesse período, vinham recheados de reportagens sobre a expansão do sistema rodoviário nacional, o qual, até meados da década de 1940, contava com ínfimos 423 km de rodovias pavimentadas⁵⁹ no Brasil inteiro. Essa reportagem foi lembrada por seu Alair Teixeira (87 anos) que está envolto por um processo de esquecimento e por diversos problemas de memória por conta de enfermidades reveladas pela família, tanto que julgamos por bem não as discutir aqui. Seu Alair, num lapso de lembranças, contou que, em uma de suas idas ao comércio do Seu André, no vilarejo do 40 do Mocooca, chegou a ver um jornal que trazia uma reportagem com “a grande notícia da abertura Belém-Brasília”. Ele descreveu isso com os olhos arregalados como se o evento tivesse acontecido ontem e emendou misturando passado e presente, dizendo: “aqui vamos ter nossa estrada também”, fazendo referência ao trabalho daqueles homens e mulheres iniciado décadas atrás no ramal do 40, atual PA-430.

Essa não era, contudo, a única notícia sobre a abertura de estradas, nova realidade esperada por muitas pessoas e em várias regiões do estado. Outra reportagem, que trazia

⁵⁸ Pesquisa realizada nos seguintes jornais: *A Folha Vespertina* (1969-1972), *A Província do Pará* (1960-1979), *Jornal do Dia* (1961-1965), *A Vanguarda* (1960-1961), *O Estado do Pará* (1960-1980) e *Diário do Pará* (1991-2000), que constam no acervo do setor de hemeroteca da Biblioteca Pública Arthur Viana da Fundação Cultural do Pará (FCP).

⁵⁹ Segundo fontes da Diretoria de Infraestrutura *Rodoviária do* Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNIT), é de 1905 a primeira Lei a conceder auxílio federal para a construção de estradas no Brasil. Mesmo assim o primeiro órgão que respondia pelo setor surgiu em 1920 (Inspetoria Federal de Obras contra as Secas), mas somente no Nordeste e sem nenhuma representatividade. Apenas em 1933, criou-se o primeiro grupo de trabalho para elaborar o projeto de Lei que criaria o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), o qual foi fundado em 1937. Tão somente em 1945, foi sancionado o Decreto-Lei nº 8.463, conferindo autonomia técnica e financeira ao DNER, criando um Fundo Rodoviário Nacional. Como consequência dessa política, em 1950, o Brasil mais que duplicou sua malha rodoviária pavimentada, passando de 423 para 968 km de estradas.

como título: “Rodovia Capanema-Bragança em fase acelerada para ser concluída até dia 25” (Figura 20), foi publicado na imprensa desse período: o ano era 1960, um domingo, dia 4 de setembro. A reportagem informava sobre o ritmo acelerado da obra, que seria entregue nessa região entre os municípios de Capanema e Bragança, também Nordeste paraense.

A rodovia Capanema-Bragança era uma das mais importantes vias de acesso rodoviário à região Bragantina no estado do Pará. Foi através dela que o estado se inseriu no cenário acirrado no Brasil desse período: a disputa entre as rodovias e as ferrovias brasileiras. A imprensa noticiava um contexto de competição extremamente prejudicial, mas presente em várias regiões do País, cobrando a coexistências harmônica entre os dois sistemas terrestres de transportes, assim como investimentos que atendessem aos dois setores.

“Quais são as vias de comunicação mais importantes para um país: as rodovias ou as ferrovias? Com essa pergunta, o jornalista Robério Júlio iniciou uma das reportagens do dia 18 de setembro de 1960, do Jornal *A Província do Pará* (Figura 21). No texto, o jornalista se refere ao cenário de disputa como “terreno explosivo, minado e vulcânico. [...] minado de paixão, controvérsias e malentendidos”, situação estimulada pelos próprios administradores do País à época. Para o jornalista, o Brasil necessitava que esses sistemas terrestres de transportes coexistissem de forma harmônica, tanto que cobrava a criação de um plano equilibrado e racional de transporte para o território nacional.

Importa salientar, que todas essas informações jornalísticas presentes neste estudo, são reportagens que podemos considerar estratégias discursivas utilizadas por jornais, mas são fundamentais para complementarem as análises nesta pesquisa, justamente por propagarem uma memória social no contexto da época. Nesse sentido lançamos luz sobre o papel da imprensa desse período, sobre o espaço e as experiências, que o passado recente abrigou e que estão representadas na construção deste estudo.

Figura 19 e 20 – Reportagens de A Província do Pará, de 4 de setembro de 1960 e a de 18 de setembro de 1960 sobre a competição entre rodovias e ferrovias no País



Fonte: (19) *A Província do Pará*, Ano LXXXIV, n. 19.644, 3º caderno, p. 5 – Domingo, 4 de setembro de 1960. (20) *A Província do Pará*, Ano LXXXIV, n. 19.655, 2º caderno, p. 4 – Domingo, 18 de setembro de 1960.

Segundo Ferreira (2003, p. 101), essa rota foi se consolidando com a construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), iniciada em 24 de junho de 1883, período em que o estado do Pará, ainda Província, era presidido pelo Visconde de Maracaju⁶⁰. A ferrovia teve grande impacto migratório para a colonização em toda a área por onde passava, especialmente, a partir de 1896 com a publicação da Lei nº 223/1894, assinada por Lauro Sodré, autorizando, no âmbito estadual, a utilização de força de trabalho estrangeira e estimulando a imigração para Amazônia paraense (FERREIRA; COSTA,

⁶⁰ Rufino Eneias Gustavo Galvão (1831-1909), o Visconde de Maracaju, foi o comandante de armas do exército, que presidiu a então Província do Pará, de 16 de dezembro de 1882 a 1884. Nascido em Laranjeiras-SE, em 2 julho de 1831, ingressou na Escola Militar do Exército no Largo do São Francisco, Rio de Janeiro, em 1845, onde se bacharelou em Ciências Físicas e Matemáticas em 1851. Como brigadeiro, foi enviado para presidir a Província do Pará, vindo da Província de Pernambuco, onde ocupara o mesmo cargo desde janeiro 1880. Fonte: Memorial Visconde de Maracaju (<http://www.hegalvaofilho.eti.br/heg/mvmaracaju/>); *Folha Laranjeirense* – Laranjeiras-SE (<https://kokalaranjeiras.blogspot.com/2014/12/visconde-de-maracaju.html>). Acesso em: 21 fev. 2021.

2011). Num período de quatro anos (1989 a 1990), conforme dados de Ferreira (2003), 13.299 imigrantes portugueses e espanhóis chegaram para ocupar toda a rota nas proximidades dos trilhos de ferro, proporcionando o surgimento de vários núcleos agrícolas na região. Passaram-se 25 anos até que a estrada de ferro fosse finalizada, sendo inaugurada em 3 de maio de 1908, já no governo do sr. Augusto Montenegro.

Em conformidade com estudiosos dessa estrada de ferro, ela teve importância vital no progresso do município de Bragança e em toda a região bragantina, exercendo um papel imprescindível na economia do estado, além de ser “ícone da modernização, conexão das cidades e elemento consolidador da atividade turística” (QUARESMA; MAIA, 2019, p. 62), tornando-se símbolo da integração na região. Em 1923, foi encampada pelo governo federal com proposições de projetos futuros, dentre eles, o da construção até os estados do Maranhão e Piauí, sem concretização de nenhum desses projetos. Sua extinção foi decretada sob a alegação de déficit orçamentário em 1965 no governo militar de Humberto de Alencar Castelo Branco. A EFB faz parte da memória coletiva da população do município de Bragança e de seu entorno, onde, até os dias atuais, são utilizadas como símbolo para implementação de políticas públicas de turismo na região.

Outro exemplo interessante, encontrado ao nos debruçarmos sobre as fontes de jornais da época, foi a reportagem de domingo, do dia 15 de janeiro de 1961, noticiando a conclusão da rodovia Belém-Mosqueiro. O mesmo jornal *A Província do Pará* apresenta uma página inteira com as notícias que davam conta da conclusão dos trabalhos numa parte da estrada sob a responsabilidade da prefeitura de Belém (Figura 21, p.92). À frente da Prefeitura à época, o Sr. Lopo Alvares de Castro, finalizando seu governo pelo Partido Social Progressista, entregou essa obra à população, fazendo grande propaganda do seu trabalho antes de deixar a prefeitura em abril de 1961.

Consoante com a reportagem, a totalidade da obra da rodovia Belém-Mosqueiro foi conveniada pela Prefeitura de Belém e pelo Governo do estado. O trecho, que seria entregue, cuja responsabilidade era da Prefeitura, era de 25 quilômetros, compreendendo a vila do Mosqueiro até a Baía do Sol. Tratava-se de um tipo de prestação de contas do trabalho e da sua importância para região. Tanto que a reportagem apresentava informações sobre o desmatamento ocasionado na área em razão desse trabalho, comentando, ainda, as enormes dificuldades enfrentadas no processo, reportado como uma área de terreno arenoso, pantanoso e de difícil acesso para os trabalhadores.

Figura 21 – Reportagem de A Província do Pará, de 15 de janeiro de 1961, sobre a conclusão dos trabalhos na rodovia Belém-Mosqueiro



Fonte: *A Província do Pará*, Ano LXXXIV, n. 19.852, 3º caderno, p. 3 – Domingo, 15 de janeiro de 1961.

Quando ampliamos as fontes para as pesquisas bibliográficas sobre o tema, outras situações muito parecidas com o contexto de surgimento da estrada do 40 do Mocooca foram surgindo. Uma delas bastante interessante e possível de ser comparada ao episódio do surgimento da estrada do Mocooca foi apresentada por Sousa (2015), que trata da saída de um pequeno vilarejo no município de Concórdia do Pará, do isolamento e da dependência da população transportar-se apenas pelos rios, mudando para uma mobilidade por estradas de terra. A comunidade, apresentada pelo autor, é Arapiranga, também na região do Nordeste paraense. Por ocasião da abertura da estrada PA-140 da década de 1970, a comunidade teve sua mobilidade transportada da dependência do rio Bujaru para a via rodoviária, exatamente nessa “nova fase” da Amazônia, de integração à malha rodoviária Norte-Sul. Para o autor, a pesquisa demonstrou que a PA-140 “possibilitou uma maior integração aos eixos capitalistas de produção, antes confinados apenas ao processo de aviação com comerciantes locais e esporádicas viagens à cidade

de Belém”⁶¹ e ateve-se a narrar os dados que impactaram, positivamente, a região com a abertura dessa estrada, sobretudo, para o vilarejo em questão. Para tanto, o autor fez a seguinte afirmativa:

Em um primeiro momento, observamos uma total independência dos camponeses de Arapiranga em relação aos recursos hídricos, sendo por longo período de tempo o único meio de mobilidade na comunidade. Neste artigo, poderemos notar que ao passo que as embarcações foram se desenvolvendo, tanto em tamanho como em meio de transporte coletivo entre o interior e a capital paraense, é que os camponeses conseguiram estreitar melhor, suas relações comerciais, que se intensifica após a construção da estrada (SOUSA, 2015, p. 9).

Fazendo um comparativo com todos esses exemplos apresentados e analisando a nossa pesquisa, é essencial salientar que todo esse entrelaçamento de relações entre rios, florestas e estradas, de terra e de asfalto, tornam-se elos de comunicação, transporte, economia, cultura e sobrevivência em toda essa região, onde a pesquisa está inserida, assim como em grande parte da Amazônia. Nesse sentido, o mundo das águas e florestas, que possuem cidades e vilarejos entre eles, pode ser entendido como integrante de um processo de “exportações invisíveis”, como são chamadas por Ferreira (2010, p. 220), pois desenvolvem atividades que fazem parte da indústria do turismo em boa parte dos países em que são desenvolvidos. Tais atividades desenvolvidas por esse setor inserem-se num rol daquelas que mais crescem e têm seu principal produto relacionado à beleza natural existente nessas áreas. Esse é o caso da região do 40 do Mocooca e redondezas.

Este autor ressalta que, para progredir, o homem precisa se organizar e entender-se com a natureza, posto que a presença das estradas, nesse contexto, tem seu impacto e sua importância histórica nessa relação, tanto na memória individual, quanto na memória coletiva de toda a região onde está inserida. Em razão de sua importância, torna-se um símbolo de melhoria de acesso e qualidade de vida a partir de um tipo de liberdade desejado localmente: a desvinculação dos meios de locomoção atrelados, forçadamente, apenas às travessias pelos rios.

Para os moradores dessa área e de outras que passaram por esse processo, as estradas proporcionam acesso rápido e, teoricamente, mais seguro para todos que andam por essas bandas, além de proporcionar aumento no turismo local, melhorando a economia e abrindo possibilidades de ganhos extras para compor a renda das famílias. Essa é uma narrativa ouvida em todas as entrevistas realizadas durante nossa pesquisa,

⁶¹ *Ib.*, (f.8)

mesmo que concordemos só em parte com ela. Na verdade, consideramos o rio como a mola propulsora da economia e da cultura de grande parte dos vilarejos e municípios da Amazônia. Mesmo percebendo nos relatos dos moradores locais a importância dada as estradas de terra, concordando com a visão de Pádua e Chamboleyron (2019, p. 17-18), os quais analisam o rio a partir da sua materialidade, expressa em diferentes concepções e interesses de atores sociais que com eles interagiram ao longo do tempo, tornando-o, ao mesmo tempo, um fenômeno material e um espaço de disputa, seja nas travessias de rabetas, no tempo do mar revolto, em períodos de grandes marés, que chegam destruindo moradias e provocando migrações internas, ou na despesca dos currais que cercam os vilarejos, fornecendo o alimento e reforçando a economia local.

O bailado das águas, nessa região, é o mesmo que tira a moradia em determinados períodos, embora, ao mesmo tempo, forneça o alimento com maior abundância que sustente a maioria das famílias, que vivendo próximas às áreas molhadas, de águas que se movem e produzem, de forma diferenciada, nos períodos de inverno e verão amazônicos. Na região do 40, o inverno, tempo de água temperada como dito por seus moradores, é tempo da água salobra e quando a dourada (*Brachyplatystoma flavicans*) invade os rios e enseadas próximas, que a essa altura estão adocicadas por estarem misturadas com às águas do rio Amazonas, chegam até o Furo junto com as chuvas do inverno amazônico.

Nesse período, dezembro a maio, as águas ficam mais sujas ou escuras e menos salgadas, ao mesmo tempo mais ricas em alimento para os animais que por ali entram para se reproduzir. Trata-se do tempo da fartura da dourada e da piramutaba (*Branchyplatystoma vaillant*). É o tempo das embarcações voltando do mar cheias de peixe, dos currais ‘baburrarem⁶²’, e da mesa farta de peixe. É também o tempo dos insetos, maruins (*Ceratopogonidae*), carapanãs (*Culicidae*) e mutucas (*Tabanidae*), que perseguem os animais e as pessoas, mesmo durante o dia (EIZEMBERG, 2021).

De junho a novembro, é o período do sol, da praia limpa, dos turistas com maior frequência consumindo os serviços nas comunidades próximas ao mar. No vilarejo do 40, é o período em que os quintais viram estacionamento para os carros dos visitantes, é o tempo de colocar uma banquinha na porta de casa e vender frutas frescas do quintal, ou um mingau no fim da tarde, é o tempo de fazer uma atividade extra para aumentar a renda da família e, assim, suprir a falta do peixe, que diminui com o mar mais limpo durante o

⁶² Ente os pescadores o termo “baburrar” tem o mesmo significado de pesca é abundante. É quando o curral ou a rede pegam os peixes em grande quantidade, com sobra.

verão. Ainda assim, é o período de as belezas das áreas naturais aflorarem, das belas praias, enseadas e encostas transformarem-se em fonte de renda para a população que ali vive. Esse é o período em que as belezas naturais para os visitantes contrastam com o peixe falhando nas redes e currais. É o tempo da estrada empoeirada, de um maior movimento das rabetas cruzando o Furo do 40 e fazendo as travessias a todo momento, trata-se da temporada do turismo, das férias escolares, dos veraneios prolongados, de muito movimento dos visitantes nas comunidades, especialmente, nos finais de semana. É o tempo também do alimento natural mais escasso, menos peixe na mesa, mais comida industrializada no prato dos moradores.

No vilarejo do 40 do Mocooca, as memórias dos moradores, sobre o tempo das águas, trazem essa dualidade entrelaçada e cheia de significados. Ao mesmo tempo em que essas áreas, chamadas por eles de *áreas molhadas*, ou seja, as praias, as encostas, as manguezais e as igarapés são importantes, uma vez que fornecem o alimento diário ainda com certa fartura em determinados períodos do ano, por outro lado, tais áreas são as mais impactadas pelas águas no seu período revoltado ou de águas grandes, chegando, e muitas vezes, separando pessoas, derrubando moradias, engolindo e destruindo ruas inteiras, empurrando mais, a cada ano, e com mais violência a população que persiste em residir nas moradias próximas ao mar, sendo que, a partir daí, precisam se transportar para áreas mais distantes do mar e mais próximas às florestas de terra firme e das estradas.

As Figuras 22, 23 e 24 mostram a mudança na paisagem devido ao avanço do mar sobre a comunidade pesquisada nos últimos seis anos, uma parte importante do vilarejo do 40 do Mocooca que não existe mais. Todas as casas, quintais e árvores, que aparecem, na Figura 24, foram destruídas e engolidas pela força e pelo crescimento das águas do mar na comunidade. Principalmente nas áreas próximas ao porto, as pontes tomam conta do lugar, substituindo ruas numa tentativa de facilitar, minimamente, a circulação até o embarque e desembarque das pessoas que precisam transitar.

Esse processo de mudança na paisagem, mormente, diante do vilarejo vem se dando com maior intensidade a partir dos anos 2000. Essa transformação no cenário tem proporcionado mudanças sociais intensas, visto que o avanço do mar, além de impactar na espacialidade das moradias, ruas e quintais, provoca modificações nas áreas nas quais os currais estão instalados nas praias e os pescadores colocam as redes a cada maré baixa. Tais modificações espaciais provocam, amiúde, mudanças no sentido de direção dessas armadilhas, às vezes, diminuindo a produção do pescado, em outras, aumentando, “vai depender da sorte do pescador”, disse seu Alair Teixeira (84 anos), pescador da região.

Figuras 22, 23 e 24 – Imagens da área em frente ao vilarejo do 40 do Mocooca em períodos diferentes retratando mudanças ambientais no mesmo espaço de circulação e mobilidade.



Fonte: (22) Acervo pessoal (2010).



Fonte: (23 e 24) Acervo pessoal (2014 e 2018).



3 TEMPO DE VIDA E TRABALHO: MEMÓRIAS DA ESTRADA

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos [...] Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só cumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa.

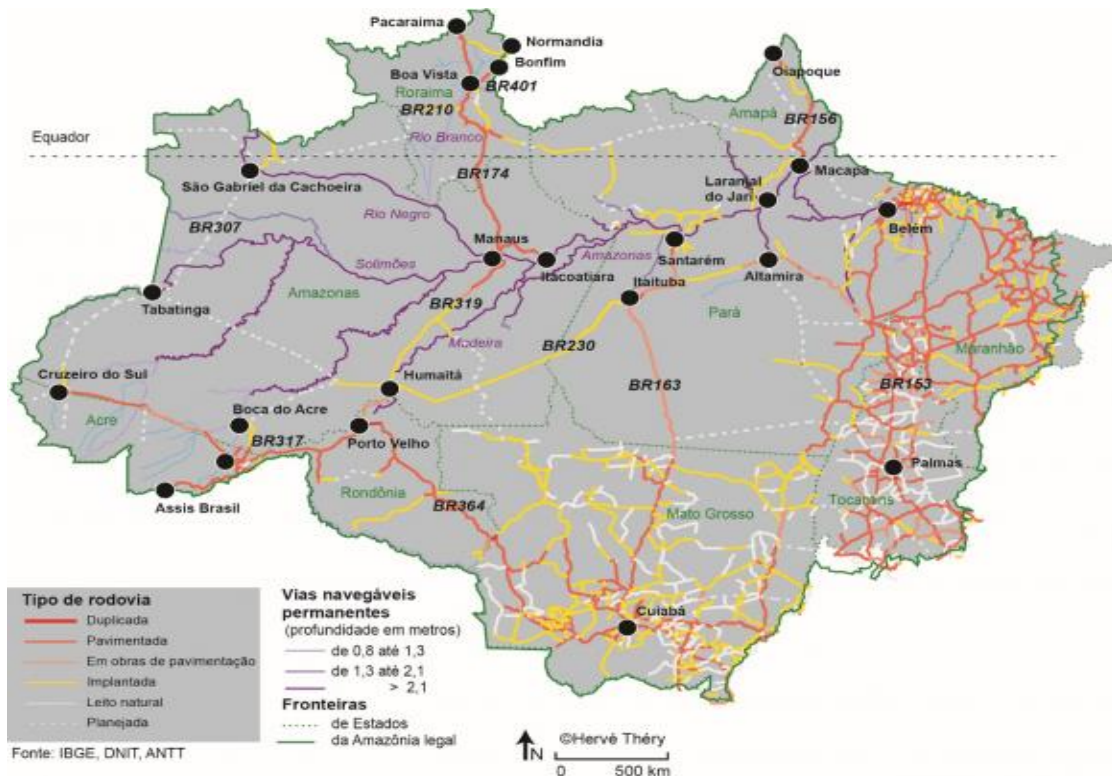
(E. P. Thompson – A formação da Classe operária)

Loureiro (2002 *apud* RIBEIRO; MOTA; ALVES, 2017, p. 343) refere-se ao homem natural da Amazônia vivendo por séculos à beira dos rios e igarapés da região. Cidades, vilas, povoados e fazendas, por muitos tempos, situavam-se às margens dos cursos d'água. Em muitos casos, eram moradias de uma única família, ou tratavam-se de grupos de duas ou três casas, geralmente, com um comércio e moradias, que ficavam reunidas às margens dos rios. Até os anos 1960, os pequenos povoados e vilarejos, situados às margens dos rios, eram o lugar de viver e de trabalhar de grande parte da população da região Norte.

A partir desse período, a malha viária terrestre da Amazônia passou a se expandir. Historicamente, mas partindo de uma simples análise visual de algumas imagens⁶³ construídas e disponíveis *on-line*, apresentadas a seguir sobre a região (Figuras 25 e 26), percebe-se um aumento significativo dessa modalidade de vias de locomoção.

⁶³ Os eixos construídos entre as décadas de 1960 e 1970, que atravessaram uma parte da Amazônia e tinham como objetivo a integração nacional e a segurança das fronteiras, tornaram-se importantes eixos de transporte de pessoa e economia para a região. Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/21176>.

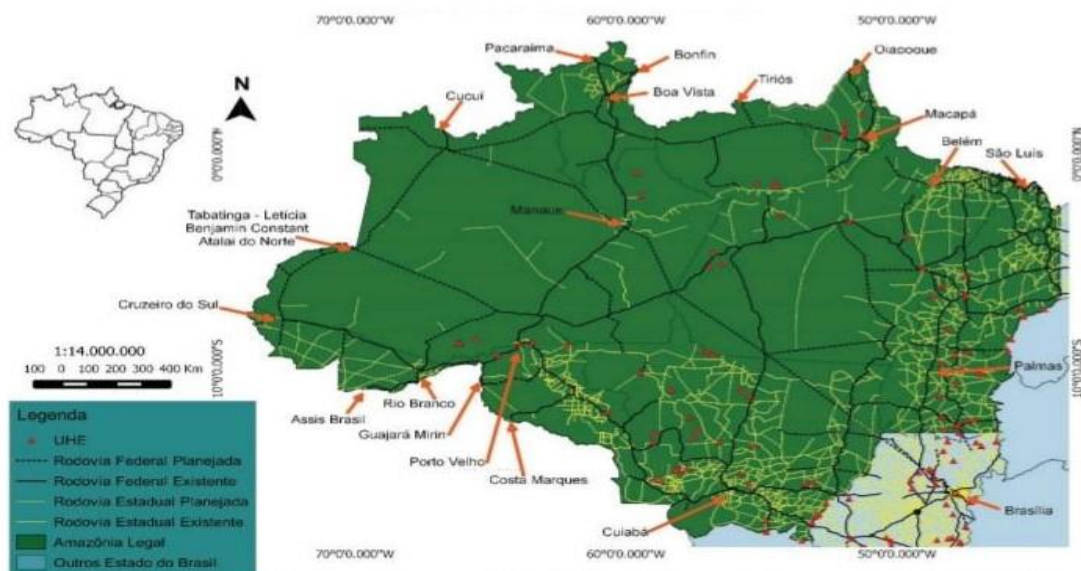
Figura 25 – Mapa dos traçados de rodovias estaduais e federais na Amazônia a partir de 1960



Fonte: <https://journals.openedition.org/confins/21176>.

Figura 26 – Mapa dos traçados de rodovias estaduais e federais na Amazônia a partir de 1960

FIGURA 1 - Mapa das rodovias e UHE na Amazônia Legal, incluindo o estado de Goiás e o Distrito Federal, considerando que os primeiros eixos rodoviários que entrecortam a região norte foram a BR-364 (Rio Branco-Brasília) e a BR-153 (Belém-Brasília), partindo ambos de Brasília para a região Norte. Software: Q. Gis 2.0.



Esse aumento é percebido no desordenado processo de ocupação pelo qual já passou e continua a passar nos últimos séculos, especialmente, o do número de novos ramais ou estradas de terra/piçarra, que, *a posteriori*, tem reivindicações de asfalto pelas populações que vivem em seu entorno. As populações acabam por se tornar dependentes dessas estradas no seu cotidiano de mobilidade na região e não dão importância ao desmatamento atrelado a elas nas áreas onde vivem. Porto-Gonçalves (2018), ao analisar os impactos de megaprojetos de infraestrutura de estradas, hidrovias e hidrelétricas na Amazônia, destaca o processo de destruição da floresta com a implantação destes e os problemas decorrentes deles para o homem da região.

Há uma correlação direta entre a abertura e pavimentação de estradas pavimentadas e o desmatamento. Nos últimos 30 anos, mais de 70 milhões de hectares de floresta tropical amazônica foram derrubados (aproximadamente 9% da região), principalmente no Brasil, onde já foram desmatados aproximadamente 19% de sua floresta amazônica. Entre 1978 e 2016 a área desmatada aumentou 50 vezes! Ou seja, nos últimos 40 anos se desmatou 49 vezes mais que em toda a história da região até 1978! É tenebrosamente fantástico! (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 62).

Como mencionado anteriormente, tais estradas tecem emaranhados de rotas terrestres que transportam pessoas e produtos, carregando todo tipo de transformações sociais e ambientais impondo interferências de toda sorte no ambiente e nas formas tradicionais de vida das populações, que habitam áreas distantes em comunidades próximas às florestas, aos rios e ao mar. Hora ou outra, tem-se conhecimento, através de reportagens divulgadas em revistas e TV⁶⁴, de comunidades indígenas que ainda permanecem vivendo isoladas, localizadas por estudiosos da Amazônia. Esses profissionais, no geral, afirmam que os impactos desse contato estão travestidos de mudanças extremamente negativas para tais populações e carregam consequências gravíssimas relacionadas ao desflorestamento, à violência, às doenças, à migração, às mudanças nas tecnologias tradicionais da pesca e agricultura, enfim, trazem uma descaracterização cultural dessas populações. Todas essas mudanças, quase sempre, estão associadas à abertura de caminhos ou estradas, muitos destes são “eixos rodoviários em processos de consolidação na Amazônia [que] resultaram no aumento dos fluxos viários entre as cidades, distritos e vilas com uma potencialização de conflitos sociais resultante

⁶⁴ Para quem se interessar pelo tema, ver: Survival Brasil em: <https://www.survivalbrasil.org/povos/isolados-brasil/>; El País: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-08-27/a-extraordinaria-visita-de-indigenas-isolados-a-uma-aldeia-remota.html>; Associação de Defesa Etnoambiental em: <http://www.kaninde.org.br/novas-fotos-exclusivas-de-indios-isolados-no-brasil/>; O Globo em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/grupo-de-indios-isolados-faz-contato-em-aldeia-do-acre-em-meio-pandemia-da-covid-19-24588573>; entre outros.

da expansão de atividades econômicas” (OLIVEIRA NETO, 2020, p. 81), que quase sempre envolvem nos dias atuais, o extrativismo, o turismo ou o agronegócio na região.

Embora nem sempre tal discussão seja levada para a sociedade de forma esclarecida, demonstrando o envolvimento de questões de geopolíticas relacionadas à exploração ambiental ilegal e aos conflitos advindos dela, assim como ao cercamento de fronteiras, que, para além disso, traz, no seu bojo, a circulação de ideias e pensamentos que, numa análise geopolítica das rodovias na Amazônia feita por Oliveira Neto (2019), tem objetivos amplos de domínio territorial ao neutralizar tendências, delimitar e transmitir vontades coletivas. Segundo o autor,

Um dos objetivos atribuídos às rodovias é a possibilidade de propiciar a circulação entre os lugares, sendo que essa circulação é compreendida como uma integração física do próprio território, integração esta que, para o Estado, em um contexto de uma geopolítica clássica, consiste no domínio territorial (OLIVEIRA NETO, 2019, [s.p.])⁶⁵.

Esse mesmo autor, citando Vallaux (1914, p. 272), afirma que tal circulação não se faz apenas para fins econômicos, mas, principalmente, “por intervenção direta e interesses estatais de transmissão de pensamentos e vontades coletivas para todo um território”.

Os temas ligados à pavimentação de rodovias, segundo tais autores, discute-se apenas em última análise de necessidade, ou seja, pavimentação de estradas e rodovias surgem, costumeiramente, como última possibilidade a ser concretizada. Isso é demonstrado em estudo sobre pavimentação de vias no Brasil⁶⁶ feito pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), com dados do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte (DENIT), revelando que o Brasil até 2017 contava com 1,7 milhão de quilômetros de estradas, e destes, 221.820 quilômetros estão pavimentados. Isso equivale a 13% apenas e significa dizer que a grande maioria, ou seja, 87% das rodovias brasileiras, não tem qualquer tipo de pavimentação (FIESP, 2017).

Analisado do ponto de vista da realidade amazônica, a situação de tal cenário piora consideravelmente, visto que, no processo de criação dessas novas infraestruturas, sobretudo, por parte da logística corporativa, nota-se a formação de novos arranjos, constituídos pelos nodais da rede rodoviária com interseção com os rios Amazônicos. Embora, no caso específico de várias rodovias na Amazônia, ocorreram espontaneamente

⁶⁵ No texto o autor discute a geopolítica das rodovias na Amazônia. A edição 501/2019 da Revista Franco-Brasileira de Geografia, disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/21176#ftn1>.

⁶⁶ FIESP. Departamento da Indústria da Construção. *Pavimento de vias no Brasil: infraestrutura de transportes terrestres rodoviários e cadeias produtivas da pavimentação*. São Paulo: FIESP, 2017.

pela necessidade das pequenas comunidades do seu entorno. Esse foi o caso da PA-430, cuja origem está atrelada, em especial, aos vilarejos do 40 do Mocooca e de 4 Bocas, entre outras localizadas naquela região.

Esse quadro de necessidade de ampliar a circulação na área, proporcionando certa facilidade de mobilidade e acessibilidade por terra, ou seja, pela estrada, tem levado mudanças significativas ao ambiente, alterando o território e “reconfigurado em novas territorialidades que surgem como produto da mobilidade geográfica do capital abalizada nas demandas corporativas globais. O ordenamento do território é redirecionado para ampliar essa fluidez territorial” (SILVEIRA, 2019, p. 45).

Vale ressaltar que, no Brasil, foi somente na metade do século XX que ocorreram as maiores diversificações na construção de estradas, interligando as diversas regiões do País (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 65). Sobre a região Norte especificamente, a pesquisa da FIESP revela que a infraestrutura de estradas na região, até 2008, era de 37,7 quilômetros de rodovias por 1000 quilômetros quadrados de área, compondo a sua rede de estradas de rodagem, o que demonstra a necessidade de utilização frequente de outros meios de deslocamento, mormente, através dos rios. Estes são considerados, historicamente, os primeiros caminhos do homem amazônico⁶⁷, indicando o jogo complexo entre mudança e continuidade, podendo ser observado no acontecer do mundo (PÁDUA; CHAMBOULEYRON, 2019, p. 15).

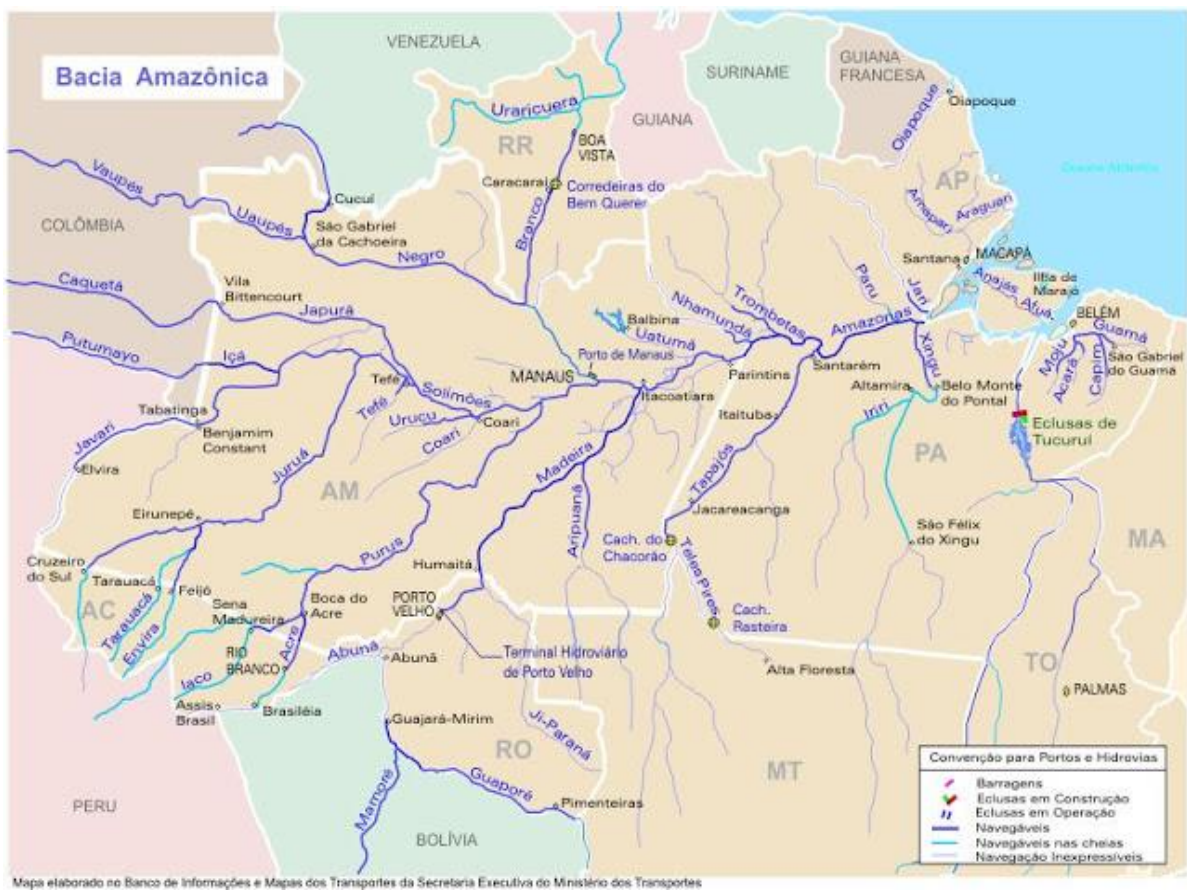
As descrições dessa vasta região são feitas sob diversos pontos de vista do exótico ao econômico. Em “Reminiscências de viagens e permanência no Brasil”, por exemplo, Daniel Kidder (1943) descreve-a afirmando que o termo Amazônia é utilizado como designação que,

[...] geralmente se dá a todo o interior da Província do Pará. Nenhuma outra região do globo oferece maior interesse que esta, no que respeita à natureza. Sua situação geográfica sob a faixa equatorial, sua enorme extensão territorial, seus rios colossais, o encanto e o romanesco de sua história e de seu nome são característicos originais, peculiares a essa gleba imensa (KIDDER, 1943, p. 189).

⁶⁷ Estudiosos das sociedades amazônicas e sua relação com o ambiente, abordando temas sobre as experiências de viver em meios urbanos e rurais: Tocantins (2000), Marques (2004), Castro (2009), Tavares (2011), Rodrigues e Pinheiro (2011), Sarraf-Pacheco (2004; 2006; 2020), entre muitos outros, reforçaram a bibliografia deste estudo, cada um em sua temática, mas com diferentes instrumentos de análise, explicando e entrelaçando diálogos sobre ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais a partir de histórias locais relacionadas ao global, foram, ao longo da pesquisa, dando suporte para a construção da narrativa deste trabalho.

Ao analisarmos o mapa hidroviário da Amazônia (Figura 27), elaborado em 2014 pelo Ministério dos Transportes, é notável que as principais cidades da região estão localizadas às margens dos rios, por onde há uma intensa circulação de embarcações levando e trazendo pessoas e mercadorias, embora haja, comprovadamente, esse aumento significativo na malha rodoviária local. Essa mudança mostra, exatamente, o processo pelo qual passou o vilarejo do 40 do Mocooca, região objeto deste estudo, ao buscar, a qualquer custo, construir uma estrada que os tirasse da dependência única de se transportar pelos rios da região.

Figura 27 – Mapa hidroviário da Bacia Amazônica, elaborado pelo Ministério dos Transportes do Brasil em 2014



Fonte: <http://cienciaetecnologiafoco.blogspot.com/2014/10/amazonia.html>.

É importante salientar que o cenário de rios como caminhos e estrada corrobora com a noção de que, na Amazônia brasileira até a década 1950, teve sua ocupação um pouco mais restrita à franja litorânea (FACUNDES; LIMA; SANTOS, 2019). De tal modo que os rios eram os principais caminhos para o transporte de pessoas e produtos,

além de serem responsáveis por definir, praticamente, toda a rede urbana dentrítica⁶⁸ regional estruturada a partir de 1616, definindo uma hierarquia regional de cidades ribeirinhas, assentadas nas várzeas amazônicas até 1960. Somente a partir daí ocorre a criação de novos núcleos populacionais, orientados pela explosão das rodovias na região (CORRÊA, 1998)⁶⁹.

Nesse sentido, é de grande importância citar, continuamente, que a história da Amazônia para todos nós, que nos propomos a estudá-la em suas especificidades e aqui trazendo para as relações humanas e mobilidades em pequenas comunidades, seja por rio, seja por estradas, é um emaranhado de questões que povoam representações surgidas muito antes das primeiras navegações pelos rios dessa região. Sobre tal perspectiva, embasamo-nos em Lima (2017), que fez um belíssimo apanhado historiográfico imprescindível para o entendimento do mundo amazônico, no qual a autora reafirma a necessidade de,

[...] compreender que apesar de algumas imagens e representações sobre a Amazônia tenham sido cristalizadas a partir dos primeiros tempos de navegação europeia pelo rio Amazonas (iniciada pelos hispânicos em 1542), foi no século XIX que foram moldadas a maior parte das ideias contemporâneas sobre o mundo amazônico (LIMA, 2017, p. 93)

Quando relacionamos estas questões aos relatos desta pesquisa, buscamos, incansavelmente, dialogar com a literatura sobre a interação humana com os rios e as estradas na formação da sociedade brasileira. Diante disso, podemos afirmar que, na região recorte deste estudo, a vida sempre esteve ligada às formas de mobilidade e sociabilidade através das águas, mas sempre interagindo com os caminhos por terra já existentes, mesmo estes sendo mais serem de difícil acesso. Esse formato é percebido nacional e localmente e explicado nos escritos sobre a relação social, econômica e cultural com os movimentos dos rios na história, feitos por Pádua e Chamboueyron (2019, p. 16), tanto que

⁶⁸ Na geografia, o termo caracteriza as redes urbanas de pequenas cidades na Amazônia, no passado, como estruturas simples e muito parecidas. A partir da década de 1960, tais redes urbanas sofreram transformações, especialmente, com o advento do capitalismo, trazendo à tona uma nova rede urbana que apresenta um misto de reflexo, oriundo do passado com novas atribuições do presente, proporcionando mudanças e posições hierárquicas e de especialidades funcionais atribuídas a algumas dessas cidades. Essas mudanças, na rede urbana da Amazônia, foram apresentadas pelo Observatório Geográfico da América Latina no estudo sobre o passado e o presente da rede urbana na Amazônia do professor de geografia Socioeconômica da UERJ, Miguel Ângelo Ribeiro, disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/06.pdf>.

⁶⁹ CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

[...] não se pode entender a formação da sociedade nacional, em sua grande diversidade, sem levar em conta o espaço continental onde o país foi construído, marcado por enormes e complexas redes fluviais. A vida social aqui existente, em sua variedade geográfica, econômica e cultural, interagiu de maneira acentuada com esse movimento incessante das águas, seja em termos de mobilidade, de processos de territorialização, de práticas culturais ou de dinâmicas de exploração econômica.

Trata-se de um dilema com o qual a população da imensidão amazônica sempre conviveu. Embora não seja diferente entre os moradores dos vários vilarejos do entorno da PA-430. Se por um lado acredita-se que a abertura de estradas gere toda sorte de impactos culturais e socioambientais irreversíveis, sobretudo, os negativos, por outro, muitos defendem que essas mesmas estradas ajudam a reduzir o isolamento em áreas rurais, melhorando a qualidade de vida dessas populações.

Esse cenário corrobora de certo modo com a tese de Nunes (2017) sobre as formas de utilização da terra e a relação histórica de consumo e dependência do homem amazônico com os recursos advindos das florestas, levando a necessidades de construção de estradas ou vias de acesso que proporcionassem maior mobilidades por terra entre os vilarejos e os centros urbanos.

Esse aspecto ambivalente torna crucial o papel de governança do estado na construção dessas vias, mantendo a integridade das florestas e, ao mesmo tempo, facilitando, em termos de acesso, a vida dos moradores locais, do contrário, se ausente, coloca em risco, em vários aspectos, o futuro da vida na região (PERZ; SOUZA, 2005), além de provocar, de modo geral, impactos sobre o clima do planeta, outro ponto estudado e defendido em pesquisas recentes⁷⁰ por Nobre (2014).

Seguindo o diálogo com a discussão sobre mudanças e continuidades nas relações humanas com ambiente, trazemos as consequências sobre usos da terra e impactos no clima do planeta analisando localmente a partir de E. P. Thompson. O autor embasa este estudo e é o elaborador do principal conceito que norteia nossa pesquisa, a experiência humana. Este estudo corrobora com a ideia de que as experiências humanas moldaram e

⁷⁰ Estudos recentes de várias instituições de porte mundial, como o *Greenpeace*, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (*Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC*) e a Organização das Nações Unidas (ONU), apontam para a importância da floresta Amazônia para a regulação do clima no Planeta Terra, demonstrando a estreita relação entre a construção de estradas, o desmatamento e as mudanças climáticas no mundo. No Brasil, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) vêm promovendo e divulgando tais pesquisas por intermédio de documentos como o Relatório de Avaliação Científica intitulado “O futuro climático da Amazônia”, elaborado em 2014 pelo pesquisador do clima Antonio Nobre, que revisou e sintetizou a literatura científica sobre os problemas climáticos que afligem o mundo.

continuam a envolver as relações e os modos de vida no decorrer da história da humanidade. Todas as conclusões a que chegamos, após os poucos anos de contato e estudo sobre o tempo e as experiências humanas, levam-nos a refletir sobre as assertivas de Thompson e suas certezas ao analisar e aprender com as necessidades e expectativas humanas, semelhantemente com os sonhos, desejos e anseios humanos, os quais são os grandes impulsores que movem mulheres e homens reais no passado, ainda que seja um passado recente. Para Thompson (1998), as experiências surgem espontaneamente, mas não sem o pensamento, pois todas as ações são reflexo da racionalidade humana e dos costumes que resistem, envoltos na experiência humana, apesar dos avanços de normas impostas pelo capitalismo e pelo estado, embora sejam colocadas em prática por pessoas comuns no cenário montado para a vida cotidiana dos comuns.

Em todas as sociedades, naturalmente, há um duplo componente essencial: o controle político e o protesto, ou mesmo, a rebelião. Os donos do poder representam seu teatro de majestade, superstição, poder, riqueza e justiça sublime. Os pobres encenam seu contrateatro, ocupando o cenário das ruas dos mercados e empregando o simbolismo do protesto e do ridículo (THOMPSON, 2011, p. 240).

As leituras, as pesquisas e o contato com nossos agentes, neste estudo, forjaram nossa convicção e concordância que são as experiências vividas cotidianamente por essas pessoas em família, entre amigos, no trabalho, no lazer, nos rituais religiosos, nas festas, nas idas e vindas por trilhas, caminhos e estradas, que moldam e são repassadas de geração a geração na trajetória e na cultura dessas populações, além de ser, claramente, expresso nessa passagem de Costumes em comum do autor:

[...] uma cultura é um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole, uma arena de elementos conflitivos que sob uma pressão imperiosa, por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante, assume a forma de um “sistema” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Na área de nossa pesquisa, tanto os rios quanto a estrada de terra e asfalto são utilizados e fazem parte da vida da população local, velhos adultos e crianças, bem como visitantes. Por ser uma região de ilhas ligadas por baías, rios e furos navegáveis, vislumbram-se múltiplas possibilidades destes serem usados como os caminhos de forma natural. De modo geral, é necessário lembrar que tais caminhos se ligam por água e por terra, de um ponto a outro, em que o cenário de estradas de terra, que se expandiu no século XX, teve como finalidade bem delimitada, maiormente, a de facilitar o acesso a regiões distantes, ainda que nem sempre para retirar comunidades do isolamento, mas,

amiúde, para contribuir com sua ocupação em atividades que costumam ser vetores de devastação florestal, como exploração de madeira e minérios, muitos ilegalmente, ou construção de hidrelétricas, de forma “legal”.

Para os moradores do vilarejo do 40 e entorno, a estrada é um bem comunitário, assim como o uso da água, da madeira da floresta, dos produtos do manguezal e do mar. Estes têm seu usufruto validado pelo direito de uso comum concedido a eles, mesmo este tendo sido modificado com o passar dos anos, em especial, com a criação das Unidades de Conservação na região. Por ser uma região cheia de belezas naturais e com grande potencial turístico, comumente se percebe o cercamento de áreas por pessoas vindas de outras regiões se estabelecer no vilarejo e nas áreas vizinhas, mesmo que em períodos de férias ou veraneios. Terrenos vendidos e cercados, casas sendo construídas no vilarejo, rotas e caminhos, tradicionalmente utilizados para ir e vir, sendo cercados, modificando e alongando trajetos, e caminhos utilizados por moradores nativos ao descer para o mar durante a baixa de marés e na despesca do curral ou para a saída no horário da pesca são mudanças percebidas, mas raramente percebidas e reclamadas pela comunidade. Em nenhum dos relatos, pude notar indignação por essas transformações na comunidade, pelo contrário, visitantes ocasionais ou constantes são sempre bem-vindos e bem recebidos na região. O que não acontece com as instituições que são costumeiramente referenciadas, nos relatos, como órgãos que vêm tão somente proibir e dificultar a vida dos nativos.

Vários exemplos se apresentaram durante a pesquisa, revelando essa relação nem sempre amistosa com as instituições que gerenciam tais áreas. Há relatos de que moradores locais perdem o direito de uso tradicional do ambiente, da terra e dos recursos naturais, perdem o controle de seu tempo, de suas vidas e da sua produção. No 40 do Mocooca, uma das situações vivenciadas foi relatada pelo pescador José Batista Rodrigues dos Santos (59 anos), conhecido na região como Zé Macaco, apelido que recebeu de sua mãe por causa das muitas traquinagens infantis na época que ainda moravam no outro lado, na praia do vilarejo do Mocooca na ilha de Maiandeua. No dia da sua entrevista seu Zé estava acompanhado de sua esposa Luzia Nogueira dos Santos (54 anos) e nossa conversa se deu em sua residência na manhã do dia 14 de abril de 2019, onde ambos narraram seu primeiro contato com os fiscais do Instituto Chico Mendes (ICMBio), órgão gestor da RESEX Marinha Maracanã, área na qual o vilarejo se localiza. Seu Zé Macaco começa dizendo:

A nossa luta, eu e dessa mulher pra criar os filhos foi muito grande. Eu nunca gostei de estragar nada. Sempre cuidei pra não estragar e não faltar também. Dona Luzia emendou, dizendo:

E a primeira vez que o ICMBio veio aqui, uma senhora chegou aqui em casa, ficou olhando por aqui e perguntou: vocês são pescador? Aí eu disse: sim. Ela respondeu: tem certeza? Eu respondi: sim, por quê? Ela respondeu: é, mas a casa que vocês têm é muito boa. Eu respondi: sim, mas é muitos anos que a gente vem trabalhando. Eles não têm noção do tempo que a gente vinha trabalhando sem estragar nada, direto no curral lá fora trabalhando. E porque a gente mora na praia não tem direito de ter uma casa boa.

Seu Zé continuou seu relato:

Eu teve um problema com o ICMBio grande, eles interditaram lá. Foi na época que eu adoeci e eu não pude mais trabalhar com curral, nem com pescaria. Tive que vender um barquinho que a gente tinha. Aí eu pensei: e agora, o que a gente vai fazer? Os meninos tudo pequenos pra criar. Eu disse: vamos inventar nem que seja um peixe frito pra vender lá na beira, pra sobreviver, né? E foi o que a gente fez, e na época a gente teve o problema lá com o pessoal do ICMBio, eles interditaram lá. Eles vinham passando por aí, e eu tinha pegado uns cinco esteio de tinteira pra inteirar a madeira do barraco. A gente teve doação de um amigo, mas na hora faltou pra fazer a casinha lá onde a gente morava. Aí quando eles foram lá e me abordaram, eu disse que se tratava de uma reforma, eu não terei pra mim comercializar. Eu tirei pro meu trabalho, só pra inteirar que o tava faltando aqui. Isso foi doze anos atrás, por aí. Aí eles me multaram, os guarda tudo lá com metralhadora. Foi horrível. Foi um absurdo. Eu entrei em estado de choque. Aí eu passei cinco meses que eu não pisei mais lá na beira. Porque, na verdade, a gente é um trabalhador. Eles queriam vir comigo em casa. Aí eu disse não, deixa eu ir lá pegar meus documentos, eu não sou ladrão não. E eles com todas as armas aqui dentro. Aí eu vim aqui, peguei o documento e levei pra eles e disse: eu moro há mais de “cinquenta” anos aqui nessa beira. Que isso!? Eu sou nativo. Aí eu mostrei o documento e eles murcharam um pouco. Aí teve uns deles, acho que Rodrigo, e outro que era o Luciano, que parece que tão pra Magalhães Barata agora. Aí eles lançaram lá a multa de R\$ 2.500 reais, foi uma coisa horrível. Porque a gente tava pregando as ripas lá e eles chegaram de carro todos com metralhadora mandando parar tudo e perguntaram quem era a gente? Eu disse que era a minha família trabalhando lá. Aí juntou muita gente lá, sabe como é interior, né? E foram embora deixando a multa e mandaram parar, não meter mais nenhum prego lá. Eu lembro benzinho foi no dia 13 de julho, porque eu queria pegar o feriado do dia 15 de julho pra ganhar um dinheirinho lá. Mas aí depois disso nem fui mais lá. A Nete que ainda botou uma vendazinha de comida lá com um enceradinho lá, que ela gosta de fazer a venda de comida dela e me chamava pra ir lá, mas eu não ia. Aí passou, e nós preocupado como a gente ia pagar a multa. Aí o Melo, um primo meu me levou lá em Maracanã, na Câmara, onde prepararam um documento, aí ele ligou pro Beto Faro que me ajudou nessa parte de arranjar um advogado. Aí eu entrei com um recurso pra retirar a multa. Foi um processo danado. Aí eu fui pra lá com o pessoal do GRPU, expliquei todinho como era a situação aqui, que era reforma, mostrei a metragem de lá, que era a minha casinha onde eu comecei a minha vida lá, onde eu tinha criado meus filhos lá, e tal, aí eles disseram: se tu não tá cavando, arrancando e nem tirando nada de lá, eu vou te passar aqui um documento com o tamanho que tu tá dizendo. Eu não vou nem lá. Eu vou creditar em ti. Aí eles me passaram um documento com a metragem, mas disseram que a única coisa que eu não podia fazer era vender. Tu pode ficar trabalhando lá, o tempo que for preciso, mas quando tu for sair de lá, tu pode levar as tuas tábuas, mas não pode vender. E olha que a gente já conhecia eles. Depois disso, esse Rodrigo já veio por aqui e se hospedou aqui em casa com o pessoal da universidade que vieram fazer um levantamento aqui. Eram 8 pessoas. Ele até pediu desculpa. E hoje tá tudo alagado lá. A maré cresceu muito e já derrubou tudo.

(Relato do Sr. José Batista Rodrigues dos Santos /Zé Macaco (59 anos), pescador curralista, morador da comunidade do 40 do Mocooca. A entrevista aconteceu na residência do pescador numa manhã chuvosa de abril de 2019).

O relato de seu Zé Macaco traz à tona conflitos relacionados aos limites territoriais⁷¹ impostos às formas tradicionais de viver dessas populações, especialmente, nas regiões demarcadas como unidades de conservação. Tais conflitos têm ocorrido de forma cada vez mais frequente e são difíceis de ser gerenciados. São situações que interferem nos espaços, nos costumes, no cotidiano e nas formas tradicionais de viver dos moradores ribeirinhos, como é o caso do 40 do Mocooca e de vários outros vilarejos dessa região. São processos aos quais essas populações não estão habituadas a viver, isso porque estão inseridas num contexto de proximidade e relações de costumes e dependências com o meio natural que sugerem uma eventual “liberdade de viver”.

Esse é um diálogo difícil que buscamos desenvolver a partir do entendimento do conceito de costume de E. P. Thompson, apresentado como elemento fundamental numa cultura política popular, e do conceito discutido por Rogério Haesbaert (2021) de desterritorialização e sua relação com os limites impostos às populações historicamente subalternizadas no discurso eurocêntrico, associado simplesmente a mobilidades de grupos hegemônicos e não simplesmente à perda dos espaços e à precarização de condições básicas de vida dessas populações, ou ainda, no mundo “moderno” das territorialidades, estaria cedendo lugar “às múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses de ativação de certas identidades em detrimento de outras” (HAESBAERT, 1997, p. 35).

Perspectiva com a qual se indaga: será que tal mudança de traçado de caminhos pelos rios, sendo alterado para os caminhos por terra, impulsionado, sobretudo, a partir de uma demanda de grupos externos que se estabelecem na região, não configura a imposição de um processo de desterritorialização? Será que esse processo surgiria naturalmente caso não houvesse os interesses de comerciantes acima dos interesses de nativos? Ou de outra forma, quais seriam os limites de ameaça aos espaços, à perda ou ao ganho de condições básicas de vida, ou sua precarização para quem nasce e permanece em comunidades tradicionais, nesse caso específico de base pesqueira, como o 40 do Mocooca?

⁷¹ HAESBAERT (2021) discute o conceito emergente na América latina/periferia de desterritorialização, o qual segundo o autor está intimamente associado a ideia de limite, de delimitação do espaço, sendo apresentado associada a constantes ameaças ao território, à perda de controle sobre dos espaços e das condições básicas de vida, ou seja, a precarização de grupos historicamente subalternizados.

Thompson (1998) aponta, em seus escritos, os movimentos que se articulam à organização social e aos processos populares e vivências que rompem com a lógica de que estes se constituem somente como experiências a partir de produções mentais e intelectuais. Os costumes são parte fundamental da cultura de uma região, pois se tratam de práticas humanas, de homens e mulheres, refletindo tudo o que lhes acontece, envolvendo o agir e o pensar o tempo todo, mas também como vivem e tratam suas vivências no seu dia a dia.

Uma das pessoas que forneceu vasta informação sobre as formas de viver nessa região, bem como o entrelaçamento de relações destes com os rios, caminhos, estradas, florestas, enfim, todo o ambiente de uma maneira geral, foi a professora Graça Santana (75 anos), servidora aposentada do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), que atuou por mais de 40 anos realizando pesquisas em comunidades de base pesqueira, inclusive, na região do Salgado paraense, ali próximo ao vilarejo do 40 do Mocooca. Consideramos as informações, dadas pela professora Graça, um misto de costumes e intelectualidade, já que tem sua origem ligada a comunidades interioranas do estado do Amazonas e sua intelectualidade ligada ao estado do Pará, onde se casou e formou família, e só depois dos filhos criados, como ela mesma disse, dedicou-se aos estudos, trabalhando sempre com temas relacionados aos costumes e às experiências de vida em comunidades pesqueiras da zona do salgado paraense.

Figura 28 – Profa. Graça Santana na comunidade de Fortalezinha na Ilha de Maiandeuá⁷²



Fonte: Acervo pessoal de Graça Santana. Foto: Janduari Simões (1993).

⁷² Na foto, ela está entre pescadores moradores da área e visitantes na inauguração de uma exposição realizada em 1993 sobre objetos utilizados na pesca artesanal na região. Esta foi uma das muitas atividades organizadas e realizadas por ela e seu grupo no vilarejo.

A professora Graça (Figura 30) visita a ilha de Maiandeuá, localizada em frente ao vilarejo do 40 do Mocooca, desde a década de 1980. Suas viagens têm destino certo: o vilarejo de Fortalezinha na referida ilha. Segundo ela, nessa comunidade trabalhou muito, fez amigos, comprou uma casa para onde ia constantemente não mais apenas a trabalho, posto que, a certa altura, foi onde conheceu seu segundo companheiro Adriel Teixeira, pescador nativo do vilarejo e com quem viveu muitos anos. Em seu relato, Graça fez menção às mudanças e às continuidades no cotidiano dessa região desde que começou suas viagens para Fortalezinha. Tanto que, nesse tempo, percebeu mudança na estrutura e no material utilizado na construção das moradias, nos usos dos quintais, na maneira de a população local se relacionar com os visitantes, assim como no consumo de bens e produtos industrializados, principalmente, depois que a energia chegou à ilha em 2005, com o Programa “Luz Para Todos” do Governo Federal.

Embora sua percepção sobre as continuidades se voltam para o cenário praiano, que, conforme menciona a professora, permanece como nas suas primeiras viagens para Fortalezinha, especialmente, quando fala sobre as dificuldades de acesso, “tanto pelo rio quanto pela estrada sempre se encontram em péssimo estado”. Mesmo com todas as dificuldades de chegar à região, sua referência é sempre o lazer, enaltecendo os caminhos pelo rio até chegar à ilha de Maiandeuá: “é uma viagem linda, é uma terapia para mim”, mencionou a professora.

Durante a entrevista, ela relatou: “atualmente a quantidade de pessoas circulando na região é bem maior. E já existem alguns lugares para hospedagem e até para fazer refeições sem precisar contar somente com a gentileza ou caridade dos nativos como era quando comecei a frequentar o lugar quase 40 anos atrás”. Isso é percebido nas mudanças na paisagem, com pousadas e casas de hospedagem, áreas utilizadas como estacionamentos, mas também por conta da dinâmica costeira fortíssima na região do salgado. Tal dinâmica é natural segundo pesquisas realizadas por instituições em nível local⁷³, contudo, percebe-se que o impacto diferenciado e mais forte, nas últimas décadas, tem se intensificado devido à intervenção humana no ambiente local. “Hoje, em dois ou

⁷³ Pesquisadores da UFPA, Museu Goeldi, Embrapa, UEPA, entre outras instituições no Norte do Brasil, vêm se dedicando há décadas ao estudo e ao entendimento das dinâmicas da zona costeira e seu impacto social em comunidades tradicionais de base pesqueira do Nordeste do Pará. Prost e Rabelo (1996), Ruivo e Silva (2016), Busman, Amaro e Souza-Filho (2017), Almeida (2017), *Castro et al.* (2019), entre outros, são alguns dos autores que buscam entender a relação entre a dinâmica costeira e os impactos antrópicos na região da pesquisa.

três anos, a gente percebe mudanças, que no passado levavam mais de uma década para serem percebidas”, constatou Graça Santana.

Nota-se, ao longo de suas percepções sobre a região, a referência aos moradores de toda aquela área, inclusive os do vilarejo do 40 do Mocooca, como “grandes artesãos do dia a dia, da vida, do ambiente”. Trata-se de um lugar onde a vida cotidiana, os afazeres no trabalho da pesca, os restos de materiais produtos da pesca, como conchas, ossos e dentes de peixes e caranguejos, podem ser matéria-prima para o artesanato. Isso porque “tudo respira arte”, segundo ela. Os nativos, não apenas de Fortalezinha, mas do Mocooca, do 40 do Mocooca, do 4 Bocas, do Martins Pinheiro – comunidade localizada à beira da estrada (PA-430) na altura do Km 12 –, e de outros vilarejos da região do Salgado paraense, “têm na arte, no artesanato, na música, nos versos, assim como na pintura, suas formas de expressão mais representativas e presentes cotidianamente”.

São gerações de mulheres e homens, jovens, idosos e crianças que “aprenderam e ensinam como se expressar através da arte, da feitura manual de objetos, dos versos cantados pelos mestres do carimbo e de muitas outras maneiras tão peculiares, simples e do seu cotidiano”. Tudo o que foi relatado pela professora Graça pode ser percebido em palafitas construídas nas praias, utilizadas para moradia ou pontos de descanso durante o trabalho na pesca. Esses barracos, como são denominados por lá, estão em vários pontos das praias. Em muitas situações, tais espaços são, eventualmente, utilizados pelos turistas para se proteger do sol e das chuvas, e encantam todos que estão de passagem justamente em razão de sua arquitetura praiana pitoresca. Todos querem tirar uma foto para levar de lembrança. No que concerne à arte feita por essa população e descrita pela professora Graça, retomaremos ao assunto no último capítulo deste trabalho.

Essa é uma arte popular que corre nas veias dessa população. De acordo com a professora Graça, trata-se da “expressão do viver às proximidades da natureza, do mar, das florestas, na lida do dia a dia, aprendendo e ensinando a tecer as armadilhas para pegar o peixe do almoço e do jantar”, que ainda é o principal alimento na mesa das famílias locais. São homens e mulheres que aprenderam com seus pais e avós, aperfeiçoaram o conhecimento a partir de suas experiências, repassando para seus filhos e netos, mesmo que numa menor frequência atualmente, pois muitos deles não querem mais seguir os passos dos pais no trabalho da pesca, sendo, atualmente, considerado pesado por muitos dos jovens. Muito embora parte deles ainda siga os passos de seus pais adotando a profissão de pescador, coletor, marisqueira. Tal constatação é possível de ser explicada

devido à necessidade de sobrevivência, geralmente por terem constituído família de forma que podem ter escolhido com isso permanecer na região.

A necessidade de sustentar esposa e filhos fala mais alto, ao passo que a pesca, de um modo ou de outro, ainda coloca o alimento à mesa nessa região. Contudo, em alguns períodos do ano, de forma mais vasqueira⁷⁴, em razão de ainda ser o que mais se encontra nas refeições diárias das casas que visitamos.

Acerca das viagens para essa região, a professora Graça mencionou que, atualmente, costuma ir de carro próprio com a filha e o genro, embora já tenha ido muito de ônibus e vans para lá, motivo pelo qual por diversas vezes ficou na estrada depois de panes nos ônibus velhos que faziam a linha naquela área. Reforçou ainda que por inúmeras vezes ficou junto com os outros passageiros esperando o socorro na estrada do 40.

Foi em uma dessas viagens, no feriado de Finados em 2001, que se iniciou todo o trajeto de relações de seu trabalho com essa região. Em conformidade com seus relatos, mencionou que foi viagem difícil, já que durou nove horas, com direito a “prego” do ônibus no pior trecho da estrada, por outro lado, apresentava uma natureza que parecia intocada. “Ali tivemos nossos primeiros contatos e encantamentos com a região, que aumentou significativamente ao chegar no destino, no Porto do vilarejo do 40 do Mocooca, com a visão da ilha de Maiandeuá no outro lado do Furo do 40”, rememora a professora.

Essa viagem, se deu no dia 1 de novembro de 2001. Saímos do Terminal rodoviário de Belém às 12h em um ônibus da linha São João que fazia esse trajeto todos os dias (Belém-Mocooca). Nessa viagem, o transporte quebrou no meio da PA-430, na altura de uma área conhecida por Campo das Mangabas, um trecho da estrada, que na época ainda era completamente desabitado, distante e isolado de tudo. E lá ficamos aguardando o socorro até as 20h.

Essa parte da estrada, onde era terra vermelha, cheia buracos, muita lama no inverno, muita poeira no verão por onde os carros passam. Mas em volta entre a vegetação, é constituída de areias brancas que se misturam em trechos de terra firme, mais parecendo um lugar construído e não natural.

Atualmente, essa área ainda se mantém mais deserta, praticamente sem moradores próximos à estrada, sem sinal de celular para pedir socorro, caso ocorra algum problema.

⁷⁴ Termo utilizado no meio pesqueiro para se referir a escassez do pescado na região. O pescador quando diz que o peixe deu uma falhada ou está ‘vasqueiro’, ele está afirmando que o peixe está raro, difícil, escasso, que pegou pouco, que a pesca está escassa.

Em 2001, por exemplo, a circulação de meios de transporte era bem menor em relação ao que presenciamos no período da pesquisa.

A extensão da estrada, ou Ramal do 40, é de 32 km, completamente desprovida de qualquer infraestrutura até 2020, período que conservava grandes áreas de vegetação fechada nos dois lados. Em pontos distantes, surgem, durante o trajeto, os pequenos ramais que levam à aproximadamente 30 comunidades, que adentram as áreas de florestas mais fechadas, e 6 vilarejos na beira da estrada, sendo Martins Pinheiro o maior deles.

Entre os vilarejos localizados à beira da estrada, surgem algumas moradias solitárias em toda a extensão da PA-430. Até a conclusão dessa etapa da pesquisa, esse é o trecho final e sem asfalto de uma viagem de 181 km por terra, partindo de Belém, passando pelos municípios de Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-Açu e Magalhães Barata até chegar a esse trecho do município de Maracanã, zona do salgado paraense.

Foram tantas dificuldades vividas nessas viagens por essa estrada, onde o lazer se misturava com o trabalho, que nossa percepção de “ajuda mútua” foi redefinida a partir dessas idas e vindas para essa região. Éramos, continuamente, várias pessoas viajando em ônibus velhos, que, de modo geral, davam prego no meio da viagem, em áreas nas quais só se conseguia avistar a estrada de terra vermelha e mata fechada nos dois lados. Eram nessas dificuldades, nesses “pregos” no transporte, que passageiros, motoristas e cobradores juntavam-se para buscar ou esperar socorro por horas, muitas vezes, na escuridão da noite. À beira da estrada, aguardava-se o socorro, dividia-se a água, momento em que alguém fazia o fogo para preparar um café ou assar espigas de milho retiradas de plantações próximas, dividia-se o pão que quase sempre alguém trazia, comprado na última parada em Igarapé-Açu. Era assim que percebíamos a ajuda, a empatia e a reciprocidade entre os passageiros. Não havia revolta, nem gritaria, apenas o conformismo, ao passo que a paciência se fazia presente até que o socorro chegasse e, desse modo, a viagem pudesse continuar.

Esses momentos de dificuldades, vividos coletivamente na estrada do 40, impressionavam-nos. Situações que proporcionavam refletir sobre o quanto essas pessoas eram privadas do seu direito de ir e vir com segurança. Há quantos anos essas pessoas passavam por isso? Quantos anos mais terão que passar até que tenham garantido seus direitos de circular pela região com dignidade e respeito? Tais questionamentos circundaram, muitas vezes, nossos pensamentos e embasaram nossas percepções, de tal

modo que tentamos entender os relatos dessas pessoas sobre sua relação com essa estrada, com seu lugar de viver.

A partir da ajuda mútua, ainda muito presente nessas comunidades e em várias situações do cotidiano, buscamos compreender o modo de vida das famílias que vivem no vilarejo, posto que são situações que envolvem ajudar uma família a embarcar sua casa para começar um roçado ou construir um curral. Percebemos essa ajuda também nos problemas que envolvem a estrada, tapando buracos, limpando as ruas do vilarejo especialmente nos períodos de inverno, remendando a ponte de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias em frente ao vilarejo e, até mesmo, a arrumar o telhado e a limpar a pracinha da igreja da comunidade.

Mais recentemente, durante períodos da pesquisa de campo, marcamos a entrevista com um de nossos agentes, o pescador Antônio Conceição, Seu Toninho (54 anos), em sua casa às 18h de uma segunda-feira de abril de 2019. Chegamos pontualmente no horário marcado e fomos recebidos por sua esposa Dona Iran Pimentel (54 anos) e convidados a entrar e aguardar a chegada dele. Trinta minutos depois, ele chegou todo molhado, com o remo no ombro e uma rede de pesca enrolada e pendurada nas costas e um balde com alguns peixes. No seu quintal, percebemos vários carros estacionados nos fundos da moradia. Durante a entrevista, ele contou que já há alguns anos usa seu quintal como estacionamento para os carros dos visitantes que vão atravessar para a Ilha de Maiandeuá. Esse recurso tem sido importante para compor sua renda familiar em vários períodos do ano, principalmente, quando o “peixe falha no curral”.

Já era noite, naquele dia de inverno amazônico quando começamos a conversar. A lua teimava em aparecer entre as nuvens escuras de chuva, anunciando a madrugada. A alta umidade do ar e o zumbido da presença dos carapanãs, comuns nesse período do ano, misturavam-se com as batidas da faca no jirau, vindas do quintal onde Dona Iran tratava o peixe trazido por seu Toninho da pesca para o jantar. Nessa área do vilarejo, a poeira vermelha da estrada não chega, senão pelas rodas dos carros de turistas que ficam estacionados nos finais de semana no seu quintal. Esse ponto da comunidade é mais próximo do mar e do manguezal, e o cenário é bem diferente da estrada. Ali e outras partes de um areial, a terra é mais escura e firme. Mesmo assim, os automóveis trafegam com cuidado para desviar dos buracos, dos atoleiros e do mato que cresce rápido nas ruas por causa das constantes chuvas desse período. A mínima manutenção dessas áreas é feita

pelos próprios moradores. “A gente se junta e faz. Não dá pra esperar pela prefeita⁷⁵. A vida aqui é assim, na travessia, na pesca e pra casa. No meio disso, a gente ajeita as ruas, conserta a ponte, faz uma barreira pra maré e vamo levando. A gente vai se ajudando!”, explicou seu Toninho.

A sensação de abandono, a luta pela sobrevivência, as lembranças do passado se juntam na insistência de manter a esperança num futuro melhor em quase todos os depoimentos. Isso é explicado por Burke (2012, p. 208), do ponto de vista da história cultural, numa abordagem que leva em conta as tradições de esperança e os repertórios que fazem parte do imaginário coletivo de uma região, de um período ou de uma classe social.

Um exemplo da esperança nessa região, que tem moldado a vida de moradores e seus filhos de forma coletiva, mesmo os que já migraram para outros municípios, é a luta pela pavimentação e asfaltamento da PA-430. Esse é um desejo coletivo por lá, um sonho acalentado pelos nativos de toda aquela região, mesmo por aqueles que vêm apenas em férias, feriados ou em alguns finais de semana para visitar familiares.

A situação de dificuldade que acompanha os moradores dessa região e se apresenta de maneiras mais forte nos relatos, principalmente sobre o acesso complicado pela estrada sempre em péssimo estado, surgem acompanhados de narrativas cheias de sofrimento, de um passado difícil, muito grande isolamento da população local, mas narrado em tom de saudade acompanhado de clara esperança em dias melhores.

A esperança acompanha a narrativa apresentada pelos nativos, moradores daquela região, em especial, os mais antigos, aqueles que viveram nesse período de grande transformação nas formas de mobilidade, de ir e vir, de circular pela região. Para os visitantes, a visão é bastante diferente, a narrativa é outra. O impacto visual e do discurso, ao chegar pela primeira vez nessa área de Maracanã, é diferente, é encantado, é único. Isso sentimos enquanto turista primeira viagem nessa região no início dos anos 2000, já pela PA-430.

Percebemos, nos relatos da professora Graça Santana sobre sua primeira viagem, feita ainda de barco pelo rio, indo para Fortalezinha, comunidade na ilha de Maiandeuá e bem próxima ao 40 do Mocooca, que sua ida se apresentava já com aquele “olhar de pesquisadora, meio geógrafa, meio antropóloga, meio educadora, mas ainda em treinamento, no exercício das funções em campo”. De tal maneira que, a todo momento,

⁷⁵ Raimunda da Costa Araújo, a profa. Dica, foi prefeita de Maracanã em dois mandatos (2013 até 2020), eleita pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

suas falas eram aguçadas por lembranças da paisagem daquele período, muito mais encantadoras e fortes descritas por ela.

[...] nós fomos para Maracanã de manhã cedinho, chegamos lá e às 11h pegamos a barca da linha, que fazia Maracanã-Fortalezinha e viemos pelo Rio Maracanã. Pegamos toda aquela parte mais oceânica pra poder entrar em Fortalezinha. Foi aí que minha visão, até geográfica, começou a se expandir. Eu não estava mais lidando com a água doce, eu não estava ali apenas como uma pesquisadora, como eu fui em Vigia em outras viagens. Ali eu era uma pessoa que tava desbravando esse horizonte geográfico, os mangues, as falésias, tudo aquilo que eu vi na geografia teoricamente. Eu passei nos bancos de areia, comecei a observar, o modo deles navegarem, o jeito deles navegarem contornando os currais que, para mim, eu via como umas esculturas fantástica no meio do mar ou na beira da praia. A praia em si, aquele estirão de praia de águas com areias finas, águas salgadas. Eu fui dia 21 de setembro de 1987 pela primeira vez lá [...] foi lá, foi nesse momento na minha chegada em Fortalezinha. Um lugar onde as falésias eram todas ornadas por flores de praia, aquela flor lilás que ainda tem lá. Isso me chamou muito a atenção à medida que o barco... o barco 'Carinhoso', nome muito sugestivo aliás, ia encostando nas margens, na beira, como eles chamam, da praia, e fazendo um primeiro contato com a terra firme. Então, foi esse momento assim de grande deslumbramento. Eu lembro que esse primeiro contato marcou a minha relação com a Zona do Salgado (Graça Santana, 75 anos, geógrafa especialista em antropologia, pesquisadora aposentada do Museu Paraense Emílio Goeldi).

A narrativa da professora Graça corrobora com a fala de todas as pessoas, amigos e conhecidos, que já estiveram, ou ainda, frequentam a região do 40 do Mocooca e redondezas, com todos que tivemos e ainda temos contato. Realmente, esse é um lugar no qual a paisagem natural e deslumbrante, mormente no período do verão Amazônico quando as chuvas diminuem, parando quase completamente de junho a novembro. As narrativas que acompanham as falas dos visitantes apresentam sentimentos de encantamento e de saudades, mas é diferente da narrativa de nossos interlocutores que nasceram, viveram e vivem nessa região.

Nos depoimentos dos nativos, a saudade e a esperança são sentimentos comuns. Tanto que ao serem questionados se sentem vontade de sair do 40 e morar em outro lugar, percebemos quase uma unanimidade nas respostas, sobretudo, dos mais velhos: “Só se a natureza expulsar a gente de novo!”⁷⁶; “Quero morrer aqui”⁷⁷; “Daqui só saio morto!”⁷⁸; “Não ia conseguir viver longe daqui”⁷⁹. Todos afirmam sempre já estarem acostumados às dificuldades de acesso, tanto por água, quanto pela estrada, embora manifestem, constantemente, suas esperanças no que se refere à chegada do asfalto.

⁷⁶ Alair Pinheiro da Conceição (84 anos)

⁷⁷ Antônio Teixeira da Conceição (Seu Toninho – 54 anos)

⁷⁸ José Batista Rodrigues dos Santos (Zé Macaco, 59 anos)

⁷⁹ Hélio Teixeira do Rosário (59 anos)

A escolaridade baixa dos moradores mais idosos, que participaram da pesquisa e que relataram o desejo de continuar na comunidade negando uma possível migração, concorda com a assertiva de Burke (2012, p. 215) ao relatar um estudo de longa duração “que abrangem desde a Nova Inglaterra no século XVII até Gana no século XX, onde sociólogos, antropólogos e historiadores constataram que as pessoas alfabetizadas são mais propensas a migrar”. Citando Lerner (1958), Caldwell (1969) e Lockridge (1974), Peter Burke relaciona a leitura ao alargamento da imaginação dessas pessoas e possibilidades de migração. Isso acontece, segundo esses autores, quando outras alternativas mais conscientes à vida que levam se apresentam como resultado do contato com os livros.

Seu Alair Conceição (84 anos) e Dona Felipa Conceição (71 anos) (Figura 31), por exemplo, casal de pescadores aposentados que ainda vivem no vilarejo no ponto mais baixo e em frente o Furo do 40, já estão com sua casa ameaçada pelo avanço das águas do Oceano, mas foram enfáticos em dizer que dali só saem quando a casa estiver no chão. Seu Alair contou, referindo-se às dificuldades da “sua lida desde moço”, que já passou por “poucas e boas” desde a construção da estrada “lá pela metade do século passado”, sem conseguir lembrar as datas precisas. Ele é um dos moradores que trabalhou na abertura da PA-430, de modo que confessou ser uma das grandes coisas que fez na vida. Era jovem quando foi passear por aquelas bandas vindo do município vizinho de Magalhaes Barata. Na chegada conheceu Dona Felipa, que ainda morava no outro lado, na ilha de Maiandeuá. Gostou dela e nunca mais foi embora. Lá na ilha, permaneceu, “se juntaram, construíram uma casinha para morar na vila do Mocooca”, primeira comunidade ao atravessar para referida ilha. Alguns anos depois, já em 1960, quando “deram as grandes marés, foram expulsos de lá junto com vários outros moradores que tiveram suas terras alagadas” nos anos seguintes.

Seu Alair e Dona Felipa (Figura 20, p.119) resolveram, então, “mudar da ilha para o outro lado do furo”. Desmontaram sua casa de madeira e atravessaram, local em que reconstruíram a casa e estão até hoje. Evidentemente que a casa do presente não é a mesma, mas é no mesmo lugar. Dona Felipa disse que “trabalharam muito e devagar foram melhorando de vida, até conseguirem trocar a casa de madeira coberta com palhas por outra de tijolos com telhas de barro”. É nessa casa que vivem atualmente, mesmo estando ameaçada pelo avanço do mar no vilarejo.

O casal deu seu relato firme e emocionado numa tarde de maré alta e muita chuva na região, dia 16 de abril de 2019. Ela relembrou os primeiros transportes motorizados a entrarem no vilarejo do 40 do Mocooca pela estrada:

O primeiro carro que varou aqui era um pau de arara que a gente chamava de São Cesário. Era de propriedade do seu Manoel Francisco, sogro do seu Chagas (Chaguinha). Chaguinha era o motorista que dirigia carro pelo ramal aberto pelos próprios morador daqui. Era o único carro que vinha até aqui. O Alair ficou umas quantas vezes no prego com ele nessa estrada. Ele ia até Belém e passava por Igarapé-Açu. Isso três vezes por semana levando o pessoal, que iam receber dinheiro, que ia pra médico. Eles iam levando peixe, camarão, farinha, frutas. Tudo que o pessoal pedia pra levar. Ai vendia, dava pra família. O carro voltava sempre do dia seguinte trazendo o povo de novo e trazia também as encomendas das pessoas que não podiam ir. Às vezes, pregava no meio da estrada e vinha chegar pra cá de madrugada. Era muito sofrimento. Hoje tá melhor, mas se a senhora quer saber, eu sinto é saudade daquele tempo. Bem depois, outros carros começaram a entrar; os ônibus São João, Estrela Azul, mas pensa que melhorou? Que nada. Aqui e ali atolava, tombava e só tirava de lá dois dias depois. Se tivesse levando peixe e camarão, estragava e a gente perdia tudo (Felipa Teixeira da Conceição, 80 anos, pescadora aposentada moradora do vilarejo do 40 do Mocooca).

Figura 29 – Dona Felipa Teixeira da Conceição (71 anos) e Seu Alair Pinheiro da Conceição (84 anos)



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

As narrativas de dona Felipa demonstram um entrelaçamento de dois sentimentos comumente percebidos na comunidade, presentes nas discussões sobre memória e afetos. No depoimento de nossa interlocutora, surgem, a todo momento, a saudade e a

solidariedade percebida desde a reunião dos homens, que iniciaram o processo de abertura da estrada, até os dias de hoje, quando eles se reúnem pra acudir uma pessoa doente, que precisa ser levada com urgência para outro município, ao se juntarem para fazer reparos na ponte; quando se reúnem para ir jogar bola ou dançar quadrilha em outra comunidade; quando alguém pede a um vizinho que resolva algo na cidade, ou ainda, quando uma família tem um roçado, ao passo que, em outra família, a casa de farinha e sentam-se para produzir “de meia” e, ao final, dividem a produção. É muito comum, por exemplo, um parente ou um vizinho receber o dinheiro, comprar um remédio, levar um recado, revelando relações de solidariedade e reciprocidade⁸⁰ existentes nos vilarejos da região. Não se trata de “fazer por pena”, mas de uma relação de troca, de ajuda mútua, de socorro entre os moradores, situação muito presente nessas comunidades, que são afloradas justamente por causa das distâncias e do isolamento dessas comunidades das cidades maiores.

As lembranças que encontramos através das entrevistas, sobre a experiência de indivíduos que vivem na região da pesquisa, trazem percepções, visões, pontos de vista diferenciados e dados acerca de eventos, que possibilitam conhecer um pouco a vida naquela região, as teias de relações sociais e ambientais destas pessoas.

Os depoimentos permitem a elucidação de processos técnicos, ligados, por exemplo, à sua produção econômica, à luz das suas narrativas, que, em muitas situações, pareciam-me impenetráveis. Conhecer através das entrevistas, por exemplo, os detalhes e os tipos de pesca, os riscos e o prazer envolvido na atividade, o manuseio dos instrumentos, e até mesmo, a escolha do melhor local e o tratamento dado à produção diária das pescarias, tudo aquilo que é explicado nas etapas do processo de trabalho fornece uma percepção melhor e mais ampla do que se passava no cotidiano da vida e da produção das famílias envolvidas na atividade pesqueira na comunidade. O mesmo se pode dizer com relação às dimensões humanas: com se produziam as sociabilidades (camaradagens, parcerias, amizades, namoros etc.), a passagem do ofício entre gerações da mesma família; como as chefias eram percebidas, assim como as transgressões e rebeldias surgem nesse meio.

⁸⁰ Esse tema tem provocado reflexões e olhares mais aprofundados em pesquisas antropológicas a partir do trabalho clássico de Malinowski (2012), sobre os povos das ilhas Trombriand, publicado pela primeira vez em 1949; Mauss (1950), com a “formulação da tríplice obrigação – *dar, receber e retribuir*”; com Lévi-Strauss (1967), associando a essa aliança o “parentesco”; com Simmel (1996-1997), indicando a “importância da reciprocidade como fundamento das relações sociais nas sociedades contemporâneas”, entre muitos outros.

As narrativas e as descrições, construídas nas entrevistas, permitem observar o trabalhador como sujeito da história, rejeitando ou ajustando-se à dominação, burlando normas e regras estabelecidas, fazendo leituras de contextos específicos, negociando melhorias, estabelecendo relações de amizade e entrando em conflito com seus parceiros e familiares, seja em casa, seja no trabalho da pesca.

Em seu cotidiano, ao falarem de si e das relações de vida no trabalho, em família, na Igreja, nas festas, essas pessoas não o fazem aleatoriamente. Para expressar o que sentem, formam seus discursos, permeando também seus adjetivos e objetivos e qualificando suas experiências enquanto sujeitos do mundo em constante mudanças. As experiências dessas pessoas são as joias valiosas que reunimos, nas idas e vindas da comunidade, para descrever a trajetória da vida na região. Certamente, suas lembranças são preciosas.

Quando falam do passado, não se esquecem de relacioná-lo ao presente. Esse diálogo de tempos diferentes não pode ficar fora de nossa análise, especialmente, porque tem nos encantado no uso da história oral.

As lembranças dessas pessoas têm permitido reconstruir algumas representações do cotidiano no vilarejo do 40 do Mocooca. Suas narrativas, mesmo que num outro contexto e realidades distintas, remetem-nos a Daniel James, com seus símbolos e lógicas de experiências históricas, posto que “Devemos aprender a ler essas histórias, bem como os símbolos e as lógicas nelas subjacentes, como se fôssemos atentar a seus significados mais profundos, também fazer justiça à complexidade entrada nas vidas e nas experiências históricas daqueles que as contam (JAMES, 2004, p. 293).

Por isso, quando buscamos reconstruir ou reescrever uma representação do cotidiano dessas pessoas e as percebemos envoltas em emaranhados de sentimentos constantemente expressos em suas lembranças, somos obrigados a levar em conta o acontecido, o que está por acontecer e o que se acredita ter sido feito. Sob tal aspecto, Portelli (1997, p.) afirma que as fontes orais precisam ser muito bem analisadas, pois elas contam “não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez”.

Dessa forma, podemos dizer que a narrativa construída, neste trabalho, foi feita a partir de memórias, que, juntas, produziram as muitas histórias dos moradores da região. Nessa construção, os visitantes ou turistas, que se apropriaram do lugar como espaço de lazer em viagens esporádicas ou frequentes, entre os quais me incluo, têm sua parcela de importância na análise de vários estudiosos que ocuparam parte de sua trajetória

acadêmica na busca de entender essas áreas de fronteira, de circulação, de vivências e experiências cotidianas, que definem o conhecimento e as lembranças sobre essa parte do município de Maracanã, litoral do estado do Pará.

O conceito de fronteira aplica-se nesta pesquisa a partir de uma escolha deliberada e racional, estabelecendo situações limites numa área em que as pessoas circulam, relacionam-se, encontram-se e se confrontam. Gente que vem de locais diferentes, com informações e formas diferentes de lidar e ver o mundo e, numa escala menor e não menos importantes, de sociedades e culturas diferentes⁸¹. O sentido de fronteira que buscamos mostrar não é demarcado pelo sentido do embate ou do conflito, ou ainda, de uma linha mapeada cartograficamente para separar áreas distintas. É exatamente o contrário, o sentido da interseção, da mistura, do entrelaçamento de diferentes espaços e agentes sociais, do vivido e das interações entre populações em zonas fronteiriças⁸².

Tal perspectiva foi notada no porto do vilarejo do 40 do Mocooca e numa escala um pouco maior, no porto da cidade de Maracanã, por exemplo. Em escalas diferentes, nos dois portos, passam indivíduos vindos da capital do estado, Belém, assim como de vários municípios e vilarejos próximos e em menor quantidade de outros países. Passam por ali turistas franceses, espanhóis e alemães que conhecemos no Bar da Maradona⁸³ em uma de minhas idas a Maracanã, assim como no porto do vilarejo do 40. Dominique e Thierry, um casal de franceses, e Joseph, um alemão, que viajava sozinho, e as irmãs espanholas Renata e Gála, que se encontravam no porto à espera da embarcação que os levariam para belas praias da Ilha de Maiandeuá.

Da mesma forma, por esses portos passam os moradores das comunidades que fazem parte da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã (RESEX-MAR), área na qual está inserida a comunidade recorte desta pesquisa.

Por isso deixamos explícito que toda a narrativa, produzida a partir deste estudo, traz impressões e análises de histórias de pequenos e grandes eventos, baseados em memórias, individuais e coletivas, de pessoas que vivem e transitam por essa região, que faz parte de uma Reserva Extrativista com bioma marinho costeiro.

⁸¹ Para saber mais, ver em: Arno Alvarez KERN (2016), as complexidades do conceito polissêmico de fronteira.

⁸² Ver: Noções de fronteira em geografia (FERRARI, 2014).

⁸³ Local onde costumo almoçar quando vou a Maracanã. O Bar da Maradona fica no Porto de Maracanã em frente ao trapiche principal, onde a maioria das embarcações encosta para deixar e pegar pessoas e produtos que carrega para os outros vilarejos do município. Dona Maradona é uma senhora de 56 anos, alta e bem magra, morena da pele escura e envelhecida pelo trabalho. Seu bar é um local simples, com aparência de abandono, mas onde se percebe um atendimento carinhoso pela quantidade de pessoas aguardando ser servido o almoço, geralmente o famoso peixe-frito, segundo ela, o melhor da região.

Figura 30 – Placa identificando a área da Reserva Extrativista Marinha Maracanã na estrada PA-430

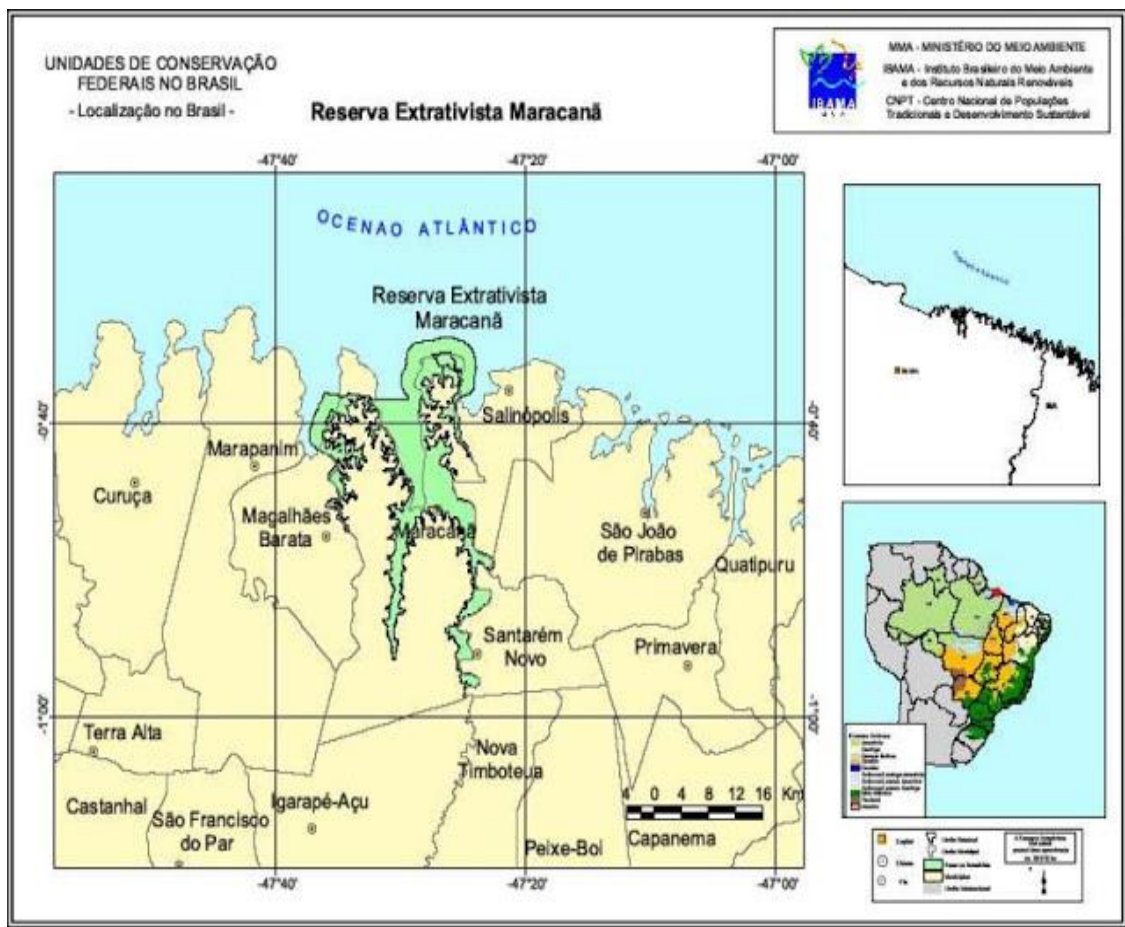


Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Num espaço de aproximadamente 30 mil hectares, a Reserva Extrativista Marinha Maracanã (RESEX-MAR) foi criada por Decreto⁸⁴ de 13 de dezembro de 2002, como categoria de Unidade de Conservação que compreende parte do espelho d'água do rio Maracanã e a zona terrestre do manguezal, que margeia o mesmo rio e onde vivem várias famílias que utilizam recursos naturais de uso comum da área circundante para sua subsistência.

⁸⁴ Para saber mais ver: BRASIL. Decreto s/n. de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Maracanã, no Estado do Pará, e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 242, p. 8-9, Brasília, DF, 16 dez. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9776.htm. Acesso em: 15 jun. 2017.

Figura 31 – Mapa da Área da Reserva Extrativista de Maracanã-PA



Fonte: Documento de divulgação do Conselho Deliberativo da RESEX de Maracanã-PA (2017)⁸⁵.

Criada para proteger as áreas alagadas, essa ResEx possui uma vegetação composta de mata de terra firme, florestas secundárias, vegetação de várzea, manguezais e áreas marinhas. Em comparação com as reservas extrativistas florestais, é considerada pequena, mas de grande importância por contemplar uma faixa marinha de manguezais, consideradas muito sensíveis e fundamentais para a reprodução da fauna marinha de toda essa região litorânea.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, as primeiras Resexs foram criadas em 1990 no Acre, Amapá e Rondônia. Essa experiência, iniciada na Amazônia, serviu de modelo expandindo-se para outras áreas do Brasil com biomas e ecossistemas diferentes. Em 1992, foram criadas: a primeira unidade costeiro-marinha e outras quatro unidades voltadas para o extrativismo de áreas de babaçuzais (BRASIL, 2013).

⁸⁵ Disponível *on-line* no endereço: <http://resexmaracana.blogspot.com.br/p/sobre-resex.html>.

Na nota técnica de criação da Resex-Mar anexa ao processo nº 02018.004364/99-08⁸⁶, consta a informação de que o espaço definido para a referida Resex seria de 30.018,88 hectares no município de Maracanã, em terreno de marinha e águas territoriais com abundantes recursos naturais, onde à época viviam 220 famílias, que conviviam em harmonia com os rios e mananciais de onde tiravam seu sustento. No decreto de criação da Resex-Mar, veio explícito os objetivos da sua criação: “proteção dos meios de vida e a garantia da utilização e conservação dos recursos naturais renováveis que são utilizados tradicionalmente pela população extrativista local”.

O processo de criação dessa Resex levou três anos para ser concluído. Após revisão, o número de famílias no documento era maior. Havia um aumento do número de famílias residentes na área, alterando-se para 555 famílias que seriam atendidas pelo decreto. Em junho de 2005, esse quantitativo de famílias passa para 1.000 unidades familiares como descrito na Portaria nº 24, de 22 de julho de 2005⁸⁷, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Pará, determinando que famílias de pequenos produtores rurais pudessem participar e receber créditos durante a instalação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) na área⁸⁸.

Todo esse cenário de riqueza de recursos naturais num bioma que serve de espaços de reprodução de várias espécies marinhas e o fato de ser área na qual vivem populações tradicionais de pescadores foram os principais objetivos que serviram de mola propulsora para a criação legal dessa unidade de conservação. Embora as mudanças na cobertura vegetal, na ocupação, bem como no aumento no número de famílias nessa área, vão se apresentando ano a ano.

Em 2015, numa análise que avaliou social e economicamente a captura de caranguejo-uçá em Maracanã-PA, especialmente na área da ResEx-Mar, Freitas *et al.* (2015, p. 713) descrevem a referida reserva sendo composta por 75 comunidades ribeirinhas banhadas pelos rios Marapanim, Cuinarana, Maracanã, Caripi e pela Baía de Maracanã numa área em que já habitam 1.500 famílias, o que significa dizer que, mais ao menos, 5.000 pessoas vivem e sobrevivem dos recursos naturais retirados do ambiente da

⁸⁶ Processo de criação da Reserva Extrativista Marinha Maracanã protocolado em 19/10/1999 no Gabinete do IBAMA, aos cuidados de Paulo Castelo Branco, representante da presidência do Instituto no Pará.

⁸⁷ Portaria da Superintendência Regional do INCRA no estado do Pará recomendando que fossem inseridas as 1000 famílias residentes na área da RESEX–MAR no Programa de créditos PRONAF do Governo Federal. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/283_20100820_182527.pdf

⁸⁸ Estas informações constam no decreto de criação da Resex Marinha de Maracanã (Anexo 01) desta tese.

reserva a partir de atividades do extrativismo animal (peixe, caranguejo, camarão) e vegetal, assim como na agricultura.

Torna-se importante salientar que todas as famílias que ali vivem se relacionam de alguma maneira com o ambiente e com as cidades de Maracanã (sede) num contexto de relações que perpassam pela mobilidade, assim como por dificuldade de acesso à assistência social, de saúde, serviços bancários, de cartórios, eleitorais, entre muitos outros, que os vilarejos não possuem. Para acessá-los, só indo à sede do município. Essa mobilidade se dá através dos rios, trilhas, estradas de terra ou de asfalto em caminhos que conduzem o que se convencionou chamar de “desenvolvimento” para a região. Por outro lado, esses caminhos trazem muitos problemas para essas populações que já vivem um processo de abandono. Referimo-nos aqui às dificuldades de implementação de políticas públicas de transporte, de assistência e promoção social, provocadas, em parte, pelas distâncias e isolamento dessas áreas e pela falta de interesse em assistir essas populações que vivem e dependem desses caminhos nas áreas mais distantes da Amazônia.

Na cidade de Maracanã, por exemplo, o porto é o ponto de chegada, partida e de passagem pelos rios, assim como por via terrestre. Apesar de haver uma rodoviária na cidade, percebe-se que a população não a reconhece como o ponto de saída e de chegada, talvez por estar localizada numa área menos movimentada da cidade ou, simplesmente, por não ser reconhecido pela população como um espaço de partir e de chegar. O fato é que, em Maracanã, o porto também é reconhecido como a rodoviária local. Quem sai da cidade por terra ou por água vai ao porto. É lá onde as pessoas que irão viajar marcam de se encontrar para pegar o transporte, seja por terra, seja por água. Maria do Rosário, agricultora de 39 anos, que mora no vilarejo do Bom Jesus, assim o disse: “tô aqui no porto esperando o ônibus para Igarapé-Açu”. Ao ser questionada por que ela não foi pra rodoviária esperá-lo, disse: “Aqui é mais rápido e mais certo que ele passe. Aqui ele passa com certeza! E ainda quero comprar umas coisinhas pra levar. Aqui a gente acha tudo!”. O porto é onde quem está desempregado consegue algum dinheiro, no trabalho da estiva, lavando embarcações ou fazendo a vigilância dessas embarcações, vendendo comida, frutas, hortaliças e peixe trazido pelos rios. É no porto de onde parte dos atravessadores busca o produto das pescarias para levar pra outros municípios próximos como Igarapé-Açu, São Francisco do Pará e Castanhal. É no porto que ficam os estabelecimentos comerciais no qual se vê maior movimento na cidade. É onde se compram os apetrechos de pesca (linhas, anzóis, agulha, redes de pesca, chumbo, isopor etc.), os ranchos ou mantimentos (arroz, feijão, farinha, charque, café, açúcar, sal) em maior quantidade para

levar para as comunidades ou para abastecer as embarcações com alimento e gelo para as pescarias de fora⁸⁹.

Da mesma forma acontece no vilarejo do 40 do Mocooca. Seu pequeno porto mantido pela população, onde parte dela se utiliza desse espaço para trabalhar e ganhar o sustento da família. No 40 do Mocooca, como em Maracanã, essa é a área mais movimentada do local. Mas é também uma área castigada pelas águas revoltas das grandes marés dos invernos. É também onde as vans, os automóveis particulares e de aluguel e os ônibus chegam diariamente para o desembarque dos moradores, visitantes e produtos para o comércio local. É lá que as pessoas desembarcam para seguirem seus destinos no próprio vilarejo ou nas travessias em rabetas que aguardam no local.

Figura 32 – Trapiche do porto do vilarejo do 40 do Mocooca com a maré cheia



Fonte: Rede Pará, 2016⁹⁰.

Em toda essa região, vilarejos, rios e florestas, acrescentando a essa tríade a estrada, têm, no porto, a fronteira entre o ir e vir, entre partir ou ficar, entre trabalho e descanso, entre ter comida na mesa ou não. Esses espaços se localizam “[...] entre a

⁸⁹ Esse tipo de pesca é realizada por embarcações com 4 a 5 tripulantes, que passam entre 10 e 15 dias pescando em águas mais distantes do continente em alto mar.

⁹⁰ Na foto percebe-se muitas pessoas aguardando a vez para embarque e travessia pelo Furo do 40 para a ilha de Maiandeuá revelando a circulação intensa de pessoas na região, especialmente nos períodos de veraneio. Fonte: <https://redepara.com.br/Noticia/133979/evento-esportivo-com-apoio-da-seel-aquece-economia-na-ilha-de-maiandeu%C3%A1>.

realidade e a ficção, possibilitando-nos leituras múltiplas de espaços-tempos diversos”⁹¹ e de sociabilização da vida cotidiana. Nesse vaivém de possibilidades, todos os dias, de segunda a domingo, o cenário é de agitação no período das manhãs e diminui após as 14h, quase se desfazendo por completo no fim do dia, não fossem as pequenas embarcações de pescadores saindo ou chegando da pesca. Em Maracanã, assim como no vilarejo do 40 do Mocooca, esses lugares se transformam visualmente, e o burburinho do dia inteiro se acalma, menos o barulho das marés altas da noite que segue sua dinâmica natural na região.

Rosemaria Rosário, a Dona Mocinha (59 anos), nossa interlocutora em Maracanã, lembrando sua infância e um dos discursos da sua mãe chamando-a para dentro de casa na hora do descanso da tarde, “[...] vem pra dentro menina, olha aí como até os bois se deitam em baixo das árvores para descansar depois do almoço”. Essa narrativa faz referência à quietude que a cidade fica no início da tarde.

Um costume comum em cidades no interior da Amazônia, a sesta é momento de descanso depois do almoço, que, nas cidades da Região Amazônica, sobretudo no interior, é culturalmente mais longo, durando em torno de duas a três horas⁹². No início das tardes, poucas pessoas são vistas circulando pelas ruas. As casas e comércios são fechados até mesmo nos locais próximos ao porto, área habitualmente mais movimentados durante o resto do dia.

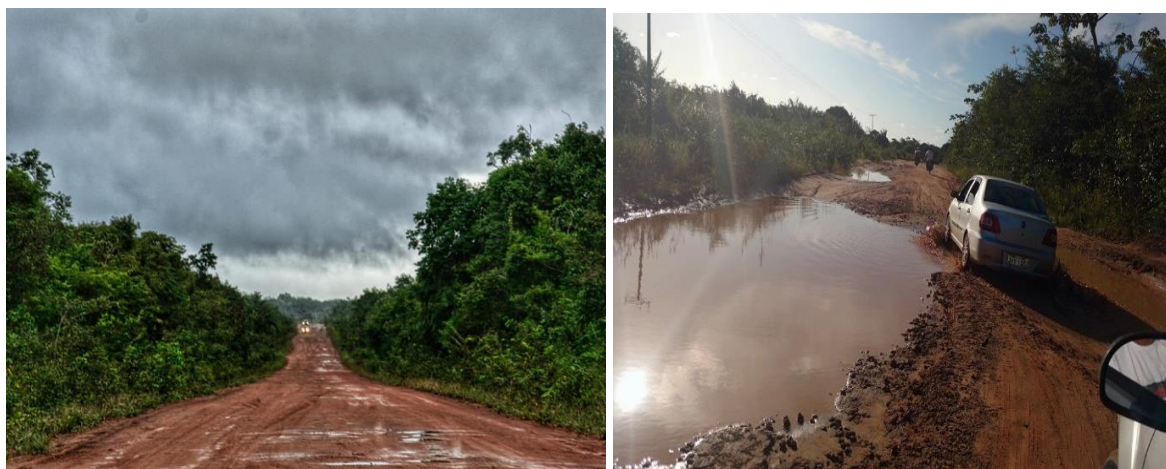
No traçado de mobilidade de cidades como Maracanã, é importante salientar que muitas delas, principalmente nas de porte intermediário, têm surgido a partir da evolução das redes urbanas que se estendem sobre a Amazônia Legal, um processo que vem proporcionando um desequilíbrio na relação cidades, mobilidade e rios, explicado por Sathler, Monte-Mór e Carvalho (2019), como um tipo de fragmentação de pequenos centros urbanos ou vilarejos, que seguem nos traçados das principais rodovias e rios da região. O vilarejo do 40 do Mocooca (Figura 13, p. 67), por exemplo, é uma das

⁹¹ OLIVEIRA, op. cit. p. 27.

⁹² “O hábito ou costume comum na região amazônica de dormir ou repousar depois do almoço – a conhecida e agradável sesta – ainda é exercitada em quase todas as partes do mundo. Conhecida também como “siesta” para os espanhóis, e “nap” para os ingleses, ainda representa uma oportunidade privilegiada para algumas pessoas que a pratica. Fisiologicamente a sesta pode ser entendida como uma exigência do próprio organismo, porque ocorre justo no momento de uma baixa de temperatura corpórea e também porque descobertas recentes revelaram que as células cerebrais (que nos mantém despertos) se desligam depois que comemos. A glicose bloqueia, ou inibe, os neurônios que produzem as orexinas, que regulam o nosso estado de consciência. Isso pode explicar o cansaço que ocorre pós-refeições e porque é difícil dormir quando se está com fome”. É uma ação normal e fisiológica do organismo. Para saber mais ver: GOMES, Marco A. M. **Sesta: hábito saudável?** Departamento de Hipertensão Arterial da Sociedade Brasileira de Cardiologia, 2018. Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/dha/esquina/sesta.asp>. Acesso em: 15 de Nov. 2018.

comunidades mais importante da primeira área da divisão espacial do município de Maracanã, corresponde a essa análise e demonstra grandes dificuldades e fragilidades da rede urbana dessa região, baseada numa série de impedimentos para os fluxos de pessoas, mercadorias e serviços, em que podemos destacar a distância da sede do município, o péssimo estado da única rota por terra, a estrada (PA-430), ainda de piçarra, conhecida por Ramal do 40 (Figuras 35 e 36) a seguir, situação já retratada neste trabalho anteriormente.

Figuras 33 e 34 – Vista da estrada do 40 (PA-430), na altura dos Kms 8 e 9



Fonte: Acervo pessoal do fotografo Sandro Barbosa (2012 e 2017).



PARTE II

Modos de viver, festejar e lutar

“Se fosse discriminar os componentes constitutivos da “cultura popular” que mais requerem a nossa atenção nos dias de hoje, citaria as “necessidades” e as “expectativas”. A revolução industrial e a concomitante revolução demográfica foram o pano de fundo da maior transformação da história, ao revolucionar as “necessidades” e destruir as autoridades das expectativas baseadas nos costumes”.

(Costumes em comum, de Edward Palmer THOMPSON, 1998, p. 22)

4 GENTES EM MOVIMENTO: AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS DEFININDO A VIDA NA REGIÃO

Estudos sobre os modos de viver em comunidades pesqueiras são comuns entre os estudiosos da cultura e da sociedade. Quando estes percorrem o campo da história não se pode deixar de levar em conta a noção de cultura popular, embora já bastante analisada em pesquisas acadêmicas sob algumas concepções apresentadas por Peter Burke (2010). Este, ao citar Edward Tylor⁹³, em “O que é história cultural?”, recentemente editado no Brasil, aponta uma definição interessante do termo, como “[...] todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, lei, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Essa definição possibilita um amplo entendimento dos contatos que tivemos com as várias manifestações sociais, fossem elas religiosas, artísticas e culturais no cotidiano da região que escolhemos estudar. As culturas tradicionais, as quais nos referimos, pelo menos a maioria delas, trazem consigo visões distintas de mundo e carregam em si elementos de saberes e práticas sociais ancestrais baseadas na reciprocidade, no respeito ao conhecimento de mestres, no sentido de coletividade, na valorização do prazer e da celebração, na visão holística de mundo mesmo que, em muitas situações, intuitiva e naturalmente, assim como na relação e no conhecimento profundo da natureza e de seus diversos usos locais (FUSCALDO, 2015).

Entre os vários temas que podemos citar, a arte e os festejos religiosos são, ao meu ver, dois dos aspectos mais interessantes na análise desses grupos sociais ribeirinhos. Eles permeiam vários setores da vida nessas comunidades, de maneira que tentaremos aqui mostrar alguns deles, pois são caminhos que podem conceder pistas para o entendimento de um modo de vida voltado para alguns temas, especialmente, a partir de elementos da natureza e do catolicismo oficial local, que aparecem, quase sempre, entrelaçados com conhecimentos tradicionais inseridos pelas populações ribeirinhas, reunindo uma grande riqueza de informações históricas, locais e regionais. Essas informações são fundamentais, tanto que buscamos trazê-las neste trabalho, visto que exercem um papel importante na economia das comunidades. São eventos organizados em muitos dias de trabalho, que ao final costumam ter resultados compensadores, social e economicamente

⁹³ Segundo Peter Burke (2021, p.41), o antropólogo Edward Tylor no seu livro *Cultura Primitiva* de 1871, apresentou essa definição de cultura levando em conta o sentido etnográfico do termo. Tal definição encorajou o seu uso pela antropologia num sentido amplo, relacionado ao cotidiano e em sociedades com pouca divisão do trabalho.

para a comunidade que os desenvolve. O antropólogo Sergio Braga, da Universidade Federal do Amazonas, estuda as festas religiosas na Amazônia, comparando-as entre si. Os resultados do seu trabalho apresentam pontos demasiado importantes nesse processo, revelando diferenças e semelhanças que vão desde a organização, passando pelos impactos sociais, culturais e econômico, este último, extremamente positivo nos municípios onde acontecem.

Segundo esse autor, tais festas são manifestações com características muito parecidas em sua maioria, pois têm sua base organizativa a partir do canto, da dança, da música, do artesanato, da gastronomia, mas todas envoltas na crença e na fé em Santos católicos, trazendo, nas suas origens, fortes influências nas tradições africana e ibérica (BRAGA, 2007).

Sobre essa ótica, Sarraf-Pacheco (2009) afirma que essas festas têm sua origem sabidamente europeia⁹⁴, sendo trazidas por colonizadores portugueses, que, ao agregar cores e objetos locais, foram se tornando parte dos modos de viver, festejar e lutar nessas comunidades. Trata-se de um terreno farto para o estudo de historiadores culturais justamente por seu um campo de “preocupação com o simbólico e suas interpretações do passado” (BURKE, 2021). São eventos populares e religiosos que revelam muito a partir das crenças, expectativas, estratégias de vivência, sobrevivência, sociabilidades, divertimentos no meio rural e urbano do homem amazônico.

Embora desde o início deste trabalho busquemos descrever a região e as relações tecidas com o foco na estrada, a partir daqui aprofundaremos um pouco mais numa tentativa de revelar o modo peculiar de viver numa comunidade em que todas as tramas envolventes estão ligadas ao mar, mas com a estrada, na maioria das vezes em péssimo estado, foi que se sentiu livre para fazer sua mobilidade no ir e vir por terra na região. A começar daqui, descreveremos as relações familiares e destes com sua devoção, suas crenças e sua religiosidade enquanto grupo social rural culturalmente diferenciado no passado, contudo, bastante inserido num mundo urbano no presente.

Nesse contexto, torna-se imprescindível lembrar sempre que essas comunidades, hoje totalmente ligadas e já muito dependentes as estradas de rodagem, as quais passaram a existir desde a década de 1950 na Amazônia, têm suas maneiras de sobrevivência permeadas pelas mudanças e continuidades proporcionadas pelo acesso facilitado a

⁹⁴ Galvão (1976), Maués (1995; 2005; 2010), Figueiredo (2009), Sarraf-Pacheco (2009), entre outros antropólogos e historiadores, já investigaram as origens e a relação de comunidades tradicionais com as festas religiosas na Amazônia e a influência ibérica e africana no seu surgimento.

regiões que, até então, viviam em certo isolamento e, por esse motivo, mantinham, sendo que muitas ainda mantêm, seus modos de organizar o cotidiano bastante diferenciado. Um exemplo que identificamos está relacionado aos eventos de casamentos e batizados católicos na comunidade. No 40 do Mocooca, são realizados uma vez por ano quando há um padre disponível para ser enviado à comunidade, o que, geralmente, acontece durante os festejos de Santa Luzia em dezembro.

A mudança, nessa relação com as estradas, dá-se com a facilidade para se chegar em estradas melhores e a facilidade de acesso com a abertura caminhos para outras de menor porte construídas quase sempre com o empenho e muito trabalho de moradores da região, sempre visando melhorar a mobilidade por terra. Dessa forma, os que anseiam casar ou batizar os filhos passam a fazê-lo nas cidades maiores próximas (Igarapé-Açu, Magalhães Barata ou Maracanã Sede).

Esse é apenas um dos exemplos que se deu no vilarejo estudado por conta da estrada por terra com mais trafegabilidade, que impactou também em todos os outros vilarejos do entorno. Com o surgimento da estrada, há um rompimento no isolamento geográficos local, onde no passado os moradores tinham sua mobilidade quase que exclusivamente feita pelos rios e em pequenas embarcações, ou feita em dias de caminhadas pela mata, seguindo trilhas que interligavam pequenos vilarejos. Essa facilidade de sair e chegar à região, de certa maneira, aumentou nas décadas seguintes, provocando, também, mudanças nas relações com “os de fora”⁹⁵, que chegavam com mais frequência e com as novidades da capital.

Como acontece em outras regiões da Amazônia, na área estudada, a abertura da estrada impulsionou um ciclo de desenvolvimento que fez com que as demandas pela pesca artesanal e pelo turismo aumentassem na área e, neste caso específico, muito por conta da proximidade com a ilha de Maiandeuá, reduto de um “turismo alternativo”⁹⁶, sobretudo, a partir da última do século XX. A produção local de pescado passou a

⁹⁵ “Os de fora” é como são chamados os visitantes, os turistas, ou os que vêm conhecer a região num final de semana, ou mesmo, aqueles que costumam vir com certa frequência. Um exemplo claro é a minha relação com a região da pesquisa: visito o vilarejo (Fortalezinha), próximo ao 40 do Mocooca, com certa frequência há mais de 20 anos e sou considerada uma visitante, uma “de fora”.

⁹⁶ Modalidade de turismo bastante procurado atualmente, costumam ser para destinos exóticos, sem tanto conforto na hospedagem, mas com aproveitamento total da visita. Podem ser passeios a preços acessíveis com destino às praias, cachoeiras, igarapés, ilhas e certa quantidade de pessoas que dividem os custos da viagem, que, no final das contas, saem bem mais baixo por ser rateado o valor entre os participantes. É entendido como prática sustentável e responsável, pressupondo a valorização e o respeito pelo ambiente natural, assim como pelas manifestações socioculturais locais. Ver, Medeiros (2009), Brito (2017), Assunção (2012) e México (2004).

interagir com novos mercados e compradores, diminuindo, mesmo que, timidamente, a relação com os atravessadores⁹⁷, sujeitos historicamente muito presentes na região.

O aumento de turistas, na região é evidente, sobretudo, em finais de semana, feriados e férias escolares. Isso pode ser confirmado com o número de quintais já transformados em estacionamentos no vilarejo. Outra situação percebida e relatada de mudanças na região, do ponto de vista do turismo, é o crescimento do número de pequenos hotéis e pousadas que triplicaram na comunidade próxima à Fortalezinha, destino final de muitos turistas que seguem para a região por terra e são obrigados a parar no 40 do Mocooca, onde deixam seus automóveis.

Esse ciclo de desenvolvimento econômico local, segundo nossos interlocutores, do ponto de vista sociocultural, não teria prejudicado a tradição da pesca artesanal num primeiro momento, pelo contrário, teria estimulado seu desenvolvimento, atrelando ao conhecimento local e às atividades dos mestres de pesca novos ingredientes/produtos que aumentam a produção e a renda das famílias locais. Um exemplo é Roberto Siqueira⁹⁸, que trabalha só na construção de casas na região e afirmou que recentemente “adquiriu um barco que está reformando no seu tempo livre”. Essa embarcação, segundo ele, “é para colocar na travessia e aumentar o ganho da casa”. Essa atividade diversifica seu trabalho e proporciona um aumento na renda familiar. De acordo com seu Roberto, ele “já tem um curral para conseguir o da ‘boia’⁹⁹ quando não tem outro trabalho, mas nem tem tido tempo para ir lá, um dos filhos que vai”. O pescador não tem ficado sem trabalho pois, “[...] estão construindo muito por aqui, muito mais mesmo na Ilha em Fortalezinha. Por isso, faz tempo que não fico sem trabalho”.

A mudança no cotidiano de trabalho de seu Roberto reflete mudanças de toda ordem: de mestre da pesca para mestre de obras. Assim, ele vem mantendo sua família, talvez sem perceber, ou talvez não querendo reconhecer a relação dessa mudança com o surgimento da estrada. Contudo, elas são facilmente perceptíveis na hora do almoço com menos peixe à mesa do morador nativo. Se ele não tem um curral, não tem peixe na sua

⁹⁷ O atravessador é o agente intermediário habitualmente presente nas comunidades pesqueiras. Ele atua entre a produção e o consumo de pescado nas cidades, envolvendo a mobilização de alguns segmentos da cadeia produtiva do pescado. No 40 do Mocooca, a relação dos atravessadores é comum, especialmente, por ser uma região praiana de pesca artesanal, compreendendo o pescador local como produtor. Os atravessadores e os marreteiros são os agentes comerciais que fazem escoar a produção do pescado até as mãos do consumidor final (ALVES; GUTJAHR; SILVA, 2015).

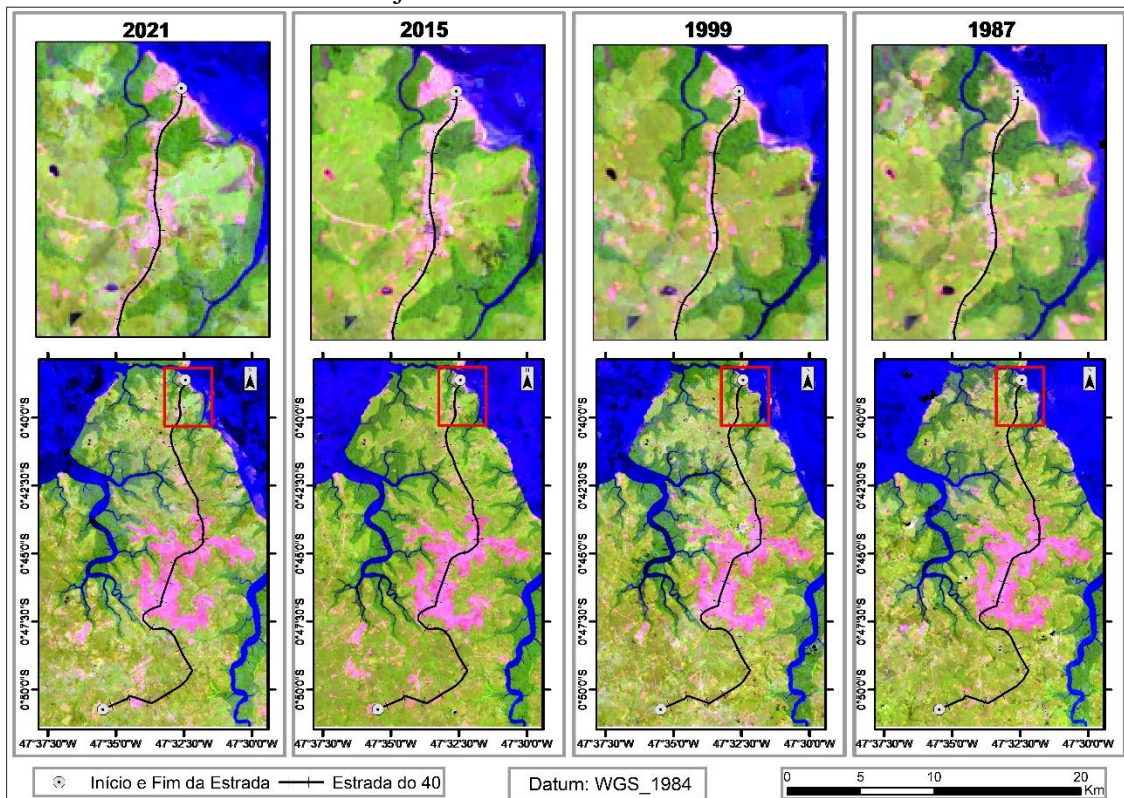
⁹⁸ Roberto Siqueira dos Santos, pescador curralista (46 anos), morador do vilarejo do 40 do Mocooca. Atualmente, tem trabalhado mais como mestre de obras do que na pesca. É o dirigente da Igreja Católica do vilarejo. Ele foi entrevistado numa noite de muita chuva em 14 de abril de 2019.

⁹⁹ Boia aqui refere-se ao almoço do dia. O prato de comida do pescador é o peixe que ele conseguiu na pesca do dia e leva para o almoço da família.

mesa, uma vez que a produção é vendida rapidamente para as pousadas, restaurantes e turistas que circulam pela comunidade. Outra mudança relatada é a facilidade em ir e vir em apenas um dia à cidade grande, como relatado pelo pescador Zé Macaco¹⁰⁰, de quem ouvimos: “quando eu era criança era uma dificuldade de ir aqui em Igarapé-Açu ou Maracanã, em Belém, então? Depois da estrada isso foi melhorando. Agora mudou muito. A gente vai de manhã e de tarde já tá de volta!”. Esse relato demonstra o desejo de a região ter uma estrada por terra para “facilitar a vida no vilarejo”. Atualmente, o sonho acalentado pela comunidade toda é o asfalto chegando à estrada.

No que tange à mudança de cunho socioambiental, ela vem sendo notada recentemente com o aumento de casas para moradia temporária, sobretudo, de turistas. Por conta disso, percebe-se uma alteração gradativa na cobertura vegetal da área, especialmente nos últimos quarenta anos com áreas de florestas menor e número de casas maior.

Figura 35 – Análise visual comparativa da mudança na cobertura vegetal da estrada PA-430 e do vilarejo do 40 do Mocooca nos últimos 34 anos



Fonte: Elaboração Iací Dandara S. Brasil, Engenheira Florestal, Doutoranda em Engenharia Florestal da UFPR (2021).

¹⁰⁰ José Batista Rodrigues dos Santos, Zé Macaco (59 anos), pescador curralista. Entrevista realizada no dia 14 de abril de 2019 numa manhã chuvosa no vilarejo do 40 do Mocooca

Na figura 35 acima, percebe-se tal mudança numa comparação de imagens de 1987 até os dias atuais, tanto na região do vilarejo estudado, quanto em todo o trajeto da estrada. O período registrado foi o mais antigo conseguimos dessas imagens para exercitar um comparativo dessa mudança relacionada à cobertura vegetal do solo na região da pesquisa, inclusive percebe-se que, ao longo dos anos, as alterações mais significativas estão no início e no final da estrada (vilarejo do 40 do Mocooca). Na parte central, as mudanças vão se alternando conforme a passagem dos anos.

Ainda na figura 35, a área central rosa na imagem indica uma localização da estrada conhecida como campo das mangabas. Trata-se da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas, criada pelo Decreto nº 1567/2016, publicado Diário Oficial do Estado em 20 de junho de 2016 (Anexo 2). São 7.062 hectares (sete mil e sessenta e dois hectares e dois centiares) com árvores de grande e médio portes cercadas por extensa área de capoeira, em que se localizam várias comunidades (Aricuru, Martins Pinheiro, Nova Brasília, Vista Alegre, São Miguel de Itaquerê, São Sebastião do Itaquerê, Traquateua, Espírito Santo, Beira Mar, São Tomé, Passagem, Campo Alegre) que vivem do extrativismo e agricultura familiar (FERREIRA, 2013).

Com o surgimento da estrada, outra situação, relatada com certa frequência pelos nossos entrevistados, é uma mudança percebida por eles no formato da festa religiosa local. Ao longo dos anos, embora as missas continuassem a acontecer todos os dias durante os festejos e a procissão se mantivessem no mesmo formato e no mesmo dia do ano (12 de dezembro), a cada novo ano os festejos do lado profano recebiam mais visitantes, a quantidade de barracas para vender alimentos durante as noites de festa na pracinha da Igreja aumentava e a decoração da pracinha se tornava cada dia mais alegre e iluminada, trazendo mudanças perceptíveis na forma de os moradores festejarem sua crença católica no vilarejo. A exemplo do que foi dito por Seu Alair e Dona Felipa, moradores antigos do vilarejo, que comentaram, em tom de crítica, que “o povo vai mesmo é pra a festa, pra dançar, jogar e comer, não pra rezar”¹⁰¹.

O relato do casal sobre os festejos à Santa Luzia no vilarejo do 40 vai ao encontro do que foi escrito no livro de Crônicas da Igreja Católica de Maracanã (1940-1985) pelo padre alemão Godofredo Marx (Figura 39), que assumiu, num domingo do mês de março de 1970, a prelazia de Maracanã vindo do Rio de Janeiro. Foi ele quem ficou responsável

¹⁰¹ Relato feito pelo casal de pescadores aposentados, Alair Pinheiro da Conceição (84 anos) e Felipa Teixeira da Conceição (71 anos), em entrevista realizada em 16 de setembro de 2019 durante uma bela tarde de sol em sua residência no vilarejo do 40 do Mocooca.

pelas comunidades do interior do município por dois anos, entre elas o vilarejo da nossa pesquisa. Nas suas crônicas, Pe. Godofredo comenta sobre a sua “frustração, desânimo, falta de esperança e desgosto”¹⁰² ao relatar o que presenciava em suas visitas pastorais.

Nos relatos de 1972, o sacerdote da Sociedade de Cristo para os Emigrantes e vigário de Maracanã, Pe. Godofredo Marx (Figura 36) explicou os motivos do seu desânimo:

[...] uma multidão imensa que assiste o culto nem tinha ânimo de abrir sua boca para glorificar a Deus. Isso desanima totalmente e somente com minha força concentrei-me para terminar a missa com devoção. Um povo que gosta somente das festas e danças, pouco se preocupa com o trabalho, progresso e a igreja. A única deles foram festas do santo com arraial, música profana, procissão, fitas, velas, foguetes, mas poucos queriam renovar a sua vida religiosa fazendo uma boa confissão e recebendo a santa comunhão. A maioria viveu sem Deus, morreu sem Deus, e foi sepultado sem Deus. Raramente aconteceu que chamaram o padre para confessar alguém na cama da morte (CRÔNICAS, 1972, f. 92).

O sacerdote prossegue seu relato sobre suas decepções no trabalho de evangelizar na região dizendo: “[...] Encontrei em quase todos os locais esta miséria material e espiritual, analfabetos, tuberculosos, pessoas cheias de vermes e até leprosos”¹⁰³ nessa região.

Figuras 36 e 37 – Pe. Godofredo Marx entre os Anjos da coroação de Nossa Senhora em 1970¹⁰⁴



Fonte: Livro de Crônicas da Igreja Católica de Maracanã (1940-1985) – 1972. Arquivo da Paróquia de São Miguel Arcanjo em Maracanã-PA. Pesquisa de campo (2021)

¹⁰² Livro de Crônicas da Igreja Católica (1940-1985) (f. 91, verso)

¹⁰³ *Ib.*, f. 88.

¹⁰⁴ Evento tradicionalmente realizado nesse período em Maracanã, organizado pelas Irmãs do Coração Eucarístico.

Pe. Godofredo Marx era o sacerdote responsável nesse período por percorrer e evangelizar a população do interior do município de Maracanã e redondezas. Segundo informações que constam nos livros e reportagens guardadas no acervo da Igreja local, percebe-se que o padre tinha certa influência entre políticos e a comunidade católica de Maracanã (Figura 36), por esse motivo, fazia questão de relatar todas as ações da Igreja durante o período que esteve à frente do trabalho na região. Nos seus relatos de 1971, disse ser “comum encontrar vilarejos sem escolas, sem estradas, sem assistência médica e sem energia”¹⁰⁵. Sobre a alimentação, em seus relatos, foi descrita como “fraca”, visto que, por onde ele passou, encontrava apenas “farinha, peixe, caranguejo e tapioca”¹⁰⁶. Esses alimentos, extremamente comuns na Amazônia litorânea, ao “religioso alemão recém-chegado para o trabalho de evangelização na Amazônia”, causava ainda muito estranhamento, afinal, “havia passado apenas pelo Rio de Janeiro antes de ser designado para o trabalho voluntário na Amazônia”¹⁰⁷.

Nos relatos do vigário, tudo era percebido como novidade e com certo espanto. Ao se referir ao município e à falta de conforto com a ausência de alguns objetos onde estava morando, mencionou a chegada do “progresso” de forma muito lenta região, mesmo assim descreveu com certo entusiasmo. “Encontrei no comércio as primeiras geladeiras a querosene, rádios a pilha, relógios e a juventude seguindo a última moda”¹⁰⁸, mas “raramente podia-se encontrar uma lancha a motor”¹⁰⁹, indicando que a população se locomovia principalmente pelos rios e em embarcações a vela ou a remo.

Seguimos os relatos do padre Godofredo que trazia informações sobre a situação do município e dos vilarejos que ele visitara nesse ano (1971): “[...] a televisão ainda não entrou e nem uma máquina de agricultura. Não encontrei quase nenhuma casa de tijolo, raramente casas cobertas com telhas, capelas de barro, todas no mesmo tipo, cheias de santos feios e morcegos por perto para cair”¹¹⁰.

Mais adiante, ainda sobre o mesmo ano, o padre começou a descrever algumas melhorias recém-conquistadas, segundo ele, na comunicação e mobilidade para as pessoas na região:

Existia só um telefone na cidade que nas certas horas ligava Maracanã com Belém. Tinha vários ônibus que ligava diariamente Maracanã com a capital, e

¹⁰⁵ Ib., f. 88.

¹⁰⁶ Ib., f. 88.

¹⁰⁷ Ib., f. 84, verso.

¹⁰⁸ Ib., f. 88.

¹⁰⁹ Ib., f. 88.

¹¹⁰ Ib., f. 88.

alguns comerciantes, médicos e funcionários tinham o carro próprio, e alguns anos atrás, aberta a estrada nova entre Maracanã e Igarapé-Açu, ultimamente asfaltada o que facilita a viagem para Belém de duas até três horas. Nesta época já funcionava o primeiro cinema, e o posto de saúde onde encontrei bons corações, muito boa vontade e a gente pareceu como um rebanho sem pastor, guia ou instruções (CRÔNICAS, 1972, p. 88).

Esse relato evidencia várias dificuldades da vida nesse período naquela região, mas apresenta também algumas mudanças implementadas pela modernidade, embora fossem apenas na sede do município, embora já tivesse certa influência na maioria dos vilarejos de Maracanã, o 40 do Mocooca entre eles. A descrição feita pelo padre, com relação às questões que afetavam o município nesse período, vão ao encontro do foi relatado por nossos interlocutores durante a pesquisa de campo. Fazendo um comparativo entre os relatos do Pe. Godofredo e as informações levantadas a partir dos relatos dos agentes históricos desta pesquisa, os cenários que se apresentam são muito parecidos e levam-nos a crer que a vida dessas pessoas teve, pelo menos, dois momentos muito bem demarcados, especialmente, com relação à mobilidade, às mudanças e às continuidades nos modos de vida na região.

Num primeiro momento, é possível perceber toda uma movimentação ou circulação de pessoas sendo feita pelos rios em barcos a vela e remo, especialmente antes do surgimento e melhoria das estradas. Um período complicado para a mobilidade e transporte seguro dos moradores sendo descrito intercalando sentimentos de nostalgia e muitas dificuldades vividas no cotidiano desses tempos de isolamento e muito trabalho. Talvez a nostalgia presente esteja ligada à solidariedade entre vizinhos, de fartura de peixe, das muitas festas sem tanta violência e com mais liberdade, chegando ao ponto de decepcionar os padres que chegavam à região para evangelizar os moradores locais.

Em meio às reclamações do padre, surgem alguns elogios e satisfações relatadas já em um segundo momento, em que é possível perceber que são inseridas, no cenário descrito, algumas mudanças intensificadas com o surgimento e a melhoria das estradas, mesmo que elas começassem a interferir no modo de vida, na natureza e nas formas dessa população se relacionar com suas tradições e suas crenças, além de impactar na economia local.

Diante disso, buscamos identificar e descrever a partir do que foi presenciado em campo, relatado na documentação consultada e a partir da memória de nossos interlocutores nas entrevistas feitas na região, algumas das manifestações culturais, a trajetória de mudanças e continuidades na área estudada. Buscamos nos embasar na pesquisa de Sarraf-Pacheco (2017, p. 11), ao reunir fontes que “permitissem captar a

indissociabilidade da cidade e da floresta, quase sempre mediada pelas águas, tradições, expressões e aparatados da modernidade ocidental recriadas no local”.

Iniciaremos a análise buscando mostrar um pouco do trabalho realizado partindo da educação formal e não formal, tentando entender sua relação com a cultura e modos de vida da população local, sem deixar de contextualizá-las no surgimento da estrada do Mocooca (PA-430).

4.1 “ESTUDAR PRA QUÊ?” EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO VILAREJO DO 40 DO MOCOOCA

Os diversos processos educacionais são resultado da articulação de espaços educativos e dos territórios empíricos nas relações entre os sujeitos e seus cotidianos em uma comunidade. Diante disso, Gohn (2001) afirma que uma sociedade democrática, em todos os setores, só é possível pelo caminho da educação e da participação social coletivamente. Nesse contexto, tomamos por base os processos interativos entre sujeitos e os diversos ambientes que os circundam, que se embasam as soluções para problemas do dia a dia. É nesse “lugar” que se formam os elementos que podem ser utilizados na educação formal e não formal.

Mediante tal aspecto, trazemos, como parte deste trabalho, a atuação da escola pública de Ensino Fundamental do vilarejo do 40 do Mocooca, situando-a como um dos locais mais importantes para a comunidade, justamente por ser o local que tem o poder de proporcionar o encontro do conhecimento com o aprendizado, dos mais velhos com os mais novos, do passado com o presente, ao passo que tais encontros podem gerar possibilidades de se abrir novos caminhos para a escrita de novos mundos, com relações que proporcionem um futuro promissor para todos.

A escola é um dos locais de trabalho de Luzinete Nogueira (39 anos), de Roberto Junior (24 anos), José Ulisses (58 anos), entre outros moradores, funcionários da educação municipal no vilarejo. Num pequeno prédio que recebeu o nome de Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jarbas Passarinho¹¹¹ (Figura 39), as

¹¹¹ Nome dado em homenagem ao militar que governou o estado do Pará de junho de 1964 até janeiro de 1966. Jarbas Passarinho foi o 28º Governador do Estado do Pará, tendo ocupado vários ministérios de 1969 até 1995.

atividades de educação formal¹¹² iniciaram no vilarejo, em 1976, ainda num contexto de ditadura militar¹¹³.

Durante todos os períodos em que estivemos em campo para realizar as entrevistas, a professora, responsável pela escola do vilarejo, era Luzinete Nogueira dos Santos, nascida no próprio vilarejo em 19 de outubro de 1979. Ou seja, Luzinete é três anos mais nova que a escola da comunidade. Quando ela nasceu, a escola era um desejo acalentado pela comunidade, e suas lembranças de criança, relacionadas ao espaço escolar, misturam-se com aquelas de atividades que aprendeu com seu pai: a pesca e a coleta de mariscos, bem como com as atividades que exerce no presente em sua função de professora. Nas memórias de Luzinete, tudo que se relaciona à escola “sempre foi muito difícil, precário mesmo. Desde o início, até hoje, para trazer qualquer coisa pra essa escola, é luta”¹¹⁴, confessou a professora durante um relato emocionado sobre a sua relação com a educação na região.

Quando eu era aluna, a escola era uma salinha, com um quadro e algumas poucas cadeiras que eram disputadas por nós. Não tinha banheiro, a gente usava dos vizinhos ou ia no mato mesmo. Hoje eu sou professora aqui e, ao mesmo tempo que várias situações ficaram no passado, têm umas que insistem em nos perseguir. Esse ano (2019) nós recebemos a visita do representante da Secretaria Municipal de Educação, e ele trouxe um aviso com um discurso pronto de corte de gastos. Ele disse que nossa escola dá prejuízo pro município e que eu teria que escolher entre a diminuição do recurso que vem pra escola ou o corte de dois funcionários do quadro. Eu fiquei muito aborrecida com isso e fui até grossa com ele na minha resposta. Falei pra ele: pode cortar os quase nada de recursos que vocês mandam pra gente, mas deixe nossos funcionários. E respondi para ele que nós temos nos virado sem recursos faz tempo, mas não dá pra tirar o trabalho de duas pessoas e que ia fazer falta dois funcionários aqui. (Relato da professora Luzinete Nogueira, 39 anos, responsável pela escola da comunidade do 40 do Mocooca, grifo nosso).

¹¹² Segundo Lima *et al.* (2019, p. 273), educação formal é aquela que acontece em local específico, a escola, num modelo sistematizado, com análise de conteúdos regulados por leis e normas das instituições de ensino. Por ser formal, esperam-se resultados a partir de análises de dados obtidos em planejamentos anteriormente realizados. Essa educação formal é assegurada a toda a população desde a Constituição Federal de 1988.

¹¹³ Regime de caráter autoritário e nacionalista, instaurado no Brasil com o golpe militar que derrubou o governo eleito democraticamente do então presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964, tendo durado até 15 de março de 1985, comandado por sucessivos governos militares. O primeiro presidente do governo militar brasileiro foi marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu o poder em 15 de abril de 1964 (FICO, 2017).

¹¹⁴ Luzinete Nogueira dos Santos (Nete), 39 anos, é pescadora e professora da escola do vilarejo, onde nasceu em 19 de outubro de 1979, e casada com Roberto Siqueira dos Santos. O casal é dirigente da Igreja católica local (Santa Luzia). Conversamos com Nete em várias situações, mas a principal e a mais longa foi no dia da entrevista que fizemos numa tarde nublada, em 19 de abril de 2019, na sua residência.

Figura 38 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “Jarbas Passarinho” no vilarejo do 40 do Mocooca-Maracanã-PA



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

O relato da professora revela um cenário que não é novidade na grande maioria das escolas, principalmente, no interior do País. Escolas abandonadas, sem investimento, professores e funcionários que tiram do próprio bolso para custear algumas despesas do dia a dia, escolas rurais sendo fechadas, professores desrespeitados na sua função de ensinar, enfim, problemas de um País inteiro no qual a falta de investimento e de políticas públicas para o setor é escancarada nos péssimos resultados das avaliações feitas com os alunos. Muito embora a aparência externa da única escola da comunidade revele o zelo e amor dos professores pelo trabalho que executam, o dia a dia é de muitas dificuldades, que costumam ser resolvidas com improvisação e criatividade, inclusive, na formação de cada um deles. Para a maioria desses profissionais, o salário, no final do mês, acaba por se tornar a principal fonte de renda de suas famílias, que, na região, tem o papel inverso, cuja pesca é o complemento, não a fonte principal, como é da maioria.

São poucos funcionários, restringem-se a 10 pessoas atualmente (7 professores, 2 serventes e 1 vigia). Entre eles, apenas dois concursados, o que promove insegurança e descontinuidades no trabalho realizado a cada quatro anos de mandato político da prefeitura do município. Essa é apenas uma das questões que tem potencializado as baixas avaliações da escola, mesmo seguindo um currículo nacional e estadual, isso porque

muito do que era desenvolvido por essa equipe poderia ser considerado a partir do conceito de “não formal¹¹⁵” na educação. Nesse sentido, acreditamos que as experiências de vida, sobretudo, nos espaços de ações coletivas do cotidiano, como a escola, podem ser um terreno farto para os processos de aprendizagem (GOMEZ, 2019).

Em vista disso, mesmo com todos os relatos de dificuldades por parte de funcionários, pais e alunos da escola do vilarejo, ainda assim, o entendimento por parte deles foi explicado pelo que disse o professor José Ulisses: “estudar é a única possibilidade dessas crianças terem um futuro com liberdade, de terem chance de ser alguém na vida, de ter um trabalho que remunere melhor, de saírem dali”¹¹⁶.

Pais, mães, alunos, avós e funcionários da escola acalentam a chance ou a possibilidade de saída dos filhos da região para estudar ou trabalhar na cidade, mas para si não. Afirmam que suas vidas estão “organizadas” no vilarejo e são claros em dizer: “eu quero morrer aqui!”. Seu Toninho e Dona Iran deixaram isso claro em seus relatos. O casal é pai de Fabio (34 anos), Neide (32 anos), Fagno (31 anos), Jonas (29 anos) e Augusto (26 anos). Dois destes já moram fora da comunidade há vários anos, fato relatado com orgulho pelos pais.

Neide mora em Ananindeua desde os 11 anos, tendo migrado do vilarejo para morar com uma tia em Belém e ajudar nos afazeres de casa e não voltou mais. Atualmente, reside em Ananindeua e trabalha numa escola particular desde 2015. Fagno mora em Belém e trabalha como padeiro há 3 anos. Os dois constituíram família e só frequentam a região esporadicamente. Jonas já está se organizando para sair da comunidade em breve e conta com o incentivo dos pais. Fabio voltou um ano atrás de Bragança, onde morou por alguns anos e constituiu família. Agora ajuda seu Toninho na pesca, na travessia, no estacionamento, que mantém em seu quintal, e em todas as atividades do cotidiano de sustento da casa.

¹¹⁵ Na escola, as atividades não formais são aquelas realizadas, tanto no espaço da escola ou fora dele, no sentido de organizar o processo de ensino e aprendizagem que não seguem os vários requisitos formais, ou seja, que são extracurriculares. Pode ser realizada em qualquer ambiente, com dinâmicas diferentes de aulas expositivas, nem sempre priorizam a memorização, mas utilizam ferramentas didáticas alternativas, diversificadas e atrativas. Não substitui a educação formal, vem para complementá-la. Os espaços não-formais devem ser locais prazerosos, que valorizem as emoções e motivações dos alunos, bem como dos professores. Com a educação não-formal existe uma maior liberdade para ensinar e aprender, a criatividade e o uso de materiais diferenciados busca reforçar a aprendizagem facilitando o atendimento às necessidades individuais naturais de cada ser indivíduo (GOHN, 2004; 2005; 2006; QUADRA; D’ÁVILA, 2016).

¹¹⁶ José Ulisses da Conceição Modesto (58 anos), professor da escola municipal Jarbas Passarinho. Entrevista realizada numa tarde de sol, no dia 17 de abril de 2019, na sua residência no vilarejo.

O chefe dessa família, seu Toninho, foi direto em sua opinião sobre o cenário de trabalho, desenvolvimento dos filhos e agora dos netos. “Aqui só tem trabalho na pesca, ou faz isso ou vai embora. Eles queriam uma vida melhor, aí não tem jeito, tem que sair daqui e ir em busca, né? Às vezes, consegue, outras não. Mas tem que estudar! Todos eles estudaram aqui. Pelo menos, o comecinho”¹¹⁷.

O que se percebe é que o estudo tem a função de promover o sonhar na maioria dessas pessoas, sonhar com a possibilidade de um futuro melhor. Para os filhos, sonhar com uma vida diferente da que seus pais tiveram e muitos ainda têm; para os pais, sonhar que os filhos tenham possibilidades de crescimento pessoal, profissional e financeiro e que possam ajudá-los no futuro. Trata-se de um cenário comum nas famílias do vilarejo do 40 e de muitas outras regiões do País.

Nos pequenos vilarejos da Amazônia, os problemas da educação pública adentram as famílias com muito mais força e com grandes e desafiadoras consequências. Ainda assim, o discurso é sempre o mesmo: eles dizem que sem educação é pior, que a situação se agravaria mais. Eles têm consciência e exemplos disso, dentre os quais, um se mostra na história do professor Erivelton Balga (37 anos), que saiu da comunidade vizinha de 4 Bocas em 2009 após ter concluído o Ensino Médio na escola pública da região e foi para Belém onde cursou o ensino superior em faculdade particular com a ajuda do pai e hoje é professor de Geografia, concursado da rede pública de ensino do estado. Ele relatou que sua trajetória foi muito difícil, mas vitoriosa. Contou com muito orgulho que deve tudo ao seu pai, sr. Alonso Balga, que teve visão, incentivando-o muito, e fez um grande sacrifício para mantê-lo estudando em Belém até que conseguisse andar com as próprias pernas”¹¹⁸. Seu Alonso Balga Rodrigues Nascimento faleceu em 14 de junho de 2017 aos 87 anos na comunidade de 4 Bocas, vizinha ao 40. Seu falecimento se deu um ano após o da esposa, Dona Ciria Teixeira Rodrigues, em 24 de junho de 2016 na mesma comunidade.

Histórias como a de Erivelton são casos isolados nessa região, a maioria não teve esse desfecho considerado, por muitos deles, de sucesso. Na verdade, o Ensino Fundamental já considerado fraco, tanto nos anos iniciais, quanto nos finais, somados a pouca infraestrutura e problemas familiares costumam provocar um agravamento dessa

¹¹⁷ Antônio Teixeira da Conceição, Seu Toninho (54 anos), pescador e morador do vilarejo do 40 do Mocooca. Casado com Iram Pimentel Conceição (52 anos). Entrevista realizada em 15 de abril de 2019 numa noite estrelada na sua residência.

¹¹⁸ Entrevista realizada em Ananindeua, no dia 16 de novembro de 2019, numa tarde de sábado de sol com o Professor Erivelton Balga (37 anos), nascido na comunidade de 4 Bocas, vizinha ao vilarejo do 40 do Mocooca. Ele é morador de Belém desde 2009 e membro fundador do Grupo “Filhos da Terra”.

situação e acabam por serem revelados nas muitas dificuldades de aprendizado dos alunos, seja em leitura, seja em problemas básicos de matemática, por exemplo¹¹⁹. E essas dificuldades reforçam os argumentos do enviado pela Secretaria Municipal de Educação para o fechamento de turmas na escola da comunidade. A exemplo da escola do vilarejo do 40 do Mocooca, esse é o cenário da educação pública que se apresenta em muitas populações rurais com pouca ou quase nenhuma infraestrutura, com funcionários contratados temporariamente e vivendo na corda bamba do desemprego, em que a merenda recebida não chega ao meio do mês, há dificuldades no fornecimento de energia e água tratada, enfim, interesses distorcidos e dificuldades de toda ordem.

Todos esses problemas se refletem nos resultados da escola e influenciam, de forma decisiva, em sua nota no Indicador de Qualidade Educacional do Ideb¹²⁰, especialmente em relação à aprendizagem dos alunos no espaço escolar e à formação continuada dos professores.

Quando acessamos o Ideb da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jarbas Passarinho do vilarejo do 40, disponíveis no *site* do Inep¹²¹ até 2019 (Quadro 1), a seguir, percebemos que, embora as notas tenham apresentado uma pequena melhora em relação às metas projetadas nos últimos anos avaliados, elas permanecem baixas, sobretudo, nas séries iniciais.

Quadro 1 – Resultados e metas projetadas no Ideb da Escola “Jarbas Passarinho” no vilarejo do 40 do Mocooca, Maracanã-PA

	Ideb observado			Metas projetadas			
	2011	2015	2017	2013	2015	2017	2019
4ª série/ 5º ano	3.7	3.3	3.6	4.0	4.2	4.5	4.8
8ª série/ 9º ano			3.4			3.6	

Fonte: Inep (2020)¹²².

¹¹⁹ Os dados do Ministério da Educação (MEC), por meio das avaliações do Ideb, demonstram que, desde 2015, os avanços são mínimos no Ensino Fundamental menor. Já no Fundamental maior os resultados ficaram abaixo da meta estabelecida.

¹²⁰ O Ideb é uma avaliação aplicada pelo Ministério da Educação, na qual são combinadas informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb), obtidas pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio), com informações sobre rendimento escolar e aprovação. As informações referentes ao baixo rendimento dos alunos da escola Jarbas Passarinho da Comunidade do 40 do Mocooca podem ser visualizadas *on-line* no *site* do IdebEscola, disponível em: <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/15050343>. A primeira avaliação realizada em âmbito nacional, ocorreu em 1991 com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SEAB), com o propósito de oferecer subsídios à elaboração de políticas públicas que pudessem melhorar a qualidade da educação brasileira (LACERDA; MELARA, 2013, p.2476)

¹²¹ Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>.

¹²² Dados disponíveis em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>.

O resultado que se apresenta evidencia uma pequena parcela dos problemas enfrentados pela educação pública em pequenas comunidades da Amazônia.

Fizemos alguns questionamentos sobre os resultados da escola Jarbas Passarinho nas avaliações do Ideb à sua então gestora, a professora Luzinete, responsável por todas as questões administrativas e pedagógicas escola até 2001. A mesma emitiu um comentário triste, mas firme, corroborando com discussões nacionais em torno da regionalização dessas avaliações e do alerta de especialistas sobre a insuficiência desse sistema de avaliação de ensino num país tão grande e diverso como o Brasil¹²³. Segundo a professora,

Esses exames são extremamente injustos com a nossa realidade, com as nossas crianças e com os professores. Aqui a gente trabalha com a cara e com a coragem. Não dá pra eles avaliarem os nossos alunos da mesma maneira e com as mesmas questões que avaliam um aluno de Belém, ou de outra capital. Nem os da cidade (Maracanã) tem a mesma realidade que os nossos daqui. Aí eu fico com pena, mas a gente é obrigado a fazer. O resultado é esse... ruim. Porque tu vê, aqui a gente trabalha com o que tem. A gente inventa o que pode pra suprir as necessidades. Mas nem sempre a gente consegue [...] mas a gente segue lutando e criando maneiras de fazer nosso trabalho direito (Professora Luzinete Nogueira, 39 anos, responsável pela escola da comunidade do 40 do Mocooca, grifo nosso).

Do ponto de vista da organização física da escola, oito salas foram divididas em salas de aula, espaço da copa e sala da direção. A média anual de alunos tem ficado em torno de 100 matriculados desde os anos 2000. Antes disso, variava entre 50 e 70 alunos anualmente matriculados¹²⁴. Em 2019, foram 127 alunos, devidamente matriculados, que se dividiam em três turnos, incluindo o pré-escolar, os anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), os anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º anos) e alunos adultos que estudam à noite, embora tenham matriculados na turma normal diurna. Estratégia utilizada pelos professores para alfabetizar adultos no vilarejo, em que, segundo a professora responsável, como gosta de ser chamada Luzinete, nunca foi implantado o programa de Ensino de Jovens e Adultos (EJA) por causa da demanda mínima local.

Antes de iniciar oficialmente as pesquisas na comunidade, uma de nossas primeiras visitas foi à escola. A percepção que tivemos sobre o dia a dia de trabalho e luta dos professores, para manter em funcionamento a escola, levaram-nos a propor a criação

¹²³ Embora não seja a abordagem deste trabalho, achamos necessários nos embasar em alguns autores como: Barbos e Mello (2015), Chirinéa e Brandão (2015), entre outros, que vêm discutindo a necessidade e propondo mudanças no formato dessa avaliação aplicada em nível nacional.

¹²⁴ Informações obtidas nos livros de matrículas de alunos da escola municipal Jarbas Passarinho desde a sua inauguração.

de uma pequena biblioteca que pudesse ser utilizada como instrumento educativo para auxiliar os professores. Pensamos num pequeno acervo que auxiliasse nas atividades extraclasse e de formação de leitores e num espaço que pudesse funcionar como agregador entre escola e comunidade e ser utilizado como um *marketing* positivo do trabalho da escola na região.

Naquele momento deu certo. Iniciamos, desse modo, nossa negociação de pesquisa com a comunidade. Criamos, junto com professores da escola, a Biblioteca Escolar “Voo dos Guarás”, que recebeu esse nome por causa da presença abundante desse pássaro nas florestas de manguezais que circundam o vilarejo, tendo sido escolhido numa reunião com a presença de professores e alguns alunos, na qual todos os presentes puderam opinar.

Quando questionamos sobre o significado do nome escolhido e aceito pela maioria dos presentes, a professora Luzinete mencionou que o nome “representaria um voo de liberdade que poderia ser dado pelas crianças a partir do ato de aprender a ler”. Segundo ela, “a leitura proporciona isso nas pessoas. Serem livres e poderem ir onde quiserem a partir da imaginação e do aprendizado que a leitura e o conhecimento podem proporcionar aos alunos”. E a escolha do pássaro Guará, além de sua abundância na região, deu-se por causa da cor, já que “o Guará é o pássaro mais lindo que a gente conhece, e é farto por aqui. Eles andam em bando nesse mangal de meu Deus. As revoadas são uma beleza. Eles têm a cor vermelha viva, cor de sangue, cor de vida, cor de futuro, e nossas crianças merecem esse futuro vivo”.

Após a escolha do nome para o espaço, uma das salas logo na entrada da escola foi cuidadosamente pintada e arrumada para receber, desde abril de 2019, os livros arrecadados a partir de doações. As campanhas foram organizadas e realizadas por nós, entre amigos, conhecidos e simpatizantes da causa da leitura e da criação de bibliotecas na região metropolitana de Belém por dois anos (2018 e 2019).

O acervo da biblioteca Escolar Voo dos Guarás, até o final de 2020, contava com aproximadamente 600 exemplares de livros, principalmente, de literatura infantil, gibis, didáticos e paradidáticos, adquiridos totalmente a partir de doações. O acervo auxiliava nas atividades realizadas pelos professores até o fechamento da escola em 2020, ano marcado pelo início da pandemia. Todos os professores se revezam para manter o espaço organizado e em funcionamento diariamente numa dinâmica interessante de ocupar e fazer funcionar para que tal ação tivesse impacto positivo nos próximos resultados avaliativos, de alunos e da escola.

Ainda em 2019, um pouco antes do fechamento da comunidade para tentar proteger os moradores dos efeitos da pandemia do novo Coronavírus, estivemos na comunidade realizando entrevistas e conhecendo um pouco mais sobre o dia a dia no vilarejo. Nesse período, aproveitamos para explicar a rotina de uma biblioteca e a importância de sua organização e dinamização nas atividades educativas da escola.

Nessa visita (figura 39), fizemos um treinamento de organização do acervo e uma oficina de contação de histórias, ministrada pela bibliotecária, Nara Santos, que nos acompanhou, voluntariamente, até a comunidade para fazer esse trabalho com as professoras.

Figura 39 – A pequena Isabela Almeida, Nara Santos, e o/as professor/as Roberto Junior, Jascilene Conceição e Luzinete Nogueira no espaço da Biblioteca “Voo dos Guarás” da Escola Jarbas Passarinho no vilarejo do 40



Foto: Acervo da pesquisa de campo (2019).

As dificuldades de leitura são um dos problemas principais relatados pelos professores, as quais vão desde a falta de interesse das crianças até a carência de materiais para serem utilizados nas atividades. Com a criação desse espaço e a reunião do acervo da biblioteca “Voo dos Guarás”, tentamos ajudar a minimizar esse problema no vilarejo do 40 do Mocooca.

Ainda no sentido de conseguir aceitação enquanto pesquisadora, essas ações (treinamento e oficina) foram propostas para iniciar o trabalho de dinamização do acervo já reunido, bem como no intuito de conhecer um pouco mais todos os profissionais que atuavam na educação no vilarejo. As atividades eram desenvolvidas no espaço da escola e, segundo um dos professores, Roberto Júnior (24 anos), em julho de 2019, mesmo sendo

período de férias, “abriu com chave de ouro as ações” da pequena biblioteca “Voo dos Guarás” da escola municipal Jarbas Passarinho da comunidade do 40 do Mocooca, justamente por iniciar com a organização e o treinamento dos professores para dinamizá-la no início das aulas do próximo semestre.

Quando presenciamos e descrevemos tais acontecimentos relacionados à educação no vilarejo, entendemos que as dificuldades dessas pessoas não se resumem a essa divisão entre o passado e o presente, ou de possuir ou não estruturas para desenvolver um trabalho necessário, especialmente em comunidades desprovidas ou com pouco apoio governamental. Embora sejam em áreas rurais, essa, como muitas outras, pequenas ou grandes comunidades, deveriam ter seus direitos constitucionais¹²⁵ de educação com qualidade garantidos em todas as regiões do país.

Embora seja importante que se diga que a educação se constitui de uma sequência de ações que devem ser praticadas para que se chegue ao que está prescrito na Lei Maior, ou seja, para que se consiga plenamente o desenvolvimento da pessoa, contribuindo para a cidadania e a qualificação no trabalho.

Por ser um processo contínuo, que se inicia no nascimento do indivíduo, a família tem papel fundamental nele antes mesmo da escola. Cabe à família e ao estado o dever de cuidar, transformando-os em sujeitos com direitos e deveres na sociedade. Mas e quando esse processo educacional não entrelaça vivências cotidianas e os modos de vida dessas pessoas com a educação formal proporcionada pelo estado? O que se pode esperar desse processo de formação do sujeito?

Quando questionamos a professora Luzinete, ela afirmou claramente que vários problemas podem surgir dessa separação, do que se vive de fato no cotidiano da sua casa, da sua rua, nas relações familiares, no vilarejo com o que se aprende na escola a partir das orientações curriculares. Essa discussão se apresenta, segundo documento do Ministério da Educação, publicado em 2017, como Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹²⁶, induzindo à,

¹²⁵ O direito à educação de todos os brasileiros está na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III, art. 205, no qual se lê: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

¹²⁶ Para saber mais, ver documento publicado *on-line* pelo Ministério da Educação: Base Nacional Comum Curricular: educação é a base, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 9 abr. 2022.

[...] concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000 [numa tentativa de] incluir, valorizar as diferenças e atender à pluralidade e à diversidade cultural e as várias manifestações de cada comunidade (BRASIL, 2017, p. 11).

Essa questão está muito clara na opinião de Luzinete no âmbito educacional local e global, ao dizer que “as questões locais precisam fazer parte do que é ensinado na escola”.

Do ponto de vista dos estudos culturais e fazendo uma relação com a educação formal realizada em nível local, a narrativa de Luzinete nos trouxe à memória leituras de Burke (2021, p. 63) sobre os estudos da micro-história nos planos local e global. Fazendo uma relação com a análise deste autor, percebemos nesse sentido, a baixa estima nessa parte do discurso de Luzinete Ideias. Para ela, interesses e ideias globais sempre são colocadas como mais importantes, suplantando interesses locais. Mesmo já havendo um movimento de regionalização da educação, para ela, nas avaliações essa regionalização pouco e levada em consideração.

Voltando a relacionar o tema com nossa pesquisa, podemos pensar em alguns questionamentos que talvez consigamos responder com este trabalho quando trazemos as questões locais do vilarejo para análise e as inserimos e comparamos com questões de um mundo globalizado. Nesse ponto acreditamos que a história local deve ser escrita sem deixar de fora ou visibilizar suas próprias questões, incluindo novos paradigmas da história cultural, inclusive, como fonte de inspiração para novos trabalhos.

No trabalho, quando trazemos os relatos dos pequenos eventos locais, de experiências vividas cotidianamente por essas pessoas, as incluímos como contributo na (re)escrita da história dessas comunidades. Com isso, conseguimos relacionar tais narrativas, que são feitas por eles mesmos, com o que Sarlo (2007, p. 24) aponta como “uma presença real do sujeito na cena do passado”. E isso importa sobremaneira para esta pesquisa e vai ao encontro do que a autora sustenta sobre “não haver testemunhos sem experiência, e tampouco há experiência sem narração: a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência. Redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável” (SARLO, 2007, p. 24). É isso que Luzinete e todos os outros narradores desta pesquisa fazem, eles libertam suas memórias através da sua narrativa, e nos contam suas experiências na comunidade.

Nesse processo de contar as lembranças, embora algumas mudanças sejam percebidas no presente, todas as questões apresentadas até aqui, por Luzinete, por exemplo, há tempos carecem de atenção. E mesmo algumas delas não sendo o foco deste trabalho, não podemos deixar de abordá-las, seja de uma forma tímida através das queixas de professores que contribuíram com esta pesquisa, seja como foco central em algumas narrativas. Todas são questões que permeiam memórias apresentadas neste trabalho, neste ponto, especialmente as de uma ex-aluna que se tornou professora na única escola do vilarejo.

Ao se referir à escola no passado como tempos bem mais felizes, mesmo com toda a carência de recursos estruturais e financeiros bem maiores nesse período, percebemos que Luzinete relata, principalmente, suas memórias felizes de uma trajetória de relações construídas a partir da escola, as quais se sobressaíram por boa parte da sua vida na região. Seu cotidiano foi construído alicerçado sobre essas relações com a escola, quando criança como aluna e quando adulta, no seu trabalho, com os colegas, alunos, vizinhos, pais de alunos, em viagens semanais pela estrada indo até a Secretaria de Educação, na sede do município de Maracanã, para resolver problemas da escola, com a banda, enfim, em todas as questões do dia a dia de seu ofício de professora e responsável pela escola, por isso mesmo esse é um tempo que faz parte de suas memórias e são rememorados na sua saudade.

O passado, na memória, mostra-se sempre mais tranquilo, embora Luzinete tenha deixado a escola há pouco tempo, já é relatado por ela no passado. Suas emoções se mostram no presente, mas misturadas às lembranças, confrontando memórias de aluna e de professora, com muitas dificuldades, mas continuamente permeada pela saudade.

Beatriz Sarlo (2007, p. 66) explica esse confronto entre passado e presente, em nossas lembranças, citando Paolo Rossi (2003), para o qual “a memória, como se disse, ‘coloniza’ o passado e o organiza na base das concepções e emoções do presente”. Podemos, assim, dizer que a experiência relatada por Luzinete foi vivida, sofrida, transmitida e rememorada ao nos contar sua relação com a escola local desde menina, ainda que contada pela profissional, a professora Luzinete, que reproduziu, nos seus relatos de adulta, estes sendo seus momentos mais felizes, o tempo de aluna, de criança perambulando pelo vilarejo, atrás de seu pai na despesca dos currais ou na coleta de mariscos, ou quando ainda era menina, aluna da pequena escola do vilarejo a participar das aulas e das comemorações da escola ou dos festejos de setembro ou juninos, participando da quadrilha do vilarejo. Esse foi o tempo demarcado que sobressaiu nesse

relato como lembranças mais afetivas, não o tempo de questões burocráticas e de buscar soluções para os problemas de carências estruturais da escola na posição de responsável pela escola, embora seja apaixonada pelo trabalho.

Numa de nossas últimas conversas no final de 2021, Luzinete estava bem triste e muito preocupada com seu futuro, tendo relatado o que tem vivenciado atualmente, teceu um comentário em tom de desabafo: foi afastada da escola quando a nova gestão municipal assumiu a Prefeitura de Maracanã no início de 2021, ao passo que questionava seu futuro como professora no vilarejo. Enquanto falava, a tristeza perceptível em seu rosto:

Eu amo ser professora. Amo ensinar o pouco que eu sei para essas crianças e sempre trabalhei aqui, na zona rural, primeiro na pesca e depois ensinando. Mas fico muito triste de saber que arrumei esse trabalho, primeiro porque eu gosto do trabalho na escola, mas foi como complemento para minha renda. Eu trabalho desde criança na pesca, e hoje isso acabou complicando minha situação. Soube há pouco tempo que não posso juntar meu tempo de trabalho na pesca com o tempo de professora quando for me aposentar. Só na escola do 40 trabalhei 16 anos, outros tantos no Centro Social como monitora da LBA. Mas lá no INSS eles dizem que o trabalho na pesca é rural, e como professora é trabalho urbano. Já pensou? Ainda bem que sempre posso contar com a pesca na minha vida. Foi o ofício que meu pai me ensinou e pelo qual sou grata a ele eternamente. Por causa dele, nunca ficamos sem comida na mesa. O trabalho é pesado, mas eu sei fazer, e eu gosto de fazer. Então, não sei como vai ficar minha situação (Professora Luzinete Nogueira, 39 anos).

Infelizmente, essa é uma reflexão necessárias e urgente para tais comunidades. De tal modo que deixo aqui como uma questão para ser pauta em futuros trabalhos na região.

4.2 ARTE E EDUCAÇÃO: A BANDA DA ESCOLA JARBAS PASSARINHO (BAMJAP)

A arte, abordada neste item, principalmente, relacionada à música (como linguagem artística) associada à cultura, trata-se de elementos que aparecem sempre juntos na sociedade. Na comunidade do 40 do Mocooca, a musicalidade está presente em várias famílias, observado, sobretudo, no gosto pelo ritmo do carimbó, mas também as músicas entoadas para apresentações da quadrilha junina local todos os anos, antes pelos avós e pais, no presente pelos filhos e netos. Em vista disso, podemos concordar com Burke (2021, p. 36), na sua perspectiva assertiva de que “a ideia de Cultura implica a ideia de tradição, de certos tipos de conhecimentos e habilidades legados por uma geração para a seguinte”. Da mesma maneira, trazemos para esta análise a afirmação de Merrian

(1977), para quem a música sempre será uma integrante da cultura e do comportamento humano, refletindo a sociedade e o tempo em que ela se encontra.

Assim, levando-se em conta momentos diferentes da história e da cultura dos povos, a música recebeu tratamentos diversos, ora utilizada como ferramenta facilitadora de aprendizagem, contribuindo para a aquisição de valores e hábitos indispensáveis na construção de identidades coletivas (SILVA, 2020); ora como fonte de renda e ou diversão; ora como efeito terapêutico no contexto clínico de tratamentos de saúde através da musicoterapia, atuando na melhoria da qualidade de vida de doentes acamados ou de pessoas com Transtorno do Espectro Autista¹²⁷.

Sobre o impacto da música na saúde humana, Anjos *et al.* (2017) demonstra, a partir de documentos encontrados sobre as civilizações egípcia e grega, como estes descrevem maneiras de utilização da música como instrumento de tratamento de doenças, bem como a influência que ela exerce na mente humana através de alguns fatores medicinais, que podem desencadear sensações ou sentimentos que impactam, positivamente, na recuperação de certas doenças. Segundo Fregtman (1989, p. 38), especialmente, como um fenômeno que atua perante um grupo de indivíduos coletivamente, gerando e transmitindo estados emocionais diversos.

Diante disso, ao abordarmos a cultura numa comunidade tradicional, entendemos a necessidade de tecer diálogos entre as diferentes práticas culturais, artísticas e musicais desenvolvidas pelos moradores, uma vez que, para nós, todas elas contribuem para o crescimento e alcance desses indivíduos no sentido de expandir suas experiências culturais, sejam elas individuais ou coletivas (PENNA, 2005).

Neste trabalho, abordaremos, a partir deste item, a música na região da pesquisa, por a considerarmos uma das melhores expressões da socialização do ser humano e por ser um ato presente no cotidiano do vilarejo do 40 do Mocooca em todos os eventos: familiares, religiosos, escolares, individuais ou coletivos numa relação de entendimento muito próxima da definição, mesmo que ampla, de cultura feita por Malinowski (1931), que, citado por Peter Burke (2021, p. 41), afirmou se tratar de “heranças de artefatos, bens, processos técnicos, ideias, hábitos e valores” de uma sociedade.

¹²⁷ A musicoterapia é uma técnica milenarmente utilizada com objetivos curativos, preventivos, na reabilitação de pacientes cardíacos, neurológicos, entre outros problemas da psiquê humana. Para saber mais, ver: Revista Brasileira de Musicoterapia, que desde 1996 traz resultados de pesquisas de vários autores sobre esse tema, abordando desde a história até os vários aspectos e aplicações da musicoterapia nas sociedades. Disponível em: <https://www.revistademusicoterapia.mus.br/edicoes/>.

Uma dessas heranças é a música, um instrumento bem democrático e acessível a homens e mulheres de todas as classes e idades, de todos os lugares, nacionalidades e épocas (BRÉSCIA, 2003). Foi exatamente assim que percebemos as manifestações musicais nas comunidades de pescadores na região da pesquisa desde a primeira visita em 2001.

Nesse dia, saímos de Belém ao meio-dia do terminal rodoviário, para passar o feriado de Finados de 2001, num ônibus da empresa de transportes São João, já extinta, em direção à Ilha de Maiandeuá. Com o ônibus lotado, passamos por Castanhal, Igarapé-Açu em direção ao 40 do Mocooca, ouvindo as músicas escolhidas ao gosto do motorista e do cobrador. Duas amigas e eu, entre muitos passageiros, fizemos a viagem ao som de bregas¹²⁸, sucessos do momento. Anos depois, realizamos essa mesma viagem de carro próprio, ouvindo músicas durante a viagem toda, mas com uma diferença: agora escolhemos o que ouvir ao longo de todo o trajeto.

Esse pequeno relato revela como a vida da grande maioria das pessoas, em vários momentos e situações, relaciona-se com a música, seja no lazer, nas festas, num simples passeio, nas viagens, na hora do descanso, no trabalho, em tratamentos de saúde, enfim, seus usos perpassam por tempos e lugares que fazem lembrar, trazem memórias e afetos, lembranças de certas épocas, de pessoas, de eventos, de lugares e experiências vividas, seja de forma solitária ou coletivamente.

Percebemos que é dessa maneira que a música entra no roteiro dos eventos na comunidade, a exemplo das atividades da Escola Municipal Jarbas Passarinho, do vilarejo do 40 do Mocooca, sempre com muita importância e reconhecimento por todos os funcionários, alunos e pais de alunos, “desde sempre”, disse a professora Luzinete. Assim como os festejos juninos, as rodas de carimbó, organizadas em aniversários de moradores locais, e as comemorações da Independência, que fazem parte de atividades planejadas anualmente pela equipe da escola. Todas essas atividades e eventos locais são regados com muita música.

Entre esses eventos, considerados importantes na região, o ponto alto, e mais esperado por todos, são as exposições da Banda da escola, criadas em 2011 (Figuras 40 e 41), na gestão de Ana Rita de Cassia do Nascimento, professora que esteve à frente da escola do vilarejo entre os anos de 2009 à 2012.

¹²⁸ Ritmo musical dançante muito comum em todo o estado do Pará, com fortes influências de outros ritmos regionais como carimbó, guitarrada, siriá e marujada. Tem suas origens nos anos de 1980 e desde 2021 integra o Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Pará, aprovado através do Projeto de Lei 199/2021 (AGÊNCIA PARÁ, 2019).

Figuras 40 e 41 – Primeira formação e apresentação da BANJAP para a comunidade



Fotos: Silvio Teixeira (2011).

Desde a sua criação, a banda recebeu o nome de “Corporação BAMJAP”, fazendo referência ao nome da escola e à união da comunidade nesse ato. Entre seus membros, os postos considerados fundamentais, na sua formação, são o de “instrutor” e de “coreógrafo”, ocupados hoje respectivamente pelos professores, Edson Danilo Felix (25 anos), que mora e atua na rede pública de ensino em Igarapé-Açu, município próximo, onde também é instrutor da Banda de Percussão dessa cidade e vem todos os anos treinar novos acordes com os membros da BANJAP; e Roberto Santana Junior, professor da própria escola, nascido, criado e morador do vilarejo, que coordena desde 2015 toda a criação e a adaptação das vestimentas e acessórios utilizados a cada ano pelos membros, além de criar e ensinar a parte coreográfica da banda e dos porta-bandeiras. Em todo o grupo, com exceção dessas duas colocações que buscam manterem fixas, há um revezamento nas posições.

O grupo tenta manter todos os anos 32 componentes, distribuídos na linha de frente, tocando, com estandartes, pavilhões nacionais, além de um comandante-mor e um regente. Tirando os postos fixos descritos, todos os outros fazem um revezamento no sentido do aprendizado, assim podem desempenhar outras funções quando, por qualquer motivo, alguém não possa participar em uma das apresentações.

No período que precede as comemorações do 7 de setembro, praticamente todas as atividades de lazer, na comunidade, voltam-se para os ensaios e as apresentações realizadas no vilarejo e em outras localidades próximas. A responsabilidade e a dedicação dos membros e organizadores revelam-se nas vestimentas caprichadas e ricamente decoradas dos integrantes, que são renovadas e trazem novidades a cada novo ano. Em todos os preparativos, as roupas, os chapéus, os estandartes, as faixas, os cajados e a

decoração dos instrumentos fazem parte de um processo de criação artística e educativa que envolve muitas pessoas da comunidade e não apenas membros da escola. Há toda uma movimentação no vilarejo, que demonstra a relevância desse evento para a comunidade, corroborando com o que afirma Maria de Fátima Granja numa pesquisa para o mestrado sobre a enraizamento das bandas de músicas no território brasileiro desde o período Colonial:

Independente da classificação, estão presentes nos momentos sociais mais importantes da cidade, sejam civis ou religiosos, reunindo gerações de famílias, promovendo disputas sociais e políticas na comunidade e, ao mesmo tempo, promovem momentos de integração social pela magia e pelo prazer que proporcionam, expressão de um ritual coletivo, manifesto por personagens, gestos, vestimentas e outros símbolos (GRANJA, 1984, p. 10).

Nesse sentido, percebemos que o processo de criação e organização da BAMJAP do vilarejo do 40 do Mocooca, bem como as ações realizadas para mantê-la, fazem-nos refletir, a partir do discurso de Chartier (1990, p. 23), sobre os conceitos de práticas, representações e apropriações culturais, em que o cenário montado para esses eventos musicais, de modo geral, é extremamente marcado por tradições entrelaçadas por apropriações de novos discursos, costumes e representações. Alguns desses eventos podem ser considerados, em algumas regiões, uma das poucas manifestações culturais locais (COSTA, 2011).

Esse não é o caso do vilarejo desta pesquisa. No 40 do Mocooca, além da banda, outras manifestações da cultura local se apresentam em outras épocas do ano. Em junho, a quadrilha, e, em dezembro, a Festa de Santa Luzia, padroeira católica da comunidade. Esta, de acordo com relatos de alguns dos moradores¹²⁹ mais antigos, que contribuíram com a pesquisa, mantém-se presente na comunidade desde a sua origem no final dos anos de 1950. Mesmo assim, para nós, ficou claro que, enquanto fenômeno cultural, a banda oferece um cenário e discursos simbólicos, construídos pela comunidade para sua realidade social.

Nota-se, em todas as narrativas, que, desde que foi criada, a BAMJAP se tornou um grande orgulho para a escola e para a comunidade. Essa afirmativa foi feita pela

¹²⁹ Relatos feitos por: Nazaré Siqueira de Santana (79 anos), agricultora aposentada, moradora do Quarenta. Em entrevista realizada no dia 18 de abril de 2019, numa tarde de sol; Dalgiza Rodrigues Guimarães (Doda Ita, de 67 anos), dona de casa aposentada, em entrevista realizada numa noite estrelada de abril de 2019; Felipa Teixeira da Conceição (71 anos), em entrevista realizada na sua residência em 16 de abril de 2019, numa tarde ensolarada. As três entrevistas foram feitas no vilarejo do 40 do Mocooca, nas suas respectivas residências.

professora Luzinete (39 anos), pelo professor Ulisses Modesto (58 anos) e por membros da banda, como o professor Roberto Junior (24 anos).

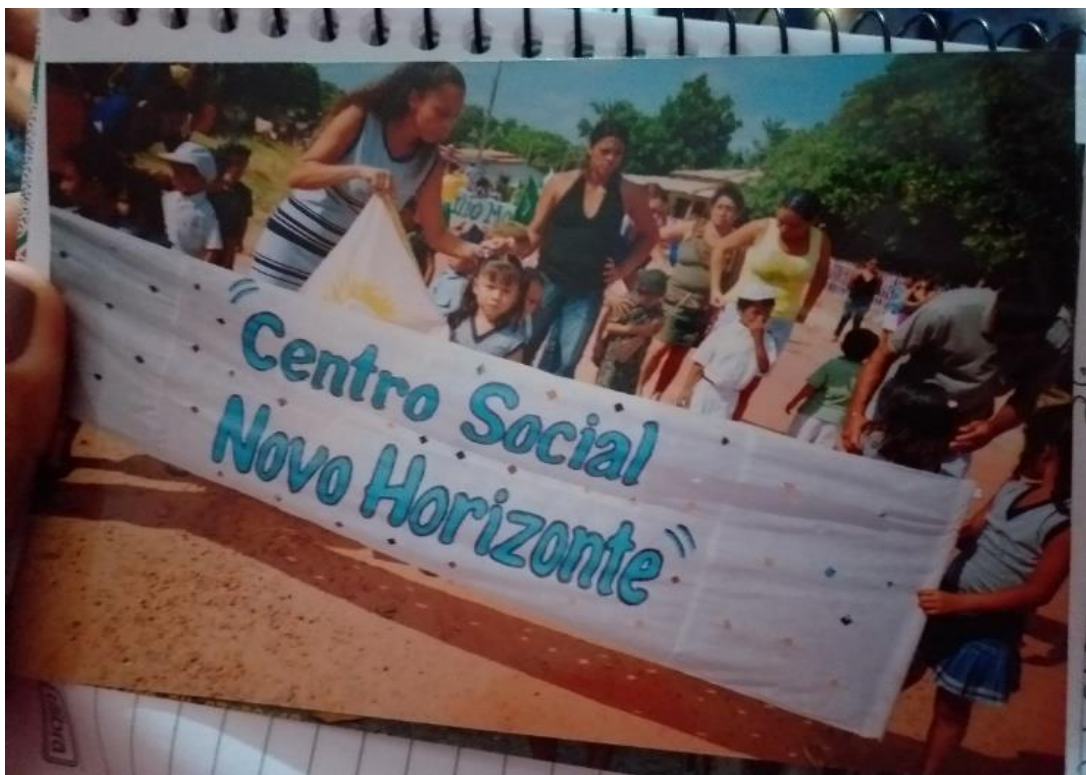
Durante os anos iniciais da pesquisa, Luzinete era a responsável pela escola e por movimentar a arrecadação de recursos para viabilizar as atividades da banda. Isso ficou perceptível, inclusive, nas fotografias que tivemos acesso com a postura ativa e de imponência dos seus membros registrando a formação da banda de 2019.

Outra questão que ficou bem clara, nas informações obtidas sobre a banda, aponta para sua criação também no intuito de inserir, mesmo que, informalmente, uma atividade musical e artística na escola, que, através de ensaios e apresentações no formato de fanfarra, tem proporcionado vivências de caráter musical, cultural e educativo, além de preencher uma lacuna fundamental nas comemorações da independência realizadas todos os anos pela escola na falta da banda escolar.

Até que chegasse à organização e à frequência que existe atualmente, houve muitos percalços na trajetória de criação, e todos eles são lembrados, sobretudo, pela professora Luzinete, que esteve na direção da escola até o início de 2021. No seu relato, ela contou um episódio interessante que deu origem à banda e traz à tona o difícil trabalho de organizar o processo educativo com as carências de toda ordem e os muitos problemas de infraestrutura que as comunidades tradicionais enfrentam em sua trajetória e em seu cotidiano em todos os setores.

Em 1999, Luzinete atuava ainda como monitora da escolinha no Centro Social Novo Horizonte, uma organização social que existiu no vilarejo desde o início da década de 1990, atuando até 2000 e sendo mantida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), através da prefeitura do município. No Centro, atuavam quatro professoras, além do seu presidente, o senhor Walter Teixeira, morador do Vilarejo desde sua origem. Em 1999, as professoras resolveram fazer um desfile das crianças para as comemorações do 7 de setembro. A escolinha do Centro Social recebia crianças da educação infantil até os 7 anos de idade da comunidade e das redondezas, nesse ano, especificamente, eram 20 crianças matriculadas sendo a mais velha, de 6 anos apenas.

Figura 42 – Ensaio das crianças para as comemorações do 7 de setembro do Centro Social Novo Horizonte



Fonte: Foto de Luzinete Nogueira (1999).

Foram iniciados, então, os ensaios para o primeiro desfile no vilarejo. Como na pequena escolinha não havia instrumentos, nem mesmo na Escola Jarbas Passarinho, nos ensaios, eram improvisados com latas e tambores de plástico feitos pelas professoras e pelos pais das crianças de modo a produzir as marcações da marcha para os alunos.

As professoras, então, tiveram a ideia de ir a Maracanã, na Secretaria de Educação na sede do município, solicitar a banda do município para que viesse fazer uma apresentação, tocando nas comemorações daquele primeiro ano de desfile na comunidade. Tudo foi organizado para acontecer no dia 5 de setembro de 1999, para assim, não atrapalhar os festejos na sede do município que aconteciam todos os anos no dia 7 daquele mês.

Aí a gente foi lá, né? A gente organizou o desfile e foi lá atrás da banda do município. Chegamos lá ficou tudo certo, tudo certinho. Eles disseram que iam mandar a banda. E eram crianças de 3 até 6 anos que a gente tinha matriculada esse ano. Mas pra completar, chamamos alguns lá da Escola Jarbas Passarinho pra desfilar junto e ficar mais bonito. Pra sair de porta-bandeira, pra sair melhorzinho, né? Com mais quantidade de crianças. Nós fizemos o palanque, que a gente chamava de palanque, que é o palco agora, mas era palanque antigamente. Fizemos tudo bonitinho e aguardamos a banda que já havíamos ido pedir lá na Secretaria, na Prefeitura. Porque era tudo na prefeitura, na SEMEC. Mas era tudo lá [...] nessa época, o prefeito era o

Rafael Reis. Era a primeira gestão dele. Eu lembro bem porque a minha filha, a Lorena, era bebezinha ainda, e mesmo assim fui lá. Deixei ela aqui com a minha mãe e fui atrás de consegui da banda [...] aí chegou o dia do desfile. Dia 5 de setembro de 1999. Aí a gente espera com as crianças todas organizadinhas, todas arrumadas e nada da banda chegar. Deu 8 horas, o sol já tava lá em cima. Aí, como nós ensaiávamos com os tambores de plástico e as latas, fizemos o desfile escolar com eles, tambores e latas. E assim aconteceu o primeiro desfile escolar aqui na comunidade. Eu me fiz de forte, mas minha vontade era chorar muito naquele dia. Foram tantas as vezes que organizamos as coisas que não aconteciam como a gente queria, que hoje eu tiro de letra a improvisação. Afinal, são anos improvisando aqui (Professora Luzinete, 39 anos).

Esse relato apresenta um dos marcadores da memória social a partir da improvisação necessária diante das dificuldades de organizar o cotidiano de atividades educativas no vilarejo. O ato de improvisar, nesse episódio, mostrou uma capacidade de enfrentar problemas, que se revelam em vários outros períodos na trajetória de trabalho e de vida dessas pessoas.

De acordo com Santos e Davel (2015, p. 96), o conceito de improviso se relaciona com a capacidade de o indivíduo “traduzir, mobilizar, questionar e comunicar valores, significados, representações, símbolos, se apresentando de forma distinta em cada contexto cultural”. Ao improvisar com o uso das latas nas comemorações da Independência no vilarejo em 1999, agiram culturalmente atribuindo valores e significados àquele momento, revelando um processo de construção cultural baseado em vivências cotidianas individuais, coletivas e temporais.

Esse e outros relatos da professora Luzinete levam-nos a fazer um comparativo da sua personagem, enquanto sujeito real desta pesquisa, com a descrição feita por Carlo Ginzburg, em seu livro “O queijo e os vermes”, de Domenico Scandella, o famoso Menocchio, moleiro nascido em 1532 na vila de Montereale, Itália, conforme Burke (2021, p. 21), o autor explora suas ideias sob diferentes ângulos, descrevendo-o como um “extraordinário homem comum”, que questionou dogmas e sacramentos da Igreja Católica durante a Reforma Católica¹³⁰, rendendo-lhe a qualificação de herege durante a Inquisição. Tantas foram as estratégias, as respostas e as saídas, com as quais respondia aos inquisidores dizendo, continuamente, a verdade e adiando sua condenação, que acabou acontecendo em 1599, com sua tortura e morte na fogueira aos 67 anos.

Guardadas as diferenças e a importância que as narrativas têm nos campos da História e da Antropologia, cada uma a seu tempo e espaços, ousei, por um minuto,

¹³⁰ Movimento criado pela Igreja Católica em 1545, em resposta à Reforma Protestante de 1517, iniciada por Martinho Lutero na Europa (CÂMARA, 1957 ; ORLANDIS, 1993).

comparar Luzinete ao personagem de Ginzburg, referindo-me a ela também como uma “extraordinária mulher comum”. Mulher, professora e corajosa o suficiente para encarar o trabalho pesado na pesca e para estudar e tornar-se professora, obriga-se a todo momento, no seu cotidiano de ensinar, criar e utilizar ideias e táticas para solucionar dificuldades e envolver a comunidade em torno de uma cultura local, mesmo que esta estivesse misturada e contaminada por uma cultura nacional de cunho militar, como as comemorações do 7 de setembro.

Uma mulher comum, uma professora que ficou à frente da escola do vilarejo produzindo ações por 10 anos com todos os problemas que carregam essas pequenas comunidades da Amazônia. Luzinete foi cortada do quadro de professores em 2021, sem deixar de lado as ideias sobre a relação que deve ser mantida entre educação, liberdade e futuro, que a escola tem obrigação de promover na comunidade. Segundo ela, esse é o maior aprendizado desses anos todos trabalhando na educação rural, termo sempre frisado por ela, além da capacidade de se reinventar, de criar artimanhas para trabalhar com pouco ou quase nada, de improvisar para solucionar problemas e cumprir metas, mesmo que mínimas, além de “ter jogo de cintura” para não ser descartada no caminho.

Após o evento das latas sendo utilizadas como tambores pelas crianças, nas comemorações da pátria de 1999 no vilarejo do 40 do Mocooca, no ano seguinte, Luzinete foi contratada para trabalhar na escola municipal Jarbas Passarinho. A partir daí, desenvolveu-se na escola todo um trabalho no intuito de criar a banda, adquirir os instrumentos e treinar um grupo de alunos e funcionários que pudessem participar da banda da escola e dos eventos comemorativos no vilarejo e nas comunidades das redondezas, culminando com a primeira versão completa da banda se apresentando em 2011 (Figuras 40 e 41, p.156).

Já em 2019, durante nosso primeiro período em campo, assistimos uma das apresentações da BAMJAP (Figura 43). Nesse dia, foi possível notar a importância da banda para o vilarejo. Na verdade, a banda se tornou símbolo da identidade cultural no vilarejo, pois ela representa a capacidade criativa e a competência refletidas em atividades subjetivas e simbólicas de um imaginário e emoções dessas pessoas (GHERARDI, 1999), as quais, ao longo do tempo, revelavam negociações, socializações, conflitos e trocas relacionadas às ações políticas e à organização social local.

Figuras 43 e 44 – Registro da Banda com a corporação completa. Professora Luzinete com seus filhos Roberto Júnior (24 anos) e Rômulo Santana (17 anos), integrantes da BAMJAP, e o neto Pietro (5 anos)



Fotos: Acervo da escola (2019).

A grande quantidade de pessoas, que se reúne para assistir às apresentações da banda na região, revela-se na agitação do local e na ansiedade dos presentes antes de iniciar os primeiros acordes e no silêncio e na atenção de todos após seu início. Isso nos leva a crer que a banda se constitui por um fator agregador no vilarejo, bem como entre as comunidades das redondezas. Para além disso, ela exerce o papel de levantar a autoestima dos moradores do 40 do Mocooca, pois, durante os dias de apresentação da banda, os moradores locais se tornam anfitriões de amigos e visitantes dos vilarejos próximos que vem assistir às suas apresentações.

Um das informações que recebemos de Luzinete sobre a criação da banda, é que a mesma foi criada, num regime de mutirão¹³¹, para atender uma demanda da Escola

¹³¹ O termo diz respeito a qualquer mobilização de indivíduos, coletiva e gratuita, para execução de serviço que beneficie uma comunidade. Na Amazônia essa técnica ainda é muito utilizada e relacionada à ética da solidariedade, características marcantes da vida ribeirinha. O mutirão foi estudado pela pesquisadora Elane

Municipal “Jarbas Passarinho” do vilarejo, mas desde o início de suas atividades ela integra a vida cultural de todas as comunidades do entorno da PA-430. A banda é convidada para dar suporte aos festejos de outras escolas da região, nos desfiles dos alunos ou simplesmente para apresentações em festas. A cada aparição o grupo promove a integração entre esses vilarejos, demonstrando uma certa liderança da comunidade do 40 em termos de organização cultural, posse de instrumentos e apoio educacional.

A imagem dos membros vestidos garbosamente, como do Jovem Roberto Junior de 24 anos (Figura 45), professor e liderança comunitária no vilarejo, para os eventos onde se apresentam promove a autoestima e incentiva o desejo dos mais jovens em participar mais ativamente dos eventos nos anos seguintes.

Figura 45 – Roberto Junior Santana, com a vestimenta da formação da BAMJAP de 2019, na qual participava como o Comandante-mor



Fonte: Foto do acervo pessoal da autora (2019).

Nos últimos anos, a BAMJAP tem participado de vários concursos de bandas escolares em municípios vizinhos, inclusive, com a conquista de vários prêmios. Todas essas vitórias e premiações têm funcionado como um ponto agregador entre os seus

Cristina Silva, na sua dissertação com pesquisas realizadas na comunidade de ribeirinha de Taurú no município de Tabatinga-AM que se apresentam como práticas de ajuda mútua, que acontecem sob essa modalidade e “se destacam pelo seu uso como potencial instrumento para melhoria na qualidade de vida dos moradores, e expressam uma rede de articulações de diferentes dimensões da vida em comunidade, determinando a dinâmica comunitária, e o contexto externo envolvente”.

membros e suas famílias e ainda proporciona certa divulgação positiva da comunidade, colocando-a para além de ser apenas uma área de facilitação da mobilidade na região, mas como um polo de intercâmbio entre os diversos outros vilarejos do entorno, mesmo sendo considerada uma área distante dentro do município, o que ainda se percebe justamente pelo difícil acesso.

De 2011 até o presente, a BANJAP vem se aperfeiçoando, o que já se reflete nas vitórias em concursos regionais e nacionais. O primeiro prêmio veio em 2018 no 2º FEST-AÇU, o festival de bandas que acontece todos os anos no município vizinho de Igarapé-Açu. Nesse ano, a BANJAP levou os seguintes prêmios:

- Comandante-mor – 1º lugar
- Regente – 2º lugar
- Pavilhões da linha de frente – 1º lugar

No ano seguinte, a banda participou de dois eventos. O primeiro novamente o FEST-AÇU 2019, no qual levou o 1º lugar em cinco categorias: melhor banda; melhor comandante-mor; melhor regente; e melhor corpo coreográfico com 12 pessoas e no geral. Ainda nesse ano, no festival de bandas em São Francisco do Pará, outro município do Nordeste paraense, a BANJAP levou três prêmios: melhor banda (3º lugar); comandante-mor (1º lugar); e corpo coreográfico com 12 pessoas (1º lugar).

Todas essas premiações, segundo a professora Luzinete, demonstram o crescimento de um trabalho coletivo que vem sendo feito com muito esforço e dedicação desde 2011 na comunidade, com a colaboração de todos: alunos, professores e familiares dos participantes. Luzinete conclui sua entrevista dizendo que espera de todo coração, que os professores que continuam atuando na escola, assim como os próximos gestores e alunos, levem em conta a importância desse trabalho para a comunidade, em especial, para as crianças e jovens da região.



5 FESTEJAR E REZAR: RELIGIOSIDADE E FESTAS JUNINAS NO 40 DO MOCOOCA

São João, São Pedro e Santo Antônio são os principais santos festejados nas quadras juninas pelo Brasil afora. As quadrilhas juninas fazem parte das tradições e desses festejos realizados em grande parte das cidades e vilarejos do País. A presença de bastante música, dança, dramatizações e comidas típicas fazem parte da organização, realizada de forma coletiva, com as apresentações sendo, hierarquicamente, lideradas por marcadores ou mestres que guiam os passos dos brincantes (BARROSO, 2013). Essas apresentações podem ser simples brincadeiras ou grandes espetáculos, que acontecem em várias regiões do País e são promovidos em eventos comemorativos no mês de junho e em várias situações com grandes disputas entre elas.

Festas juninas são consideradas a parte profana de comemorações religiosas aos santos católicos, ao passo que as quadrilhas demonstram, de forma espontânea, um comportamento coletivo dos indivíduos que participam delas. Contudo, as quadrilhas, como nós conhecemos hoje, carregam toda uma tradição transformada com forte influência dos bailes dos salões aristocráticos franceses do século XVIII, trazidos para o Brasil pelos colonizadores portugueses, como afirma Rita Amaral em pesquisa de doutorado sobre as festas brasileiras.

[...] estas festas têm origens no século XII, na região da França, com a celebração dos solstícios de verão (dia mais longo do ano, 22 ou 23 de junho), vésperas do início das colheitas. No hemisfério sul, na mesma época, acontece o solstício de inverno (noite mais longa do ano). Como aconteceu com outras festas de origem pagã, estas também foram adquirindo um sentido religioso introduzido pelo cristianismo, e trazido pela igreja católica ao Novo Mundo. A comemoração das festas juninas é certamente herança portuguesa no Brasil, acrescida ainda dos costumes franceses que a elas se mesclaram na Europa (AMARAL, 1998, p. 159).

Ou seja, são manifestações culturais reconfiguradas a partir da hibridação de culturas (CANCLINI, 2013), que fragmentaram identidades culturais locais (HALL, 2002). Dessa forma, espelharam-se em eventos de uma determinada cultura, a francesa, misturando-se às experiências cotidianas do agir e do pensar numa perspectiva de mudança, mas também de resistências manifestas em costumes coletivos de homens e mulheres do povo (THOMPSON, 1998).

No Brasil, os festejos e as quadrilhas juninas espalharam-se por todos os cantos. Cidades pequenas e grandes preparam esses eventos sempre no mês de junho, ainda que

a tradição mais forte, com grandes eventos, cuja preparação ocorre o ano todo, aconteça no Nordeste, inclusive, com cidades inteiras, especialmente no interior, tendo sua economia voltada para esses festejos.

Na Amazônia, essa tradição passou de simples manifestação religiosa para grandes eventos com apresentações e disputas de grupos culturais durante vários dias. É capaz de envolver toda uma cadeia produtiva de um espaço cênico, que vai desde a criação de cenários, roupas e dramatizações, com temáticas desenvolvidas durante as danças, à composição de músicas próprias inspiradas em personagens, lugares ou outros festejos, como o Natal, por exemplo. Os temas são incorporados ao personagem e inspiram as músicas, enquanto que, nos ensaios dos passos da quadrilha, são feitas homenagens com indumentárias luxuosas confeccionadas para cada brincante. Assim acontece em festivais folclóricos organizados em vários estados, como Pará, Amazonas e Roraima, a partir de eventos que se popularizaram, reinventando-se reconfiguradas com novas roupagens e temáticas locais em muitas cidades do interior da Amazônia (ALBUQUERQUE, 2013).

No Pará, em todos os municípios, acontece a quadra junina, geralmente organizada pelas prefeituras municipais na sede no município. Na capital, Belém, é organizado anualmente pela Secretaria de Estado de Cultura (SECULT-PA), na Fundação Cultural do Pará (FCP), num festival junino concorridíssimo que reúne as melhores quadrilhas vindas dos bairros e de alguns municípios próximos a Belém.

Tal sonho é acalentado pelos brincantes da quadrilha “Sensação Caipira” da comunidade do 40 do Mocooca. E segundo Roberto Junior (24 anos), atual coreógrafo da quadrilha, essa “é uma tradição que sempre existiu no vilarejo”¹³².

*[...] desde que eu me entendo, desde que nasci já tinha quadrilha aqui todo ano. Eu tô nela desde adolescente porque é tradição nossa daqui do 40 montar a quadrilha todo ano pra se apresenta em junho. Tem ano que a gente se apresenta até em dezembro na festa da Santa Luzia. A gente gosta disso, de festa e de dançar, festejar mesmo e manter essa tradição que é muito importante pra gente se manter unido e ocupado também*¹³³.

¹³² Professor Roberto Siqueira Santana Junior (24 anos), morador do vilarejo do 40 do Mocooca, nascido em 17 de julho de 1996. Ele é um jovem da liderança comunitária e grande incentivador dos eventos culturais, sendo um dos integrantes da banda da escola e da quadrilha junina do vilarejo. Fizemos esta entrevista na sua residência numa tarde ensolarada no dia 11 de julho de 2020.

¹³³ Ib.

Todos os anos um grupo de aproximadamente 22 jovens se organiza e, a partir de janeiro, começam os encontros para ensaios e para traçar as estratégias e angariar recursos financeiros para a confecção de roupas, adereços e calçados, que serão utilizados nas apresentações que acontecem por todo o mês de junho na comunidade e nas redondezas. Este é claramente um processo sociocultural que se combina com outras culturas a partir de assimilação de novas informações no contexto cultural da população local, pois gera novas estruturas ao reunir esses jovens, os quais, na sua maioria, dedicam-se tradicionalmente às atividades da pesca artesanal.

Tal análise pode ser feita a partir de Canclini (2013), quando percebemos que o folclore, na modernidade, transforma-se a partir do avanço das comunicações associado à incorporação de tecnologias, promovendo aprendizado, difusão e divulgação de processos culturais locais para outras regiões.

Na comunidade do 40, esse processo está a todo vapor. A cultura local se mistura com a de outras regiões através de pesquisas nas redes sociais e na *internet*, que é feita pelos próprios organizadores e brincantes em seus celulares para a atualização e renovação todos os anos de vestimentas, acessórios para enfeitar roupas e o espaço, no qual a festa é realizada, mas também nas músicas e nas coreografias.

Diante disso, algumas pessoas se ressentem de estarem perdendo a autenticidade e a tradicionalidade da cultura local. Contudo, mais importante do que lamentar tal perda, entendemos e concordamos com Magnani (2003), ao afirmar que tal processo não tem volta, de tal modo que o que realmente importa, diante de tal circunstância, é tentar analisar como essas manifestações se apresentam hoje e de que forma aconteceu tal transformação, o que foi agregado e o que foi deixado para trás nesse trajeto. Não podemos deixar de reconhecer que as crenças, costumes, festas, valores e várias formas de entretenimento são manifestações da cultura presente nos povos, no entanto, mais do que isso, elas são a somatória de produtos e processos em constante recriação por populações em espaços socialmente determinados.

5.1 ANARRIÊ: O RITMO DOS PREPARATIVOS PARA O MÊS DE JUNHO NA COMUNIDADE

Todos os anos, os ensaios da quadrilha “Sensação Caipira” do 40 do Mocooca iniciam com o ano novo chegando. Janeiro se abre com a movimentação para escolher os participantes, criar uma coreografia nova, pensar nas vestimentas e adereços e, principalmente, nas maneiras de angariar os recursos para realizar tudo.

Não obtive respostas no vilarejo sobre quando surgiu a quadrilha, que até 2017 era chamada de “Explosão de São João”. As respostas frequente foram: “Isso sempre existiu por aqui!” (Dona Felipa, 71 anos); “Todo ano tem arraial e tem quadrilha no 40!” (Prof. José Ulisses, 52 anos); “Eu me entendi vendo quadrilha dançando aqui em junho!” (Lucimar Teixeira, 81 anos); “Faço parte da quadrilha do 40 desde adolescente” (Roberto Junior, 24 anos). Diante desses e de outros relatos, nosso entendimento foi de que a existência de uma quadrilha no vilarejo, que se organiza anualmente para se apresentar na comunidade e nos vilarejos próximos, remonta a origem do 40 no final da década de 1950 e início de 1960.

Atualmente, durante os preparativos, são confeccionados todos os apetrechos que serão utilizados nas apresentações, dentre eles, estão os estandartes, cuidadosamente decorados em homenagem aos santos do mês. Estes são costurados em tecidos que são delicadamente pintados e bordados à mão pelos brincantes.

Durante esse processo, os ensaios não param. Todos os dias os brincantes se reúnem na quadra da Igreja para ensaiar os passos que são coreografados por Roberto Junior (24 anos) e marcados pelo mestre animador, o professor Roziel Martins (45 anos).

À noite, o encontro é na casa da professora Luzinete, que cede um quarto para o trabalho de confecção das roupas e adereços durante grande parte da noite, sempre regado a muita conversa e cafezinhos. É nesse cômodo onde fica tudo guardado em segredo da comunidade até o dia da primeira apresentação. E segue nessa dinâmica desde 2010, quando ela resolveu tomar para sua família a organização dessa tradição cultural local.

As imagens a seguir mostram um pouco da movimentação e envolvimento da comunidade que se dá todo início de ano, a partir de fevereiro, para que em junho esteja tudo pronto para as apresentações que acontecem durante todo o mês de junho, período em que todas as comunidades do entorno da PA-430 festejam os Santos da quadra junina.

É obvio que essa não só uma tradição dessa região apenas, mas todo esse processo nos dá a nítida impressão de que a quadrilha organizada no vilarejo do 40 do Mocooca, é

a responsável por festejar e animar toda a região nesse período, visto que ela não só se apresenta nesta comunidade, mas ela passeia durante todo o mês nos vários outros vilarejos e municípios próximos nessa região. Isso demonstra uma certa liderança comunitária por parte dessas pessoas e desses eventos locais que enriquecem uma tradição cultural e reforçam laços comunitários na região.

Todas as imagens apresentadas a seguir (Figuras 46-52), foram registradas durante o período de pesquisa de campo. Foi justamente no segundo período nosso em campo, no mês junino, em que levantamos informações na comunidade ainda no primeiro semestre de 2019. Nessa viagem aproveitamos para registrar a movimentação em torno da organização dos festejos da quadra junina desse ano.

Figuras 46 e 47 – Nadia Machado (34 anos), bordando pacientemente as roupas e os estandartes da quadrilha Sensação Caipira para os festejos juninos de 2019



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Figuras 48 e 49 – Seguem os ensaios da quadrilha para as apresentações



Fotos: Pesquisa de campo (2019).

Figuras 50, 51 e 52 – Pose para as fotos: os brincantes da formação da quadrilha Sensação Caipira de 2019. Miss Simpatia Iana Livia Nogueira (18 anos) e Miss Morena Cheirosa Helany Santana (22 anos)



Fotos: Pesquisa de campo (2019).

Infelizmente não conseguimos ter acesso a matérias com informações visuais que mostrasse os anos anteriores. Desse modo, as tudo o que diz respeito aos festejos da quadra junina no vilarejo, em épocas anteriores, foram descritas oralmente pelos narradores desta pesquisa e pelos brincantes.

5.2 O CULTO À SANTA LUZIA NO 40 DO MOCOCCA

A religião tem se mostrado, ao longo dos séculos, um canal vital do comportamento social (e religioso) em muitas situações (TAYLOR, 2013), especificamente na Amazônia, as formas de vivências em relação ao sagrado são várias e diferenciadas.

Com relação à Igreja Católica, historicamente está presente na região amazônica desde o período Colonial com a vinda das “ordens religiosas”, visando ampliar sua zona de influência e seu poder extremamente abalado com a Reforma Protestante, que aconteceu na Europa 1517 (DELUMEAU, 1989). O objetivo era garantir a ocupação territorial, bem como a expansão do Catolicismo na região, primeiro com os jesuítas e a Companhia de Jesus, que chegaram à Amazônia em 1622; os franciscanos, em 1617; os Carmelitas, em 1627; e os Mercedários, em 1640. Todas essas ordens vieram com a missão de aldear, catequizar e evangelizar as populações indígenas e evitar as influências do protestantismo já presente com ingleses e holandeses pela região. E toda essa rede de

missões, fundada pelos missionários, servia de referência para o estabelecimento de núcleos habitacionais, fortes e vilas (REIS; CARVALHO, 2017).

Como já foi relatado em capítulo anterior, Maracanã é uma das vilas criadas a partir das missões religiosas na região Amazônica, a qual, com a implantação da política pombalina de expulsão dos religiosos e confisco de seus bens pela Coroa, é passada da condição de missões para vilas, já com denominações de cidades portuguesas. Era originária da aldeia de Maracanã em 1653, missionada pelos jesuítas às margens do rio de mesmo nome e elevada um século depois à categoria de vila Nova de Cintra em 1757. Em seguida, mais de um século depois, em 1885, é elevada à categoria de cidade. Doze anos depois, em 28 de maio de 1897, retoma sua toponímia nativa, Maracanã, com a assinatura da Lei Estadual nº 518/1897 pelo então governador Paes de Carvalho (TAVARES, 2008). Esse é um exemplo de descolonização histórica e cultural que se apresentou, oriundo de movimentos e revoltas populares na região.

Fazem parte desses processos culturais, como resquícios desse período, as igrejinhas encontradas em todos os vilarejos, com seu santo padroeiro no altar sendo cultuado pelos moradores católicos com a devoção demonstrada nos vários eventos que acontecem durante dias de orações e festas nas comunidades, como acontece no 40 do Mocooca.

Na cidade de Maracanã, os festejos religiosos católicos são para o padroeiro da cidade, São Miguel Arcanjo, e acontecem todos os anos em setembro. No 40, essa devoção é feita à Santa Luzia, festejada em dezembro pelos fiéis e invocada não apenas para a proteção dos olhos, mas para tudo.

Todas as atividades relacionadas ao festejo são realizadas a partir da união dos fiéis e na ajuda de todos na sua organização. Missas, Círio, festas, comidas, tudo é organizado com muita dedicação e trabalho dos fiéis e a ajuda dos amigos “de fora”, que contribuem com os brindes e prêmios para rifas e bingos promovidos a fim de angariar fundos que custeiam toda a festa, assim como a melhoria do espaço para receber os fiéis.

Tudo é feito em regime de mutirão e ajuda mútua, modalidade com ações comuns em pequenas e distantes regiões da Amazônia em vários trabalhos, especialmente, nas atividades religiosas dos santos comemorados. Cândido (2001), em “Os Parceiros do Rio Bonito”, analisa o mutirão e o cotidiano de solidariedade nessas regiões da seguinte forma: “Um velho caipira me contou que no mutirão não há obrigação com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem se serve o próximo; por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido”.

O autor explica o mutirão como uma das manifestações presentes mais importantes com sentido de obrigação bilateral e sociabilidade do grupo nessas comunidades. Atualmente, ainda é possível encontrar várias situações que se enquadram nesse sistema em muitos vilarejos pela Amazônia.

Na sociedade caipira a manifestação mais importante é o mutirão, cuja origem tem sido objeto de discussões. Qualquer que ela seja, todavia, é prática tradicional. Em 1818, [...] numa casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, d'ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muitos para o trabalho, a que chamam *muchiron*, na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as tarefas (CÂNDIDO, 2001, p. 67 *apud* D'ALINCOURT, 1950).

Segundo o autor, o mutirão é uma das formas de solidariedade presentes nessas comunidades através do trabalho coletivo e faz referência às relações familiares num sentido mais amplo, não simplesmente ao grupo familiar, que pode suprir a ausência do socorro do estado e com a qual os moradores estão acostumados a se acudir ou se ajudarem entre si.

No 40 do Mocooca, o trabalho durante os festejos à Santa Luzia, sobretudo, nas duas últimas décadas, é feito especificamente pelas mulheres. Poucos homens participam do trabalho, que, no passado, tomavam a frente, tendo sido iniciado no vilarejo muito antes da construção da igrejinha de Santa Luzia em 1972.

Conforme os relatos do Pe. Godofredo Marx, vigário da paróquia de Maracanã no início da década de 1970, escritos pelas mãos da secretária paroquial de Maracanã no livro de Crônicas da Igreja Católica (1940-1985), informa que, em 1972, iniciou-se um bom movimento nas igrejas do interior de Maracanã com a finalidade de construir 20 igrejas e reconstruir ou reformar outras tantas ligadas a essa paróquia. O Padre avisa, nessas crônicas, que definitivamente parou com as igrejas de barro nos vilarejos,

[...] somente construímos as igrejas de tijolo com minha planta e instrução. Começamos a construção em Mota, Curuçazinho, B. União, Quarenta, Quatro Bocas, São Miguel de Itaquerê, Suassua, São Tome, Pindoal, Boa Esperança, Serraria, Bom Jardim, União, Km 34, Km 38, Km 15, Estrada Velha, Km 18, Santa Luzia e Tauari. Reconstruímos ou terminamos as igrejas de Algodual, Km 26, Km 19, Recreio, Cruzeiro, Penha, Itacuruçá, Passagem, etc. Mas também por causa da falta da população, caiu a igreja de derrubada e Mocooca (CRÔNICAS, 1972, p. 94).

Nesse relato, fica evidente a queda da Igrejinha de Mocooca na Ilha de Maiandeuá, comunidade que havia perdido boa parte de seus moradores que atravessaram o Furo do 40 para formar o vilarejo de 40 do Mocooca, que ganhava, nesse período, sua igrejinha

de tijolos. A Igreja Católica era muito presente nesse período no Nordeste paraense. O relato evidencia todo um trabalho de evangelização no interior do município de Maracanã para reforçar os festejos religiosos na região, entre eles, o que acontece todos os anos, em dezembro, no vilarejo do 40 do Mocooca, área de pesquisa deste trabalho.

No presente, o culto à Santa Luzia, no vilarejo, tem seus períodos de festa divididos em três momentos muito bem definidos: primeiro, o momento do planejamento, da organização, de pedir doações, de arrumar o andor de Santa Luzia, das preparações, do trabalho de limpeza da Igreja, do barracão e da praça, palco onde tudo acontecerá. O segundo momento se constitui em demonstração de fé e devoção nas formas mais explícitas para os próprios moradores, sendo representados pelas novenas, pela procissão/Círio e revelam-se nos pedidos e no pagamento das promessas. Já o último momento pode ser vivenciado nas celebrações da parte profana das comemorações, com muito divertimento, no baile, nas rifas, nos sorteios, nos bingos e nos leilões, nas apresentações musicais e de danças, que fazem parte da programação oficial da festa e são tradição na comunidade todo mês de dezembro.

O trabalho e a fé em Santa Luzia, no 40 do Mocooca, revelaram-se para nossa pesquisa de campo, tendo presenciado em 2019, embora seja perceptível em todas as atividades desenvolvidas na organização do festejo, que se renova todos os anos na comunidade. Segundo seu Roberto e Luzinete, o casal responsável por manter os cuidados e as atividades semanais na igreja do vilarejo, bem como de gerenciar a organização todos os anos, a festa de Santa Luzia é uma das tradições mais antigas do vilarejo e refletem compromissos atados com a Santa e na relação entre promessas feitas e o pagamento da dívida (SARRAF-PACHECO, 2017), em muitos casos antes mesmo de as promessas se cumprirem.

Durante a transladação, a pequena imagem da Santa protetora dos olhos e da comunidade é levada pelas ruas de chão batido, entrando pela estrada de terra vermelha do ramal do 40. Nesse cortejo, visualizamos um simbolismo interessante presente no chão vermelho da estrada, que se abre como um tapete para a imagem da Santa que prossegue levada por seus fiéis.

No período em que estivemos em campo no ano de 2019, justamente no período dos festejos da padroeira da comunidade, percebemos que o trabalho das mulheres, em todos os dias de festejos, poderia ser considerado como a coluna vertebral das atividades da festa. Preparar o alimento para os visitantes e moradores que frequentam o arraial reforça a fé dessas mulheres e dos que elas recebem e servem em todas as noites na festa.

Figuras 53 e 54 – As mulheres se reúnem para preparar as comidas que serão vendidas durante às noites de festa na comunidade



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

De dia, elas trabalham, cantam e conversam sobre o que vão vestir à noite e o que estão pedindo ou agradecendo à Santa naquele ano. Trabalham rindo e ouvindo o carimbó do Mestre Moacir Sabiá de Fortalezinha, feito em homenagem à Santa Luzia. Elas cantam mudando um dos refrãos do carimbó, incluindo o nome da santinha na letra da música.

*Carimbó das Maria
(Mestre Moacir Sabiá)*

♪♪ *Maria, Maria, Maria,
Maria Rosa, Maria flor,
Maria, Maria, Maria,
Tu és a Rosa feita de amor (2×)*

*Maria Rosa, Maria flor,
Tu és a Rosa feita de amor (2×)*

*Maria de Nazaré,
Maria cheia de fé,
Maria cheia de amor,
Maria Rosa, Maria flor (2×)*

*Maria, Maria, Maria
Maria Flor é Santa Luzia! ♪♪*

O pagamento das promessas e os agradecimentos, costumeiramente, são pela saúde da família e pelo alimento, que essas mulheres preparam para que nunca falte à

mesa das famílias dessa região. Mesmo nos períodos em que o peixe falha, há sempre o marisco, o caranguejo e o peixe, que, mesmo em menor quantidade, continua aparecendo nos currais próximos.

Embora dezembro seja marcado como um período com pouco peixe na comunidade, há uma fartura de frutas, que, nesse período, ajudam a suprir, pelo menos parcialmente, a diminuição do pescado sobre a mesa dos moradores locais. O coco costuma dar o ano inteiro e é muito utilizado na culinária local justamente por ser comum e muito farto em todas as residências, nas praias e nas enseadas na região. Além do coco, um pouco antes de iniciar o inverno amazônico, no mês dezembro, é a época da manga, do muruci, da carambola, do caju, da mangaba, da taperebá e da acerola, introduzida na região mais recentemente.

As frutas locais são consumidas e muito apreciadas pelos moradores e visitantes e fazem parte da alimentação da população local, respeitando-se, claro, o revezamento dos períodos de maior ou menor fartura na comunidade. Isso pode ser percebido nas visitas para levantamento das informações nas casas dos moradores, onde sempre éramos recebidos com um suco de frutas fresquinho durante a pesquisa. Sendo possível comprovar, também, nos relatos deixados pelos padres que viajavam pelos vilarejos da região contando os fatos acontecidos nas suas visitas pastorais da Igreja Católica no passado.

Em um desses relatos, as “Impressões do exmo. sr. D. Antônio de Almeida Lustosa”, descritas em janeiro de 1933, o reverendo observava não apenas a alimentação e os frutos utilizados na alimentação dos moradores, mas a natureza, a maneira como se transportavam pelos rios, o linguajar, as construções que encontrava e onde ficavam hospedados durante suas viagens de visitas pastorais pelos vilarejos da região. Assim, ele os descreveu:

[...] nossa montaria – “Saldanha” – meteu-se pelo igarapé Curuçambana. Disse Curuçambana ou Curuçambaba. Como já notamos é comum a vocalização do “b”, passando naturalmente pelo som intermediário “v”. Na povoação de Santo Amaro nossa momentânea residência era graciosa na sua simplicidade. O proprietário havia plantado um cocal que se desenvolvia promissora. No Pará côco é um só – é o que no sul do país se diz “côco da Baía” e na Baía se diz “côco da praia”. Os paraenses não chamam côco aos outros frutos de palmeiras, pelo que é superfluo qualquer restrição [...] Ao redor de “nossa” casa havia também uma árvore de muruci. É uma malpigiacea de frutas apreciadas como doce e líquor. É também tintureira. Em um livro antigo encontramos a forma “muruxy” (CRÔNICAS, 1972, f. 18-25) (*sic*).

As descrições encontradas nesses relatos feitos no passado são interessantes e imprescindíveis para nossa pesquisa, visto que são informações levantadas no presente durante nossas visitas feitas às casas dos moradores por ocasião de nossas estadas em campo.

Sobre o linguajar e a vocalização do “b” como se fosse “v”, por exemplo, presenciamos, em várias situações, em conversas com os locais, principalmente, as mulheres referindo-se ao utensílio doméstico como a “bacia”, sendo chamada de “vacía”.

Da mesma forma, observamos nesses relatos, obviamente com informações do presente, os festejos dos santos nas comunidades sendo preparados e recebendo as visitas pastorais dos vigários responsáveis pelas capelas do interior do município, que, ao chegarem, deparavam-se com uma cultura, inclusive, de práticas religiosas, construída localmente (MAUÉS, 2012).

Nos relatos dos padres sobre o pretérito nessa região, assim como na memória de nossos interlocutores, percebemos que o culto à Santa Luzia, no vilarejo do 40 do Mocooca, remonta ao período do surgimento da comunidade no final dos anos de 1950 e início de 1960. Sem conseguir precisar datas, apenas com informações a partir de relatos orais, período em que havia uma igrejinha de barro, que foi substituída no início da década de 1970 por outra de tijolos e telhas de *brasilit*, a qual ainda está de pé no vilarejo, situada na estrada do 40 já saindo da comunidade. Posteriormente, a Igreja foi transferida para a sua atual localização, na década de 1990, para um terreno situado na rua Tome de Lima no centro do vilarejo. Esse terreno foi doado com Título Definitivo de Bem Imóvel pela prefeitura de Maracanã em 1996 na gestão do prefeito Raimundo Queiroz de Miranda, em favor da Igreja Católica no vilarejo do 40 do Mocooca, nessa época sendo representada na comunidade pelo sr. Manoel dos Santos.

É dessa última capela, que todos os anos a imagem de Santa Luzia é levada pelos fiéis da comunidade numa transladação no dia anterior ao Círio (Figuras 57 e 58, p.176).

Na pequena igrejinha à beira da estrada do 40 (Figura 55, p.176), a imagem passa a noite, saindo pela manhã seguida pelos fiéis, que rezam e fazem suas promessas à Santa, em direção à sua capela no centro da comunidade (Figura 56, p.176), local onde ficará até o Círio do ano seguinte e onde acontecem as missas dominicais e os festejos todos os anos.

Figuras 55 e 56 – Igrejas de alvenaria na estrada do 40 e no centro do vilarejo do 40 do Mocooca. A primeira construída no início dos anos de 1970, a segunda no início da década de 1990



Fonte: Pesquisa de Campo (2019 e 2020)¹³⁴.

Figuras 57 e 58 – O Círio em 2017 e 2019 de Santa Luzia



Fonte: Pesquisa de campos (2019)¹³⁵.

¹³⁴ A primeira construída no início dos anos de 1970, a segunda no início da década de 1990.

¹³⁵ Evento que acontece todo dia 12 de dezembro na comunidade do 40 do Mocooca, reunindo fiéis que rezam e pedem bênçãos à Santa.

5.2.1 Promessas e promesseiros de Santa Luzia em 2019

Durantes os festejos à Santa Luzia na comunidade, todos que acompanham o Círio, de alguma maneira estão ali para pagar alguma promessa de um pedido feito e alcançado. Os jovens que fazem parte da guarda da Santa (Figura 59), por exemplo, o fazem pagando promessas que seus pais fizeram em sua intenção quando crianças. Não podemos mais sair vestidos de anjos, começaram a participar do círio na formação dos guardas que protegem a Santa. Esse é um compromisso levado muito a sério por todos eles.

Figuras 59 e 60 – A Guarda de Santa Luzia é formada por jovens da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo (2019)¹³⁶.

Esse é um dos costumes dessas comunidades, assim como de outros lugares que festejam os Santos católicos pela Amazônia, vestir as crianças de anjos para acompanharem as procissões pagando promessas que em geral, tem relação com algum pedido por saúde.

Este é o caso da pequena Valentina, que acompanhava o Círio de 2019 (Figura 61, p.178). A menina nasceu com uma deficiência visual muito comum, mas tratável, “os olhinhos cruzados”¹³⁷, o *vesgo* popular. E assim, uma promessa de seus avós maternos à

¹³⁶ Todos preparam uma blusa para homenagear a Santa. Da direita para a esquerda, Ramon, Mirla, Danilo, Junior, Mateus, todos na faixa de 16 a 17 anos.

¹³⁷ Informação dada pela mãe da pequena Valentina, Jaelly Souza (22 anos), numa rápida conversa durante a procissão de santa Luzia em 2019.

Santa Luzia para corrigir o problema que nasceu com a menina já estava sendo pago pela pequenina no Círio desse ano.

Figura 61 – A pequena Valentina de 1 ano, levada pelos pais no Círio de Santa Luzia



Foto: Pesquisa de campo (2019)¹³⁸.

Em seu primeiro ano de vida, encontramos Valentina seguindo a procissão, cumprido a promessa feita para curar seus olhos. A criança seguia a Santa carregada pelos pais e tios, vestida de anjo e sentada numa miniatura da canoa do avô, a qual leva o nome da Santa desde então. A mãe de Valentina, Jaelly Souza (22 anos), acompanhava a filha durante todo o trajeto da procissão naquele ano pela comunidade muito confiante na sua cura. Para Jaelly, “só Santa Luzia intercedendo na proteção dos olhos da sua filha para que se cure”¹³⁹ (Figura 63). Ela reforça ainda que “os olhos são a ‘janela da alma’ e Santa Luzia não vai deixar Valentina sem essa luz que todos nós temos. Eu creio!”¹⁴⁰. No ano seguinte, Valentina e seus pais migraram para Ananindeua com o intuito de continuar o tratamento em seus olhos e mesmo não morando no vilarejo, desde então, todos os anos Jaelly faz questão de levar a filha para acompanhar o Círio de Santa Luzia no vilarejo onde nasceu.

¹³⁸ Foto registra o cumprimento da promessa feita por seu avô materno. Ao fundo a formação do mesmo ano da BANJAP que também acompanha a Santa durante os festejos.

¹³⁹ Ib.

¹⁴⁰ Ib.

Outro promesseiro de 2019 foi Cleiton Ferreira (34 anos) (Figura 62, p.179), que seguia a Santa de joelhos pedindo pela saúde da sua mãe, Marinete Ferreira (56 anos), que andava muito doente. O rapaz seguiu todo o trajeto de um quilômetro de joelhos e ajudado pelos amigos. Ele chorava e pedia, mas já agradecendo, pois, segundo ele, desde sua intenção de fazer a promessa, sua mãe já apresentara melhoras do problema de saúde grave, mas não relatado por ele.

Dois anos depois, encontramos com Cleiton na comunidade, que revelou a cura de sua mãe: “[...] ela tá boazinha. Santa Luzia é poderosa e sei que foi ela que intercedeu pela minha mãe. Agora eu tenho que agradecer todo ano essa graça recebida”.

Figura 62 – Promesseiro agradecendo pela saúde da mãe



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Outro promesseiro de todos os anos é o senhor João Roberto Simões (65 anos), que mora atualmente em Igarapé-Açu, ainda assim todos os anos, com seu caminhão, segue a procissão, distribuindo água para os fiéis que acompanham (Figura 63, p.180). De acordo com ele, isso é pagamento de bênção de vida, uma vez que ele agradece pela vida dele e de um filho. Os dois sofreram um acidente grave em 2004 no Ramal do 40 e ficaram por horas a aguardar ajuda. O filho desacordado e não aparecia nada de um lado

nem do outro. Até surgir uma ajuda. Ele relata que só se lembrava de pedir à Santa Luzia, “[...] eu me peguei com ela, e sei que foi ela que me ajudou naquela hora! Por isso, tô aqui todo ano pagando minha promessa. Enquanto eu estiver vivo, vou vir aqui em dezembro para agradecer pela graça que eu recebi dela nesse dia”¹⁴¹.

Esse tipo de demonstração de fé se constitui na sua representação que assume contornos públicos e expressam a devoção e a gratidão por intermédio da presença dos devotos todos os anos no Círio de Santa Luzia no vilarejo do 40 do Mocooca. É o contrato estabelecido entre o fiel e a Santa, o qual se revela na relação entre “a fé e a economia das trocas espirituais estabelecidas entre o devoto e seu oráculo, mediante um contrato de promessa e dívida por uma graça alcançada” (FERNANDES, 1994, p. 43). Esse tipo de comportamento, durante as festas religiosas, demonstra o entrelaçamento de vida e fé a partir das experiências concretas cotidianas da fé cristã na cultura popular.

Figura 63 – Distribuindo água para os promesseiros da estrada



Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Tudo o que presenciamos, durante os períodos da pesquisa de campo, evidencia que a participação dos moradores, nesses eventos, é parte da formação e sustentação do grupo religioso católico local que atua na organização da festa todos os anos. Mesmo grupo que é responsável pelo trabalho nos outros eventos durante o ano, como a quadra

¹⁴¹ Entrevista realizada com o senhor João Roberto Simões (65 anos), na manhã do dia 12 de dezembro de 2019, logo após a procissão de Santa Luzia no vilarejo do 40 do Mocooca.

junina e a organização anual da banda. Todas essas atividades se expressam nos movimentos culturais da comunidade e são desenvolvidas a partir das vivências dessas pessoas, que, juntas, seguem construindo o processo cultural na região ao longo do tempo. Neste trabalho, é importante dizer que atualmente são as mulheres que ocupam os lugares de liderança e destaque na organização dos eventos no vilarejo do 40 do Mocooca. São elas que decidem praticamente tudo o que será feito a cada ano de festejos, seja na quadra junina, nas comemorações do 7 de setembro ou nos festejos de Santa Luzia em dezembro.



6 A ARTE COTIDIANA E O ARTESANATO DA PESCA: NA NATUREZA, NA SALA E NO CORPO

Nas comunidades pesqueiras amazônicas, é comum observar o trabalho de mãos habilidosas e pacientes de mulheres e homens que continuam a dar forma a vários objetos utilizados na vida cotidiana. São canoas, montarias, tipitis, paneiros, esteiras, peneiras e abanos, trançados de palhas e talas; redes de pesca e puçás, tecidas em fios de *nylon*; potes, pratos e alguidares, modelados com barro, entre outros objetos, que fazem parte do dia a dia dessas comunidades. Essas populações coletam sementes, pintam em tecidos, esteiras e em objetos os cenários do seu meio ambiente, escavam pedaços de madeira, transformando-as em figuras que lembram, muitas vezes, os animais com os quais convivem ou aqueles do seu imaginário. Coletam ossos de animais para colares, brincos e pulseiras que enfeitam os turistas que andam por aquelas bandas.

Nessas áreas, encontramos também as manifestações coletivas com danças, música e poesias que são formas de expressões artísticas de apresentar, interpretar e comunicar o mundo em que vivem (FIGUEIREDO; SANTANA, 2013), mais do que isso, na atualidade, são estratégias utilizadas por jovens lideranças comunitárias para reunir os amigos para conversar, trocar ideias sobre suas vidas e seus futuros. Junior Santana (24 anos) faz esse trabalho no 40 do Mocooca. Segundo ele, essa foi uma das maneiras que ele encontrou de afastar os amigos dos “caminhos errados”. A quadrilha, a dança, a banda e a guarda de Santa Luzia reúnem e ocupam esses jovens durante o ano todo, inclusive, ajudam a movimentar a economia local com rifas, bingos, venda de comida e de artesanato nos festejos realizados na comunidade.

Fica claro durante a pesquisa que encontramos uma variedade de expressões artísticas cotidianas reveladas nas narrativas e presenciadas em seus locais de moradia, com objetos e formas de organizar seus ambientes, o que nos remete à análise de Geertz sobre as experiências humanas, segundo o qual as ideias representadas são compreendidas (observadas, interpretadas) quando se leva em consideração tal experiência. Para Geertz (1997, p. 181), essa variedade da expressão artística é resultado da variedade de concepções que os seres humanos têm sobre como são e funcionam as coisas. Ou seja, elas são práticas subjetivas e objetivas que tecem e moldam formas de vida e revelam particularidades sociais de cada cultura.

Por isso, consideramos que a arte produzida por populações pesqueiras são resultado de experiências e dos diversos meios, processos e objetos, que se mantiveram

desde a pré-história até os dias atuais, e dos recursos naturais aquáticos e terrestres dessas áreas (FURTADO, 1987).

Ainda assim, como poderíamos definir a arte feita nesses lugares, maiormente, a que é feita nos dias atuais? Achamos por bem, então, trazer uma definição que se relacione com a compreensão da sociedade e das suas formas de organização cotidianas, assim como seu consumo, que nem sempre carrega o ideal estético de beleza coletivo. E por existir em todas as culturas, reproduz coisas, situações, espaços e contextos que podem ser reconhecidos e apropriados em cada sociedade. Na visão de Dolabella *et al.* (2009, s.p.), definir arte na atualidade é, antes de tudo, “retomar o conceito de Duchamp¹⁴² e apontá-la como um espaço apropriado para a produção visual do século XX”. Diante disso, a forma de elaboração, apresentação e consumo podem determinar o espaço de compreensão e organização da própria sociedade que a produz.

Canclini (2013, p.23) se refere a arte não apenas como uma questão estética. Para este autor, no âmbito da “teoria institucional da arte”, é necessário levar em conta, “como a questão vai sendo respondida na interseção do que fazem os jornalistas e os críticos, os historiadores e os museógrafos, os marchands, os colecionadores e os especuladores”, além dos próprios artistas envolvidos no processo de criação.

Essa discussão é interessante quando relacionamos com o que os moradores da região pesquisada neste trabalho entendem por arte. No vilarejo de Fortalezinha, por exemplo, área próxima ao 40, os artesãos se consideram artistas e se referem ao artesanato que produzem como arte, se orgulham de fazê-la, de mostrar seu trabalho aos turistas, e por vezes, até comercializar suas peças. Sobre isso, nos vem a ideia o trabalho de Ilana Seltzer Goldstein que estudou a pintura aborígine australiana. Segundo Goldstein (2012, p.84), esse processo parece ser “algo que brota do contato entre universos e interesses distintos, que parecem ter encontrado formas de acomodação e negociação”. A autora faz uma reflexão sobre o tema citando John Altman, que se refere a arte estudada por ela, da seguinte maneira:

O admirável na arte aborígine é que ela abrange duas visões de mundo concorrentes; trata-se de um perfeito projeto intercultural. É uma forma sofisticada de arte [*fine art*] que os não aborígines e os aficionados por arte

¹⁴² O *dadaísmo* movimento de que Duchamp fazia parte tinha como principais características a ruptura com as formas de artes tradicionais, o uso de várias formas de expressão na composição das obras de artes plásticas, como objetos do cotidiano e a utilização de conteúdos e temas sem lógica. Fonte: “Marcel Duchamp e o novo conceito de arte”. Disponível em: <https://artefatocultural.wordpress.com/2010/09/26/marcel-duchamp-e-o-novo-conceito-de-arte/#:~:text=O%20dada%C3%ADsmo%20movimento%20de%20que,conte%C3%BAdos%20e%20temas%20sem%20l%C3%B3gica>.

valorizam enormemente; mas também um produto cultural de valor e *status* inquestionáveis dentro da própria comunidade do artista. É um meio para os artistas garantirem seu sustento e, simultaneamente, permite-lhes afirmar, de uma forma poderosa, aquilo que realmente importa: direitos territoriais, relações de parentesco e identidade (ALTMAN, 2005, p. 17 apud GOLDSTEIN, 2012, p.84-85).

Desse modo, creio que podemos chamar de arte o artesanato produzido por mulheres e homens dessas pequenas *unidades sociais*, em comunidades pesqueiras, e compará-la a arte aborígine australiana, no sentido de como e com que função ela é produzida. Isso porque, tradicionalmente, seus autores tem uma história de vida com a arte, sobretudo, com o artesanato que carrega um contexto de autodidata com uma arte natural cotidiana, que expressa as experiências de vida acumuladas numa relação de décadas de trabalho na natureza. É relevante que se diga que tais populações produzem outras modalidades de arte (pintura, esculturas, colagens, instalações, serigrafia em tecidos e grafismo em cuias), aprendidas e consolidadas em atividades do dia a dia, ainda que, amiúde, não estejam relacionadas com o artesanato, são englobadas nessa categoria de arte. Isso, muitas vezes, dificulta sua visibilidade com expressões próprias de quem vive dos recursos pesqueiros, uma vez que são imagens e cenários que fazem parte do cotidiano das pessoas que vivem e trabalham nessas regiões.

A professora Graça Santana (74 anos), uma de nossas interlocutoras na pesquisa, narrou um pouco das experiências que viveu nessa região e definiu a vida simples e, ao mesmo tempo, intrigante que presenciou nos muitos anos de viagens feitas para a Ilha de Maiandeuá, sempre passando pelo vilarejo do 40 do Mocooca para chegar até lá. Segundo ela, a vida transpira arte naquela região, de tal forma que os nativos têm esse olhar artístico e o dom de transformar em artesanato vários objetos, por exemplo, o lixo da natureza que encosta na praia, até o coco seco que cai da árvore. Tudo se transforma em acessório que pode adornar a casa, o jardim, o corpo, as embarcações, os comércios, os bares, tudo servindo de atrativo para os visitantes que se encantam com a criatividade deles.

Foi aí que minha visão, até geográfica, começou a se expandir, porque eu não estava mais lidando com a água doce, eu não estava ali apenas como uma pesquisadora, como eu fui em Vigia uns anos antes. Agora eu era uma pessoa que estava desbravando esse horizonte geográfico das águas insulares e salgadas. Os mangues, as falésias, tudo aquilo que eu vi na geografia, mas como teoria. Eu passei nos bancos de areia, E comecei a observar esse banco de areia, e o modo deles navegarem, o jeito de levarem as pequenas embarcações deles contornando os currais. É ali que enxerguei esculturas fantástica no meio do mar, na beira da praia. Aquela praia que em si era aquele estirão de areias brancas e finas, de águas, ora esverdeadas, ora

azuladas, mas sempre em movimento. A água era muito salgada. Isso tudo era arte para mim. Eu via arte em tudo e eles me mostravam arte em tudo. Eu fui lá dia 21 de setembro de 1987, fui pela primeira vez, no dia do aniversário do meu pai, eu atravessei do 40 para a ilha de Maiandeuá (Graça Santana, 74 anos).

É essa a arte da qual a professora Graça fala encantada, de forma poética, que fervilha nessas comunidades, tanto que todos os visitantes, que chegam para uma primeira visita à área, percebem esse envolvimento local com a arte da natureza, justamente por ser ela oriunda de um saber local, considerado patrimônio que se apresenta como expressão simbólica e material desse grupo social a partir de seu jeito de ser, estar e ver o mundo e o ambiente que os rodeiam. Embora tal arte não esteja dissociada do manejo e do conhecimento de técnicas artísticas de manuseio dos objetos, mas, sim, intimamente ligadas a elas e aos seus diversos usos (RAMALHO, 2009 *apud* FIGUEIREDO; SANTANA, 2013, p. 111).

É perceptível que a arte, feita nessas regiões, carrega consigo toda uma experiência pessoal, de homens e mulheres que ali habitam, sendo pensadas, construídas e reproduzidas a partir da memória e da vivência cotidiana das pessoas, que habitam esse ambiente tão peculiar quanto seu modo de vida. Essa discussão está presente no artigo de Sarraf-Pacheco, Corradi e Balieiro (2015), quando estes analisam o trabalho da pintora Maria Neco Pereira Balieiro, nascida em território marajoara na Amazônia. Em conformidade com os autores, percebe-se no trabalho dessa artista, as diferentes visualidades, linguagens e oralidades que se relacionam à cosmologia local que suas telas apresentam nas interações que ela faz com códigos sociais diferenciados que carregam possibilidades variadas para repensar e problematizar concepções clássicas, homogêneas e unilaterais de lugares e objetos na Amazônia.

As diferentes feitura e usos desses objetos, que quase sempre são feitos a partir de produtos extraídos na natureza, acontecem naturalmente, sendo comuns nas várias regiões da Amazônia. A cuia, por exemplo, é um produto natural historicamente utilizado como utensílio de cozinha, mas também de decoração nas residências e comércios da região, tendo sido propagada para o mundo. Em Maracanã, encontramos relatos sobre esse objeto que remetem às visitas dos padres enviados para a região pela Igreja Católica antes da metade do século XX. Nas impressões sobre a antiga Cintra, o Exmo. Sr. D. Antônio de Almeida Lustosa, em janeiro de 1933, descreve a cuia da seguinte maneira:

A cuieira é árvore bastante comum nos quintais das casas do interior. A cuia que ela fornece é utensílio de variadíssimas aplicações. [...] Nas canoas e

montarias ela é indispensável, como o remo. As pequenas canoas quase sempre fazem água, ou por serem mal calafetadas ou por serem rasas, de modo que tomam água pelas bordas quando se inclinam um pouco. [...] A cuiá é o copo, é o prato, é a vasilha mais utilizada em casa do caboclo. Tão celebres as “cuias” ornadas [danificado] e a habilidade com que são trabalhadas ali. Vimos em [ilegível] uma aplicação interessante da cuiá, achava-se uma pendurada no forro da casa com a parte côncava voltada para baixo. A primeira ideia que aquilo sugeria era a de um “abajour”. Não vimos porém nenhuma lâmpada sob a mesma. Explicaram-nos então que em vez de lâmpadas penduravam ali um cacho de bananas. O fim da cuiá era impedir que os ratos viessem do telhado comer as bananas a medida que fossem amadurecendo. Realmente é impossível o rato passar pela superfície curva e polida da cuiá sem resvalar (CRÔNICAS, 1972, p. 28) (*sic*).

As descrições feitas demonstram os variados usos dados pelas populações caboclas em substituição a utensílios ou como objetos decorativos nas moradias, no trabalho, como adereços, e no artesanato, tais produtos retirados da natureza local.

Outro produto do ambiente natural muito utilizado, tanto na culinária, quando no artesanato, feito na região é o coco. Dificilmente, chega-se a uma moradia tradicional do pescador dessa região e não se encontra uma carranca feita do coco, que é retirado dos quintais, depois que cai naturalmente e seca debaixo das árvores. As Figuras abaixo apresentam o artesanato feito por pescadores da comunidade de Fortalezinha na Ilha de Maiandeuá em frente ao 40 do Mocooca. As carrancas enfeitam a frente dos barracos e dizem espantar os maus espíritos que circulam pela Ilha nas noites de inverno e sem luar. Ovi esse relato de Seu Alair Conceição Teixeira (87 anos), velho pescador que mora na Ilha de Maiandeuá. “Hoje, elas só enfeitam, pois não se tem mais noites escuras desde que a energia chegou na Ilha em 2005. Antes eles andavam por aqui e a gente colocava as carrancas (Figuras 65, p.187; 68, p.188; 71, p.189) pra espantar eles. Agora não precisa mais!”¹⁴³

A narrativa de seu Alair vai ao encontro das discussões sobre mudança cultural, as quais notamos estar sempre presentes nas memórias de nossos interlocutores. Trata-se de reconhecer o encontro da tradição com a modernidade que está presente nessas regiões¹⁴⁴.

¹⁴³ Entrevista realizada com o pescador aposentado Alair Conceição Teixeira (87 anos), morador da comunidade de Mocooca na Ilha de Maiandeuá, numa manhã de sábado, dia 11 de julho de 2020, na sua residência.

¹⁴⁴ A relação entre tradição e modernidade, na Amazônia, são temas amplamente discutidos por autores e sob os mais variados aspectos. No que diz respeito a este estudo, embasamo-nos em autores como: Canclini (2013); Sarlo (2005); Nascimento (1995); D’Incao (1997); Hall (2002); Lerner (1958); Marques (2004); Santos (1997); Schwartzman (2004); Trindade Júnior e Tavares (2008), entre outros.

Figuras 64, 65, 66 e 67 – Artesanato local feito com os cocos secos comuns nos quintais da região e que adornam as residências e bares na região



Fonte: Acervo pessoal de Graça Santana (2002).

As mudanças percebidas, com o passar do tempo, na maneira que a gente dessa região se relaciona com os costumes, os saberes e a natureza, influencia, definitivamente, no modo de viver e de encarar as tradições locais, em especial, no que tange à organização, à adaptação e à convivência, historicamente consolidadas por práticas humanas baseadas na naturalidade e na simplicidade de grupos sociais tradicionais (MEDRANO, 2012).

Vários outros produtos são comumente utilizados na fabricação do artesanato (Figuras 64, 66, 67) acima, feito na região. São com eles e com as flores de cores muito fortes que quase sempre as residências são adornadas, e as pessoas se enfeitam no dia a dia, principalmente, nas ocasiões especiais de festejos familiares, nos aniversários, batizados, casamentos, entre outros. As residências, os quintais, as áreas de uso comum, como a escola e o barracão da igreja, o altar e o andor de Santa Luzia, por ocasião dos festejos à Santa, são enfeitados com produtos extraídos da natureza local, dando um toque todo especial às comemorações nos vilarejos dessa área.

Quase sempre o trabalho é feito coletivamente, reunindo pessoas, numa tarde ou numa noite, na casa de um dos moradores entre as conversas e o cafezinho. Essa é uma das necessidades percebidas durante a pesquisa de campo: a necessidade de ter com quem conversar reunida com a satisfação de produzir coisas para enfeitar as casas, os barcos, os espaços de uso comum, como a escola, a praça e a igreja. Talvez essa também seja uma importância atribuída por eles ao trabalho artesanal. Talvez, de forma inconsciente, o ato do fazer algo manualmente dê significados à existência deles enquanto grupo social.

Hannah Arendt (*apud* SENNET, 2009, p. 17) coloca luz nessa condição humana afirmando que “[...] as pessoas que trabalham juntas certamente conversam a respeito do que estão fazendo”, pois o “[...] o pensamento e o sentimento estão contidos no processo de fazer”, posto que, a partir desses rituais cotidianos, é estabelecida, entre as pessoas de um grupo social, certa coesão num processo que envolve emoção e razão. Talvez a elaboração, ou construção de um objeto artesanal, seja para uso pessoal, ou para uso coletivo, passe pela reconstrução do ser no sujeito ou nos sujeitos que estão envolvidos no trabalho. Eles fazem para si mesmo ou para outras pessoas, envolvendo-se em um processo de muita paciência em relação aos sentimentos e pensamentos, enquanto que, durante o trabalho, conversam, comem, bebem, cantam, fumam entre dobras, raspagens, pinturas, retoques, entre outras atividades, que fazem parte dos processos criativos da relação entre ideia e matéria no fazer artístico, como revelado abaixo (Figuras 68 e 69) no artesanato com materiais locais e com a pintura nos bares e restaurantes na região.

Figuras 68 e 69 – Adornos e pinturas nos bares inspiradas nas belezas do ambiente local



Fonte: Acervo de Silvio Teixeira (2018 e 2011)¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Estas são feitas por nativos. Carrancas chama atenção em bares. Adorno corporal com a miniatura do curimbó, instrumento musical utilizado nas rodas de carimbó na região.

Figuras 70 e 71 – Adornos e pinturas nos bares inspiradas nas belezas do ambiente local



Fonte: Acervo pessoal de Graça Santana (2005).

A arte presente na natureza constantemente é levada para a construção e paisagismo na arquitetura praiana dessas regiões (Figuras 68 a 74), embora estejam em constante mudança por conta da dinâmica e dos processos oceânicos costeiros¹⁴⁶, nos dias atuais, estão em processos de destruição visivelmente mais acelerados, ainda assim, circulando pelas áreas mais próximas às praias no 40 do Mocooca e nas comunidades próximas, localizadas à beira das praias, facilmente são encontrados os barracos feitos pelos pescadores e seus parceiros de pesca, os quais são ocupados por turistas em finais de semana de lazer, seja pela carência de hospedagem em períodos de alta temporada, seja pela curiosidade destes em conhecer um modo de vida simples e mais próximo possível da natureza.

Talvez pela proximidade do mar e por receber o impacto marinho durante o ano todo, a área do 40 do Mocooca e o entorno estão associados à alternância de diferentes tipos de mudanças, continuidades e transitoriedades e têm impacto direto não apenas na alimentação e no comportamento dos moradores e visitantes, mas no tipo de material utilizado para construir habitações na região. Tais construções um pouco mais modernas, feitas, inclusive, nesses vilarejos, com aço e concreto nos últimos tempos, sofrem num

¹⁴⁶ Processos erosivos e de mudança do ambiente costeiros, devido aos impactos das marés, das correntes de marés, ondas e ventos, tem grande influência na vida natural e social de regiões próximas ao mar. Tal dinâmica provoca mudanças territoriais num conjunto de transformações de base material, tanto geográficas, quanto socioculturais. Para saber mais, ver: Rocha, Soares e Moraes (2019), Filgueira (2019), Ângulo (2004), entre outros.

curto espaço de tempo, a ação da salinidade, que é conferida a esses materiais na região. Diferente disso, muitos barracos de palha, madeira e barro revelam certa longevidade tipológica e construtiva (WEIMER, 1985) apresentando uma durabilidade interessante a partir do saber tradicional, além de ser extremamente atrativa ao turista que visita a cada ano em maior número, propondo uma reflexão a partir de uma ecologia social¹⁴⁷ possível de ser considerada e discutida para as populações de regiões que apresentam essas características e, geralmente, são constituídas de áreas legalmente protegidas.

É fato que a substituição desses materiais naturais por outros, que propõem mais segurança e durabilidade, já acontece há décadas na região, “invertendo” ou transformando conhecimentos e a cultura habitacional local. Os nativos querem suas casas de concreto e telhas de barro, em contrapartida, os turistas vão atrás de moradias temporárias rústicas, de barracos de madeira e palha para ter sua experiência o mais próximo possível da natureza dessa região.

Esses processos estão presentes em todas as regiões da Amazônia, guardando suas diferenças temporais. Na região desta pesquisa, essa mudança remete à origem dos vilarejos e está em curso com transformações na paisagem natural, nas construções humanas, tal como no comportamento social dos habitantes locais. Um pouco do que continua, especialmente no tange às questões socioculturais, é forçado por grupos locais que se organizam tentando manter tradições, mas também pela procura dos visitantes/turistas que sempre que chegam se encantam com as belezas naturais, com o modo simples de viver próximo ao mar, com as intervenções tradicionais na construção de barracos (Figuras 72 a 74, p.191), com as formas tradicionais de conservar alimentos ainda bastante utilizadas (Figura 77, p.191), com objetos feitos com produtos naturais e utilizados como utensílios domésticos, assim como com o artesanato que adorna as casas (Figuras 68, p.188 e 71, p.189) e os corpos dos nativos (Figura 70, p.189) e de visitantes que se encantam com a arte feita nessas áreas.

¹⁴⁷ Vertente da ecologia que discute a biodiversidade não como um conceito simplesmente biológico relativo à diversidade genética de indivíduos, de espécies e de ecossistemas, mas também como resultado de práticas milenares das comunidades tradicionais que domesticam espécies, mantendo e aumentando, em alguns casos, a diversidade local. Ou seja, a ecologia social defende que o estabelecimento de áreas protegidas deve se basear, além dos critérios biológicos, nos socioculturais, pois o conhecimento das populações tradicionais é fundamental para a conservação ambiental dessas regiões. Para saber mais, veja alguns autores que defendem ecologia social: Posey (1987-1984); Gomez-Pompa (1971); Gomez-Pompa e Kaus (1992).

Figuras 72, 73 e 74 – Barracos na beira da praia, em Mocooca e Fortalezinha, vilarejos da Ilha de Maiandeuá, vizinhos ao 40 do Mocooca



Fotos: Silvio Teixeira (2012 e 2013).

Figuras 75, 76 e 77 – Casas de barro na beira da estrada na comunidade do 40 que serão substituídas por casas de tijolos. E a casa já de tijolo que mantém a tradição de secagem do peixe como culturalmente feito desde a origem do vilarejo



Fotos: Pesquisa de campo (2018), Acervo de Silvio Teixeira (2011) e Pedro Mansour (2019).



7 “A VIDA AQUI É LUTAR!” – OS MOVIMENTOS SOCIAIS: DA FLORESTA AO MAR

Todas as fontes citadas e situações relatadas nesta pesquisa apresentam casos que refletem o cenário de mudanças sociais e espaciais em nível local e estadual, embora esteja, extremamente, relacionado ao contexto nacional. É importante salientar que as especificidades percebidas nas mudanças e continuidades territoriais identificadas, em praticamente todos os casos, deram-se por meio de sua reprodução social e cultural, organizadas a partir dos sujeitos e das relações destes com seus espaços de viver e trabalhar numa região de biodiversidade florestal e climática extremamente diferenciados do restante do País. As dificuldades de transitar e consumir das pessoas, que viviam nessas regiões em determinados períodos, de maneira geral, não têm sido o diferencial que as impulsionou a sair do estado de isolamento. Quase sempre são percebidas forças externas nesses processos, que funcionam como as alavancas mobilizadoras dessas mudanças. Pelo menos, duas delas são fortíssimas na área objeto desta pesquisa: a imigração e o turismo, aliados ao desejo dos moradores, que, de certo modo, foram manipulados para que atuassem como os agentes desbravadores do trabalho de transformação da estrada do 40 – PA-430, sobretudo, no passado. Nesse caso específico, percebem-se transformações de forma mais expressiva a partir de uma mistura de impulsos que vão desde o aumento do turismo como consequência do crescimento demográfico até o desejo dos moradores nativos de diversificar e facilitar o acesso à região.

No 40 do Mocooca, o principal diferencial percebido nas mobilizações, desde o início das primeiras transformações na estrada, nos anos de 1960, é que todo o processo se deu com a participação do trabalho braçal dos moradores da região, embora tenham sido impulsionados pelo desejo de comerciantes locais que ansiavam por uma maneira de baratear custos e tornar frequentes e fixas outras alternativas de chegar ao vilarejo. Diante disso, torna-se importante dizer que as benfeitorias, conquistadas até o presente, têm se dado com o envolvimento de todas as comunidades da área e de muita luta, através de ciclos de ações desenvolvidas em vários períodos e trechos da estrada PA-430.

Pode-se dizer que esses movimentos, por acesso seguro e um pouco mais fácil na Amazônia, articulam os mundos rurais e urbanos e marcam ciclos de lutas recentes na América Latina, sendo a maioria delas reforçadas a partir dos anos 2000 (PORTO-GONÇALVES, 2018). Vale ressaltar que, em relação ao histórico de lutas para construção e melhoria da PA-430, que foi levantando nesta pesquisa, ele remonta, pelo menos, há

uns 40 anos antes disso, iniciando, praticamente, no mesmo período de surgimento do vilarejo, como já relatado anteriormente neste trabalho.

A criação e quase todas as benfeitorias realizadas nessa estrada, desde o seu surgimento na década de 1960, vêm se dando com a participação local. Manter a estrada trafegável e limpa (Figura 79, p.194), reformando infraestruturas que atendem à coletividade na comunidade, fazer os reparos no trapiche (Figura 78, p.194), ou ainda, manter a pintura da escola, do posto de saúde, das Igrejas, que sempre acabam sendo realizadas partindo de iniciativas voluntárias locais e comunitárias. Mesmo quando se analisa a criação da APA Algodão Maiandeuá (início da década de 1990) e da Resex Marinha Maracanã (início dos anos 2000), assim como das outras duas unidades de conservação naquela região, estas se deram, de uma forma ou de outra, com a participação da população local. Embora nem sempre os moradores tenham ou expressem total compreensão da importância da sua atuação nesses processos, ainda assim, participam e concordam com a criação dessas unidades de conservação, muitos sendo sabedores da relevância dos ganhos coletivos para as comunidades da área, mesmo que apenas através dos programas governamentais¹⁴⁸ de auxílio criados para as populações de unidades de conservação. Entendemos que tais programas ajudam a diminuir desigualdades, assim como fazem parte de um processo que revela possibilidades de conquista de direitos por parte dos moradores locais, além de reforçar o trabalho comunitário presente em quase todos os eventos nessa região, a depender da situação, em maior ou menor frequência.

¹⁴⁸ Essas áreas costumam ser incluídas em programas governamentais criados para auxiliar populações tradicionais. Nesses programas, as populações são contempladas com recursos destinados de unidades de conservação em várias modalidades. Na área da nossa pesquisa, o principal programa identificado foi Projeto RESEX, desenvolvido no início dos anos 2000 com recursos do Governo Federal através do INCRA, que promoveu assentamento na comunidade com a construção de pequenas unidades habitacionais e doação de equipamentos (redes de pesca, pequenas embarcações, motores, bicicletas, geladeiras, etc) para utilização dos pescadores no seu cotidiano de trabalho na região. Outros programas governamentais mais recentemente são: Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e Bolsa Verde. Não encontramos relatos destes últimos terem sido contemplados nessa região.

Figuras 78 e 79 – Construção de parte da ponte derrubada nas grandes marés de 2018 e limpeza da estrada sendo realizada pelos moradores da região, na altura do campo das mangabas



Fonte: (78) Acervo do Mov. SOS Mococa e Filhos da Terra (2018). (79) Foto de Júlio Modesto (2019).

Uma das últimas mobilizações que se tem notícia na região, que envolveu grande parte da população local, foi promovida pelos grupos que se intitulam movimentos “SOS Mococa” e “Filhos da Terra”, estes surgiram logo depois do ano 2000. Nos depoimentos, não ficou clara a data exata, e como foram criados informalmente em reuniões em lugares e dias diferentes, não conseguimos ter acesso a uma data correta. Várias foram relatadas e preferimos, assim, fazer referência a um período mais aberto.

Os grupos são compostos por moradores e filhos da região, que se juntaram para reivindicar melhorias para a região, cujos principais focos jazem no asfaltamento da PA-430 e na construção de uma contenção para as águas do mar, que estão avançando sobre o vilarejo a cada ano.

Do ponto de vista dos eventos e das lutas sociais, é possível afirmar que, na região deste estudo, especialmente nas últimas décadas do século XX e início do XXI, um pouco antes das reivindicações atuais, surgiram alguns movimentos sociais e políticos que atuaram com muito empenho em trabalhos educativos, de formação técnica e cidadã, voltados para a preservação ambiental, tendo como finalidade melhorar a qualidade de vida dos moradores das comunidades dessa região.

Considerado pioneiro e um dos mais importantes movimentos dessa região, surgiu na Ilha de Maiandeuá, na comunidade de Fortalezinha, vizinha ao 40 do Mocooca, esse movimento desenvolveu ações que refletiram em toda a região, sendo lembrado até hoje pelos moradores. Movimento de cunho educativo e ecológico fundado, em 18 de fevereiro de 1997, por filhos de pescadores da comunidade de Fortalezinha sob a orientação da professora Graça Santana, geógrafa e então pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), uma das nossas interlocutoras neste trabalho. Esse grupo realizava atividades voltadas para a educação ambiental nas comunidades próximas com a participação de voluntários que se identificavam com as temáticas ambientais e sociais, que, nessa época, tinham como principal foco as discussões sobre a sustentabilidade na sociedade contemporânea¹⁴⁹. Várias questões relacionadas a esse tema eram discutidas pelo grupo e, em sua maioria, giravam em torno do comportamento da raça humana perante seu ambiente, assim como dos objetivos de desenvolvimento desse milênio com as discussões que aconteciam em nível mundial, embora focadas na busca de melhorar a qualidade de vida das populações em níveis locais.

Figuras 80, 81, 82, 83 e 84 – Logomarca do GAF, palestras sobre a produção e a distribuição de lixeiras artesanais nas comunidades e campanha educativa sobre o lixo com as crianças



(80)

¹⁴⁹ Na última década do século XX e na primeira do XXI, ferveram eventos sobre a sustentabilidade ambiental e a preocupação com as futuras gerações. *Eco-92*, *Rio-92*, *Cúpula da Terra* ou *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* foram os mais importantes em nível nacional. Em nível global, entre vários outros eventos, tivemos a Rio+10 que contou com líderes de 189 países, além de centenas de Organizações não Governamentais (ONGs), representantes da sociedade civil de várias partes do planeta, reunidos em Johannesburgo, na África do Sul, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 2002, para avaliar o progresso dos acordos estabelecidos na Rio-92, a partir da elaboração da Agenda 21. A sustentabilidade ambiental e o futuro das gerações, no Planeta Terra, foi tema discutido de forma bem interessante na tese de doutorado: “Rio+20: um estudo sobre narrativas de desenvolvimento sustentável e fim de mundo” de Maria Rita Lustosa Junqueira Villela na PUC/Rio em 2015.



(81)



(82)



(83)



(84)

Fonte: Acervo da professora Graça Santana (2002, 2003 e 2004).

Quaresma (2003), Figueiredo (2005), Barbosa (2019), Figueiredo e Santana (2013) estudaram a trajetória do Grupo Ambiental de Fortalezinha (GAF), que, através de atividades educativas, desenvolvidas por seus membros e pela população local, discutiam a relação de dependência do homem com seu ambiente, promovendo educação ambiental e qualidade de vida aos moradores e turistas que visitavam a área. Foram cinco anos de trabalho informal e voluntário e mais cinco como entidade jurídica legalmente constituído, buscando recursos humanos capacitados e financeiros para atuar na região. Foram muitos cursos, oficinas, campanhas que abordaram temas democráticos, de educação não formal, meio ambiente, organização social, trabalhos manuais, artesanato, música, entre vários outros, que promoviam o bem viver nas comunidades da Ilha de Maiandeuá e nos seus arredores.

Esse foi um movimento que surgiu em Fortalezinha, comunidade vizinha ao 40 do Mocooca, no início dos anos de 1990, ou seja, há, pelo menos, 35 anos e até o presente é lembrado e continua servindo de inspiração, incentivando os moradores nas ideias de melhorar a vida na região, o que se revela nos eventos e nas ações que desenvolvem

lutando. O exemplo são os novos grupos que surgiram mais recentemente na região: o “SOS Mocooca” e os “Filhos da Terra”.

Atualmente, o GAF está “adormecido”, aguardando que as novas gerações despertem para despertá-lo. Ouvimos isso da sua criadora e principal articuladora, a professora Graça Santana, quando a questionamos sobre o futuro dos movimentos sociais na região. De acordo com ela, o grupo voltará em breve, não por suas mãos, mas “pela força que os pescadores têm de se reinventar, de criar, de sobreviver, de seguir lutando por seu lugar”. Nos últimos anos, em especial, por conta da pandemia e de alguns problemas de saúde, que requerem cuidados constantes, Graça se recente de pouco ter ido pouco à região. Embora ela afirme que a “semente ficou”, o que foi constatado nesta pesquisa. Percebemos as lutas do GAF por um lugar melhor com mais qualidade de vida para os moradores locais, o que foi trabalhado no passado, e atualmente estão presentes nas ideias e lutas dos movimentos atuais e aparecem nos relatos a todo momento, tanto entre os que vivem por lá, como entre os que já migraram, mas prosseguem com o desejo de continuar o trabalho na região.

Durante os períodos da pesquisa, ouvimos comentários, entre alguns membros do grupo “Filhos da Terra”, que nos levaram a acreditar numa possibilidade de se recriar ações a partir do trabalho realizado pelos “gafianos”. Um trabalho, que ficou nas memórias de muitos moradores, mudou alguns hábitos, o que facilmente se percebe na atualidade, na coleta do lixo, por exemplo, no envolvimento das mulheres no trabalho da pesca e do reconhecimento de seu trabalho por parte dos seus companheiros, no capricho da organização visual turística da comunidade (Figuras 58 à 88, p.198) e na mistura entre arte e natureza, tentando educar os visitantes com frases de efeito e dando dicas de como cuidar do ambiente local. Tudo isso proporciona um encantamento nos turistas que visitam a região, fazendo com que muitos retornem para suas realidades dizendo que “estão voltando do paraíso”.

Figuras 85, 86, 87 e 88 – Casas e pequenos comércios nos vilarejos da ilha de Maiandeuva (Mocoooca e Fortalezinha)



Fonte: Pesquisa de campo (2021)¹⁵⁰.

¹⁵⁰ Região onde o GAF foi muito atuante nas suas ações educativas para o meio ambiente.

a) O “SOS Mocooca” e os “Filhos da Terra”

Figura 89 – Logomarca da junção dos movimentos SOS Mocooca e Filhos da Terra



Fonte: Acervo do movimento SOS Mocooca e Filhos da Terra (2018).

O SOS Mocooca surgiu no dia 4 de fevereiro de 2019 numa noite de lua nova e marés muito altas que batiam com toda força contra as falésias em frente à comunidade do 40 do Mocooca. Nessa noite, as águas do mar eram jogadas pelas fortes marés por cima de casas que já tinham sido abandonadas em razão da força das águas do dia anterior terem enfraquecido suas estruturas. Alguns moradores da vila do 40, reunidos na rua principal em frente ao furo marinho, presenciaram o desmoronamento de parte dessa falésia, chamada por eles de barranco, em frente à comunidade. Uma das casas desabou e parte da rua desmoronou com a força das batidas das ondas em frente ao vilarejo, aumentando, consideravelmente, o processo de erosão que cresce ano após ano no local.

Assustados, alguns dos presentes começaram a se reunir para pensarem juntos e traçarem estratégias de conseguir ajuda para a construção de um cais de arrimo que pudesse conter a força das águas, que avançam no vilarejo.

Um desses moradores é Walter Teixeira Filho (34 anos), o Waltinho. Nascido e criado na comunidade do 40 do Mocooca, filho do Sr. Walter Teixeira Lima, pescador e líder comunitário das antigas, tomou para si parte da liderança e do trabalho que seu pai desenvolvia, segundo ele, de buscar melhorias para a região. Narrando como surgiu grupo, disse:

Nessa noite, tinha umas 40 pessoas lá na rua da frente. A gente tem esse costume de ir pra lá olha a força da maré quando ela é muito grande. Tinha várias pessoas com medo, chorando nessa noite. Uma das casas lá da frente já tinha caído. Seu Hêlio já tinha mudado pro outro lado da rua, teve um prejuízo muito grande, e agora a maré estava ameaçando mais uma vez a casa

nova dele. Parte da rua já tinha desabado na maré cheia do mês anterior. Aí a gente teve a ideia de fazer um vídeo com uma senhora em cima da ponte que já estava quebrada, ela chorando e pedindo socorro. Representando a comunidade. E postamos! Mocooca ali estava pedindo socorro. Tava sendo destruído e ninguém fazia nada por nós. Nessa noite, a maré tava destruindo a casa do seu Aguiar, do Siqueira e a gente não podia fazer nada. Eu sei que nós estamos recebendo uma resposta à altura da natureza por nós ter agredido ela. A culpa é nossa, por não ter consciência de cuidar dela. Quando a gente postou, nossa amiga Dione, lá em Belém, viu o vídeo e logo criou o grupo SOS Mocooca. E daí começou os filhos daqui, que nasceram aqui nessa região, começaram a participar, a fazer comentários nas postagens, a postar fotos e começamos a discutir o que fazer para mudar isso. (Depoimento de Walter Teixeira Filho, 34 anos, em sua residência na noite de 7 de junho de 2019).

Esse grupo é o principal veiculador de notícias sobre os desmoronamentos ocorridos no vilarejo. Por causa deles, as redes sociais estão cheias de vídeos e fotografias que mesclam a beleza e a força implacável e destruidora da natureza, obviamente atenuada pela ação humana naquela região. Nosso trabalho tem recolhido esse material, assim como as narrativas dessas pessoas, que se apresentam como excluídos e sem poder de decisão, mas de pressão. Quando conversamos com alguns deles, lá no vilarejo do 40 do Mocooca ou na Grande Belém, onde muitos já residem, percebemos o quanto estão empenhados nessa luta. Ampliar os discursos e levá-los ao espaço público do discurso e da palavra na academia pode complementar o trabalho, que é político, feito por eles na região, o que Portelli (2010) discute como papel político da História Oral, o “direito não apenas de falar e de que se faça caso, de falar e ser ouvido, ser escutado, de ter um papel no discurso público e nas instituições políticas”, que detém grande parte do poder de mudar positivamente a realidade dessas regiões.

Essas pessoas, que se juntaram no movimento do “Dia D”, para gritar e lutar pela melhoria da estrada e das comunidades da região, mesmo muitas delas não morando mais ali, expressam e demonstram sua relação de afeto e identidade com a região e com os quais, ainda, vivem cotidianamente nesse lugar. Isso ficou muito claro nas narrativas coletadas. Embora sejam hoje diaspóricas¹⁵¹, ou seja, boa parte dos organizadores e dos presentes tem residência fixa em Igarapé-Açu, Castanhal ou região metropolitana de Belém, e mantém laços afetivos com familiares, amigos ou conhecidos, de identidade com a região, que, mesmo tendo migrado, mantém um profundo desejo de viver ou voltar a viver por essas bandas. Estes costumam dizer que vivem longe de lá por necessidade, por precisão, não porque querem. Tais pessoas carregam consigo uma memória que as

¹⁵¹ Stuart Hall (2003), no artigo “Pensando a Diáspora”, discute a questão diaspórica baseada na criação de novos pertencimentos e no desejo imaginário do retorno à terra deixada, tomando a experiência caribenha como reflexão para o estudo, reforçando a tese de que cada diáspora “carrega consigo a promessa do retorno redentor”.

empurra a viver essa experiência de luta pela região onde nasceram, onde quer que estejam, o que, em nosso entendimento, explica muito o caráter de mobilidade das migrações contemporâneas percebidas nas narrativas locais.

Um exemplo desse empenho e doação ao movimento é a liderança de Júlio Modesto (42 anos), filho daquela região, residindo, atualmente, em Belém, para onde se mudou há 15 anos para estudar e trabalhar. É uma das lideranças do movimento SOS Mocooca, tomando à frente nas articulações de atividades, realizadas pelo grupo, cujo principal foco é levantar recursos para a construção de uma contenção, um cais que amenize o impacto das marés, buscando conter o avanço do mar sobre o vilarejo.

Outra liderança com quem tivemos várias conversas é Erivelton Balba (37 anos). Nascido na comunidade vizinha de 4 Bocas, é um dos que comanda o grupo Filhos da Terra, grupo que tem se empenhado há mais de uma década na construção e no asfaltamento da PA-430. Os dois, Júlio e Erivelton, têm origem em histórias parecidas nas suas relações pessoais e familiares com a região, e como eles disseram, isso acontece com a maioria dos outros que se juntaram a eles em busca de melhorar seu lugar de origem. Um lugar ao qual suas identidades estão fortemente ligadas, o que foi expresso na mesma frase dita pelos dois: “meu umbigo está enterrado nessa praia!”. Quando conversamos com Erivelton numa entrevista e com Júlio informalmente, ambos disseram se referir aos grupos formados para lutar por melhorias para a região: “todos nós somos do Salgado e vamos pertencer ao sal até o fim!”. Júlio vai todos os meses ao 40, pois é assim que “recarrega suas forças para viver longe de lá”. Erivelton está acompanhando de perto o asfaltamento da estrada, iniciado no final de 2021. Posta vídeos do trabalho, às vezes, elogiando, outras, reclamando da demora ou denunciando falhas no trabalho. Estão sempre em contato, dia após dia procurando notícias da região.

Essa relação de pertencimento¹⁵² explica o se sentir pertencendo a um determinado lugar, o sentimento de que pertencemos a esse lugar, a necessidade que um indivíduo carrega de interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar e demonstra um sentimento constituído a partir de histórias vividas e que estão quase sempre ligadas a um lugar permanente de viver, ou seja, a casa dos pais, onde nasceu e deixou laços. Corroborando com a assertiva de Bonnemaïson (2002, p. 91) sobre “A correspondência entre o homem e o lugar, entre uma sociedade e sua paisagem, está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural no sentido amplo da palavra”. Ou ainda, como

¹⁵² Sentimento que surge entre habitantes de um determinado lugar a partir das relações e interações tecidas entre estes, compartilhando cotidianos, dificuldades, afetividades, valores e anseios numa relação que pode resultar numa identidade comum a grupos, comunidades e sociedades. Para saber mais, ver: Le Bourlegat (2006), Valle (2002), Bonnemaïson (2002), Castells (1999), Haesbaert (1997), entre outros.

é colocado por Valle (2002), como laços que vinculam o indivíduo a determinado modo de ser, estilos ou comportamentos na comunidade que participa, maiormente em papéis relacionados a sociabilidades, normas, valores e experiências vividas pessoal ou coletivamente.

O sentimento de pertença surge das relações e interações que acontecem entre os moradores de determinado lugar. Os encontros cotidianos geram afetividade e identidade coletiva. Tanto que desse sentimento de pertença irá resultar a identidade dos grupos, comunidades e sociedades (LE BOURLEGAT, 2006).

No vilarejo do 40 do Mocooca, não se trata apenas do espaço da vida privada, mas das áreas públicas como a escola, a igreja, a pracinha, a praia, o porto e a estrada. Todos esses lugares fazem parte desse sentimento de pertença através de processos distintos, ainda que complementares da formação da identidade do indivíduo.

De um ponto de vista mais amplo, Castells (1999) contribui com essa discussão afirmando que as identidades são construídas a partir

[...] de matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais [...] todos esses materiais são processados pelos indivíduos, [...] que reorganizam seu significado em função de tendência sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELLS, 1999, p. 23).

Entretanto, para Hall (2002), nada é conclusivo na esteira das análises indenitárias, em especial nas sociedades modernas, pois, na atualidade, há uma desestabilização de referências, que não são facilmente compreensíveis tampouco definitivas, mas, sim, processos em movimento. Essa é uma situação perceptível no ir e vir de mudanças, sentimentos e continuidades que permeiam todos os relatos dos moradores da área pesquisada.

Percebemos que, no processo de organização dos grupos, que têm lutado por mudanças estruturais, sobretudo, na infraestrutura local, ou como eles se referem, pelas melhorias para a região, representadas principalmente pelo asfalto para a estrada e pela construção de um cais em frente ao vilarejo do 40, revelam-se uma multiplicidade de percepções com sentidos que se espalham entre manter o seu lugar como os ares bucólicos, simples e interioranos do passado, da infância e adolescência de cada um deles, até o lugar do futuro, com o “progresso” representado pelo asfalto na estrada, no cais, no saneamento e na oferta dos serviços turísticos de qualidade, que poderão atrair mais visitantes e gerar renda para quem mora na região.

Nas manifestações organizadas para chamar atenção do poder público para o lugar, refletem-se o desejo de cada um deles, de dar sentido ao seu lugar a partir das suas vivências do passado e do presente, mas com uma ideia de futuro próspero, com qualidade de vida para os moradores.

Segundo Erivelton Balga (37 anos), em 16 de abril de 2019¹⁵³, um grupo de 4 pessoas, todos membros do “SOS Mocooca”, foram à Assembleia Legislativa do Estado do Pará e deram entrada em um abaixo-assinado “solicitando providências, diante da situação de ‘calamidade pública’ que as famílias que vivem na região estão submetidas”, maiormente, na última década. Ali começou a se desenhar o “Dia D” na região com várias mobilizações sendo propostas entre eles.

Erivelton é membro do outro grupo, os “Filhos da Terra”, mas também fez seu relato sobre esses dias. Contou que estiveram juntos em todas as manifestações organizadas entre eles, principalmente, na carreato do “Dia D”, na qual ele se empenhou para que tudo desse certo. Em sua entrevista, ele explicou que essa manifestação foi um sucesso, pois teve resultados concretos e imediatos. Um desses resultados aconteceu em 26 de abril de 2019, seis dias após o evento do “Dia D” na região, a prefeitura de Maracanã publicou um Decreto¹⁵⁴, assinado pela então prefeita Raimunda da Costa de Araújo (Professora Dica), declarando situação de emergência em algumas áreas do município. No documento, o vilarejo de 40 do Mocooca aparece como a região mais afetada durante o período chuvoso e pela força das grandes marés nos últimos anos.

¹⁵³ Requerimento protocolado na ALEPA, sendo encaminhado um abaixo-assinado pedindo providências dessa casa diante da situação de calamidade pública, a qual se encontra o vilarejo do 40 do Mocooca. O documento informa e pede ajuda aos deputados para evitar maiores perdas materiais e ambientais na região, onde várias casas, igrejas, árvores centenárias ou foram destruídas ou encontram-se em situação iminente de acontecer. Além disso, o documento informa que todos esses problemas têm aumentado as dificuldades de acesso à Ilha de Maiandeuá. A área do 40 está destruída no local de travessia para os moradores e turistas que visitam a Ilha.

¹⁵⁴ Decreto nº 36, de 26 de abril de 2019, que declara situação anormal, caracterizada como situação de emergência, nas áreas do município de Maracanã, afetadas pelo período chuvoso – Cobrade: 1.1.4.3.2, 1.1.4.1.0, 1.3.2.14 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.maracana.pa.gov.br/site/2019/05/10/decreto-emergencial/>.

Figuras 90, 91 e 92 – O avanço do mar e a destruição na orla comunidade



Fonte: Acervos fotográficos dos movimentos “SOS Mocooca”, “Filhos da Terra” (2019) e Graça Santana, (2019).

Diante do sucesso das ações relatadas pelos grupos, seus membros fizeram questão de dividir os louros da luta intitulando-se parceiros nessas conquistas. Essa é uma questão interessante, visto que percebemos um movimento parecido com o que houve no passado, por ocasião da construção da estrada do 40. Nesse episódio, percebemos que os créditos pelo trabalho também foram divididos entre as comunidades e seus moradores, sem citar nomes, sem dar maior importância a uma ou outra. Nesse sentido, entendemos que, em relação ao surgimento da estrada, todo o processo aconteceu no passado, muito parecido com o que tem sido no presente em relação ao seu asfaltamento. Tudo sendo encarado com lutas e conquistas coletivas.

No movimento que aconteceu a partir de 2019, em prol de melhorias para a região, não há nomes citados como maior ou menor importância. Os grupos, apresentados por seus membros, intitulam-se os autores das reivindicações e das pressões diante do poder público.

Dessa forma, entendemos que tal comportamento pode ser revelador de memórias, afetividades e lutas construídas de forma coletiva, mas que estão sujeitas a flutuações, transformações e mudanças constantes (POLLAK, 1989), justamente por se tratar de pessoas diferentes com individualidades, aspirações e sonhos variados, mas que, em determinados momentos, cruzam esperanças, sonhos, afetividades e lutas que acabam por se tornar desejos e conquistas coletivas, que podem também carregar possibilidades de transformações.

Outro grupo presente na região se intitula “Filhos da Terra”. De tal modo que 30 pessoas, participantes desse movimento, identificam-se como filhos e amigos da região da PA-430. Desde 2015, eles reivindicam o asfaltamento da PA-430 como pauta principal. O tema “Asfalto Já na PA-430” foi o mote de luta que reuniu seus membros na “Praça dos Trabalhadores” no bairro de São Brás em Belém já no início da sua formação. Nesse dia, segundo Erivelton, estiveram presentes vários conterrâneos daquela região, principalmente dos vilarejos 40 do Mocooca, 4 Bocas e das comunidades da ilha de Maiandeuá.

Todos os encontros e reuniões desse grupo tinham como resultados várias postagens nas redes sociais, em que eles chamavam atenção para o abandono da estrada e das 36 comunidades do seu entorno, algumas, inclusive, dependentes exclusivamente dessa rota para seus moradores saírem e voltarem à região.

O professor Erivelton Balga, membro fundador desse grupo, contou que foram muitos encontros até que conseguissem obter retornos das muitas promessas com soluções por parte do governo do estado no intuito de minimizar os problemas de acesso e mobilidade históricos em toda essa região.

Assim, ficou definido como tema principal de luta para os próximos anos: “acesso e mobilidade com respeito na PA-430”, definindo, ainda, a pauta de luta a partir de 2018, ano em que os grupos resolveram se juntar, reforçando a luta pela recuperação e pavimentação da PA-430 e de construção do cais na orla do vilarejo do 40 do Mocooca.

No início, conforme Erivelton, a mobilização se dava com recursos próprios dos participantes e através de campanhas de doações para a criação e a produção dos primeiros cartazes e folders (Figuras 94 e 95) de chamamento das comunidades da região

e dos visitantes para a grande movimentação que culminou com a carreata do dia 20 de abril de 2019 (Figura 95, p.207).

Figuras 93 e 94 – Cartazes de divulgação feitos pelos membros dos movimentos pedindo ajuda e chamando o povo para participar das manifestações



Fonte: Acervos dos movimentos “SOS Mocooca” e “Filhos da Terra” (2019).

Podemos inferir, diante disso, que toda essa área se constitui num território para o qual é dado sentido a partir da identidade cultural dessas pessoas que tiveram suas experiências compartilhadas entre histórias e vivências ligadas às dificuldades de locomoção e transporte nessa região. São essas vivências que produziram sentido de lugar, promovendo laços que se manifestam com base nas memórias do passado, assim como nas vivências cotidianas do presente, que estão em constante mudança.

Para esses grupos, percebemos que a estrada se constitui num bem material da sua cultura, construída ao longo do tempo e dada sua importância para a mobilidade de todos na região. Isso nos adverte para a necessidade de compreendermos as memórias dessas pessoas, assim como suas ambiguidades. O que é explicado por Alistair Thompson (1997, p. 58) nas nossas tentativas, nem sempre bem-sucedidas, de compor um passado, resultando em ansiedades não resolvidas e identidades fragmentadas e contraditórias. As melhorias na estrada para essas pessoas são expressadas como a realização de um desejo comum na região e costumam ser apresentados como benfeitorias mais importantes para todos que li vivem, de tal modo que, em nenhum momento da pesquisa, notamos preocupação nos relatos com possíveis problemas que podem ser trazidos ou intensificados com a estrada após sua finalização.

Esse é um cenário no qual acreditamos que há uma relação estabelecida entre a estrada, os rios e as comunidades amazônicas, aqui representadas a partir das memórias dos moradores da região do 40 do Mocooca em Maracanã, os quais se inserem em reflexões urgentes sobre os modos de vida nessa região sob pena de agravar problemas sociais, ambientais e culturais diversos, a ponto de não conseguir revertê-los, em especial, aqueles que impactam a relação humana o ambiente local.

7.1 O ASFALTO NO RAMAL: UM SONHO COLETIVO NA MARCHA DO “DIA D”

Figura 95 – Moradores e visitantes da região na Carreata do “Dia D” na PA-430



Fonte: Acervo de Sandro Barbosa, 2019.

O dia 20 de abril de 2019, um sábado sem sol e muita chuva, era mais um típico dia de inverno amazônico daquele ano, no qual presenciamos uma movimentação atípica na região do 40 do Mocooca. Chegavam debaixo de uma forte chuva, aproximadamente 300 pessoas, seguidas por uns 20 automóveis, várias motocicletas e muita vontade de mudar uma história de abandono e exclusão de várias pequenas comunidades dessa região do município de Maracanã.

As sombrinhas coloridas contrastavam com as duas cores que se destacam no local: o verde da floresta de um lado, de outro, o vermelho do barro e da lama com os quais essas pessoas estão bastante acostumadas a conviver. São gerações de famílias que vivem, trabalham, estudam e transportam sua produção sempre com essa realidade de dificuldade de acesso. A procissão que estava presente, no evento nesse dia, era acompanhada por um carro de som no volume máximo. O microfone, nas mãos de Waltinho, sempre acostumado a ele em suas pregações como presbítero, chamava os moradores para se juntarem ao grupo, que já seguia pela estrada, encharcado pelas águas da chuva que teimava em cair. Em seu discurso naquela manhã, Waltinho começou dizendo que um dia, olhando a erosão em frente à comunidade do 40, questionando-se sobre tal destruição no seu vilarejo, sentiu que as ondas batiam nas falésias e mais pareciam respostas ditas a ele numa conversa, traduzida por ele para todos os presentes, assim: “a erosão me disse: eu estou assim porque me feriram, tiraram a minha proteção. Eu só estou reagindo! E se vocês também não reagirem, não tomarem providências, eu vou isolar vocês”. Para Waltinho, a manifestação seria, desse modo, a reação mais forte e decisiva. Com chuva ou com sol, todas as comunidades da área tinham obrigação de participar, uma vez que essa reação seria o começo e a parte essencial da solução para os problemas de acesso à região.

Assim, a manifestação, que recebeu o nome de “Dia D da PA-430”, foi organizada de maneira que fizesse muito barulho, chamando atenção principalmente do poder público local, mas também dos filhos daquela região que já não residem por lá. Sendo feito desse modo e na era das redes sociais, as postagens foram maciçamente feitas e multiplicaram-se entre os moradores de toda a região, fazendo as notícias chegarem até a sede do município, entre os vereadores e secretários que rapidamente informaram a então prefeita Profa. Raimunda Costa.

A partir desse dia, as postagens convocavam as outras comunidades, propondo um movimento de “vilas interligadas” para buscarem melhorias para a região. Eles entendiam e diziam abertamente que o asfaltamento da referida estrada teria impacto positivo na vida de todas as comunidades daquele lado de Maracaná. As convocações continuavam e chamavam com palavras de ordem que diziam: “vamos nos juntar, fazer barulho e chamar atenção de todos, seja do poder público, seja dos moradores locais, seja de visitantes ou turistas que frequentam a região”.

O objetivo maior, consoante com Erivelton Balga, um dos presentes nesse dia na manifestação, era chamar atenção para os problemas ambientais que estão ocasionando

grandes problemas sociais para os moradores, embora tudo tenha se acabado de modo a resumir, no discurso, a necessidade de asfaltamento da PA-430, como o desejo da maioria contraditoriamente.

O dia 20 de abril de 2019 ficou marcado na memória e na história dessas pessoas, que orgulhosos do que estavam realizando, caminharam num trecho de um quilômetro da PA-430 cercado por floresta, desde a comunidade de 4 Bocas até o 40 do Mocooca, fazendo discursos políticos, mas dito, ao microfone por Waltinho, não partidários. Para os organizadores, essa carreato foi uma primeira ação numa tentativa desesperada de chamar atenção para a situação de calamidade em que essa região vinha passando.

A partir do “Dia D”, outros encontros foram promovidos e alguns avanços foram contabilizados e relatados via redes sociais dos grupos. Um desses avanços foi uma reunião com deputados e senadores do estado um mês depois, os quais mostraram interesses em auxiliá-los nessa causa. Depois do dia da manifestação na região, o grupo pleiteou uma audiência com o governador do estado Helder Barbalho, organizando um grande evento na região para discutir temas que entrelacem a vida cotidiana, os problemas locais e os discursos produzidos pela academia e pela política local e do estado sobre a região. Para eles, a busca de diálogo e relações de intercâmbio com as autoridades constituídas seria fundamental nesse processo. Essa relação é muito bem analisada por Sarraf-Pacheco (2006, p. 19), ao estudar a cidade de Melgaço na obra “As margens dos Marajós”. Para o autor, “urge ampliar espaços e construir condições que aprofundem nossas perspectivas críticas frente a conhecimentos produzidos e poderes instituídos [...]”, buscando “aprender e desmanchar práticas culturais e discursos políticos, que, se juridicamente nos declaram iguais e inseridos em uma cultura e memória nacional, historicamente nos diferenciaram e investiram de prerrogativas” (SARRAF-PACHECO, 2006, p. 19).

No final de 2021, finalmente, o desejo das populações daquela região foi realizado, o asfalto começou a chegar na PA-430. Os trabalhos de terraplanagem começaram a partir do vilarejo do 40 do Mocooca na sua principal rua e seguem pela estrada com previsão de ser concluído no final de 2022.

A parte mais simples do trabalho tem sido feita aproveitando a mão de obra local. Segundo informações divulgadas pelo atual prefeito de Maracanã, Reginaldo Carrera, divulgadas no *site* da prefeitura de Maracanã¹⁵⁵. Essa foi uma das condições impostas na licitação pelo governo do estado para contratação da empresa para o trabalho: o

¹⁵⁵ Fonte: <https://maracana.pa.gov.br/asfaltamento-da-pa-430-abre-vagas-de-empregos-para-a-comunidade/>.

aproveitamento da mão de obra local. Ao final do processo licitatório, já no segundo semestre de 2021, a empresa vencedora da licitação foi a B. A. Meio Ambiente Ltda. A obra total constitui-se na construção e na pavimentação da extensão de 32,20 Km de PA-430, trecho que vai do entroncamento PA-430, no vilarejo do 40 do Mocooca, até a o vilarejo da Concinha, no município de Magalhães Barata-PA.

As informações divulgadas pela assessoria da prefeitura dão conta de que, desde o início dos trabalhos, já foram contratadas 120 pessoas das “vilas interligadas” pela empresa no local. Isso facilitaria a realização do trabalho, pois essas pessoas moram próximas da área, por esse motivo, estarão circulando diariamente com maior facilidade para trabalhar conduzindo veículos que transportam e condicionam insumos para a obra, raspagem, nivelamento e limpeza da via e a preparação para a pista receber o asfalto. Durante o ano de 2021, quando transcorreu todo o processo licitatório¹⁵⁶, a população esperava ansiosamente o início dos trabalhos, o que aconteceu em dezembro daquele mesmo ano, ou seja, no final de 2021, apesar da pandemia do Covid-19, que afetou a todos, marcou o início da realização do maior sonho dessa região: ver finalmente a estrada do 40, ou PA-430, toda asfaltada e trafegável. Como disse Erivelton, sem parar para analisar que estradas são infraestruturas que nunca chegam a uma região sem impactar negativamente, sobretudo, em áreas de unidades de conservação com florestas marinhas, que são mais vulneráveis. Áreas que, quando estão saudáveis, proporcionam alternativas de renda para a população local. Este seria o grande benefício para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população da região. Ainda assim o que Erivelton e todos os seus companheiros de movimento concordam é que “Essa será nossa grande conquista. Nossos pais construíram, nós conseguimos trazer o asfalto para o ramal do 40!”



¹⁵⁶ Todas as informações relacionadas ao processo licitatório até a contratação da empresa responsável pelo trabalho de pavimentação e asfaltamento da PA-430, estão disponíveis em: <http://setran.pa.gov.br/site/licitacao/151>, site da Secretaria de Transporte do estado do Pará (SETRAN-PA).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um homem se justificarem, ou não, à luz da evolução posterior. Afinal de contas, nós mesmos não estamos no final da evolução social. Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas do povo da Revolução Industrial, percepções de males sociais que ainda estão por curar.
(E. P. Thompson, 2019)

Para a maioria de seus habitantes, viver na Amazônia, na atualidade, traz consigo a noção de fazer parte de um ecossistema gigante que tem fundamental importância para regular a vida em diversas outras regiões do Planeta Terra. Muitos estudos científicos já publicados, alguns deles citados anteriormente nos capítulos deste trabalho, têm sido divulgados, e mais de modo recente, são quase que diariamente apresentados na mídia nacional e internacional sobre seus povos, florestas, rios que percorrem o chão e o ar¹⁵⁷, comunidades de insetos, peixes e mamíferos, entre os quais, a raça humana se inclui em sua imensa biodiversidade extremamente ameaçada nas últimas décadas. Todo esse cenário, quase sempre, é noticiado já indicando um processo de sofrimento ao qual todos, dentro e fora dessa região, estamos expostos, por conta de explorações predatórias que vêm sendo desenvolvidas e intensificadas nas últimas décadas, mesmo diante de todos os alertas da ciência e de ambientalistas sobre a importância de se preservar o bioma Amazônia para a regulação climática e ambiental de todo o planeta, sob pena desse processo de devastação ser considerado “irreversível e sem precedentes”¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Cursos atmosféricos invisíveis a olho nu, formados por massas de ar que transportam bilhões de toneladas de água vaporizada, muitas vezes, acompanhadas por nuvens que são empurradas pelos ventos. Seriam esses os fenômenos que estão por trás de fortes chuvas no sudeste brasileiro? A resposta está em estudos muito atuais feitos por estudiosos do clima, publicados em periódicos nacionais e internacionais. Um dos mais explicativos está na Revista Digital Galileu, que aborda a formação e as mudanças no clima brasileiro e sua relação com os rios voadores. A expressão “rios voadores da Amazônia” foi criada para designar a enorme quantidade de água liberada pela Floresta Amazônica em forma de vapor d’água para a atmosfera, que são transportadas por correntes de ar. Esses rios voadores possuem cerca de três quilômetros de altura, algumas centenas de largura e milhares de extensão. Isso significa que, em alguns dias do ano, um rio com as dimensões do Amazonas atravessa os céus do Brasil, provocando fortes chuvas em algumas regiões, enquanto em outras a seca prevalece. Fonte: *Revista Digital Galileu*, de 3 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2022/02/o-que-sao-rios-voadores-como-se-formam-e-qual-e-sua-importancia.html>.

¹⁵⁸ Fontes: G1 (Mudanças climáticas provocadas pelo homem são irreversíveis e sem precedentes, diz relatório da ONU <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/08/09/mudancas-climaticas-provocadas-pelo-homem-sao-irreversiveis-e-sem-precedentes-diz-relatorio-da-onu.ghtml>); ClimaInfo (Impactos das mudanças climáticas: o recado do novo relatório do IPCC para o Brasil. Disponível em: https://climainfo.org.br/2022/02/28/impactos-das-mudancas-climaticas-brasil/?gclid=CjwKCAjwo8-SBhAlEiwAopc9W7n17WdnBp54FiFwna1Q1_Wmp-yfzE0TJhq9lib4ikcBBuoeWWT8zhoC3nAQAvD_BwE).

Este estudo apresenta, em seu bojo, um pouco dessa urgência expressa nesse primeiro parágrafo. Nosso enfoque baseia-se na experiência humana que milenarmente vem tecendo relações entre homens e mulheres, e destes como seus espaços de viver, transitar e socializar. Lugares onde essas pessoas vêm desenhando, ao longo dos séculos, os aspectos ambientais e culturais de suas comunidades. Tal construção apresenta-se envolta em relações de trocas com ambientes diversos e extremamente ricos em recursos naturais, ao mesmo tempo pulsantes em tradições e histórias, que narram a trajetória da vida na região ao longo dos séculos.

Diante disso, não podemos deixar de incorporar e demonstrar a importância do viés ecológico e climático como parte do foco histórico deste trabalho, visto que as três abordagens fazem parte dele e complementam-se numa teia que é o elo da vida numa região fundamental para o equilíbrio da vida no restante da terra: a Amazônia.

É importante dizer que nossas primeiras visitas à região desta pesquisa se deram bem no início do século atual em 2001. Desde lá, ainda com o olhar de turista, mas já incorporando nele o trabalho voluntário e que fez vir à tona o de pesquisadora. Olhares que se complementaram e foram determinantes para que, nos dias atuais, tivéssemos um entendimento das informações reunidas sobre a região e, dessa forma, compreender fatos e episódios da vida que estão presentes nas narrativas dos interlocutores desta pesquisa, bem como em relatos encontrados em documentações sobre esta região, que bem poderíamos chamar de “sertão”, aqueles lugares sempre mencionado pelo historiador Gilmar Arruda (2004, p. 35)¹⁵⁹, nos seus escritos, como “[...] lugar ou espaço geográfico desconhecido, cheio de trilhas e caminhos por onde estrangeiros facilmente se perdem, tanto geograficamente quanto psiquicamente [...] O mito que nos influencia através da memória, do sentimento de pertencimento territorial que está presente fortemente na nossa tradição cultural”.

Mediante tal aspecto, podemos afirmar que o caminho percorrido, neste estudo, foi longo, visto que passamos por trilhas em busca de pensamentos e ideias envoltas em memórias das pessoas que circulam e vivem na região estudada. Passamos por trilhas envoltas em questões sociais e de saúde pública que atingiu a todos, dentro e fora da comunidade, de forma incontestável: a pandemia do Covid-19. Nesse processo, entendemos que a trajetória de realização desta tese consolidou-se no seu resultado, pelo qual tentamos mostrar o máximo da região e de seus sujeitos, os partícipes diretos dos

¹⁵⁹ Professor do departamento de história da Universidade Estadual de Londrina, autor de livros como: *Cidades e Sertões: entre a história e memória*, editado em 2000 pela EDUSC.

pequenos e grandes acontecimentos, que desenham e demarcam a vida na região. Pessoas que delinearão os caminhos e continuam a fazê-lo, abrindo novas possibilidades de interpretação do seu território.

Na elaboração deste estudo, nos entranhamos nas trilhas e caminhos desta região do município de Maracanã, que se localiza na zona do Salgado paraense. Buscamos esse sentimento de pertencimento muito perceptível entre seus moradores, trabalhando com o propósito de ouvir as múltiplas vozes dos documentos que foram surgindo ou se apresentando no decorrer das idas ao campo. Pessoalmente, li e ouvi, tantas vezes, narrativas e relatos presentes nestes documentos, até que pude entender as conversas que explicavam e detalhavam pessoas, lugares, tempos, ambientes, trilhas, estradas, tudo sendo narrado pelas fontes que eram consultadas, fossem escritas manualmente, impressas, em desenhos ou de forma oral.

É necessário dizer, ainda, que as fontes, aqui apresentadas, são, em sua grande maioria, memórias dos moradores da região pesquisada, que foram utilizados como complemento, uma vasta bibliografia sobre a Amazônia, algumas reportagens publicadas em jornais, que foram cronologicamente recortados sobre o período que compreende este estudo, além de trabalhos já realizados e publicados sobre a região. Foram utilizados, também, mapas elaborados de modo especial, para este trabalho a partir de fontes e coordenadas oficiais (IBGE, DNIT etc.), tal como de uma cartografia local com desenhos construídos informalmente por colaboradores, baseados no que era relatado por nossos interlocutores.

Essa foi a maneira encontrada para solucionar as dificuldades que tivemos de encontrar fotografias do período inicial da pesquisa. Isso foi percebido durante todo levantamento das informações e foi explicado por nossos colaboradores da seguinte forma: “não é uma tradição dessa região guardar fotos ou documentos escritos com muito empenho, pois o sal que vem no vento da maresia destrói tudo”, essa informação é de dona Lucimar Teixeira (82 anos), agricultora aposentada moradora da região há mais de 70 anos, explícita, também, no relato do químico Flávio Maron Vichi, da Universidade de São Paulo (USP), que afirmou, em entrevista à revista *SuperInteressante*, publicada em 2011¹⁶⁰, que “A umidade, aliada às temperaturas mais altas das regiões litorâneas, favorece o crescimento de mofo nas casas”. Na reportagem, o sal se apresenta como um

¹⁶⁰ Reportagem publicada em 18 abr. 2011 pela *Revista SuperInteressante*, Sessão Ciência Mundo Estranho, atualizada em 4 jul. 2018, com o título: O que é maresia? Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-a-maresia/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ativador da umidade que destrói os objetos nessas regiões. Essa informação revela como o conhecimento de dona Lucimar se mostra a partir da sua experiência de vida, questão amplamente trabalhada neste estudo.

O cenário relatado revela a difícil tarefa de registrar em imagens a região e seus moradores, bem como os problemas de conservação das fotografias ou de qualquer outro documento que esteja guardado por muito tempo, questão que nos acompanhou durante todo o período no qual estivemos em busca de material impresso que pudessem nos auxiliar na confirmação de dados sobre a paisagem e a gente da região no passado. Mesmo assim, utilizamos, com muito cuidado, a fala de dona Lucimar com relação ao salitre ser o grande motivador da ausência de fotografias. Concordamos que umidade somada a altas temperaturas criam ambientes ideais para proliferação de fungos e bolores, aumentando a probabilidade de destruição de documentos, o que explica parcialmente nossa dificuldade. Mas outro fator que podemos apresentar e está presente no relato de dona Lucimar sobre isso está relacionada a questão econômica. No passado, dificilmente pessoas da região tinham recursos para ter uma máquina fotográfica para registrar os eventos locais. Isso foi dito por dona Lucimar, “quando aparecia alguém tirando retratos por aqui eles nunca voltavam, e quando voltavam era muito caro. Não dava pra gente comprar”.

O fato é que poucas ou quase uma parcela insignificante de fotografias e imagens foram encontradas localmente e em posse dos moradores que pudessemos utilizar na elaboração da nossa escrita, sobretudo, acerca do período cronológico inicial deste trabalho, por esse motivo, apresentamos ilustrações (fotos, desenhos e mapas) mais recentes, elaboradas buscando sempre rememorar um passado caro para todos que quiseram e puderam colaborar com suas memórias para a construção deste trabalho, fossem moradores ou frequentadores assíduos da região.

Embora nosso impulso seja, a todo momento, de certa “desconfiança” das informações levantadas, situação que nos rondou boa parte do tempo em que fazíamos o trabalho de levantamento de dados na comunidade. Nossos interlocutores buscavam nos convencer com suas narrativas firmes, por vezes não detalhavam fatos ou episódios ocorridos de forma mais aprofundada diante de nossos questionamentos insistentes. Em outros momentos, apresentavam situações contraditórias, mas sempre permeadas de um desejo de convencimento que, algumas vezes, contaminavam-nos, mesmo assim obrigavam, também, a uma busca mais detalhada para entender suas falas, olhares e

gestos e o máximo do que vinha, mesmo meio que oculto, nas entrelinhas do que estava sendo relatado.

Essa foi uma das situações nas quais estávamos atentas em campo, afinal, durante nosso contato com a historiografia em sala de aulas e no primeiro ano do curso, principalmente nas disciplinas em que abordamos a história oral, fomos impelidas a confiar desconfiando dos discursos encontrados nas fontes. De maneira que entendemos que não conseguiremos jamais reconstruir ou resgatar o passado dessas pessoas a partir de seus relatos. O que podemos fazer é reencontrá-lo ou recriá-lo, a partir dos contatos com essas fontes e com as repetidas leituras dos documentos encontrados e produzidos com base na memória desses homens e mulheres da região, mesmo sabendo que, do ponto de vista do esquecimento, nossa condição histórica fica extremamente vulnerável. Essa, de fato, é uma constatação que assombra a humanidade.

Nesse ponto, vêm-nos à lembrança os escritos de Stuart Hall, os quais evidenciam que os grandes eventos carregam, em suas entrelinhas, muito da história de pessoas e de comunidades, de tal forma que importa sobremaneira conhecê-los. Embora nem sempre esses grandes eventos contem toda a história das nossas vidas, por esse motivo, é necessário, também, tratar dos pequenos acontecimentos com o mesmo empenho, pois são eles, amiúde, que escrevem e descrevem boa parte do que nossas memórias carregam e expressam (HALL, 2002; 2018).

Para nossa pesquisa, grandes e pequenos eventos interessam, exatamente por isso, todos eles foram anotados ao circularmos por essa ponta do continente da Amazônia brasileira. Anotamos tudo, ainda antes de iniciá-la de fato. Nossas anotações na memória, nos cadernos de campo, em gravações e fotografias, foram imprescindíveis para nosso entendimento sobre as mudanças e continuidades que se apresentaram e que estão detalhados nos capítulos desta tese. São relações tecidas por esses homens e mulheres, crianças, jovens e idosos, que habitam, ou apenas passam, trabalham e formaram famílias, criaram filhos e netos, ensinaram seu ofício, deixando descendentes que permanecem na região, sobrevivendo, na sua grande maioria, dos recursos fornecidos pela natureza perfeita dessa parte do litoral Norte brasileiro.

Arriscamos dizer que, nessa trajetória de vivências, essas pessoas entrelaçaram o desejo pelo “progresso”, as formas de viver com bases num “ecologismo” meio intuitivo, justamente por terem consciência de sua dependência dos recursos que a natureza fornece para sobreviver. E mesmo concluindo uma etapa deste trabalho, ainda queremos apresentar narrativas como a do político e economista equatoriano Alberto Acosta sobre

o “Bem Viver”¹⁶¹, com outras possibilidades, por vezes utópicas, de imaginar “outros mundos”, outras formas de observar e tratar a vida, de forma ecologicamente correta, com a compreensão científica e respeito à natureza e à humanidade. Um novo formato de viver que “Longe de sentimentos de posse ou dominação, aproxima-se à curiosidade e ao amor” (ACOSTA, 2016, p. 103), e para além disso, aproxima-se, de forma decisiva, da necessidade de sobrevivência humana diária neste planeta.

Os narradores, os lugares e as mudanças, ou as continuidades culturais e no modo de vida, foram percebidas a todo momento e cada um a seu tempo. Expondo-nos estes aspectos em momentos de viver, de trabalhar, de se divertir, a partir de memórias de grandes ou pequenos eventos, alguns coletivos, outros individuais, mas que fazem parte da construção das histórias dessas pessoas e nesse lugar. Memórias vividas em terra, no mar, ou em áreas molhadas, como as praias e o manguezal; memórias vividas em episódios na estrada, quando trilha, de piçarra, e atualmente de asfalto, memórias reveladas em afetos caros a eles, ou em dificuldades e possibilidades de dar prosseguimento em suas trajetórias. Para nós, foi essencial ver e ouvir tudo. Foi assim que entendemos as estratégias e articulações organizadas, de forma planejada ou intuitiva, para defender seus interesses diante de relações sociais diversas, mas também de ações políticas de estado que, segundo essas pessoas, nem sempre priorizam ou atendem às suas necessidades de sobrevivência cotidiana, muito menos da manutenção social e cultural.

Percebemos, na verdade, um processo de urbanização desordenado, que nessa região vem afetando profundamente a vida dos moradores através da urbanização desse meio rural, situação que transforma e distancia tradições locais e acarreta perdas irreparáveis na relação destas pessoas com o ambiente e com o seu local de viver. Sobre essa questão, Ferreira, Rua e Marafon (2013, p. 12) propuseram discussões acerca da urbanização que tem levado para muitas comunidades do campo as desigualdades sociais a partir de uma “metropolização” do espaço, que vem alterando cada dia mais as relações urbano-rurais. Segundo esses autores, a dicotomia campo-cidade pode ser atualizada para “urbanidades no rural” diante do crescente desenvolvimento de condições metropolitanas

¹⁶¹ Filosofia do “Bem viver” apresenta-se como uma proposta de harmonia com a natureza, reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade entre indivíduos e comunidades, com sua oposição ao conceito de acumulação perpétua, com seu regresso a valores de uso. É uma ideia em construção, livre de preconceitos e abre portas para a formulação de visões alternativas de vida baseada no respeito aos direitos humanos e aos direitos da natureza. “É um processo em construção e reconstrução que encerra processos histórico-sociais de povos permanentemente marginalizados”. Essa discussão vem ganhando força desde a aprovação da constituinte de Montecristi ou Constituição da República do Equador, aprovada em 2008. Para saber mais ver: Acosta (2016); Schuldt (2012); Santos (2010); Stutzin (2022), Menon (2020), entre outros.

em áreas como a deste estudo. Tudo com o propósito de viabilizar mais e mais a reprodução do capital.

Na região da pesquisa, as histórias do cotidiano revelam muito dessas mudanças, embora mostrem também que as continuidades são um ponto importante, mormente para os mais jovens. Nesse sentido, eles buscam numa agenda de atividades anual, criar e reforçar estratégias, a partir da escola e dos espaços da Igreja Católica para manter seus modos de festejar nas tradições da cultura local. Algumas dessas manifestações são expostas em atividades como a quadrilha junina, a banda da escola, o artesanato, o culto à padroeira do vilarejo, Santa Luzia, tanto na sua parte religiosa, quanto na parte profana, revelando toda uma dinâmica de festejos à vida, tal como de sobreviver aos problemas impostos pela vida moderna nessas regiões, além de ter papel importante na reunião de informações históricas locais e regionais e na rica diversidade cultural da Amazônia.

Sobre as ações da escola na região, percebemos que há um processo educacional realizado formalmente através da escola, e outro, que é realizado informalmente pela igreja. Até o último período de levantamento de informações em 2021, percebemos o trabalho sendo feito de maneira conectada e reunindo as atividades de sala de aula feitas no dia a dia por alunos e professores, nos finais de semana, feriados e nas datas comemorativas do calendário oficial, seja local, regional ou nacional, outras ações envolvendo escola e igreja, como quadrilhas, rodas de carimbó, e a banda da escola/comunidade.

Embora as reclamações sobre a falta de cuidado do poder público no cenário da educação pública nas populações rurais, neste caso específico, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Jarbas Passarinho, do vilarejo do 40 do Mocooca-Maracanã-PA, com infraestrutura mínima, contratos temporários de funcionários acarretando descontinuidades no trabalho, merenda escassa, entre outros problemas, percebe-se que o trabalho é feito de forma, razoavelmente, satisfatória e com bastante empenho e dedicação dos profissionais que lá atuam. Como nos disse o professor Roberto Junior (24 anos), “nem sempre dá pra gente fazer o que a gente gostaria, aliás quase nunca dá, mas a gente faz o melhor que é possível de ser feito!”. Essa narrativa de um professor jovem, da zona rural do interior da Amazônia, dá-nos a esperança de que pode, realmente, ser feito com dedicação, mesmo que os recursos e o reconhecimento sejam mínimos ou praticamente inexistentes. Quanto mais buscamos saber acerca do tema, mais temos a confirmação de que, de fato, é como tem se dado este trabalho nas regiões distantes do País.

Nossa intenção, com a criação da biblioteca Escolar “Voo dos Guarás”, na escola do vilarejo, deu-se em razão do desejo forte de auxiliá-los nesse processo, de envolver o máximo de temas possíveis e propor, através do acesso ao livro, outros modos de acesso à educação, à arte e à música, propiciando um diálogo entre as diferentes práticas culturais, artísticas e musicais desenvolvidas pelos moradores, contribuindo com tais pessoas no intuito de expandir experiências, complementando o que já vem sendo realizado por tais pessoas, sempre priorizando sua essência de comunidade tradicional localizada dentro de uma área de Reserva Extrativista, que é um dos importantes instrumentos de gestão do meio ambiente em áreas habitadas por populações nativas. Justamente por envolver a gestão de recursos naturais de uso comum, essas áreas ainda buscam se consolidar como política governamental entre muitas dificuldades e solavancos nas suas trajetórias, de legalidade, expectativas e realidade, em todo o território brasileiro.

Diante do que propôs este trabalho, importa fundamentalmente dizer que todo o debate teórico, que vem sendo feito acerca das rodovias na Amazônia, constrói-se com o propósito de abrir caminhos para soluções sobre a utilização desse complexo sistema de biodiversidade ambiental e humano que precisa ser pensado de forma a mantê-lo vivo e produtivo para gerações presentes e futuras. Preservar e produzir, a partir do que ainda está de pé, e reconstruir o que já foi destruído parece utópico, mas a ciência aponta os caminhos para que essa meta seja atendida na Amazônia, tanto nos seus aspectos físicos, quanto sociais. O discurso de dominação da natureza pela raça humana precisa ser revisto, à medida que a construção das rodovias atravessa toda e qualquer análise de preservação e conservação da natureza. Isso é posto a partir da informação de certeza da finitude dos recursos naturais, das mudanças climáticas e dos vários problemas relacionados à economia mundial, expondo *os limites do crescimento* no *Relatório do Clube de Roma*¹⁶² em 1972.

¹⁶² Relatório do *Clube de Roma*, ou *Relatório Meadows*, tratava de problemas cruciais relacionados ao desenvolvimento da humanidade diante do futuro do planeta, tais como: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia e crescimento populacional. Esse relatório foi apresentado na primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano, realizada em 1972 em Estocolmo, Suécia. Tal evento impulsionou o debate ambiental sobre os limites da natureza no mundo. O documento trouxe, nas suas conclusões, várias observações importantíssimas, afirmando que, se a humanidade continuasse a consumir os recursos naturais de forma acelerada como estava fazendo, estes se esgotariam em menos de 100 anos. A repercussão, por conta deste documento, foi imediata e muitas críticas foram feitas a ele em nome de uma política ambiental que se sentia freada em relação ao crescimento econômico das nações por um grupo de pessoas que compunha aquele que trabalhava contra o desenvolvimento econômico do planeta.

Essa premissa de respeito e educação, voltada para melhorar as relações humanas com a natureza, fez parte das ações do Grupo Ambiental de Fortalezinha (GAF) na década de 1990 nas comunidades da APA Algodal Maiandeuá, área vizinha ao vilarejo do 40 do Mocooca. As propostas e as ações desse grupo de pessoas, liderado num primeiro momento pela pesquisadora do Museu Paraense Emílio Goeldi, a professora Graça Santana, fazem parte da trajetória de lutas dos movimentos sociais que percorreram e assentaram-se nessa região do estado do Pará. Da mesma forma, no presente, a luta, segundo os moradores, segue através dos grupos “SOS Mocooca” e os “Filhos da Terra”, formados por pessoas que nasceram ou simplesmente passaram, identificaram-se com a região da pesquisa e resolveram se juntar às lutas para conter a destruição causada pelo avanço das águas do mar no vilarejo do 40 do Mocooca e, ao mesmo tempo, anseiam pelo asfalto na PA-430. Essa última reivindicação já é praticamente uma realidade. Os trabalhos de asfaltamento, na estrada do 40, iniciaram no final de 2021, e até a finalização desta tese, metade da estrada já estava com o asfalto pronto e o trabalho seguindo.

Diante de tudo o que presenciamos e questionamos, nesta pesquisa, é notável que os problemas dessa e de outras pequenas comunidades, seja na Amazônia ou em outras regiões do País, são as que mais sofrem com a ausência de políticas voltadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas e do ambiente que as circunda e provém de alimentos. Sob tal aspecto, urge uma mudança de comportamento, uma mudança na ética de organizar a vida diante da acumulação de recursos, cada vez mais demandados diante do crescimento das populações do mundo todo, sob pena de sacrificar, em primeiro lugar, essas regiões mais vulneráveis em termos de recursos financeiros, que as protejam e auxiliem a se reerguer diante de perdas físicas e sociais de seus territórios em situações e cenários de catástrofes ambientais.

As aberturas de estradas de terra e o comportamento humano, diante do aumento do consumo de recursos no planeta, ligam-se, de forma incontestável, a esse pretensão desenvolvimento e progresso convencionais, sobretudo, nesses vilarejos distantes em países em desenvolvimento, como o Brasil. Nesse processo, entendemos que, mais do que direitos legalmente constituídos, a urgência se revela na necessidade de uma educação dos povos que se volte para a conservação da natureza e conseqüente preservação da vida, presente e futura, para que, finalmente, consigamos todos entender que sem uma natureza saudável não há vida, e sem a vida não há natureza.

Nesse sentido, desejo concluir esta etapa deste estudo afirmando que, ao realizarmos este trabalho, nunca tivemos a intenção de mudar ou intervir no cenário e no

modo de vida dessas pessoas, mas, na verdade, de contribuir para ajudá-los a relatar e reescrever suas histórias do passado e, dessa forma, auxiliá-los em visibilidade e possibilidades de cobrar políticas públicas que ajudem a preservar seus territórios, suas tradições, seus conhecimentos sobre o ambiente, intervindo o mínimo possível nesse processo que já se sabe passar por num contexto “excludente e limitante para o desenvolvimento das capacidades culturais, sociais e produtivas na região” (ACOSTA, 2016, p. 144).

Os vilarejos dessa parte do litoral paraense integram populações tradicionais de pescadores litorâneos da Amazônia, por esse motivo, têm suas especificidades dentro dessa categoria de pesca, que passa por vários problemas no presente, desde a manutenção da sua subsistência à preservação da sua cultura. Suas formas de trabalho, tipos de embarcações, armadilhas, apetrechos e produção são diferenciados, e isso precisa ser levado em conta na elaboração de políticas que atendam a esses profissionais e a suas famílias, assim como na manutenção e preservação ambiental em seus lugares de viver, visto que, para essas populações, os tempos de trabalhar e descansar são diferenciados, justamente por estarem ligados, inseparavelmente, do tempo das marés, que se modificam a cada período do ano e têm se tornado, a cada década, mais devastadoras em áreas muito próximas ao mar.

Todos esses detalhes, todas essas histórias têm suas diferenças e especificidades, que precisam ser levadas em conta, cada uma delas, pois são únicas e, ao mesmo tempo, coletivas. E ao se tornarem questões coletivas, reúnem-se as histórias da trajetória de vida de famílias, de pessoas, de profissionais, de trabalhos e de ambientes de toda uma região, possibilitando o surgimento grandes lutas e grandes soluções coletivas que apontem outros caminhos, outras formas e mundos para o bem viver local. Diante de tal aspecto, este estudo foi, praticamente todo ele escrito na 1ª pessoa do plural justamente por não conseguir entendê-lo individualmente. Embora a escrita, neste caso, tenha sido um trabalho solitário, em todos os outros momentos de sua execução, estive acompanhada por pessoas que, de alguma maneira, colaboraram com suas histórias, vivências, criações e sensibilidades que enriqueceram sobremaneira a sua elaboração, desde a fase inicial até sua finalização.

Por esse motivo, quero encerrar a escrita, por hora, pedindo licença para citar a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie sobre o perigo das histórias únicas.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também

podem reparar essa dignidade despedaçada. [...] quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso (ADICHIE, 2019, p. 32-33).

Enfim, nosso desejo é que este trabalho seja inspirador para empoderamentos no vilarejo do 40 do Mocooca e promova eco nas outras comunidades da região e do restante da Amazônia, de tal modo que seus resultados possam contribuir com a região e seus habitantes e ainda nos traga a sensação de dever cumprido.



FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Todas as fontes utilizadas na construção do trabalho, orais, manuscritas, bibliográficas, ilustrações e visuais, seguem listadas a baixo:

Fontes manuscritas e documentos oficiais consultados

- Processo 02018.004364/99-08, que trata da criação da RESEX de Maracanã. CNPT/IBAMA. Belém, 19 de outubro de 1999.
- Livro de Atas das reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Maracanã;
- Livro de Atas das reuniões da Associação de Usuários da RESEX Maracanã (AUREMAR)
- Livro de Crônicas da Igreja Católica de Maracanã-PA (1940-1985), de 1912.
- Documentos cartorários (registros de nascimento, óbito e de imóveis)
- Documentos jurídicos (Livros de ocorrências da delegacia de Maracanã sobre a região do 40 do Mocooca)
- Documentos administrativos MMA/IBAMA/ICMBio Escritório sede Belém. (1970-2000)
- Acervo documental da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “Jarbas Passarinho”
- Título definitivo de bem imóvel em favor da Igreja Católica de Santa Luzia, Vila do 40 do Mocooca, Maracanã-PA, de 1996.

Acervos de fontes impressas e imagens institucionais e particulares

- Acervo *on line* da Imprensa Oficial do Estado do Pará, Belém;
- Acervo de jornais da Biblioteca Arthur Vianna, Belém;
- Acervo documental da Secretaria de Estado Transporte (SETRAN), Belém;
- Biblioteca Domingos Soares Ferreira Pena, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém;
- Acervo de Relatórios de pesquisa e imagens do Projeto RENAS/MPEG, Belém;
- Acervos e Bibliotecas particulares em Belém e em Maracanã-PA
- Acervo de fontes impressas da Igreja católica de São Miguel Arcanjo, cidade de Maracanã-PA.
- Acervo documental da Igreja de Santa Luzia no vilarejo 40 do Mocooca, Maracanã-PA;
- Acervo documental do Posto de Saúde do vilarejo do 40 do Mocooca, Maracanã-PA;
- Acervo de fotografias dos movimentos “SOS Mocooca” e “Filhos da Terra”;
- Acervo pessoal de fotografias de Graça Santana
- Acervo pessoal de fotografias de Sandro Barbosa

Jornais

- Folha Vespertina (1953-1960)
- A Província do Pará (1960-1965)
- O Diário do Pará (1991-2000)
- O Estado do Pará (1959-1980)
- Folha Laranjeirense (Edição de 9 de dezembro de 2014). Disponível em: <https://kokalaranjeiras.blogspot.com/2014/12/visconde-de-maracaju.html>.

Legislação

BRASIL. Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Diário Oficial da União - Seção 1, p. 316, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 05 mar. 2019.

BRASIL. Decreto s/n. de 13 de dezembro de 2002. *Cria a Reserva Extrativista Maracanã, no Estado do Pará, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, n.242, p.8-9, Brasília, DF, 16 dez. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2002/Dnn9776.htm >. Acesso em: 15 Jun. 2017.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 02, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável Diário Oficial da União, Nº. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, Brasília, DF, 20 set. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. *Decreto n. 6.040*, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm . Acesso em: 23 Fev. 2016.

BRASIL. Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1953.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base*”. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 09 abr. 2022.

MARACANÃ. Decreto Municipal Nº 036, de 26 de abril de 2019. *Declara em situação anormal, caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, as áreas do município de Maracanã, afetadas pelo período chuvoso – COBRADE: 1.1.4.3.2, 1.1.4.1.0, 1.3.2.14 e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.maracana.pa.gov.br/site/wp-content/uploads/2019/05/Modelo-de-Decreto-Municipal-VILA-DO-40-DO-MOCOÓCA.pdf> > . Acesso em: 10 jun. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/MMA. *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília: MMA/SBF, 2002.

PARÁ. Aviso de Licitação. Construção e Pavimentação da PA-430, com extensão de 32,20 km, trecho Entroncamento PA-430 / Vila Mocoóca, na Região de Integração do

Guamá, sob a jurisdição do 1º Núcleo Regional. Belém, 20 de Janeiro de 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/1612191338-AvisoCP-009-2021.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2021.

PARÁ. Lei Nº 5.621 DE 27 DE NOVEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental de Algodal-Maiandeuá no Município de Maracanã. Publicação no DOE Nº 26.861 DE 06/12/1990. Disponível em: <<http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/repositorio/1990/lo5621.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

PARÁ. Decreto Estadual Nº 167.1567, de 17 de junho de 2016. *Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, ambas no Município de Maracanã e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325052> >. Acesso em: 09 mai. 2019.

Sites, Manuais, Dados Estatísticos e Mapas

AGÊNCIA PARÁ. Governo do estado sanciona lei e o ritmo brega já e considerado matrimônio cultural e imaterial do Pará. 2021. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/31421/>. Acesso em: 5 nov. 2021.

IBGE. *Glossário geológico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

IBGE. Maracanã: população 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150430&search=para|maracana>. Acesso em: 14 jan.2016.

INEP. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) - Resultados e metas*. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CNPT. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais-. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm>. Acesso em: 15 Out. 2004.

CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX de Maracanã-PA. Mapa da área da Reserva Extrativista de Maracanã. Disponível online em: <http://resexmaracana.blogspot.com.br/p/sobre-resex.html>. Acesso em: 10 jan. 2017.

EIZEMBERG, Roberto. *Glossário Entomológico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Entomologia Molecular/UFRJ. Disponível em: <http://www.inctem.bioqmed.ufrj.br/index.php/pt/publicacoes/glossario-entomologico-brasileiro>. Acesso em: 26 dez. 2021.

FIESP. Departamento da Indústria da Construção. *Pavimento de vias no Brasil: infraestrutura de transportes terrestres rodoviários e cadeias produtivas da pavimentação*. São Paulo: FIESP, 2017.

PARÁ. Secretaria de Transporte. *Processo licitatório para Construção e Pavimentação da PA-430, com extensão de 32,20 km, trecho Entroncamento PA-430 / Vila Mocoóca*,

na Região de Integração do Guamá, sob a jurisdição do 1º Núcleo Regional. Disponível em: <http://setran.pa.gov.br/site/licitacao/151>. Acesso em: 10 dez. 2021.

Imagens

- Fotografias em jornais e periódicos
- Álbuns familiares
- Mapas do município
- Mapas da área da pesquisa
- Desenhos feitos por Sandro Almeida

Fontes orais (entrevistas)

(1) Entrevista: 13/04/2019 (17h) – fim de tarde no 40 do Mocooca

Lucimar Teixeira Costa - 82 anos

Nascimento: 1937

Agricultora aposentada

(2) Entrevista: 14/04/2019 – manhã de chuva, 40 do Mocooca

José Batista Rodrigues dos Santos (Zé macaco) - 59 anos

Pescador Currealista

Esposa: Luzia Nogueira dos Santos, 54 anos

(3) Entrevista: 14/04/2019 – 18:30h - noite chuvosa, 40 do Mocooca

Roberto Siqueira dos Santos - 46 anos

Pescador currealista, pedreiro

Esposa: Luzinete Nogueira dos Santos, pescadora e professora responsável pela escola fundamental pública da comunidade.

Seu Roberto é pescador currealista, trabalha como pedreiro para compor a renda da família, e é dirigente da igreja católica local (Santa Luzia – festejos em dezembro)

(4) Entrevista: 15/04/2019, 16h – tarde de sol no 40 do Mocooca

Hélio Teixeira do Rosário – 59 anos

Comerciante atualmente, mas foi pescador por muitos anos

É o filho mais velho. Estudou pouco porque tinha que ajudar o pai no trabalho da pesca

(5) Entrevista: 15/04/2019, 18:30h – noite estrelada no 40 do Mocooca

Antônio Teixeira da Conceição (Seu Toninho) - 54 anos

Nascimento: 02/11/1964

Pescador

Esposa: Iram Pimentel Conceição

5 filhos

4 netos

(6) Entrevista: 16/04/2019, 16h – tarde de sol, 40 do Mocooca

Alair Pinheiro da Conceição - 84 anos

Pescador aposentado há 25 anos

Nascimento. 02 de setembro de 1935

Esposa: Felipa Teixeira da Conceição, 71 anos

12 filhos, 8 vivos

11 netas e 3 netos

(7) Entrevista: 17/04/2019 – Tarde de sol, 40 do Mocooca

José Ulisses da Conceição Modesto - 58 anos

Professor da escola local, casado com a segunda esposa, com quem não teve filhos.

(8) Entrevista: 18/04/2019 – Manhã de sol, 40 do Mocooca

Delorizano da Conceição Modesto (Seu Deluca) - 71 anos

Pescador aposentado

Atuante na igreja evangélica local

Tem 11 filhos

2 filhos com a primeira esposa, Maria Madalena Rodrigues

9 filhos com a segunda esposa, Maria Aquino

(9) Entrevista: 18/04/2019 – Tarde de sol, 40 do Mocooca

Nazaré Siqueira de Santana – 79 anos

Nasceu em 16 de julho de 1940, no município vizinho de Magalhães Barata-PA

Agricultora aposentada, trabalhou na roça

Viúva do pescador José Santana, falecido em 2016 por complicações do Parkinson

(10) Entrevista: 19/04/2019 – Tarde nublada no 40 do Mocooca

Luzinete Nogueira dos Santos (Nete) – 39 anos

Nascida no 40 do Mocooca em 19 de outubro de 1979

Pescadora e professora

Responsável pela escola localizada

Junto com o esposo, são dirigentes da Igreja católica local (Santa Luzia)

Casada com seu Roberto Siqueira dos Santos.

Tem 4 filhos, o primeiro filho e de outro relacionamento antes do casamento com seu Roberto.

(11) Entrevista: 31/12/2019 – Noite estrelada – Ananindeua-PA

Fagno Conceição (Siri) - 31 anos

Nascido no 40 do Mocooca em 08 de outubro de 1989.

Pescador e padeiro

Mora atualmente em Belém, Casado sem filhos

(12) Entrevista: 05/12/2019 – Manhã – Fortalezinha (Ilha de Maiandeuá)

Sérgio Conceição Teixeira (Barriela) – 72 anos

Nascido nos campos da Ilha de Maiandeuá em Maracanã-PA, no ano de 1947, mas foi registrado como nascido em 09 de setembro de 1950.

Pescador aposentado

Mora em Fortalezinha, comunidades da Ilha de Maiandeuá-Maracanã-PA

(13) Entrevista: 11/07/2020 – Tarde ensolarada de Sábado – 40 do Mocooca

Roberto Siqueira Santana Junior – 24 anos

Nascido no 40 do Mocooca em 17 de julho de 1996, numa casa na parte de baixo do 40 do Mocooca que a maré já levou.

Jovem liderança comunitária, solteiro, professor e grande incentivador dos eventos da cultura local.

Morador do 40 do Mocooca, integra a banda da escola, a quadrilha e o grupo de dança.

(14) Entrevista: 16/11/2019 – Tarde de Sábado – Ananindeua-PA

Erivelton Balga - 37 anos

Nascido na comunidade de 4 Bocas. E o vilarejo mais próximo do 40 do Mocooca, menos de um quilometro de distância.

A estrada atravessa essa comunidade.

Morador de Belém desde 2009.

Faz parte do Grupo “Filhos da Terra” desde a sua criação.

(15) Entrevista: 11/07/2020 – Manhã de Sábado - Mocooca (Ilha de Maiandeuá)

Alair Conceição Teixeira - 87 anos

Morador do vilarejo de Mocooca na Ilha de Maiandeuá desde criança.

Nasceu no município de Magalhães Barata mas mudou-se junto com a mãe para a Ilha de Maiandeuá no final dos anos de 1930.

Pescador aposentado. Pescou a vida toda. Foi patrão de pesca

Presenciou toda a movimentação para a construção da estrada do 40, mas não se envolveu porque trabalhava muito nessa época. Pescava para fora e ficava muitos dias fora de casa.

(16) Entrevista: 18/08/2019 - noite de domingo – Belém-PA

Maria das Graças Santana da Silva – 74 anos

Geografa, pesquisadora aposentada do Museu Paraense Emílio Goeldi

Reside em Belém, mas é frequentadora constante da ilha de Maiandeuá, Maracanã-PA

Pesquisou muitos anos várias regiões da Amazônia dentro do projeto RENAS/MPEG, entre essas áreas estudou a região do Salgado paraense.

(17) Entrevista: 10/10/2020 – sábado à noite – Fortalezinha, Ilha de Maiandeuá

Silvio Conceição Teixeira - 40 anos

Filho de pescador e se identifica como pescador profissional

Não exerce a profissão atualmente por morar em Ananindeua

Casado e vai todos os meses à ilha

(18) Entrevista: 17/04/2019 – manhã de sol e chuva – 40 do Mocooca

Walter Teixeira – 80 anos

Pescador aposentado

Líder comunitário

Morador do 40 do Mocooca

(19) Entrevista: 18/04/2019 – noite estrelada – 40 do Mocooca

Dalgiza Rodrigues Guimarães – 76 anos (Dona Ita)

Dona de casa

Trabalhou na pesca/curral, na roça, fazendo farinha

Atualmente mora em Belém mas tem uma casinha no vilarejo e está sempre por lá.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

Monografias, Dissertações, Teses

ALBUQUERQUE, Teresa K. A. As quadrilhas juninas e suas transformações culturais nos festivais folclóricos de Boa Vista-Roraima (2011-2013). *Dissertação* (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, 2013.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX. *Tese* (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. Festa à Brasileira: sentidos de festejar no país que "não é sério". 1998. 380f. *Tese* (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.aguaforte.com/antropologia/festaabrasileira/festa.html> . Acesso em: 20 nov. 2021.

ARAUJO, R. M. P. de. Estrada-Parque Pantanal: uma ferramenta de conservação da biodiversidade pantaneira. *Dissertação* (Mestrado em Gestão e Política Ambiental). Universidade de Brasília (UnB-CDS), Brasília, 2001.

BARROSO, Hayeska C. "PREPARE SEU CORAÇÃO PRAS COISAS QUE EU VOU CONTAR...": um ensaio sobre a dinâmica das quadrilhas juninas no Ceará. *Dissertação* (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Centro de Estudos Sociais Aplicados. Universidade Estadual do Ceará. 2013. Disponível em: http://www.uece.br/wp-content/uploads/sites/56/2019/12/hayeska_costa.pdf . Acesso em: 2 dez. 2021.

FIGUEIREDO, Elida M. Uma estrada na reserva: impactos socioambientais da PA-163 em Mãe Grande, Curuçá (PA). 2007. 132 f. *Dissertação* (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FILGUEIRA, João Paulo Pantoja Serrão. Geomorfologia costeira e morfologia das praias da ilha de Algodual (Maracanã-PA). *Trabalho de Conclusão de Curso* (Engenharia Ambiental e Energias Renováveis) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019.

GRANJA, Maria de Fátima Duarte. A Banda: Som e Magia. *Dissertação* (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

LACERDA, Franciane Gama. Em busca dos campos perdidos: uma história de trem e cidade. *Dissertação* (Mestrado em História Social). Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

MEDEIROS, Heloíse Michelle Nunes. Turismo alternativo: esforços das pesquisas nas Américas e percepção de impactos ambientais em uma Reserva Extrativista (Resex) do Oeste paraense, Brasil. *Dissertação* (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida). Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/bitstream/123456789/122/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Turismoalternativosforcos.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

MEIRA, Marcio Augusto Freitas de. A persistência do aviamento: colonialismo e história indígena no noroeste amazônico. *Tese* (Doutorado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Marcus Vinícius Cunha. A estrada para o progresso: política, cultura e natureza em Bragança, Pará (1970-1996). *Dissertação* (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2015.

SARRAF-PACHECO, Agenor. El corazón de la Amazonia: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoaras. *Tese* (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2009.

SARRAF-PACHECO, Agenor. À margem dos “Marajós”: memórias em fronteiras na nascente “cidade-floresta” Melgaço-PA. *Dissertação* (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), 2004.

SILVA, E. C. L. A dinâmica das relações comunitárias na Amazônia: estudo de caso das formas de ajuda mútua praticadas na comunidade ribeirinha de Tauaru no município de Tabatinga-AM. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2008.

SOUZA, Patrícia Inês Garcia de. *Mayandeua*: espaço e imaginário em narrativas de uma comunidade do litoral paraense. *Dissertação* (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, 1999.

Livros e capítulos de livros

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1989.

ACOSTA, Alberto. *O bem viver*: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária ; Elefante, 2016.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALBANO, João Fortini. *Vias de transporte*. Porto Alegre: Bookman, 2016.

ALBERNAZ, Ana Luiza M. Biodiversidade e unidades de conservação na Amazônia brasileira. In: VIEIRA, Ima C. G. ; TOLEDO, Peter M. ; SANTOS JUNIOR, Roberto A. O. (Orgs.). *Ambiente e sociedade na Amazônia*: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. pp.315-339.

ALBUQUERQUE, Gerson R. *Trabalhadores do Muru, o rio das cigarras*. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

ALENCASTRO, L. F. ; RENAUX, M. H. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 291 -335.

ALTMAN, John. *Brokering Aboriginal art: a critical perspective on marketing, institutions and the State*. Melbourne: Deakin University/Melbourne Museum, 2005.

ÁLVARES, M. L. Miranda. Educação e (in) submissão feminina no Pará. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. da. (Org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.

ÁLVARES, M. L. M. ; D'INCAO, M. A. (Org.). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM/MPEG, 1995.

ALVES FILHO, Armando; SOUZA JUNIOR José Alves de; BEZERRA NETO, José Maia. (Org.). *Pontos de História da Amazônia*. 3. ed. Belém: Editora Paka-Tatu, 2001.

ARENDT, H. *A condição humana* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

BATES, Henry Walter. *O naturalista do rio Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. 2 v. (Brasiliana, 237).

BECKER, Bertha K. Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In. MENDES, Armando Dias (org.). *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2ª ed. rev. aum. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140.

BECKER, Bertha. Mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio. In: MENDES, Armando (Org.). *A Amazônia e o seu Banco*. Manaus: Valer, 2002, p. 71-94.

BELLUZO, Ana Maria de Moraes (Org.). *O Brasil dos viajantes*. São Paulo: Metalivros, 1994. 3 v.

BENCHIMOL, Samuel. *Navegação e transporte fluvial na Amazônia*. Manaus: Editora Reprográfica, 1995.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BLOCH, Marc. *Slavery and serfdom in the Middle Ages: selected essays*. Berkeley: University of California Press, 1975.

BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do Território. In ROSENDHAL, Z. ; CORRÊA, Roberto L. (orgs.) *Geografia Cultural*, 3. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

- BRAGA, Sergio I. G. (org.). *Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades*. Manaus: EDUA, 2007.
- BRAGA, Theodoro. *Apostillas da história do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1915.
- BRASIL. DNIT. *Breve Histórico do Rodoviarismo Federal no Brasil*. Disponível em: <http://www1.dnit.gov.br/historico/> . Acesso em: 02 jan. 2020.
- BRÉSCIA, Vera L.P. *Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva*. Campinas: Átomo, 2003.
- CURKE, P. *O que é história cultural?* 3.ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna: 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CALDWELL, J. C. *African rural-urban migration*. Canberra: Australian National University Press, 1969.
- CÂMARA, J. B. *Apontamentos de História Eclesiástica*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1957.
- CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- CÂNDIDO, A. *Os parceiros do Rio Bonito*. 9. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARDOSO, F. H. ; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- CARDOSO, Ruth C. L. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. C. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95 – 105.
- CASTRO, Edna R.; CAMPOS, Índio (Orgs.). *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, 2015.
- CASTRO, E. (Org.) *Cidades na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CASTRO, E. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. *Amazônia: terra e civilização*. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p.45-78.
- CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, Antonio C. (org.) *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza*. São Paulo: Hucitec/NUPAUB-USP, 2002. p.165-182.

CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, M. C. et al. *Estado e políticas públicas na Amazônia*. Belém: Cejup, 2001.

CASTRO, E. ; MARIN, R. A. *Amazônia em tempo de transição*. Belém: UFPA/NAEA, 1989.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*, v.2. São Paulo: Paz e terra, 1999.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. pp.61-78.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. Nordeste do Pará: configuração atual e aspectos identitários. In: CORDEIRO, Iracema Maria C. C. et al. *Nordeste Paraense: Panorama geral e uso sustentável das florestas secundárias*. Belém: EDUFRA, 2017.

CORRÊA, R. L. *A Rede Urbana*. São Paulo. Ática, 1989.

CUNHA, L. H; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CUNHA, Osvaldo da Silva. *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira*. Belém : MPEG, 1991. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DIEGUES et al. *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. São Paulo: Cobio, 2000.

DIEGUES, A. C. S. *Povos e mares: leituras e sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e modernidade na Amazônia. In: SANTOS, Eunice Ferreira dos et al. *A mulher e a modernidade na Amazônia*. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1997. p. 347-361.

DUMAZEDIER, Jofre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

FEBVRE, Lucien. *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*. Lisboa: Cosmos, 1991.

FERNANDES, R. C. *As romarias da paixão*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. Apresentação. *Metropolização do espaço, cotidiano e ação*. In: *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p.13-26.

FERREIRA, Benjamin Carlos et al. Estudo técnico para criação de unidades de conservação na categoria RDS “campo das Mangabas” no Município de Maracanã/PA. Belém: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2013.

FERREIRA, João Carlos Vicente (Org.). *O Pará e seus municípios*. Belém: J.C.V. Ferreira, 2003.

FIGUEIREDO, A. M. *A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia 1870-1950*. Belém: EDUFPA, 2009.

FIESP. Departamento da Indústria da Construção. *Pavimento de vias no Brasil: infraestrutura de transportes terrestres rodoviários e cadeias produtivas da pavimentação*. São Paulo: FIESP, 2017.

FONTES, Edilza Joana (Org.). *Contando a História do Pará: da conquista à sociedade da borracha (sécs. XVI à XIX)*. Belém: E-Motion, 2003.

FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. 16. ed. São Paulo: Global, 2006

FURTADO, L. G. Ocupação humana no litoral amazônico. In: PROST, Maria T. R. C. ; MENDES, A. C. *Ecosistemas costeiros: impactos e gestão ambiental*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

FURTADO, L. G. Problemas ambientais e pesca tradicional na qualidade de vida na Amazônia. In: FURTADO, L. G. (Org.). *Amazônia, desenvolvimento e sócio diversidade e qualidade de vida*. Belém: UFPA/NUMA, 1997. P. 146-165.

FURTADO, L. G.. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: SILVEIRA, I. M.; D'INCÁO, M. A. (Org.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994. pp. 67-74.

FURTADO, L. G. ; LEITÃO, W. ; MELLO, A. F. de. *Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, L. G. *Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa em Itá, Amazonas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GENNEP, A. V. *Os ritos de passagem*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais, morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GODELIER, Maurice. Economias e sociedades: abordagens funcionalista, estruturalista e marxista. In: CARVALHO, Edgard A. (Org.). *Antropologia econômica*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978. p. 45-83.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor*. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2005.

GOLDMAN, Michael. Inventando os comuns: teoria e prática do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C. ; MOREIRA, A. C. C. *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: USP, 2001. pp. 44-78.

GOODY, Jack. *The interface between the written and the oral*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1

HAESBAERT, R. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”*. Niterói: UFF, 2021.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EdUFF, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidade e mediações culturais*. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

HALL, Michael M. A História Oral: os riscos da inocência. In: São Paulo (Cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARRIS, Mark. *Rebelião na Amazônia: cabanagem, raça e cultura popular no norte do Brasil (1798-1840)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

HEBETTE, J. ; MARIN, R. A. O impacto da Belém-Brasília e o desenvolvimento do baixo terciário nas zonas urbanas da rodovia. In: HÉBETTE, J. (Org.). *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004, p. 89-106. V. I.

- HÉBETTE, J. ; MARIN, R. A. *Colonização Para Quem?* Belém: ADUFPA, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOORNAERT, E. A questão do corpo nos documentos da primeira evangelização. In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. pp. 11 -27
- JAMES, Daniel. A História de Doña Maria, História Oral e Questão de Gênero. In: BATALHA, Claudio et al. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: UNICAMP, 2004.
- KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil* (Províncias do Norte). São Paulo: Martins ed. S.A., 1943.
- LACERDA, F. G. A vida e o trabalho nos seringais. In: FONTES, Edilza Joana (Org.). *Contando a História do Pará: da conquista à sociedade da borracha* (sécs. XVI à XIX). Belém: E-Motion, 2003. V. 1, p. 293-316.
- LE BOURLEGAT, C. A. *Construção humana de espaço, lugar e território*. Campo Grande, 2006 (inédito).
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. Notas sobre expansão de fronteira e desenvolvimento na Amazônia. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. (org). *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: CEJUP/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. p. 9-20
- LERNER, D. *The passing of traditional society: modernising the middle east*. Glencoe, IL: The Free Press, 1958.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LISBOA, karen M. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil*. São Paulo: HUCITEC-FAPESP, 1997.
- LOCKRIDGE, K. *Literacy in Colonial new England*. New York: Norton, 1974.
- LOUREIRO, V. R. *Amazônia: história e análise de problemas: do período da borracha aos dias atuais*. Belém: Distribel, 2002.
- LOUREIRO, Antônio José Souto. *O Amazonas na época imperial*. 2. ed. Manaus: [s.ed.], 1990.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2003.
- MALINOWSKI, B. *Les argonautes du Pacifique Occidental*. Paris: Payot, 1963.

- MANESCHY, M. C. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. Boletim do Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia, Belém, v. 11, n. 2, p. 145-166, 1995.
- MANESCHY, M. C. Uma presença discreta: A mulher na pesca. In: D'INCAO, M. A; SILVEIRA, I. M. da (Orgs.). A Amazônia e a crise da modernização. Belém: MPEG, 1994. p. 251-258. (Coleção Eduardo Galvão).
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer: uma introdução*. 2. ed., ampl. Campinas: Autores Associados, 2000.
- MARQUES, M. I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (Org.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 145-158.
- MAUÉS, R. H. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico: um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: Cejup, 1995.
- MAUSS, M. Essai sur le Don. In: *Sociologie et Anthropologie*, Paris: PUF, 1950.
- MELLO, A. F. *A pesca sobre o capital: a tecnologia a serviço da dominação*. Belém: UFPA, 1985.
- MENDES, Armando Dias. *Estradas para o Desenvolvimento*. Belém: Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará, 1971. (Cadernos Paraenses, 6)
- MERRIAN, Alan. *Anthropology of the music*. Evanston: Northwestern University Press, 1964.
- MÉXICO. Secretaría de Turismo Subsecretaría de Operación Turística. *Turismo alternativo: una nueva forma de hacer turismo*, vol. 1. México, DF: SECTUR, 2004. Disponível em: <https://www.entornoturistico.com/wp-content/uploads/2017/05/Turismo-Alternativo-una-nueva-forma-de-hacer-turismo.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- MIGNOLO, Walter. *Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad* (Antologia 1999-2014). Barcelona: Bellaterra, 2015.
- MIGNOLO, Walter. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2010.
- NOBRE, Antonio Donato. *O futuro climático da Amazônia: relatório de avaliação científica* / Antonio Donato Nobre. São José dos Campos: ARA: CCST-INPE: INPA, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Futuro-Climatico-da-Amazonia.pdf> Acesso em: 21 nov. 2020.
- NUNES, F. A. *Terras de Colonização: agricultura e vida rural ao Norte do Império brasileiro*. São Paulo: Scortesi, 2016.

- OLIVEIRA, A. E. *Ocupação humana na Amazônia: desenvolvimento integração e ecologia*. São Paulo: Brasiliense; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1983.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Oeiras: Celta, 1998.
- ORLANDIS, J. *História Breve do Cristianismo*. 2. ed. Lisboa: Rei dos Livros, 1993.
- OUTHWAITE, William; BATTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- SARRAF-PACHECO, Agenor. *À margem dos “Marajós”*: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” – Melgaço-PA. Belém: Paka-Tatu, 2006.
- PARÁ. Secretaria de Estado de Turismo. *Inventário de oferta turística do município de Maracanã-PA*. Belém: SETUR, 2017.
- PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. [La Paz]: IPDRS / CIDES - UMSA, 2018.
- POSEY, Darrell Addison. Etnoentomologia de tribos indígenas da Amazônia. In: RIBEIRO, Darcy; RIBEIRO, Berta (coord.). *Suma Etnológica Brasileira*. Handbook of South American Indians: Etnobiologia, vol.1. 2. ed. rev. atual. Petrópolis: FINEP/Vozes, 1987. pp. 251-271.
- QUARESMA, Helena D. A. B. O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na Área de Proteção Ambiental de Algodão/Maiandeuá. Belém: NAEA/UFGA, 2003.
- RAMALHO, C. W. N. “*Ah, esse povo do mar!*”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.
- REIS, Arthur César Ferreira. Prefácio. In: FERREIRA FILHO, Cosme. *Amazônia em novas dimensões*. Manaus: conquista, 1961.
- REIS, Marcos Vinicius de Freitas; CARVALHO, Joel Pacheco de. A Igreja Católica na Amazônia: diversidade religiosa e intolerância. In: *Observatório da Religião*. 2017, pp.153-172. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/manoelribeiromoraesjr,+Gustavo.pdf> . Acesso : 10 dez. 2021.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.
- ROSA, Ricardo S. ; LIMA, Flávio C. T. Livro Vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção - peixes : os peixes brasileiros ameaçados de extinção, vol. 2 , ICMBio, [s.d.]. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/fauna-brasileira/livro-vermelho/volumeII/Peixes.pdf> . Acesso em: 04 jan 2022.

RUEDA, R. P.: “Organização social das populações extrativistas”. In: MURRIETA, J. R.; RUEDA, R. P. *Reservas Extrativistas*. Cambridge: UICN; Brasília: CNPT/Ibama, 1995. p. 13-17.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “*Refundación del Estado en América latina – Perspectivas desde una epistemología del Sur*”. Lima, 2010. Disponível em: http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Refundacion%20del%20Estado_Lima2010.pdf . Acesso em: 01 fev. 2021.

SCHULDT, Jürgen. *¿Somos pobres porque somos ricos? Recursos naturales, tecnología y globalización*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2005.

SANTOS, Eunice Ferreira dos et al. *A mulher e a modernidade na Amazônia*. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras ; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

SCHWARTZMAN, S. *Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo*. São Paulo: Augurium, 2004.

SENNETT, R. *O Artífice* Rio de Janeiro: Record, 2009.

SHIRAISHI NETO, J. As reservas extrativistas de babaçu (TO/MA). In: LITTLE, Paul E. (Org.) *Políticas ambientais no Brasil: análises instrumentos e experiências*. São Paulo: Peirópolis, 2003. pp.212-219.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Circulação, transportes e logística e seus impactos na fluidez e na competitividade territorial no Brasil. In: SILVEIRA, Márcio R. ; FELIPE JUNIOR, Nelson F. *Circulação, transportes e logística no Brasil*. Florianópolis: Insular, 2019. pp 17-65.

SIMONIAN, Lígia T. L. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGON, Eduardo. (Org.) *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 25-44.

SIMONIAN, Lígia T. L. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açais no vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M. A. G; MOURÃO, L; GROISSMAN, M. (Org.). *Possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico*. Belém: MPEG, 2004. pp. 233-252.

TAYLOR, Diana. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas américas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. 2.ed. Campinas: Edit. Unicamp, 2012.

THOMPSON, E. P. A História vista de baixo. In: THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001. p.185-201.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

THOMPSON, E. *A formação da classe operária inglesa*. Vols. 1, 2 e 3. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987b.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida*. 9. Ed. Manaus: Valer, 2000.

TRINDADE JUNIOR., S. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: EDUFPA, 2008.

WAGLEY, Charles. *Amazon Town: a study of man in the tropics*. London: Oxford University Press, 1976.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *La Larga Revolución*. Buenos Aires: Nueva Vision, 2003

VANSINA, Jan. *Oral tradition as history*. Oxford: James Currey, 1985.

VON BRANDT, A. *Fish catching methods of the world*. 3rd.ed. Farnham: Fishing News Book, 1984.

Trabalhos apresentados em eventos – Artigos

BARBOSA, Adriele de Fátima de L. A memória coletiva em uma comunidade tradicional pesqueira da Amazônia: um estudo sobre a memória do Grupo Ambiental de Fortalezinha. In: *39ª Reunião Nacional da ANPEd*, UFF, 2019. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_1. Acesso em : 13 jan. 2021.

CHAMY, P. Reservas Extrativistas Marinhas: um estudo sobre posse tradicional e sustentabilidade. In: *Grupo de Trabalho 7: Conhecimento local e meio ambiente*. Belém: NAEA, [S.d.].

FURTADO, L. G. Populações tradicionais litorâneas: conceito, apropriação e uso dos territórios & conflitos sociais. In: *Anais do VI Workshop ECOLAB*. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2002. CD-ROM.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal na pedagogia social. In *Proceedings of the 1 Anais do. I Congresso Internacional de Pedagogia Social*, 2006, São Paulo (SP) [online]. 2006. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100034&lng=en&nrm=iso> . Acesso em: 4 dez. 2021.

LACERDA, Lúcia Loreto ; MELARA, Adriane. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: panorama dos vinte anos de práticas avaliativas na rede educacional. In: *Anais do XI Congresso Nacional de Educação*. Curitiba, PUC-PR, 23-26/09/2013. pp. 2474-2490. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9003_6598.pdf . Acesso em: 20 abr. 2022.

MENON, Gustavo. Os direitos da natureza na atual constituição equatoriana: o buen vivir e suas disputas. In: *Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)*, 44. GT10 - Conflitos e desastres ambientais: colonialidade, desregulação e lutas por territórios e existências. 01 a 11/12/2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Menon,%20%20G.%20Os%20direitos%20da%20natureza%20na%20atual%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20equatoriana%20-%20o%20buen%20viver%20e%20suas%20disputas%20-%20ANPOCS%20-%202020.pdf> . Acesso em: 05 abr. 2022.

MORAES, N. R. et al. O desafio do desenvolvimento nas comunidades tradicionais brasileiras: análise da delimitação conceitual. *Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Economia Solidária (CONPES)*. São Carlos: UFSCar, 2015. Disponível em: http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt8/sessao-6/moraes_nelson_braga_gabriela_lima_anderson_silva_matheus_alves_pollykennya_brumatti_livia.pdf . Acesso em: 20 dez. 2019.

OLIVEIRA NETO, Thiago; NOGUEIRA, Ricardo José B. Geopolítica rodoviária na Amazônia. *Anais do I Congresso Brasileiro de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território*. Rio de Janeiro, 2014. Porto Alegre: Letra1 ; Rio de Janeiro: REBRAGEO, 2014. pp. 229-240. Disponível em: <https://www.editoraletra1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p229-240.pdf> . Acesso em: 04 fev. 2021.

RAMALHO, C. W. N. *Pescador Artesanal: arte da pesca o modo de vida*. Disponível em: www.anppas.org.br/encontro_anual/.../cristiano_ramalho.pdf . Acesso em: 05 out. 2021.

SANTOS, Jeyza Lobato dos. Reserva Extrativista como Alternativa para a Sustentabilidade Local: O Caso da Resex Marinha Maracanã – Pará. In: *Anais do IV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ambiente e Sociedade*. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-105-335-20080510135004.pdf> . Acesso em: 04 mai. 2017.

Revistas – Artigos

ADRIÃO, D. Pescadores de Sonhos: um olhar sobre as mudanças nas relações de trabalho e na organização social entre as famílias dos pescadores diante do veraneio e do turismo balnear em Salinópolis, Pará. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol. 1, n. 2, p. 11-21, mai./ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v1n2/v1n2a02.pdf> . Acesso. 12 jan. 2018.

ALONSO, Leandro Seawright. A História Oral como disciplina, a memória coletiva e a “costura artesanal” – religião, política. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, vol. 9, n. 17, p. 29-43, mai/ago. 2017. Disponível em: <http://revistanupem.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/318> . Acesso em: 12 de jul. 2020.

ALVES, Giovanni ; ARAÚJO, Renan. Thompson, Lukács e o conceito de experiência: um diálogo mais que necessário. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 5, n. 10, p.53-70, jul/dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n10p53> . Acesso em: 16 mai. 2018.

ALVES, Raynon J. M. ; GUTJAHR, Ana L. N. ; SILVA, J. A. Espírito Santo. Caracterização socioeconômica e produtiva da pesca artesanal no município de Marapanim, Pará, Brasil. *Rev. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Brasil*, (julio 2015). Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/pesca-artesanal.html> . Acesso em: 02 jan. 2021.

ANDRADE, Gilberto Osório de. Furos, paranás e igarapés: análise genética de alguns elementos do sistema potamográfico amazônico. *Rev. Geográfica*, vol. 22, nº. 48, pp. 3-36Jan-Jul. 1958.

ÂNGULO, Rodolfo José. Aspectos físicos das dinâmicas de ambientes costeiros, seus usos e conflitos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 175-185, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/3107/2488#:~:text=Os%20ambientes%20costeiros%20s%C3%A3o%20extremamente,e%20porque%20estas%20mudan%C3%A7as%20ocorrem>. Acesso em: 06 jan. 2020

ANJOS, Alexandre Gonzaga dos et al. Musicoterapia como estratégia de intervenção psicológica com crianças: uma revisão da literatura. *Gerais: Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, vol. 10, n. 2, p. 228-238, dez. 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202017000200008&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 12 dez. 2022.

ARRUDA, Gilmar. Marcha para o Oeste, caminhos da memória. Dossiê: escritas da história e memória, 2. *História Revista*, vol.9, n.1, jan./jun. 2004. Pp.35-55. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/historia/article/download/10458/6932> . Acesso em: 11 abr. 2021.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, vol.2, n. 5, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X1999000200007&script=sci_abstract&lng=pt . Acesso em: 05 set. 2019.

ASSAD, Leonor. Falésias: As belas e perigosas construções da natureza. *Cienc. Cult.* vol. 62, n. 2, São Paulo, 2010. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000200003 . Acesso 20 jan. 2020.

BARBOSA, José M. S.; MELLO, Rita M. A. Vaz de. O Ideb como instrumento de avaliação da aprendizagem escolar: uma visão crítica. *Rev. Eletr. Pesquisa Educa*, Santos, vol. 07, n. 13, pp.106-123, jan./jun. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/505-1325-1-PB.pdf> . Acesso em: 30 dez. 2019.

BARROS, José D'Assunção. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a pesquisa histórica. *Mouseion*, n. 12, mai/ago/2012, pp. 129-159. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/as-fontes-historicas.htm> . Acesso em: 11 set. 2020.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? *Parcerias Estratégicas*, vol. 6, n. 12, 2001, pp.135-159. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172 . Acesso em: 20 dez. 2020.

BONFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Fronteira amazônica e planejamento na época da ditadura militar no Brasil: inundar a hileia de civilização? *B.goiano.geogr.* Goiânia, vol. 30, n. 1, pp. 13-33, jan./jun. 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/11191-Texto%20do%20artigo-47004-1-10-20101007.pdf> . Acesso em 30 jan. 2020.

BRANDÃO Jr., Amintas de O. et al. Desmatamento e estradas não-oficiais da Amazônia. In: Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, pp. 2357-2364, Florianópolis: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2007. Disponível em: <https://imazon.org.br/publicacoes/desmatamento-e-estradas-nao-oficiais-da-amazonia/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BURKE, Peter. A esperança tem história? *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, São Paulo, Mai/Ago. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200014 . Acesso em: 15 jan. 2021.

CÂNDIDO, Tyrone. Fazendo justiça - E. P. Thompson, o crime e o direito. *MNEME: Revista de humanidades*, vol. 1, n.1 - ago./set. de 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/download/34/25/#:~:text=A%20Lei%20Negra%20visava%20reprimir,e%20diversos%20outros%20produtos%20silvestres>. Acesso em: 15 jan. 2021.

CARDOSO, Luis F. C. ; SOUZA, Jaime L. C. Viver, aprender e trabalhar: habitus e socialização de crianças em uma comunidade de pescadores da Amazônia. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, vol. 6, n. 1, pp. 165-177, jan-abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222011000100010&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 30 nov. 2019.

CHIRINÉA, Andréia Melanda ; BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O IDEB como política de regulação do Estado e legitimação da qualidade: em busca de significados. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 87, pp. 461-484, abr./jun. 2015.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v23n87/0104-4036-ensaio-23-87-461.pdf> . Acesso em: 02 jan. 2020.

COSTA, Francisco A. A racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia. *Cadernos do NAEA*, n. 12, nov. 1994. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341446062_Racionalidade_Camponesa_e_Sustentabilidade. Acesso em: 27 mai. 2018.

COSTA, Manuela A. Música e história: um estudo sobre as bandas de música civis e suas apropriações militares. *Tempos Históricos*, vol. 15, jan-jun, 2011, pp. 240-260. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5707> . Acesso: 03 dez. 2021.

CUNHA, Manuela Carneiro da ; ALMEIDA, Mauro W. B. Quem são as populações tradicionais? In: *Unidades de Conservação no Brasil*, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Artigo%20-%20738.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

D'ALINCOURT, Luís. Memória sobre a viagem do porto de Santos `cidade de Cuiabá, etc. In: *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, pp. 253-381. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1950.

DAVIS, N. Z. Descentering history: local stories and cultural crossings in a global world. *History and Theory*, vol. 50, n. 2, 2011. pp. 88-202. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2303.2011.00576.x> Acesso em: 30 Jun.2018.

DOLABELLA, R. M. et al. *Arte e artesanato em termos sociológicos: alguns conceitos*. Disponível em: <http://www.eba.ufmg.br/alunos/kurtnavigator/arteartesanato/conceitos.html>. Acesso em: 10/10/2021.

DUTRA, V. et al. Proposta de estradas-parque como unidade de conservação: dilemas e diálogos entre o Jalapão e a Chapada dos Veadeiros. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, vol. 20, n. 1, Jun. 2008. pp. 161-176. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadnatureza/article/view/9261> . Acesso em: 18 abr. 2018.

DRUMMOND, José Augusto. *A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp.177-197. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319> . Acesso em: 10 jun. 2018.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, vol. 4, n. 1, jan/jun. 2012, pp. 05-22. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180304012012005> . Acesso em: 22 nov. 2018.

ENKE, Rebecca Guimarães. O cenário do vazio: a inserção do lazer no espaço litorâneo europeu. *Historiae*, Rio Grande, v. 8, n. 1, pp. 169-188, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/4469-Texto%20do%20artigo-22275-1-10-20180308.pdf> . Acesso em: 24 jul. 2020.

FACUNDES, Francinete da Silva; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira; SANTOS, Valdenira Ferreira dos. Expansão da rede viária na Amazônia Oriental, Rodovia Perimetral Norte,

Amapá. *Confins* [online], n. 42, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/23789> . Acesso em: 22 nov. 2020.

FERRARI, M. As noções de fronteira em geografia. *Perspectiva Geográfica UniOeste*, vol. 9, n.10, 2014. pp.1-25.

FERREIRA, Rubens da Silva ; COSTA, Érica Elaine. Compreendendo a imigração espanhola no Pará (1896-1899): um estudo a partir das passagens grátis como fontes de informação. *TransInformação*, Campinas, vol. 23, n. 1, pp. 51-61, jan./abr., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/VCVMHHMhXyGhcj9bCjht3zN/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 21 dez. 2021.

FERREIRA, L. V. ; E. VENTICINQUE, ; S. S. de Almeida. O Desmatamento na Amazônia e a importância das Áreas Protegidas. *Estudos Avançados*, vol. 19, n. 53, 2005, pp. 1-10. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php> . Acesso em: 28 out. 2008.

FERRI, Gil Karlos. História Ambiental: historiografia comprometida com a vida. *Café história*. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/> . Acesso em: 30 Jun.2018.

FIGUEIREDO, E. M.; SANTANA, Graça. Educação e arte no meio pesqueiro: tecendo as expressões artísticas de mulheres e homens do sal no estado do Pará. *Revbea*, Rio Grande, vol. 8, n. 2, Rio Grande, pp. 103-117, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/1788-Texto%20do%20artigo-10320-1-10-20140206%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/1788-Texto%20do%20artigo-10320-1-10-20140206%20(1).pdf) . Acesso em: 15 ago. 2021.

FONSECA, Regina M. A. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estud. Avançados*, vol. 16, n. 45, São Paulo, Mai/Ago. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142002000200005 . Acesso em: 12 ago. 2019.

FONTELES-FILHO, A. A.; ESPÍNDOLA, M. F. A. Produção de pescado e relações interespecíficas na biocenose capturada por currais-de-pesca no estado do Ceará. *Bol. Técnico-Científico do CEPNOR*, Belém, vol.1, n.1, pp.111-124, 2001.

FREITAS, Ádria de Carvalho et al. Análise socioeconômica e esforço de pesca na captura do caranguejo-uçá – *Ucides cordatus* (Crustacea: Ucididae) – na Reserva Extrativista Maracanã – costa amazônica do Brasil. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, vol. 10, n. 3, set.-dez. 2015, pp. 711-722. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v10n3/1981-8122-bgoeldi-10-3-0711.pdf> . Acesso em: 05 jan. 2020.

FUSCALDO, Bruna M. H. O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil. *Revista CPC*, n.18, São Paulo, pp. 81–105, dez. 2014/abr. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/74966-Texto%20do%20artigo-128733-1-10-20150127.pdf> . Acesso em: 01 fev. 2020.

GALILEU. O que são rios voadores, como se foram e qual é a sua importância. *Revista Digital Galileu*, Meio Ambiente. Edição de 03 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2022/02/o-que-sao-rios-voadores-como-se-formam-e-qual-e-sua-importancia.html> . Acesso em: 31 mar. 2022.

GHERARDI, S. A symbolic approach to competence development. *Human Resource Development International*, vol. 2, n. 4, pp. 313-334, 1999.

GIGLIOTTI, Eduardo da Silva ; PINHO, Patrícia. Dos rios para as estradas: uma análise da mudança de uso e cobertura da terra num contexto amazônico rural. *Espaço & Geografia*, vol.18, N.1, 2015, pp.3-24. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/40025> . Acesso em:

GOHN, Maria da Glória. A educação não formal e a relação da escola-comunidade. *Eccos - Revista Científica*, São Paulo, vol. 6, n. 2, pp. 39-65, dez. 2004.

GOLDSTEIN, Ilana Seltzer. Autoria, autenticidade e apropriação: reflexões a partir da pintura aborígine australiana. *Rer Br. Ci. Soc.*, vol. 27 n. 79, jun. 2012, pp.81-229. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a06.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

GOMES, Mirelli Albertha de O. ; MAIA, Doralice S.. Territorialidades dos malucos de estrada em espaços públicos de João Pessoa/PB. *Ateliê Geográfico*, v. 13, n. 3, Goiânia, dez./2019, pp.138-156. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/download/57621/34212> . Acesso em 01 jan.2022.

GOMEZ, Marcella Laize da Cruz. Educação pelas águas: o território tradicional pesqueiro como espaço de educação não formal. *Revista Educação e Ciências Sociais*, vol. 2, n. 3, Salvador, 2019.

GOMEZ-POMPA & KAUS, A. Possible papel de la vegetación secundaria en la evolución de la flora tropical. *Biotropica*, vol. 3, n. 2, pp. 125-135. 1971

GOMEZ-POMPA & KAUS, A. Taming the wilderness myth. *Bioscience*, vol. 42, n. 4. 1992.

HARDIN, G. The tragedy of commons. *Science*, vol. 162, n. 3859, dez. 1968, pp. 1243-1248. Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243> . Acesso em: 15 set. 2018.

KERN, Arno Alvarez. Fronteira/fronteiras: conceito polissêmico, realidades complexas. *História e diversidade - Dossiê: Fronteiras em perspectivas*, vol. 8, n. 1, 2016, pp. 10-19.

LACERDA, Franciane Gama. Entre o sertão e a floresta: natureza, cultura e experiências sociais de migrantes cearenses na Amazônia (1889-1916). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 25, n. 51, 2016, p.197-225. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100010&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 20 dez. 2019.

LEITÃO, W. Pesca e políticas públicas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Ser. Antropologia, v.11, n. 2, dez. 1995, pp.185-198.

LIMA, Carla Oliveira de. Historiografia social da Amazônia e história ambiental: um breve balanço. *Revista do Lhiste*, Porto Alegre, vol. 4, n. 6, jan/dez. 2017. pp. 90-112.

Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/84887-349684-1-PB.pdf> . Acesso em: 12 dez. 2020.

LOBATO, Sidney. Amazônia e as fronteiras da história. *Revista Brasileira de História: Dossiê: Fronteiras Amazônicas*. São Paulo, vol 39, n. 82, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v39n82/1806-9347-rbh-39-82-13.pdf> . Acesso em: 09 fev. 2021.

MACHADO, Helena C. F. A construção social da praia. *Sociedade e Cultura 1*. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia. vol. 13, n.1, 2000, pp.201- 218.

MANESCHY, M. C. Pescadores curralistas no litoral do estado do Pará: evolução e continuidade de uma pesca tradicional. *Rev. Da SBHC*, n.10, p.53-74, 1993.

MARIN, Rosa E. A. Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia no século XIX e XX. *Papers do NAEA*, n.170, Belém, 2004. Disponível em: file:///E:/Escrita%20da%20Tese/Tese/Estradas%20da%20Amazonia_Marin.pdf . Acesso em: 21 out. 2019.

MAUÉS, R. H. Comunidade no “sentido social da evangelização”: CEBs, camponês e quilombolas na Amazônia Oriental. *Religião e Sociedade*, vol. 20, N. 2: pp.13-37, Rio de Janeiro, 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/rs/a/WkgzGH38JgTZ9Dr5ywnYfbL/?lang=pt> . Acesso em: 13 dez.2021.

MAUÉS, R. H. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico. *Dossiê Amazônia Brasileira I, Estudos Avançados*, vol. 19, n. 53, 2005, pp. 259-274. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WNMqZ8vbRk3khRh5nRsTtQz/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 12 dez.2021.

MAUÉS, R. H. Movimentos eclesiais católicos e modernidade: uma igreja em transformação. *Rev. de Antropologia*, vol. 55, n. 2, São Paulo, USP, 2012, pp. 857-897. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/59303#:~:text=Entre%20o%20atualizamento%20do%20catolicismo.posturasde%20natureza%20te%C3%B3rico%20metodol%C3%B3gica%20que%2C> . Acesso em: 20 abr. 2022.

MEDEIROS, rodrigo A. L. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. *Universitas Humanas*, Brasília, vol. 12, n. 1-2, p. 41-58, jan./dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/3256-17132-2-PB.pdf> . Acesso em: 15 jan.2020.

MEDRANO, Antonio. *El modo de vida tradicional*. 2012. Disponível em: <http://www.antonioedrano.net/doc/Medrano%20Antonio%20-%20Modo%20de%20vida%20tradicional.pdf> . Acesso em: 23 de Março de 2021.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Epistemologias do Sul*, Foz do Iguaçu/PR, vol.1, n.1, pp. 12-32, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/772> . Acesso em: 03 fev. 2022

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol. 32, n. 94, 2017 Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVlk/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 03 fev. 2022.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo de fartura e tempo de famitura no litoral do Pará. *Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi, Ciências Humanas*, vol. 1, n. 2, 2006. pp.23-33. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222006000200003&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 10 jan. 2020.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo da natureza e tempo do relógio – tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. *Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi, ser. Antropologia*, vol. 11, n. 1, 1995, pp. 5-18. Disponível em: <file:///E:/Escrita%20da%20Tese/Tese/leituras%20obrigatorias/tempo%20da%20natureza%20tempo%20do%20relógio%20pescadores%20maracanã%20IVETE.pdf> . Acesso em: 15 set. 2019.

NUNES, F. A. Direitos de propriedade, agricultura e controle social: representações oficiais sobre aldeamentos de índios e colônias agrícolas da Amazônia, décadas de 1840-80. *História Agraria*, n. 71, Abr. 2017, pp. 79-107. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-77042016000100154&script=sci_arttext . Acesso em: 2 jan. 2018.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (século XVII ao XX). *Bol. Mus. Par. Emilio Goeldi*. Belém, vol. 4, n. 1, Jul. 1988, pp. 65-115. Disponível em: <http://repositorio.museu-goeldi.br:8080/jspui/handle/mgoeldi/717> . Acesso em: 13 jul. 2019.

OLIVEIRA, José A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Cienc. Cult.*, vol. 58, n. 3, São Paulo, Jul./Set. 2006. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000300013 . Acesso em: 15 dez. 2019.

OLIVEIRA NETO, Thiago. Rodovias na Amazônia e as mudanças recentes na circulação regional. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo (RJ), vol. 16, n. 3, pp. 63-84, jul-dez 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/47935-196423-1-PB.pdf> . Acesso em: 16 jan. 2021.

OLIVEIRA NETO, Thiago. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica. *Confins* [on line], n. 501, 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/21176> . Acesso em: 06 dez. 2020.

SARRAF-PACHECO, Agenor. Cartografia & fotoetnografia das águas: modos de vida e de luta na Amazônia marajoara. *Illuminuras*, Porto Alegre, vol. 19, n. 46, p. 63-98, jan/jul, 2018. Disponível em: cartografia das aguas na amazonia_AGENOR.pdf . Acesso em: 04 maio. 2020.

SARRAF-PACHECO, Agenor. No tempo das festas: sociabilidades e conflitos em florestas e cidades marajoaras. *Dossiê - Projeto História*, São Paulo, vol. 58, pp. 9-44, Jan.-Mar. 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/31041> . Acesso em: 17 abri. 2022.

SARRAF-PACHECO, Agenor ; CORRADI, Analaura ; BALIEIRO, Maria Neco Pereira. A cidade-floresta na pintura da memória: teias visuais e orais em Maria Neco

Balieiro. *Revista Moara*, vol. 43, jan./jun. 2015. pp. 62-81. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/2636/3785> . Acesso em: 01 jan. 2022.

PÁDUA, José A. ; CHAMBOULEYRON. Rafael. Movimentos dos rios / movimentos da História. Apresentação. *Revista Brasileira de História: Dossiê: Rios e Sociedades Dossier*, São Paulo, vol. 39, n. 81, 2019, pp. 15-24.

PENNA, Maura. *Poéticas musicais e práticas sociais: reflexões sobre a educação musical diante da diversidade*. *Rev. da ABEM*, Porto Alegre, vol. 13, n. 12, set. 2005, pp. 7-16.
PERROT, Michelle. Mil maneiras de caçar. *Projeto História*, n.17, nov.1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11109> . Acesso em: 23 nov. 2018.

PESAVENTO, S. J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Rev. Brasileira de História*, vol. 27, n. 53, jun. 2007, pp. 11-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100002 . Acesso em: 10 mar. 2018.

POJO, E. C.; ELIAS, L. D.; VILHENA, M. N. As águas e os ribeirinhos: beirando sua cultura e margeando seus saberes. *Revista Margens Interdisciplinar*, vol. 9, n. 11, pp. 176-198, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3249/3129> Acesso em: 21 abr. 2020

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212. Disponível em: <file:///C:/Users/PC/Downloads/1941-3420-1-PB.pdf> . Acesso: em 20 Mai. 2018.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp. 3-15. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf . Acesso em: 11 mar. 2018.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. *Projeto História. Revista do Programa de Pós-Graduação e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica*, São Paulo, n. 14, pp. 25-39, fev. 1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240> . Acesso em: 12 mar. 2018.

POSEY, Darrell Addison; FRECHIONE, John; SILVA, Luiz Francelino; *et all*. Ethnoecology as applied anthropology in Amazonian development. In: Human Organization, vol. 43, n.2, *Journal of the Society for Applied Anthropology*, 1984. pp. 95-107.

QUADRA, Gabrielle Rabello ; D'ÁVILA, Sthefane. Educação Não-Formal: Qual a sua importância? *Revista Brasileira de Zootecias*, vol. 17, n. 2, pp. 22-27. 2016.

QUARESMA, Luis Augusto Barbosa ; MAIA, Maíra Oliveira. A Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB): memórias e usos para além da integração. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, Penedo, vol. 9, Número Especial, pp. 62-79, Mar. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/7091> . Acesso em: 01 04. 2021.

RAMALHO, Cristiano W. N. Pescados, pescarias e pescadores: notas etnográficas sobre processos ecossociais. *Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, vol. 11, n. 2,

pp. 391-414, maio-ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1981-81222016000200391&script=sci_abstract&tlng=pt . Acesso em: 16 set. 2019.

RAMALHO, C. W. N. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. *Revista de Antropologia*, São Paulo, vol. 54, n. 1, pp. 315-352, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/38598#:~:text=Tomando%20como%20base%20as%20pr%C3%B3prias,diz%20respeito%20%C3%A0%20art%C3%A7%C3%A3o%20da> . Acesso em: 19 nov. 2019.

RENHA, Carlos Eugênio. A política desenvolvimentista para a Amazônia: implementação, objetivos e o revés da SPVEA (1953-1966). *Sæculum – Revista de História*, [S. l.], vol. 40, n. 40, pp. 85-107, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/43433/22884> . Acesso em: 21 fev. 2021.

RIBEIRO, Laiane Bezerra; MOTA, Dalva Maria da; ALVES, Ketiane dos Santos. Vilas rurais na Amazônia oriental: o nordeste paraense em questão. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, vol. 34, n.3, pp. 339-358, set./dez. 2017. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/184789/1/Vilas-rurais-na-amazonia-oriental.pdf> . Acesso em: 10 jan. 2021.

RIBEIRO, Miguel Ângelo. A rede urbana amazônica: presente e passado. *Observatório Geográfico da América Latina*. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal8/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/06.pdf> . Acesso em: 06 dez. 2020.

RISSO, Luciene C. A importância das reservas extrativistas para a discussão mundial de conservação da natureza. *Geografia e Pesquisa*, vol. 6, n.1, Ourinhos, Jan./jun. 2012, pp. 130-138. Disponível em: <http://vampira.ourinhos.unesp.br/openjournalssystem/index.php/geografiaepesquisa/article/viewFile/130/63> . Acesso em: 2 jan. 2018.

RODRIGUES, Eduardo Paschoal; PINHEIRO, Eduardo da Silva. O desflorestamento ao longo da rodovia BR-174 (Manaus/AM - Boa Vista/RR). *Soc. & Nat.*, vol. 23 , N. 3, set./dez, 2011, pp.513-528. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sn/a/RffLB8Yys5CgyD64Hx3TrdL/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 10 jan. 2021.

ROCHA, Gilberto M.; SOARES, Daniel A. S.; MORAES, Sergio C. Dinâmicas territoriais na Zona Costeira do estado do Pará, Amazônia brasileira. *Confins*, n. 42, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/24132> . Acesso em: 02 jan. 2021.

SANTOS, Luiz C. B.; SCHMITZ, Heribert. As dificuldades da participação dos usuários na gestão da Reserva Extrativista Marinha de Maracanã, Estado do Pará. In: *Enciclopédia Biosfera*. Goiânia: Centro Científico Conhecer, vol. 13, n. 23, 2016, pp. 62-71. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2016a/agrarias/analise%20da%20participacao.pdf> . Acesso em 5 jan. 2019.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. Da incorporação dos banhos salgados de mar à balnearização das praias do Recife: um “período denso” na produção do espaço praiano. *GeoTextos*, vol. 16, n. 1, julho 2020. O. dos Santos. pp.13-35. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/34984#:~:text=A%20tese%20defendida%20ne>

[ste%20artigo,a%20produ%C3%A7%C3%A3o%20do%20espa%C3%A7o%20praiano](#) . Acesso em: 20 dez. 2020.

SATHLER, Douglas; MONTE-MÓR, Roberto L.; CARVALHO, José Alberto Magno de. As redes para além dos rios: urbanização e desequilíbrios na Amazônia brasileira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 19, n. 1, Jan./Abr. 2009, pp. 11-39.

SILVA , Ivo Luís Oliveira; PEREIRA, Gleyce Anne Castro; MAPURUNGA. Pau de Arara e o vai e vêm das romarias: um estudo etnográfico do transporte no município de Canindé – Ceará. *Cenário*, vol.2, n.2, Set. 2014. Brasília, pp.103-120.

SILVA, M. O. Saindo da invisibilidade a política nacional de povos e comunidades tradicionais. *Revista Inclusão Social-Editorial*. Brasília, vol. 2, n. 2, 2007, pp. 7-9. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596>. Acesso em: 22/02/15.

SILVA, Jerônimo da S. ; SARRAF-PACHECO, Agenor. Nas dobras da memória oficial: cidade, imagem e história na voz de rezadeiras de Capanema-PA. *Amazônia*, vol. 3, n. 2, 2011. pp. 430-453. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/776> . Acesso em: 20 dez. 2018.

SILVA, Renata Souza da. Que rufem os tambores: relato de uma experiência etnográfica em uma banda escolar em Santarém/PA. *Nova Revista Amazônica-Dossiê Amazônia*, vol. 8, n. 2, set. 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/9377> . Acesso em: 06 nov.2021.

SIMMEL, G. Comment les formes sociales se maintiennent. *L'Année sociologique*, vol. 1, 1896-1897, pp. 71-109.

SIMONIAN, L. T. L. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Série Antropologia, Belém, 2005.

SOUSA, Rafael B. A beira do rio, a beira da estrada e a conformação do território camponês no Nordeste paraense. *Ensaio de Geografia/UFF*, vol. 4, n. 7, 2015. Disponível em: http://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/search/authors/view?firstName=Rafael&middleName=Benevides&lastName=Sousa&affiliation=Universidade%20Federal%20Fluminense&country=BR . Acesso em: 20 nov. 2019.

SOUSA, R. B. ; MACEDO, Cátia O. Comunidades camponesas no Nordeste paraense: o caso de São Judas e Cravo. *Revista Geografia (Londrina)*, vol. 20, n. 2, pp.115-128, mai./ago. 2011, Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/7060/10650> . Acesso em: 15 jan. 2020.

STUTZIN, Godofredo. *Un imperativo ecológico: reconocer los derechos de la naturaleza* Disponível em: <https://opsur.org.ar/wp-content/uploads/2010/10/imperativo-ecologico.pdf> . Acesso em 04 fev. 2022.

TAVARES, Maria G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 29 – Especial,

2011, pp. 107-121. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209> . Acesso em: 23 ago. 2018.

TAVARES, Maria G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. *Rev. ACTA Geográfica*, vol. 2, n. 3, jan./jun. 2008, pp.59-83. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/204/364> . Acesso em: 10 out.2019.

THOMSON, Alistair. Reacompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Proj. História*, São Paulo, vol. 15, abr./1997. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216> . Acesso em: 10 ago. 2020.

VALLE, Edênio. Conversão: da noção teórica ao instrumento de pesquisa. *Rev. Eletr. Estudos da Religião-REVER*. Disponível no site: http://www.puc.br/rever/rv2_2002/t_valle.htm . Acesso em: 20 mar. 2008.

VENDRAMINI, Célia Regina. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. *Educação Unisinos*, vol. 10, n. 2, pp.123-129, mai/ago 2006. Disponível em: <http://file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/6051-18560-1-SM.pdf> . Acesso em: 14 dez. 2019.

WEIMER, Günter. Da perenidade do transitório. *Projeto – Revista Brasileira de Arquitetura, planejamento, desenho industrial e construção*, n. 75. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1985. pp.63-66.

WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres da Floresta: outras tantas histórias. *Revista Estudos Amazônicos*, vol. 6, nº 1, 2011, pp. 21-40. Disponível em: https://www.academia.edu/33666514/Mulheres_da_Floresta_outras_tantas_hist%C3%B3rias . Acesso em: 9 jan. 2019.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, pp. 198-215. Disponível em: <http://www.nuredam.com.br/files/divulgacao/artigos/Para%20fazer%20hist%C3%B3ria%20ambiental.pdf> . Acesso em: 18 nov. 2018.

ANEXOS

Anexo 01

Reserva Extrativista Marinha Maracanã - Decreto Federal S/N de 13 de Dezembro de 2002

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

DECRETO DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002

Cria a Reserva Extrativista Maracanã, no Município de Maracanã, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Maracanã, no Município de Maracanã, no Estado do Pará, com os objetivos de assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local.

Art. 2º A Reserva Extrativista Maracanã abrange uma área de aproximadamente trinta mil e dezoito hectares e oitenta e oito centiares, tendo por base as Folhas MI 337 e MI 338, na escala 1:100.000, publicadas pela Diretoria do Serviço Geográfico-DSG do Exército Brasileiro, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 47°24'46.16" WGr e 0°58'34.96" S, localizado na foz do Igarapé Mato Grosso, sobre a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Igarapé-Açú; deste, segue por uma distância aproximada de 680,24 metros até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 47°25'02.20" WGr e 0°58'41.75" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, sobre a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Igarapé-Açú; daí, segue, na direção norte, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Maracanã, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 15.906,56 metros, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 47°26'27.19" WGr e 0°53'57.19" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, quando este cruza o Igarapé Inuçu; daí, segue, acompanhado o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Maracanã, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 8.277,41 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 47°24'50.30" WGr e 0°52'37.88" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, quando este corta o Igarapé Peri-Açú; daí, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Maracanã, no sentido jusante, até o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 47°25'29.67" WGr e 0°49'00.36" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no Igarapé Caiacá; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 1.352,90 metros, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 47°25'31.03" WGr e 0°48'29.28" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no médio Igarapé Jarí; daí, segue, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, deixando a margem esquerda do Rio Maracanã e penetrando na margem da Baía do Maracanã, por uma distância aproximada de 17.774,06 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 47°26'38.73" WGr e 0°46'37.56" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue no médio Rio Escuro; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, nas margens da Baía do Maracanã, passando pela linha de preamar máxima, na área urbana do Município de Maracanã, e penetrando na margem direita do Rio Caripi, no sentido montante, por uma distância aproximada de 25.660,27 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 47°29'22.08 WGr e 0°48'20.06" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no médio Igarapé Arapiranga, tributário

da margem direita do Rio Caripi; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, na margem direita do Rio Caripi, no sentido montante, por uma distância de 6.816,92 metros, até o Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 47°29'36.03" WGr e 0°49'59.72" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue no médio Igarapé Maturu; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem direita do Rio Caripi, no sentido montante, percorrendo uma distância aproximada de 7.352,84 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 47°29'44.46" WGr e 0°51'50.12" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no Igarapé Preá; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem direita do Rio Caripi, no sentido montante, percorrendo uma distância aproximada de 4.277,72 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 47°29'39.39" WGr e 0°51'50.12" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no Igarapé Biribateua; daí, segue pela margem direita do Rio Caripi, no sentido montante, percorrendo uma distância de 6.075,72 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 47°30'27.76" WGr e 0°54'26.37" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no Igarapé Joroca; daí, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem direita do Rio Caripi, no sentido montante, por uma distância aproximada de 4.667,27 metros, até o Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 47°30'30.27" WGr e 0°56'06.82" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, nas cabeceiras do Rio Caripi, em sua margem direita; daí, segue por uma distância de 77,21 metros, até o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 47°30'32.53" WGr e 0°56'07.89" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, na margem esquerda do alto Rio Caripi; deste, segue pela margem esquerda do Rio Caripi, no sentido jusante, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 3.960,98 metros, até o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 47°30'52.06" WGr e 0°54'35.89" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no Igarapé Curupipino, tributário da margem esquerda do Rio Caripi; deste, segue, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Caripi, no sentido jusante, percorrendo uma distância aproximada de 3.642,53 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 47°31'26.15" WGr e 0°53'23.89" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no médio Igarapé Açu, tributário da margem esquerda do Rio Caripi; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Caripi, no sentido jusante, percorrendo uma distância aproximada de 10.655,66 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 47°30'51.25" WGr e 0°50'41.65" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no Igarapé do Lago, tributário da margem esquerda do Rio Caripi; deste, segue, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Caripi, no sentido jusante, percorrendo uma distância aproximada de 2.262,23 metros, até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 47°31'20.60" WGr e 0°50'13.03" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no Igarapé Urubaquara, outro tributário da margem esquerda do Rio Caripi; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Caripi, no sentido jusante, percorrendo uma distância aproximada de 19.851,53 metros, até o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 47°30'57.94" WGr e 0°45'46.09" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no alto Igarapé Apari, tributário da margem esquerda do Rio Caripi; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio Caripi, no sentido jusante, atingindo a Baía do Maracanã, sempre contornando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância de 60.466,08 metros até o limite da zona terrestre do mangue no alto Igarapé Apeí, onde se localiza o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 47°32'11.96" WGr e 0°41'44.39" S; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue nas margens da Baía do Maracanã e penetrando pela margem continental do Furo da Mocoóca, segue por uma distância aproximada de 32.498,28 metros, até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 47°33'17.69" WGr e 0°40'00.49" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no alto Igarapé Açu; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Igarapé Açu, no sentido jusante, passando pelo limite da zona terrestre, penetra na Baía de Marapanim, e acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, segue pela margem direita do Igarapé Tapari, no sentido montante, percorrendo uma distância aproximada de 28.595,06 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 47° 34'08.50" WGr e 0° 41'26.46" S, localizado no alto Igarapé Tatapari; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, passando pela margem direita do Igarapé Taqueri, no sentido montante, percorrendo uma distância aproximada de 19.938,57 metros, até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 47° 33'07.77" WGr e 0° 43'09.97" S, localizado no alto Igarapé Taqueri; deste, segue, acompanhando sempre o limite da zona terrestre do mangue, na margem direita do Rio Cuinarana e penetrando pela margem direita do Igarapé Biteua ou Martins Pinheiro, no sentido montante, percorrendo uma distância aproximada de 45.166,88, até o Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 47° 34'03.47" WGr e 0° 47'25.77" S, localizado nas nascentes do Igarapé Biteua, sobre a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Magalhães Barata; daí, segue, acompanhando a citada linha divisória municipal, pelo meio da calha do Rio Cuinarana, no sentido jusante, percorrendo uma distância aproximada de 6.545,32 metros, até o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 47° 35'55.16"

WGr e 0° 45'42.37" S, localizado na confluência do Rio Curral com o Rio Cuinarana; daí, continua, seguindo a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Magalhães Barata, pela calha do Rio Cuinarana, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 12.400,84 metros, até o Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 47° 37'08.82" WGr e 0° 41'22.69" S, localizado na desembocadura do Rio Cuinarana, quando este deságua na Baía de Marapanim, e sobre o ponto de interseção das linhas divisórias dos Municípios de Maracanã, Magalhães Barata e Marapanim; daí, segue, acompanhando a linha divisória dos Municípios de Marapanim e Maracanã, por uma distância aproximada de 2.803,40 metros, até o Ponto 27, de coordenadas geográficas aproximadas 47° 36'59.81" WGr e 0° 39'55.82" S, localizado na Baía de Marapanim, sobre a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Marapanim, equidistante em uma milha náutica da costa do Município de Maracanã; deste, segue por uma distância aproximada de 4.155,91 metros pela Baía de Marapanim, no sentido jusante, mantendo uma equidistância de uma milha náutica da costa do Município de Maracanã, em direção a boca do Furo do Mocoóca, onde se localiza o Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas 47°36'03.32" WGr e 0°37'56.12" S; deste, segue por uma reta de azimute 97°31'19" e uma distância aproximada de 1.902,93 metros pela Baía de Marapanim até o Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas 47°35'02.36" WGr e 0°38'04.25" S, localizado na boca do Furo do Mocoóca, quando este encontra a Baía de Marapanim; deste, segue por uma distância aproximada de 5.740,51 metros, atravessando pelo meio do Furo do Mocoóca, no sentido Baía de Marapanim para Baía do Maracanã, até o Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas 47°32'12.17" WGr e 0°38'23.92" S, localizado no meio da desembocadura do Furo do Mocoóca, quando este deságua na Baía do Maracanã, nas proximidades da praia do Mocoóca, excluindo dessa forma a Ilha do Algodal dos limites desta Reserva Extrativista Marinha; daí, segue por uma reta de azimute 90°00'00" e uma distância aproximada de 5.182,56 metros, atravessando a Baía do Maracanã, no sentido oeste/leste, até o Ponto 31, de coordenadas geográficas aproximadas 47°29'24.65" WGr e 0°38'24.01" S, localizado na Baía do Maracanã, a uma distância aproximada de uma milha náutica da costa do Município de Maracanã, nas proximidades da Ilha do Marco; daí mantendo uma equidistância de uma milha náutica da costa do Município de Maracanã, e contornando a Ilha do Marco, no sentido oeste/leste, alcançando a Baía do Urindeua, percorrendo, assim, uma distância aproximada de 22.192,27 metros, até o Ponto 32, de coordenadas geográficas aproximadas 47°24'05.84" WGr e 0°37'34.50" S, localizado na Baía de Urindeua, sobre a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Salinópolis; deste, segue, acompanhando a citada linha divisória municipal, percorrendo uma distância aproximada de 11.973,22 metros, pelo Rio São Paulo, no sentido montante, até o Ponto 33, de coordenadas geográficas aproximadas 47°24'12.49" WGr e 0°42'25.35" S, localizado no limite do mangue no alto Rio São Paulo; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, pela margem esquerda do Rio São Paulo, no sentido jusante, contornando assim todos os manguezais da Baía do Urindeua e Ilha do Marco, percorrendo assim uma distância aproximada de 25.526,33 metros, até o Ponto 34, de coordenadas geográficas aproximadas 47°26'31.48" WGr e 0°36'22.10" S, localizado no alto Igarapé Furinho, Ilha do Marco; daí, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 2.485,09 metros, até o limite do mangue no alto Igarapé Umarizal, onde se localiza o Ponto 35, de coordenadas geográficas aproximadas 47°26'32.31" WGr e 0°37'33.42" S; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre dos mangues da margem direita da Baía do Maracanã, percorrendo uma distância aproximada de 13.953,32 metros, até o Ponto 36, de coordenadas geográfica aproximadas 47°26'50.05" WGr e 0°38'29.29" S, localizado nos limites do mangue no alto Igarapé Samuma; daí, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 11.043,16 metros, penetrando no Igarapé Guaxinim, no sentido montante, até o Ponto 37, de coordenadas geográficas aproximadas 47°27'36.31" WGr e 0°39'30.51" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue no alto Igarapé Guaxinim; daí, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 6.633,56 metros, até o Ponto 38, de coordenadas geográficas aproximadas 47°26'53.10" WGr e 0°40'01.60" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue, no alto Igarapé Caianã; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 12.229,88 metros, até o Ponto 39, de coordenadas geográficas aproximadas 47°26'20.22" WGr e 0°40'32.24" S, localizado no limite da zona terrestre do mangue no alto Igarapé Laranjal; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, e percorrendo uma distância aproximada de 5.013,37 metros, até o Ponto 40, de coordenadas geográficas aproximadas 47°25'53.11" WGr e 0°41'56.57" S, localizado nos limites da zona terrestre do mangue, no alto Igarapé Tatuteua; deste, segue, acompanhando o limite da zona terrestre do mangue, por uma distância aproximada de 11.011,63 metros, até o Ponto 41, de coordenadas geográficas aproximadas 47°25'44.12" WGr e 0°43'58.14" S, localizado sobre a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Salinópolis, na margem direita do Rio Cumaru, englobando assim todos os manguezais da Baía do Maracanã; deste, segue por uma reta de azimute 270°49'35" e uma distância aproximada de 277,36 metros, acompanhando a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Salinópolis, saindo da margem direita para o meio do Rio Cumaru, onde se localiza o Ponto 42, de coordenadas geográficas aproximadas 47°25'53.08" WGr e 0°43'58.01" S; deste, segue, acompanhando a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Salinópolis, percorrendo uma distância

aproximada de 2.227,78 metros, do Rio Cumaru até o Rio Maracanã, onde se localiza o Ponto 43, de coordenadas geográficas aproximadas 47°25'28.98" WGr e 0°45'05.58" S; deste, segue, acompanhando a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Salinópolis, pelo Rio Maracanã, no sentido montante, percorrendo uma distância aproximada de 13.154,13 metros, até o Ponto 44, de coordenadas geográficas aproximadas 47°22'52.20" WGr e 0°49'55.68" S, localizado na interseção das linhas divisórias dos Municípios de Maracanã, Salinópolis e Santarém Novo, no meio do Rio Maracanã; deste, segue, acompanhando a linha divisória dos Municípios de Maracanã e Santarém Novo, pelo meio do Rio Maracanã, no sentido montante, percorrendo uma distância aproximada de 31.036,03 metros, na direção do Igarapé Mato Grosso, até o Ponto 45, de coordenadas geográficas aproximadas 47°24'45.63" WGr e 0°58'27.93" S, localizado na interseção das linhas divisórias dos Municípios de Maracanã, Santarém Novo e Igarapé-Açú; deste, segue uma por uma reta de azimute 184°20'07" e uma distância aproximada de 216,62 metros, até a foz do Igarapé Mato Grosso, linha divisória dos Municípios de Maracanã e Igarapé-Açú, onde se localiza o Ponto 1, início desta descritiva, perfazendo assim um perímetro aproximado de quinhentos e cinquenta e sete mil, novecentos e setenta e um metros e cinquenta centímetros.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA administrar a Reserva Extrativista Maracanã, adotando as medidas necessárias à sua efetiva implantação, formalizando o contrato de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições nele estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
José Carlos Carvalho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 16.12.2002

Fonte: Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9776.htm



Anexo 02

Decreto Estadual – N.1567, de 17 de Junho de 2016 que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável “Campos das Mangabas” e Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto

Decreto Nº 1567 DE 17/06/2016

Publicado no DOE - PA em 20 jun 2016

Cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, ambas no Município de Maracanã e dá outras providências.

Governador do Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 23, incisos VI e VII, e o art. 225 caput e § 1º, inciso III, da Constituição Federal; e de acordo com o art. 17, incisos VI e VII combinado com o art. 255, inciso V da Constituição Estadual, e bem como o disposto nos arts. 8º caput e inciso V, 13 caput e §§ 1º e 2º; Art. 14 caput e inciso VI; Art. 20 e seus parágrafos bem como o disposto nos arts. 22 § 2º, 31 caput e § 2º, todos da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Art. 2º ao 5º do Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; e os arts. 7º e 8º da Lei Estadual nº 6.745, de 6 de maio de 2005, que institui o Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará e dá outras providências,

Decreta:

Art. 1º Ficam criados a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas - RDS Campo das Mangabas e o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto - REVIS Pe. Sérgio Tonetto, no território sob jurisdição do Estado do Pará.

Art. 2º A RDS Campo das Mangabas, possui área de 7.062,02ha (sete mil e sessenta e dois hectares e dois centiares), abrangendo área territorial do Município de Maracanã.

Parágrafo único. Os limites da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas possui uma área aproximada de 7.062,02ha (sete mil e sessenta e dois hectares e dois centiares), conforme o seguinte Memorial Descritivo, cujo perímetro inicia no Ponto 01, definido pela coordenada geográfica de Latitude 00° 42'09.85" Sul e Longitude 47° 33'51,41" Oeste, Elipsoide SIRGAS2000 e pela coordenada plana UTM 9.922.248,25m Norte e 214.585,13m Leste, referida ao meridiano central 45° WGr., localizado no limite da zona terrestre do mangue com a vegetação secundária de capoeira, às proximidades da margem esquerda do Rio Taqueri; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue, que margeia a zona de várzea do Igarapé Taqueri, percorrendo uma distância aproximada de 6.033,80 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 42'20.15" S e 47° 33'10.93" WGr, localizado na confluência do Igarapé Taqueri com um igarapé sem denominação; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue, seguindo a margem esquerda do referido igarapé, no sentido montante, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, daí segue contornando-o, percorrendo uma distância aproximada de 2.170,95 metros, até o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 42'59.26" S e 47° 32'24.42" WGr, localizado na zona terrestre do mangue, no sentido geral Sudeste em relação ao leito do referido igarapé sem denominação; deste, segue em linha reta com azimute 90° 33'41.76" e distância de 937,26 metros para o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 42'59.58" S e 47° 31'54.13" WGr, localizado no extremo norte do Campo das Mangabas; deste, segue em linha reta com azimute 109° 24'19.76" e distância de 1.028,01 metros para o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 43'10.71" S e 47° 31'22.80" WGr, localizado na zona terrestre do mangue, às proximidades da nascente do Igarapé Muiaca; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue até alcançar a Baía de Maracanã, percorrendo uma distância aproximada de 10.791,74 metros, até o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 43'02.00" S e 47° 29'57.79" WGr; deste, segue a linha de costa da referida baía até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 2.526,02 metros, até o Ponto 07, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 43'58.84"

S e 47° 29'06.10" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue até alcançar a margem esquerda do Rio Caripi em sua desembocadura na Baía de Maracanã, percorrendo uma distância aproximada de 7.424,85 metros, até o Ponto 08, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 44'16.78" S e 47° 29'01.59" WGr; deste, segue a linha de costa da margem esquerda do referido rio, percorrendo uma distância aproximada de 1.106,70 metros, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, no Ponto 09, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 44'42.09" S e 47° 29'06.80" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue até alcançar a margem esquerda do Rio Caripi, percorrendo uma distância aproximada de 4.628,09 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 45'55.35" S e 47° 29'45.20" WGr; deste, segue a linha de costa da margem esquerda do Rio Caripi, percorrendo uma distância aproximada de 311,10 metros, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, no Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 46'01.30" S e 47° 29'53.14" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue até alcançar a margem esquerda do Rio Caripi, percorrendo uma distância aproximada de 8.659,91 metros, até o Ponto 12, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 46'36.43" S e 47° 30'08.70" WGr; deste, segue a linha de costa da margem esquerda do Rio Caripi, percorrendo uma distância aproximada de 266,91 metros, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, no Ponto 13, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 46'44.79" S e 47° 30'06.66" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 4.677,52 metros, até alcançar o Ponto 14, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'53.31" S e 47° 31'03.72" WGr, localizado no limite da zona terrestre do mangue com a vegetação secundária de capoeira, às proximidades da nascente do Igarapé Gassaba; deste, segue em linha reta com azimute 274° 25'07.92" e distância de 1.288,56 metros para o Ponto 15, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'50.06" S e 47° 31'45.25" WGr, localizado no limite da vegetação secundária de capoeira com o Campo das Mangabas; deste, segue, contornando o limite do campo, em sua porção sul, no sentido leste-oeste, percorrendo uma distância aproximada de 8.463,99 metros, até o Ponto 16, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'50,03" S e 47° 32'59,36" WGr, localizado na confluência com o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, deste segue margeando um ramal sem denominação, que dá acesso à comunidade Campo Alegre, confrontando neste trecho com o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, percorrendo uma distância aproximada de 2.175,94 metros, até o Ponto 17, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'22,50" S e 47° 31'59,81" WGr, deste, segue em linha reta com azimute 331° 27'14.61" e distância de 192,19 metros, confrontando neste trecho com o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto até o Ponto 18, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'17,00" S e 47° 32'02,78" WGr, daí segue contornando o limite do Campo das Mangabas, confrontando neste trecho com o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, percorrendo uma distância aproximada de 5.464,39 metros, até alcançar o Ponto 19, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 45'57,74" S e 47° 32'56,49" WGr, localizado na margem da Rodovia PA-430; deste, segue margeando a referida Rodovia, desviando à esquerda para um ramal paralelo à Rodovia PA-430, daí segue margeando o referido ramal, confrontando neste trecho com o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, percorrendo uma distância aproximada de 2.400,02 metros, até o Ponto 20, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 46'59,94" S e 47° 33'33,52" WGr, localizado na margem de um ramal sem denominação, deste, segue em linha reta com azimute 171° 34'19.59" e distância de 495,16 metros, confrontando neste trecho com o Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto até o Ponto 21, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'15,88" S e 47° 33'31,19" WGr, daí segue contornando o limite do Campo das Mangabas, percorrendo uma distância aproximada de 1.686,51 metros, até o Ponto 22, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'36.88" S e 47° 33'55.98" WGr, localizado no limite do Campo das Mangabas com a zona terrestre do mangue, às proximidades da nascente do Igarapé Biteua; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue até alcançar a margem direita do Rio Cuinarana, percorrendo uma distância aproximada de 8.462,17 metros, até o Ponto 23, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 45'17.64" S e 47° 35'12.00" WGr; deste, segue a linha de costa da margem direita do referido rio, percorrendo uma distância aproximada de 114,38 metros, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, no Ponto 24, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 45'16.30" S e 47° 35'08.69" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 2.940,49 metros, até alcançar o Ponto 25, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 45'12.37" S e 47° 34'58.43" WGr; deste, segue a linha de costa da margem direita do Rio Cuinarana, percorrendo uma distância aproximada de 409,12 metros, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, no Ponto 26, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 45'01.28" S e 47° 34'51.70" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 18.106,65 metros, até alcançar o Ponto 27, de coordenadas geográficas

aproximadas 0° 42'59.45" S e 47° 35'07.78" WGr; deste, segue a linha de costa da margem direita do referido rio, percorrendo uma distância aproximada de 623,15 metros, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, no Ponto 28, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 42'39.93" S e 47° 35'07.80" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue até alcançar a margem esquerda do Rio Taqueri, percorrendo uma distância aproximada de 1.584,17 metros, até o Ponto 29, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 42'23.28" S e 47° 35'00.68" WGr; deste, segue a linha de costa da margem direita do referido rio, percorrendo uma distância aproximada de 312,71 metros, até alcançar o limite da zona terrestre do mangue, no Ponto 30, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 42'30.18" S e 47° 34'53.35" WGr; deste, segue, contornando o limite da zona terrestre do mangue, percorrendo uma distância aproximada de 9.383,65 metros, até alcançar o Ponto 01, início desta descrição, fechando o perímetro. Art. 3º A criação da RDS Campo das Mangabas tem por objetivos:

I - garantir a proteção dos recursos ambientais e socioculturais existentes na área;

II - assegurar a integridade dos seus atributos e a manutenção do equilíbrio ecológico existente, quando da realização de atividades permitidas;

III - assegurar o desenvolvimento de projetos de recuperação de áreas degradadas, assim como projetos de reflorestamento com espécies que proporcione renda as famílias ali existentes;

IV - promover o desenvolvimento sustentável das populações que habitam a área da RDS, com prioridade para o combate à pobreza e melhoria das suas condições de vida;

V - promover a realização de pesquisas relativas a modelos de desenvolvimento sustentável que se adaptem às condições ambientais da área, bem como relativas à biodiversidade, visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades locais;

VI - assegurar a colaboração das comunidades locais, no exercício das atividades de fiscalização, de competência do órgão ambiental, relativas à proteção dos recursos naturais existentes e combate as queimadas;

VII - assegurar a participação das comunidades locais na conservação, recuperação, defesa e manutenção da área.

Art. 4º O Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, possui área de 339,28 (trezentos e trinta e nove hectares e vinte e oito centiares), abrangendo área territorial do Município de Maracaná.

Parágrafo único. Os limites do REVIS a que se refere este artigo tem uma área com forma de um polígono irregular, envolvendo uma superfície aproximada de 339,28ha (trezentos e trinta e nove hectares e vinte e oito centiares) e perímetro 12.958,95 (doze mil, novecentos e cinquenta e oito metros e noventa e cinco centímetros). Este perímetro onde todas as coordenadas geográficas estão referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 sendo obtidas com auxílio de imagem orbital ortorretificada da série SPOT 5-HRG órbita/ponto 703/351 e com consulta ao Decreto Presidencial de 13 de dezembro de 2002. Esta descrição, inicia no Ponto 01, definido pela coordenada geográfica de Latitude 00° 45'57,74" Sul e Longitude 47° 32'56,49" Oeste, Elipsoide SIRGAS2000 e pela coordenada plana UTM 9.915.245,37 m Norte e 216.288,23m Leste, referida ao meridiano central 45° WGr., localizado na bifurcação entre dois ramais sem denominação dentro do Campo das Mangabas; deste segue em linha reta com azimute 90° 00'00" até alcançar o limite do campo com a vegetação secundária de capoeira, daí segue contornando-o, percorrendo uma distância aproximada de 5.464,39 metros, até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'17,00" S e 47° 32'02,78" WGr, deste, segue em linha reta com azimute 151° 27'14.61" e distância de 192,19 metros para o Ponto 03, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'22,50" S e 47° 31'59,81" WGr, localizado na margem de um ramal sem denominação, que dá acesso à comunidade Campo Alegre; deste, segue, margeando o referido ramal, desviando à esquerda em uma bifurcação no sentido geral Sudoeste, percorrendo uma distância aproximada de 2.175,94 metros, até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'50,03" S e 47° 32'59,36" WGr, localizado no encontro do referido ramal com o limite do Campo das Mangabas, daí segue contornando-o, confrontando neste trecho com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas, percorrendo uma distância aproximada de 2.231,24 metros, até alcançar o Ponto 05, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 47'15,88" S e 47° 33'31,19" WGr, localizado na margem de um ramal sem denominação, deste, segue em linha reta com azimute 351° 34'19.63" e distância de 495,16 metros para o Ponto 06, de coordenadas geográficas aproximadas 0° 46'59,94" S e 47° 33'33,52" WGr e, localizado na margem da Rodovia PA-430; deste, segue margeando a referida Rodovia, desviando à direita para um ramal paralelo à Rodovia PA-430, daí segue margeando o referido ramal, percorrendo uma distância aproximada de 2.400,02 metros, até o Ponto 01 início desta descritiva, perfazendo assim um perímetro aproximado de doze mil, novecentos e cinquenta e oito metros e noventa e cinco centímetros.

Art. 5º O Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, tem o objetivo de preservar os ambientes onde se asseguram a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, assim como a preservação de um ecossistema de rara ocorrência no Estado do Pará, campo cerrado.

Art. 6º Ficam autorizados a Procuradoria Geral do Estado e o Instituto de Terras do Pará - ITERPA a promoverem as medidas administrativas e judiciais necessárias a regularização fundiária das áreas integrantes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Campo das Mangabas e Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto no Município de Maracanã.

Parágrafo único. As terras de domínio de outros níveis de governo, porventura existentes, inseridas na área da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e do Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto serão objeto de convênios específicos e outros instrumentos congêneres, visando à regularização fundiária.

Art. 7º Caberá ao Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - IDEFLOR-Bio administrar e Presidir o Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Campo das Mangabas e o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Pe. Sérgio Tonetto, a ser constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 17 de junho de 2016.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

Fonte: Disponível em:

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=325052#:~:text=Cria%20a%20Reserva%20de%20Desenvolvimento,Maracan%C3%A3%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.>



Anexo 03

Área de Proteção Ambiental Algodoal Maiandeuá - Lei Estadual 5.621 de 27 de novembro de 1990)

Lei Estadual No: 5.621 Data: 27 de novembro de 1990

Dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental de Algodoal – Maiandeuá no Município de Maracanã.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e o seu Presidente, nos termos do § 7º do artigo 108 da Constituição Estadual, vigente, promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º – Fica declarada Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Algodoal – Maiandeuá, localizada no Município de Maracanã, as ilhas de Algodoal com 3,85 Km² (385 ha) e Maiandeuá com 19,93 Km² (1993 ha), somando uma área total de 23,78 Km² (2.378 ha), entre as coordenadas geográficas de 47º 32' 05" à 47º 34' 12" de Longitude (W. Gr.) e 0º 34' 45" à 0º 37' 30" de Latitude Sul.

Artigo 2º – Na elaboração dos estudos básicos, plano de manejo, implantação e funcionamento de APA de Algodoal – Maiandeuá, serão adotadas entre outras as seguintes medidas: O Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará – IDESP executará os estudos básicos para a elaboração do Plano de Manejo; O Plano de Manejo será elaborado conjuntamente pelos Órgãos Federais e Estaduais competentes, ouvida a Prefeitura Municipal de Maracanã; A implantação e execução do Plano de Manejo será realizada pelo órgão estadual competente, com a participação e apoio da Prefeitura Municipal de Maracanã; A utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da área e uso racional do solo, bem como outras medidas referentes à preservação de ambientes e conservação de recursos naturais; Aplicação quando for necessário das medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de sensível degradação da qualidade ambiental, em especial as atividades pesqueiras, apanha de crustáceos extração vegetal, remoção das pedras das praias, utilização das dunas e manejo dos dejetos sólidos; A divulgação das medidas preventivas desta Lei, objetivando o esclarecimento do povo e em especial da comunidade local sobre a APA e suas finalidades.

Artigo 3º – Na APA de Algodoal – Maiandeuá ficam proibidas ou limitadas: A implantação e o funcionamento de indústrias potencialmente poluidoras; A realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem em sensível alteração das condições ecológicas locais; O exercício de atividades capazes de provocar uma acelerada erosão das terras ou um acentuado assoreamento das condições hídricas; O exercício de atividades que ameacem extinguir as espécies da biota regional; O uso de biocidas, quando indiscriminado ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais.

§ 1º – Em caso de epidemias veiculadas por animais domésticos ou silvestres, a Secretaria de Saúde do Estado do Pará poderá, em articulação com os Órgão Estaduais competentes e o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, promover programas especiais para o controle dos rejeitos vetores.

§ 2º – A abertura de vias de comunicações de canais e a implantação de projeto de urbanização, sempre que importarem na realização de escavações e obras que causem alterações ambientais, dependerão de autorização prévia da Secretaria de Saúde do Estado do Pará, ou pelo Órgão Estadual competente, que somente poderá concedê-las: a) Após a realização de estudo do projeto e exame das alternativas possíveis; b) Após a realização de estudos das conseqüências ambientais, isto é, Estudos de Impactos Ambientais (EIA), Avaliação de Impactos Ambientais (AIA) e os Relatórios de Impactos do Meio Ambiente (RIMA).

§ 3º – As autorizações concedidas pelo Órgão Estadual competente não dispensam outras autorizações e licenças municipais exigíveis.

§ 4º – Para melhor controlar afluentes e reduzir o potencial poluidor das construções destinadas ao uso humano, não serão permitidas:

- a) A construção de edificações em terrenos que não comportarem, pelas suas dimensões e outras características, a existência simultânea de poços de abastecimento e fossas sépticas, quando não houver rede de coleta e estações de tratamento em funcionamento;
- b) O dejetos, por rios, igarapés e praias, de esgotos e outros afluentes sem tratamento adequado que impeça a contaminação das águas.

§ 5º – Visando impedir a pesca predatória nas águas da APA e nas suas proximidades será rigorosamente exigido o cumprimento das legislações pertinentes.

§ 6º – Para efeitos do artigo 2º, letras “B” e “C” do artigo 3º, letras “A” e “B” da Lei nº. 4.771 de 15 de Setembro de 1965, e do artigo 18 da Lei nº. 6.938, de 31 de Agosto de 1961, considerando-se como de preservação permanente com raio de 100m (cem metros).

Artigo 4º – A APA de Algodual – Maiandeuá será implantada, administrada, supervisionada e fiscalizada pelo Órgão Estadual competente.

Artigo 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO LEGISLATIVO GABINETE DA PREVIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, em 27 de novembro de 1990.

DEPUTADO MÁRIO CHERMONT

Presidente

Fonte: Disponível em:

https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/5147_20201003_013739.pdf



104 835.476/0001-077

Imprensa Oficial do Estado

Trav. de Chaco, 2271

Marco

CEP 66.093-410

Belém-PA



CONFERE COM O ORIGINAL

24 11 2015

Handwritten signature

Segunda-feira, 7

DIÁRIO OFICIAL

Setembro - 1981 - 3

IMPRESA OFICIAL
Diário Oficial

DIRETORIA
ADMINISTRAÇÃO
REDAÇÃO
PARQUE GRÁFICO

Almirante Barroso, 735
Belém - Pará

PBX 226-0888
226-1363

Gabinete do Diretor-Presidente 226-0888
Departamento de Administração 226-1188
Posto de Vendas - Contro - Rua 13 de Maio,
280 - Conj. 1 - Fone: 222-0174

Director-Presidente
FERNANDO FARIAS PIRES
Diretores de Documentação e Divulgação
ELIENE FERREIRA DE ARAÚJO
Chefe de Redação e Revisão
SALVADOR BALDISSA BATISTA LIMA

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES
Na Capital

Anual	Cr\$ 8.500,00
Semestral	Cr\$ 3.300,00
Outros Estados e Municípios	
Anual	Cr\$ 10.500,00
Semestral	Cr\$ 5.300,00

D.O. número atresado por ano, somente

Dez cruzeiros

PUBLICAÇÕES
Página comum, cada centímetro
Cr\$ 20,00

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 30,00

semelhante para publicação:

Das 07:30 às 12:30 horas diariamente, excluindo os sábados

RECLAMAÇÕES: 24 horas após a circulação do Diário na Capital e 8 dias nos Municípios e outros Estados.

OFÍCIOS OU MEMORANDOS: Devem acompanhar publicações e cobrar ASSINATURAS Capital, Municípios e outros Estados, em qualquer época.

PAGAMENTOS: Serão em Cheque Nominal para a Imprensa Oficial do Estado

Funcionários Públicos, inclusive das Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista. Redução de 50% na assinatura anual do DIÁRIO

RESOLUÇÃO Nº 1685 DE 25 DE AGOSTO DE 1981
Autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a doar um trator de esteira a Prefeitura Municipal de Ourem.

O Conselho Rodoviário Estadual usando da atribuição que lhe confere a alínea M do artigo 5º do Decreto-Lei nº 32 de 07 de julho de 1969 e considerando os termos do ofício DERPA-00994 de 17.8.81 da Diretoria Geral do DER-PA. Considerando o voto do Sr. Conselheiro Feliciano Marques emitido no processo CRE-59.81 de 18.8.81 e aprovado por unanimidade em sessão desta data.

RESOLVE

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas de Rodagem autorizado a doar a Prefeitura Municipal de Ourem o trator de esteira marca FIAT de modelo T-115 o qual é considerado inservível ao DER-PA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual 25 de agosto de 1981

Engº ALIRIO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

DECRETO Nº 1812 DE 03 DE SETEMBRO DE 1981
Homologa a Resolução nº 1686 de 25 de agosto de 1981 do Conselho Rodoviário Estadual.

O Governador do Estado do Pará usando das atribuições que lhe são conferidas por lei

DECRETA

Art. 1º - Fica homologada a anexa Resolução nº 1686 de 25 de agosto de 1981 do Conselho Rodoviário Estadual que aprova o Sistema Rodoviário do Estado do Pará.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 03 de setembro de 1981.

ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

HELIO ANTONIO MOKARZEL

Secretário de Estado de Administração

RESOLUÇÃO Nº 1686 DE 25 DE AGOSTO DE 1981
Aprova o Sistema Rodoviário do Estado do Pará.

O Conselho Rodoviário Estadual usando da atribuição que lhe confere a alínea B do artigo 5º do Decreto-lei nº 32, de 7 de julho de 1969 e

Considerando o trabalho elaborado pela Divisão de Estudos e Projetos da Diretoria de Planejamento do DER-PA denominado Sistema Rodoviário do Estado do Pará (Revisão Antecipada).

Considerando que o referido Sistema constitui uma revisão antecipada do Plano Rodoviário do Estado do Pará estatuído pela Resolução nº 1132 de 8 de outubro de 1974 do Conselho Rodoviário Estadual, homologada pelo Decreto nº 8871 de 16.10.74.

Considerando os termos do ofício DERPA-00929 de 6.8.81 da Diretoria Geral do DER-PA.

Considerando o voto do Sr. Conselheiro Emanoel Nobre Saady emitido no processo CRE-55.81 de 7.8.81 e aprovado por unanimidade em sessão desta data.

ESTADUAL

Art. 1.º - Fica renovado o Sistema Rodoviário do Estado do Pará - S.R.E. - que abrange o complexo rodoviário do Para e que foi estruturado de acordo com o Plano Básico para Sistemas Rodoviários Estaduais.

Art. 2.º - As rotativas do Sistema Rodoviário do Estado do Pará estão indicadas na relação de rotativas anexa a esta Resolução.

Art. 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Conselho Rodoviário Estadual 24 de agosto de 1981.

Eng. ALBERTO CESAR DE OLIVEIRA
Presidente

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS RODOVIAS

ROTEIRO RODOVIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ
SÉRIE DA RODOVIA - PONTOS DE PASSAGEM

1 - PA 102 - Entº P. 242 (Tauari) - Entº BR 316

PA 108 - Entº P. 242 (Bragança) - Entº p. Benjamin Constant - Entº p. Povoado 29 - Caxoeira de Pedra - Entº BR 316 - PA 263 - Rio Pira (Vila do Japim) - Entº PA 252 - Rio Uram - Entº PA 256

PA 112 - Entº PA 242 (Bragança) - Montenegro - Campinho - Entº BR 316

PA 124 - Salimópolis - Entº PA 444 - Entº PA 452 (Nazare) - Entº PA 440 - Entº PA 324 (Sta. Luzia) - Entº PA 446 (Jaburu) - Entº BR 316 (Capanema) - Boa Esperança - Entº PA 251 (Ourem) (Rio Guama) - Entº PA 243 (Capitão Poço) - Boca Nova - Garratão - Entº PA 252

PA 125 - Entº BR 010 (1) - Entº PA 256 (Paragominas) - Povoado 204 (Vila S. João) - Rio Pira (Vila Conceição) - Entº BR 010 (2) (Gurupizinho)

PA 127 - Maracaná - Entº PA 220 - Entº PA 326 (A) - Entº PA 426 - Entº PA 395 - Entº PA 326 (B) - Entº PA 242 (Igarapé-Açu) - Entº BR 010 316 (A) - Entº BR 316 (B) (Barro Branco) - Entº PA 420 (3 de Outubro) - Início TRV Rio Guama - Final TRV Rio Guama (S. Domingos do Capim) - Entº PA 253 (2 de Junho) - Entº PA 252

PA 136 - Curuçá - Entº PA 318 - Entº PA 220 (Cristo Alves) - Entº PA 375 - Entº PA 238 (Terra Alta) - Entº PA 242 (Quatro Bocas de Castanhali) - Entº BR 010 316 (Castanhali) - Entº PA 460 - Entº PA 420 (Itangapi)

PA 140 - S. Caetano de Odivelas - Entº PA 412 - Entº PA 238 - Entº PA 241 (Sto. Antonio do Tauari) - Entº PA 242 - Entº BR 010 316 (Sta. Izabel do Para) - Entº PA 414 (Sta. Quitéria) - Início TRV Rio Guama - Final TRV Rio Guama (Bujaru) - Entº PA 466 - Entº PA 252 (A) - Entº PA 252 (B) (Vila Concedia) - Entº PA 451 - Entº PA 256 - Rio Capim - Entº PA 263 - Rio Surubim - Entº PA 332 (Vila Rondon)

PA 150 - Belem (Terminal de Cargas) - Entº PA 242 - Entº BR 010 316 (Ananindeua) - Entº PA 472 - Início TRV Rio Guama - Final TRV Rio Guama - Início TRV Rio Acara - Final TRV Rio Acara - Entº PA 252 - Entº PA 256 (A) 475 - Entº 256 (B) - Tailândia - Entroncamento - PA 263 (Goianésia) - Entº PA 267 - Entº BR 222 (A) PA 332 (Doze) - Início TRV Rio Tocantins - Final TRV Rio Tocantins (S. Felix do Tocantins) - Entº BR 153 (A) 230 (A) - Entº BR 153 (B) 230 (B) 222 (B) (Marabá) - Entº PA 275 - Entº

PA 477 - Rio Vermelho - Rio Saburá - Entº PA 279 (Xinguara) - Ribeirão do Amaro - Entº PA 281 (A) (Redenção) - Entº BR 158 (A) PA 281 (B) - Entº BR 215 - Entº PA 411 - Ribeirão Santana - Entº PA 158 (B) - Div. PA MT

PA 151 - Barragem (Cafelal) - Acesso a Barragem - Entº PA 483 - Entº PA 403 - Entº PA 252 (A) (Colônia Velha) - Entº PA 252 (B) - Entº PA 407 - Igarapé Moço - Entº PA 467 - Entº PA 463 - Entº PA 471 - Entº PA 256 (Mocajuba) - Baixo Rio Carari - Entº PA 260 - Igarapé Caroa - Entº PA 267 (Jacundá)

PA 154 - Muana - Rio Atua - Entº BR 417 - Rio Anabru - Rio Marajo - Entº PA 396 (A) - Muta - Entº PA 396 (B) (Sta. Elzai) - Entº PA 392 - Campina - Início TRV Rio Paracuaní (Salvadora) - Final TRV Rio Paracuaní (Caldeirão) - Soure - Cajuna

PA 156 - Limoeiro do Auru - Camata - Entº PA 379 - Entº PA 258 - Joana Peres - Entº PA 263 - Entº BR 422 (Tucuru)

PA 157 - Sta. Cruz do Arari (Lago Arari) - Entº PA 392 - Entº BR 417 - Curralinho

PA 159 - Chaves - Entº BR 417 (A) - Entº BR 417 (B) (Anaxá) - Rio Guaiara - Breves

PA 167 - Gurupa - Entº PA 364 - Rio Pracupá - Senador José Porfírio - Início da TRV Rio Xingu - Entº BR 230 (A) PA 258 (Belo Monte) - Final TRV Rio Xingu - Entº BR 158 (A) - Entº BR 230 (B) - Iri - Rio Iri - Igarapé Cajueiro - Igarapé Pião - Rio Pardo - Afuente Rio Iri - Igarapé Cachoeirinha - Rio Catete - Rio do Bau - Rio Chicre - Entº BR 235

PA 192 - PA 257 (Juruti) - Rio Arua - Entº PA 260 - Rio Arapiuns - Afuente do Rio Arapiuns - Itaúba

PA 220 - Entº PA 136 (Cristo Alves) - Monte Alegre do Mau - Rio Marapanim (Cristolândia) - Entº PA 395 - Rio Carpi - Entº PA 127

PA 236 - Colares - Início TRV Furo da Laura - Final TRV Furo da Laura (Penhalonga) - Entº PA 140 - Rio Mojuim (Marabitaná) - Entº PA 136 (Terra Alta)

PA 241 - Espírito Santo do Taua - Entº PA 140 (Sto. Antonio do Tauari)

PA 242 - Belem (BL-06) - Entº PA 150 (Terminal de Cargas) - Entº PA 404 - Entº PA 391 - Entº PA 140 - Entº PA 136 (4 Bocas de Castanhali) - Entº PA 320 (São Francisco do Para) - Entº PA 326 (Jambuaçu) - Entº PA 426 (Canpi) - Vila Canpi (São Luiz) - Rio Maracanã (Livramento) - Nova Timboteua - Entº PA 324 (Cabeça) - Peixe Boi - Entº PA 124 (Capanema) - Entº PA 448 (1) - Entº PA 378 - Entº PA 448 (2) - Entº PA 450 - Entº PA 112 - Bragança - Entº PA 108 - Entº PA 454 - Rio Embora - Rio Pira - Entº PA 102 (Tauari) - Vizeu

PA 251 - Entº BR 010 (S. Miguel do Guamã) - Conceição de Ourem - Entº PA 124 (Ourem) - Entº BR 316

PA 252 - Entº PA 409 (Abaetetuba) - Entº PA 151 (A) (Colônia Velha) - Entº PA 151 (B) Início TRV Rio Moju - Final TRV Rio Moju (Moju) - Entº PA 475 (Ligação Moju) - Entº PA 150 - Início TRV Rio Acara (Acara) - Final TRV Rio Acara - Entº PA 140 (A) - Entº PA 140 (B) (Vila Concedia) - Rio Capim (Santana do Capim) - Entº PA 127 - Entº BR 010 (Vila Aurora) (Povoado-48) - Entº PA 124 - Entº PA 108 (Rio Pira) - Div. PA a (Rio Gurupi) (Itamantari)

PA 253 - Entº PA 127 (2 de Junho) - Entº BR 010 (A) (Povoado 21) - Entº BR 010 (B) (Quator-

104.835.476/0001-011

Imprensa Oficial do Estado

Trav. do Chaco, 2271

Marco

CEP 66.093-410

Belém-PA



CONFERE COM O ORIGINAL

EM 24 / 11 / 2015

KD Jucelene

Imprensa
Oficial

Segunda-feira, 7

DIÁRIO OFICIAL

Setembro - 1961 - 5

- 201 Inteira - Entº PA 124 (Capitão Poço) - Rio
Guama - Brca - Entº BR 316 PA 108
- 202 PA 254 - Div. AM PA - Rio Nhamunda (Faro)
Entº PA 447 - Início TRV Rio Trombetas - Final TRV
Rio Trombetas - Entº BR 163 (A) PA 439 (Onças) -
Entº PA 437 - Cipóal - Entº PA 429 - Rio Mamã - Rio
Curua - Entº BR 163 (B) (Gamburão) - Entº PA 427 -
Serra da Fazenda - Rio Maicuru - Entº PA 423 (Ma-
do - Limao - Entº PA 419 (Jutuarana) - Início TRV
Rio Paru - Final TRV Rio Paru - Entº PA 473 (Serra
Azul) - Rio Tuere (S. Ramundo) Divisa PA AP (Boca
do Jari)
- 203 PA 255 - Entº PA 423 (Monte Alegre) - Termas
Sulfúreas - Rio Maicuru - Santana do Tapara
PA 256 - Mocauba - Entº PA 151 - Envirai - Rio
Mou - Entº PA 150 (A) - Entº PA 150 (B) - Entº PA 451
- Entº PA 140 - Rio Capim - Entº BR 010 - Entº PA
125 (Paragominas) - Entº PA 105 - Div. PA MA (Rio
Gurupá)
- 204 PA 257 - Entº PA 192 (Juruti) (S. Pedro) - Tabo-
tinga (Curua) - Início TRV Rio Tapajós - Final TRV -
Rio Tapajós (Santarem)
- 205 PA 258 - Barão (Rio Tocantins) - Rio Pacaja -
Rio Anapu - Entº BR 230 PA 167 (Belém Monte)
PA 260 - Entº PA 192 - Div. PA AM (AM-245)
(P. Parintins)
- 206 PA 263 - Entº PA 156 (Tucuruí) - Início TRV
Rio Tocantins - Final TRV Rio Tocantins - Entº
PA 151 - Rio Mou - Entº PA 150 - Rio Capim - Entº
PA 140 - Entº BR 010 PA 125 (Guruzinho)
- 207 PA 265 - Entº BR 230 PA 192 (Itaituba) - Rio
Maracá - Div. PA A
- 208 PA 267 - Entº PA 151 (Jacundá) - Entº PA 150
PA 266 - Itupiranga (Rio Tocantins) - Entº
BR 230
- 209 PA 269 - Jatobá - Entº BR 230
- 210 PA 275 - Entº PA 150 - Rio Paraúpebas - Mina
Serra Norte
- 211 PA 279 - São Felix do Xingu - Igarapé Carapa-
na - Entº BR 158 - Rio Itacaiunas - Entº PA 150 (Xin-
guarai) - Div. PA GO (Rio Araguaia)
- 212 PA 287 - Entº PA 449 (Conceição do Araguaia)
- Entº PA 327 - Rio Arrais - Entº PA 150 (A) (Reden-
ção) - Entr. BR 158 - Entº PA 150 (B)
- 213 PA 318 - Entº PA 136 - Marapanim - Marudá
PA 320 - Castanhal - Entº PA 242 (S. Francisco
do Pará)
- 214 PA 322 - Entº BR 010 PA 251 (S. Miguel do
Guamá) - Entº PA 380 (Bonito) - Entº PA 124 PA 436
(Boa Esperança)
- 215 PA 324 - Entº BR 316 (São Paulo) - Entº
PA 380 - Entº PA 242 (Cabeça) - Rio Peixe Boi (Velha
Timbeteua) - Entº PA 438 - Entº PA 124 (Sta. Luz) -
Japerica
- 216 PA 326 - Entº PA 242 (Jambuaçu) - Entº PA
127 (A) - Entº PA 395 - Entº PA 426 - Entº PA 127 (B) -
Rio Maracanã - Entº PA 124
- 217 PA 327 - Entº PA 287 (KM 32) - Local sem de-
nominação - Entº BR 235 (Santana do Araguaia)
- 218 PA 332 - Entº BR 010 - Entº PA 140 (Via Ron-
don) - Entº BR 222 (A) (Cento e vinte e sete) - Entº
BR 222 (B) PA 150 (doze)
- 219 PA 364 - Porto de Moz - Rio Matari - Entº PA
167
- 220 PA 368 - Portel - Rio Jacundá - Entº PA 413 -
Entº PA 379 - Entº PA 156
- 221 PA 370 - Santarem - Entº PA 431 (Sta. Rosa) -
Hidrelétrica do Rio Curua Una - Entº PA 371 - Entº
BR 230
- 222 PA 371 - Prainha (Sta. Maria) - (Rio Uruarã) -
Rio Curuatinga - Entº PA 370
- 223 PA 375 - Entº PA 136 - Entº PA 412 (Vila Nova)
- São João da Ponta
- 224 PA 378 - Entº PA 242 - Tentugal - Entº BR 316
- 225 PA 379 - Entº PA 368 - Oeiras do Pará
- 226 PA 380 - Entº PA 324 - Entº BR 316 (Quatro
Bocas) - Entº PA 322 (Bonito)
- 227 PA 391 - Entº PA 406 (Benedides) - Entº BR
010 316 - Entº PA 242 - Entº PA 408 - Sta. Barbara -
Furo das Marinhas ou Tauaré - Entº acesso a Caran-
anduba - Rio Murubira - Chapéu Virado (Mosquei-
ro)
- 228 PA 392 - Sta. Cruz do Arari - Entº PA 396 (Ca-
choeira do Arari) - Entº PA 154 - Ponta do Caju
- 229 PA 395 - Entº PA 127 - Entº PA 220 - Entº
PA 430 (Concinha) - Magalhães Barata - Cafezal
- 230 PA 396 - Entº PA 392 (Cachoeira do Arari) -
Entº PA 154 (A) (Sta. Eliza) - Mutá - Entº PA 154 (B) -
Entº BR 417 (Ponta de Pedras)
- 231 PA 400 - Av. Senador Lemos - Val de Cans
PA 402 - Entº BR 010 316 (Ananindeua) - Entº
PA 472 - Aura - Embrapa Ceasa
- 232 PA 403 - Entº PA 151 - Entº PA 409 (Beja)
- 233 PA 404 - Entº BR 010 316 - Entº PA 242 -
Benfica
- 234 PA 405 - São João do Araguaia - Entº BR 230
- 235 PA 406 - Entº BR 010 316 (1) (Canutama) -
Entº PA 391 (Benedides) - Entº BR 010 316 (2)
- 236 PA 407 - Entº PA 151 - Maruatá
- 237 PA 408 - Entº PA 391 - Genipauba
- 238 PA 409 - Entº PA 252 (Abaetetuba) - Beja
PA - 411 - Barrera do Campo - Entº PA 463 -
Entº BR 158
- 239 PA 412 - Vigia - Entº PA 140 - Entº PA 375
(Vila Nova)
- 240 PA 413 - Bagre - Entº PA 368
- 241 PA 414 - Entº PA 140 (Sta. Quitéria) - INIC
(Tacaços)
- 242 PA 415 - Entº BR 158 230 PA 167 (Altamira) -
Vitória (Rio Tucuruí)
- 243 PA 419 - Prainha - Entº PA 254 (Jutuarana)
- 244 PA 420 - Entº PA 136 (Inhangapi) - Arraial do
Carmo - Entº PA 127 (3 de Outubro)
- 245 PA 421 - Entº PA 423 (Mulata) - Açucena
- 246 PA 423 - Monte Alegre - Entº PA 425 - Entº PA
421 (Mulata) - Entº PA 254 (Múdo)
- 247 PA 424 - Entº PA 127 242 (Igarapé-Açu) -
Leoprocômio (Prata) - Entº BR 010 316
- 248 PA 425 - Entº PA 423 - Açaisal
- 249 PA 426 - Entº PA 242 (Campi) - Entº PA 428
(Noya Olinda) - Entº PA 127
- 250 PA 427 - Entº BR 163 (A) (Alanqueri) - Entº
BR 163 (B) (Butandera) - PA 455 (S. João) - Entº
PA 254
- 251 PA 428 - Entº PA 426 (Nova Olinda) - Ponto
Seguro
- 252 PA 429 - Flexal - Curua - Entº BR 163
- 253 PA 430 - Entº PA 395 (Concinha) - Martins
Pinheiro - Quarenta (Furo do Mocoocat) - Algodoad
(Ilha de Marandeu)
- 254 PA 431 - Entº BR 163 (S. José) - Entº PA 445
(Mojui dos Campos) - PA 370 (Sta. Rosa)

104.335.476/0001-01

Imprensa Oficial do Estado

Trav. do Chaco, 2271

Março

CEP 66.093-410

Belém-PA



6. Segunda-feira 7

DIÁRIO OFICIAL

Setembro - 1981

PA-432 - Entº BR 010 (Sete) - Conceição de Itaipua
PA-433 - Entº BR 163 (RM 247) - Entº PA 143 (Morada Nova - Jaboti)
PA-434 - Entº PA 242 (Nova Timboteua) - Entº BR 316 (Quatro Bocas)
PA-435 - Avenida - Entº BR 163
PA-436 - Entº BR 316 - Entº PA 124 322 (Boa Esperança)
PA-437 - Óbidos - Entº BR 163
PA-438 - Entº PA 324 - Santarém Novo
PA-439 - Oriximina - Entº BR 163 PA 254 (Onças)
PA-440 - Entº PA 124 - São João de Pirabas
PA-441 - Terra Santa - Entº PA 254
PA-442 - Entº PA 124 (Nazare) - Derrubada
PA-443 - Entº PA 433 (Morada Nova) - Entº BR 163
PA-444 - Entº PA 124 - Ponta do Atalaia
PA-445 - Entº PA 431 (Moju dos Campos) - Igarapé das Pedras
PA-446 - Entº PA 124 (Jaburu) - Primavera - Quatipuru - Boa Vista
PA-447 - Entº PA 287 (Conceição do Araguaia) - Div. PA GO (Sta. Maria Velha)
PA-448 - Entº PA 242 (1) - Tauari - Mirasselvás - Entº PA 242 (2)
PA-449 - Entº PA 287 - Volta Nova - Colônia Floresta - Entº PA 273
PA-450 - Entº PA 242 - Traquateua - PA 458 (Bacuriteua)
PA-451 - Entº PA 140 - Tome-Açu - Quatro Bocas - Entº PA 256 (Camde)
PA-452 - Entº BR 163 (Santarém) - Entº PA 457 - Aeroporto de Santarém.
PA-454 - Entº PA 242 - Augusto Corrêa
PA-455 - Entº PA 427 (São João) - Entº BR 163 (Boca Nova)
PA-456 - Entº BR 010 PA 251 322 (S. Miguel do Guamá) - Arari
PA-457 - Entº PA 453 (Santarém) - Alter do Chão
PA-458 - Entº PA 242 (Bragança) - Entº PA 450 (Bacuriteua) - Ponta do Ajuruteua.
PA-459 - Entº BR 230 - Entº PA 461 - Sta. Izabel do Araguaia
PA-460 - Entº PA 136 - Serrana - Pernambuco
PA-461 - Entº BR 153 (Vila Metade) - Entº PA 459
PA-462 - Entº PA 153 (Pataí) - Arari - Açaitéua
PA-463 - Entº BR 235 PA 327 (Santana do Araguaia) - Entº PA 411
PA-465 - Melgaco - Início Trv. Baía de Portel - Final Trv. Baía de Portel.
PA-466 - Entº PA 140 (Curva) - Santana do Buáru (Guaramucu)
PA-467 - Entº PA 151 - Curuçambaba.
PA-469 - Entº PA 151 - Carapajó
PA-471 - Entº PA 151 - Vila do Carmo
PA-472 - Belém - Entº Av. Dr. Freitas - Entº PA 402 - Entº PA 150
PA-473 - Almeirim - Entº PA 254 (Serra Azul) - Divisa PA AP (Monte Dourado)
PA-474 - Estrada do Tapana - Acesso ao CIABA - Estrada de Val-de-Cães

PA-475 - Entº PA 252 - Entº PA 150
PA-477 - Entº PA 150 - Início Trv. Rio Araguaia - Final Trv. Rio Araguaia - Ponta - Goiás
PA-481 - Entº PA 463 - Acesso a Ponta Grossa - Barcarena Velha
PA-481 - Entº PA 151 - Entº PA 481 - Vila do Conde

TRECHOS TRANSITÓRIOS

PA-150 - ENTR BR 222 (A) PA 332 (Doze) - Início Trv. Rio Tocantins (S. Félix do Tocantins) - Final Trv. Rio Tocantins - Entº BR 153 (A) 230 (A) Entº BR 158 (A) Entº PA 287 (P. Redenção) - Entº BR 235 Entº PA 411 - Riberrão Santana - Entº BR 158 (B) Divisa PA MT
PAT-153 - Entº BR 230 (B) - Entº PA 461 - Divisa GO PA (S. Geraldo do Araguaia)
PAT-163 - Entº PA 427 (B) (Bulandera) - Entº PA 455 (Boca Nova) - Entº PA 254 (A) (Camburão) - PAT-235 - Final Trv. Rio Araguaia (Div. GO PA) - Entº PA 327 (Santana do Araguaia)
PA-254 - Entº PA 254 (A) (Camburão) - Rio Curua - Rio Maria - Entº PA 429 - Cocal - Entº PA 437 Entº PA 439 (Onças)
PA-332 - Entº BR 222 (A) (Cento e vinte e sete) - Rio Jacunda (Mãe Maria) - Entº BR 222 (B) PA 150 (Doze)
PA-427 - Entº BR 163 (A) Final Trv. Rio Amazonas (Alenquer) - Entº BR 163 (B) (Bulandera)

DECRETO Nº 1813 DE 03 DE SETEMBRO DE 1981
DISPÕE SOBRE TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES NO QUADRO DE CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Governador do Estado do Pará, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 91, item IV da Constituição Estadual, e tendo em vista o disposto na Lei nº 4.621, de 18.05.76 e Decreto nºs 1.061, de 17.10.80 e 10.772, de 11.08.78

DECRETA

Art. 1º - São transformados, na forma do Anexo I deste Decreto para Categorias Funcionais Agente de Saúde GEP-ANM-803, Agente de Atividades Agropecuárias GEP-ANM-801 do Grupo Outras Atividades de Nível Médio Agente de Portaria Código GEP-TP-1.102 do Grupo Transporte Oficial e Portaria os cargos e funções cujos ocupantes relacionados no Anexo II deste Decreto se habilitaram em processo seletivo específico de que trata os Decretos de Estruturação dos referidos grupos nºs 1.061, de 17.10.80 e 10.772, de 11.08.78

Art. 2º - O Órgão de Pessoal das Unidades referidas no Anexo II lavrará na Ficha Funcional dos servidores as anotações que se fizerem necessárias em decorrência da aplicação deste Decreto

Art. 3º - Os efeitos deste Decreto vigorarão a partir da data de sua publicação, cessando automaticamente aos servidores relacionados no Anexo II, o pagamento de quaisquer vantagens ou atribuições que porventura venham sendo percebidas a qualquer título e sob qualquer forma ressalvados apenas a gratificação adicional por tempo de serviço e o salário família

ANEXO 05

Autorização para atividades com finalidade científica

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 68002-1	Data da Emissão: 04/04/2019 16:12:34	Data da Revalidação*: 04/04/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elida Moura Figueiredo	CPF: 332.953.362-53
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	serão feitas viagens mensalmente durante o ano de 2019 para encontros e entrevistas com moradores lo	04/2019	12/2109

Observações e ressalvas

1	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .

Outras ressalvas

1	Ressaltamos a necessidade do atendimento quanto ao estabelecido na Portaria ICMBio nº 766/2018, referentes às regras de uso na área da RESEX Maracanã, sendo estabelecido o que segue: "Art. 21. É obrigatório, às pesquisas apresentadas ao SISBIO, garantir a devolutiva dos resultados às comunidades, quando afetarem ou trazerem informações relevantes sobre as comunidades. a) Para pesquisas que envolvam acesso à informação tradicional e/ou vivência na comunidade os pesquisadores e responsáveis deverão buscar a concordância das comunidades envolvidas por meio de termo de consentimento".	RESEX Maracanã
---	---	----------------

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa n.º 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 68002-1	Data da Emissão: 04/04/2019 16:12:34	Data da Revalidação*: 04/04/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elida Moura Figueiredo	CPF: 332.953.362-53
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Maracanã	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa n.º 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0680020120190404

Página 2/3

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 68002-1	Data da Emissão: 04/04/2019 16:12:34	Data da Revalidação*: 04/04/2020
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elida Moura Figueiredo	CPF: 332.953.362-53
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 68002-2	Data da Emissão: 06/05/2020 12:57:48	Data da Revalidação*: 01/04/2021
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elida Moura Figueiredo	CPF: 332.953.362-53
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisas para a Tese de Doutorado "O RAMAL DO 40: HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS COMUNIDADES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÃ NO NORDESTE DO PARÁ (1970-2000)", que esta sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) na Universidade Federal do Pará (UFPA), turma de 2018.	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	serão feitas viagens mensalmente durante o ano de 2019 para encontros e entrevistas com moradores lo	04/2019	12/2109

Observações e ressalvas

1	O pesquisador somente poderá realizar atividade de campo após o término do estado de emergência devido à COVID-19, assim declarado por ato da autoridade competente.
2	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
3	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
4	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
7	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
8	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0680020220200506

Página 1/3

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 68002-2	Data da Emissão: 06/05/2020 12:57:48	Data da Revalidação*: 01/04/2021
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elida Moura Figueiredo	CPF: 332.953.362-53
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisas para a Tese de Doutorado "O RAMAL DO 40: HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS COMUNIDADES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÃ NO NORDESTE DO PARÁ (1970-2000)", que esta sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) na Universidade Federal do Pará (UFPA), turma de 2018.	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Outras ressalvas

1	Ressaltamos a necessidade do atendimento quanto ao estabelecido na Portaria ICMBio nº 766/2018, referentes às regras de uso na área da RESEX Maracanã, sendo estabelecido o que segue: "Art. 21. É obrigatório, às pesquisas apresentadas ao SISBIO, garantir a devolutiva dos resultados às comunidades, quando afetarem ou trazerem informações relevantes sobre as comunidades. a) Para pesquisas que envolvam acesso à informação tradicional e/ou vivência na comunidade os pesquisadores e responsáveis deverão buscar a concordância das comunidades envolvidas por meio de termo de consentimento".	RESEX Maracanã
---	---	----------------

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Maracanã	PA	Amazônia	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 68002-2	Data da Emissão: 06/05/2020 12:57:48	Data da Revalidação*: 01/04/2021
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elida Moura Figueiredo	CPF: 332.953.362-53
Título do Projeto: Solicitação para realização de pesquisas para a Tese de Doutorado "O RAMAL DO 40: HISTÓRIA E MEMÓRIA DAS COMUNIDADES DA RESERVA EXTRATIVISTA MARACANÃ NO NORDESTE DO PARÁ (1970-2000)", que esta sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) na Universidade Federal do Pará (UFPA), turma de 2018.	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Pará	CNPJ: 34.621.748/0001-23

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0680020220200506

Página 3/3



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
POS-GRADUACAO EM HISTORIA**

DECLARAÇÃO Nº 1904 / 2022 - PPHIST (11.38.13)

Nº do Protocolo: 23073.035947/2022-05

Belém-PA, 29 de junho de 2022.

DECLARAÇÃO

Declaramos que os Professores abaixo nomeados participaram da Comissão Examinadora de DEFESA de Tese de Doutorado da pós-graduanda ELIDA MOURA FIGUEIREDO, intitulada:

O Ramal Do 40: Histórias e Memórias de Comunidades da Reserva Extrativista Marinha Maracanã, Nordeste do Pará (1960-2020)

no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ , em sessão pública realizada no dia 28 de Junho de 2022 às 14:00.

Membros da Banca

AGENOR SARRAF PACHECO (UFPA - Presidente)
FRANCIANE GAMA LACERDA (UFPA - Examinador Interno)
FRANCIVALDO ALVES NUNES (UFPA - Examinador Interno)
HELENA DORIS DE ALMEIDA BARBOSA (UFPA - Examinador Externo à Instituição)
LOURDES DE FATIMA GONÇALVES FURTADO (MPEG - Examinador Externo à Instituição)

(Assinado digitalmente em 29/06/2022 12:44)
FERNANDA SANTIAGO FERREIRA DOS REIS
SECRETÁRIO(A) DE PÓS-GRADUAÇÃO - TITULAR
PPHIST (11.38.13)
Matrícula: 3220862

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufpa.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1904**, ano:
2022, tipo: **DECLARAÇÃO**, data de emissão: **29/06/2022** e o código de verificação:
d02cbfa47d